COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 230
RÚBRICA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA

Processo	**Protocolo nº 006919 – 10/08/2020** Processo Nº 006919/SECGERAL (PARTE 15 – DOCUMENTO Nº 14 – VOLUME 12)
Interessado	Cidadãos: Hélio Cesar Bairros, Bruno de Oliveira Carreirão, Beatriz Campos Kowalski e outros
Assunto	Representação em face do Governador e Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina ante a prática de crimes de responsabilidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA PÁG. 2015
Fls. 1311
RÚB.
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2031 RÚBRICA

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas a senhora falou há pouco que a proposta veio fechada, do Secretário Helton, em trinta e três milhões, quando o Deputado Ivan perguntou à senhora como começou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só queria o esclarecimento disso daí, como é que foi? Como é que chegou a proposta, porque a proposta parece que chegou, inclusive tem outros dois documentos de propostas iguais, já chegou no valor de trinta e três milhões a proposta, quando chegou para a senhora no dia 23 de março, é isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Eu posso explicar como que se deu?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quando o Deputado Naatz colocou da requisição, né, no valor de trinta e três milhões, ali são as requisições, documentos SES.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum-hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está certo?

A proposta que chegou, é, no dia 23 não foi a, a, é, ela evoluiu pra esta proposta finalizada no processo. Ela também não tinha ali, é, esses trinta e três milhões. Então, trinta e três milhões da requisição é uma coisa, essa proposta de trinta e três milhões que culminou com a autuação do processo foi do dia 26, 26.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu queria entender o seguinte...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não 23.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi o valor que chegou a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – R$ 169 mil a peça.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ao total?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, R$ 169 mil a peça, eram duzentas peças, né?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então alguém faz o cálculo para mim, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria saber...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E depois, com a negociação do Secretário Helton...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Oitocentos mil a mais.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então a proposta chegou em trinta e três milhões e oitocentos e a negociação baixou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Baixou para cento e sessenta e cinco a peça, trinta e três milhões.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – No total, oitocentos mil. É isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não fiz a conta aqui.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A primeira, trinta e três milhões e oitocentos mil, e fechou com trinta e milhões.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A partir do fechamento é que houve...

PROCURADORIA PÁG. 2016
FLS. 1313 RUBRICA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2032 RUBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A requisição.

Eu só queria tirar essa dúvida pra saber se houve, realmente, do valor que entrou a proposta para o fechamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, para entender, senhor Presidente, para entender então. A partir daquele telefonema...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...que gerou os trinta e três milhões. Daí saiu essa comunicação interna que a senhora assinou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Junto com o Secretário Adjunto, André Motta, dizendo: considerando as medidas necessárias para o enfrentamento da Covid, tal e tal, para pleno atendimento à população, bem como situação de emergência, decreto tal. Solicitamos a aquisição emergencial de ventilador pulmonar da empresa Brazilian Trading importadora e exportadora, Edera Ltda...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Que não era a Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, isso foi encaminhado pelo Fábio Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então o senhor Fábio Guasti estava negociando em nome dessa empresa de Joinville em nome da Veigamed. Quer dizer, vocês não sabiam quem seria o fornecedor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Porque a senhora e o Secretário Adjunto assinaram, não para a Veigamed, a autorização para fazer a compra.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Aí depois o Fábio Guache refez a proposta e encaminhada novamente sem a Brazilian Trading.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desentranhados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desentranhados. O Fábio teria pedindo pra vocês desentranhar documentos, foi isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi, foi, ele encaminhou de volta por problemas com a trading, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi ele que pediu para desentranhar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente, ele pediu a substituição da proposta, argumentando problemas com a trading, né, que ele iria utilizar para aquisição. Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas esse é um procedimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O desentranhamento de peças em processo, ele costuma ser comum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, substitui orçamentos, documentos. Substitui esses documentos por aqueles. Por que, de fato, aconteceu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É normal isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi uma solicitação feita...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do vendedor...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – pelo mesmo fornecedor. E, argumentando a necessidade da substituição, sim, foi feita.

PROCURADORIA PÁG. 2014
Fls. 1213
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2033 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não é comum, mas ocorreu.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado, deixa só eu fazer uma pergunta: que é que autorizou o pagamento da Fonte 100 a trezentos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Aí o José Florêncio precisa, precisa...eu tenho informações extraoficiais, mas ele vai lhe dizer com toda certeza. Parece-me que foi a própria Fazenda.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora falou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A Secretaria da Fazenda, porque era uma fonte do...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora falou que quem...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não sei nem o que dizer.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que quem iniciou o processo de compras e que definiu comprar foi a Superintendência Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quem demanda, quem diz o que comprar, em que quantidade, de quem é a origem, é, Hospitalar.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Superintendência Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem era o Superintendente Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hospitalar, nós não tínhamos, quem acumulava a SUH era o Secretário Adjunto André Motta, na época.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o André Motta era o Adjunto e estava na função...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Estava SUH, sim, na época, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na função de Superintendente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E quem foi que definiu a compra dos trezentos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A quantidade?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa área técnica.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa área técnica?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente. Quando eu falei, um pouquinho atrás, nós tínhamos aquela equipe de três Superintendências que contabilizava pelo telefone o que tinha disponível e chegava na necessidade, na quantidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então foi, justamente, do Secretário Adjunto que partiu...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Necessidade em quantidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - A necessidade em quantidade e a especificação do equipamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, Engenharia Clínica.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a senhora fala, num depoimento, sobre a oferta de aluguel.

PROCURADORIA PÁG. 2018
Fls. 1344
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2034 RÚBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Também alguém ofertou. Quem que demandou isso daí?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Também a Hospitalar, também o Secretário. Aí as tratativas foram especificamente com Secretário André Motta. É, nessa oportunidade, quando eu falei lá atrás sobre os fornecedores que transitavam muito pela, pelo Coes, pelo 2º andar.

O outro, coincidentemente, Leandro, Leandro Estevo, Ortomedical.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso. A senhora falou, numa das suas falas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, ele ofereceu.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que outra empresa estava todos os dias e transitava em todos os setores da Defesa Civil. O Leandro da Porto...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Estevo. Leandro Estevo, Ortomedical.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Esse dia, a senhora já está falando depois do dia 07 no seu depoimento que o rapaz sumiu de lá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a senhora perguntou como ele passou pela garagem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi exatamente. Eu relatei há pouco tempo que teve uma vez em que nós sentimos, é, tão constrangidos, ele ter vindo à minha frente, no segundo andar, pela milésima vez, que eu fui até a sala, nós éramos separados por um vidro. Fui até a sala do Secretário Helton, lá estava Helton, Vidal, Chefe do Gabinete, o Secretário André, o Charles, da Defesa Civil. Eu pedi que a gente tivesse informação de como que o Leandro Estevo estava subindo tanto, insistentemente, ao setor de compras no segundo andar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Márcia.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque, segundo a sua fala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A senhora reclamou que o fornecedor foi reclamar como é que se decidia isso pela empresa de compra, isso é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, isso que o senhor está falando agora já é reclamação do Leandro Estevo ao Secretário André porque que estavam, é, comprando uma coisa em detrimento de outra. Foi, teve visto também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Deputado Kennedy, só para esclarecer, o Leandro Barros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Márcia, Deputado Felipe. Nós vamos retornar aqui ao Relator. O Relator conclui as perguntas dele. Óbvio, porque está se exaurindo as perguntas e está se afunilando para a redundância várias respostas. Em relação à movimentação dentro da sua Secretaria, é a quarta vez que eu estou escutando o número de pessoas que entravam lá dentro, e a coincidência de nomes são os mesmos. Peço que responda pelas perguntas que lhe são feitas.

Peço ao Relator que continue, e, posteriormente, a gente obedeça a ordem inscrição.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então não. Eu só fiz essa intervenção porque foi dito que nós poderíamos fazer. Então, não faço mais e vou esperar o meu tempo.

PROCURADORIA PÁG. 2019
Fls 2075
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2035 RÚBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, Presidente, para poder estar concluindo.

Há uma informação da senhora que gerou uma certa curiosidade aqui da Assembleia Legislativa. Eu queria que a senhora visse o vídeo onze, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo 11 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Muito bem, a senhora disse que recebeu ligações de Deputado. O outro, o Douglas, também disse que recebeu ligações de Deputado. É importante a gente compreender que tipo de ligação a senhora recebeu e de quem a senhora recebeu essas ligações, para que não pairem dúvidas sobre a Assembleia Legislativa.

Então, gostaria que a senhora explicasse de quem a senhora recebeu as ligações e qual o teor dessas ligações.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado Kennedy, ele falou sobre a interferência da Ortomedical, Leandro, Leandro chegou lá depois, Leandro Estevo, Ortomedical. Ele estava, insistentemente, por via do Secretário André, eu vi ali uma proximidade entre eles, né, uma, aí, sim, né, o Secretário André e a Ortomedical ali, Leandro Ortomedical.

Eu tinha uma, uma relação próxima de, de, né, de articular entre eles, e ele disse: "Olha, eu tenho, é, proposta pra locação de kit UTI, monitor multiparâmetro, respirador e cama, duzentas peças. E aí, neste momento ele traz o Neto, Neto, Onofre Neto, que é o empresário lá de São Paulo, e que este iria para a China para comprar para o Estado de Santa Catarina para, pedindo passaporte especial.

Então, é, essa, esse momento em que o Neto sinaliza: "Eu posso ir para lá, faço a negociação, compro para o Estado de Santa Catarina, a Ortomedical aluga. Tinha essa proposta de locação, tá. Também era uma proposta que começou a locação por kit R$ 30 mil e parou em R$ 17 mil.

Isso era uma outra frente. Só que os equipamentos, eles não tinham, tinha que ir para a China comprar. Foi um grande movimento e foi feito, sim, uma abordagem, é, de Deputado da Assembleia pedindo: mas por que que o passaporte do Neto não sai? Mas qual é o problema do passaporte do Neto está lá, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O nome?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não tenho o nome, eu digo com toda certeza, eu não tenho o nome. Nesse momento está lá no meu telefone, meu telefone não está comigo. Eu sabia que vocês fariam essa pergunta, é, eu não tenho o nome, não me lembro, não estou mentindo, eu não lembro do nome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas foi uma pressão ou foi só uma conversa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu saí...foi, foi uma ligação que eu recebi no meu telefone. Eu recebi o...eu recebi dois colegas perguntando por que do passaporte. Vários colegas da Defesa Civil, os coletinhos laranja que entravam lá: e o passaporte do Neto, passaporte do Neto. Foi uma grande insistência. Eu até comentei com o Secretário Helton e ele falou assim: "Meu Deus", quando eu recebi a ligação por parte do gabinete aqui da Assembleia, né, do Deputado, ele falou assim: "Será que nós vamos ter que fazer esse passaporte de uma vez", até ele falou assim, mas aquilo não foi...eu tinha mandado para a Cojur, eu não poderia emitir documento algum, então eu repassei e aquilo morreu, mas teve, sim, tá?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

Fls. 1376
CURADORIA
PÁG. 2020
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2036
RÚBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não tenho o nome do - O Deputado, falo com toda certeza pra vocês. Se eu tivesse, eu diria aqui.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –Eu só gostaria, até pra esclarecer quem está nos acompanhando. Eu fiz algumas anotações pra saber como é que entrou esse negócio do passaporte.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A senhora falou o seguinte: que o fornecedor foi reclamar como é que houve essa decisão, por essa empresa ou por outra. Aí a senhora disse: "O Wagner."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque o processo de ligação, porque propusemos de locação e não foi pra frente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso. Porque não foi para a frente.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Parece que o Wagner perguntou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Perfeito, Deputado.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Aí a empresa levou uma pessoa pra dentro pedindo pra Secretaria da Saúde ir pra China em nome do governo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Onofre Neto.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o Secretário Adjunto, André, inicia a reunião falando: "Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o médico que vai pra China." Depois de falar isso, ele sai da sala e deixe a senhora?

É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É isso aí.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí a questão foi sobre o passaporte, Coronel Aldo ficou assustado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Audrey.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem é ele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Coronel Audren, nessa reunião, cheguei na reunião e todos estavam a postos, Onofre Neto, Leandro Estevo, Coronel Audren, Subtenente Bernardo e o Secretário André na ponta. Eu sentei, todos colocados, o Secretário André olhou pra mim e falou assim: "Márcia, essa reunião aqui colocada é porque o Onofre precisa do documento para o passaporte especial, o.k.?" Levantou, saiu, a reunião seguiu.

Coronel Audren, aí ficamos um pouco em silêncio, porque ficamos todos espantados.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E por que a senhora falou que o Coronel ficou assustado com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ficou assustado com a minha reação, porque...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi a sua reação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A minha reação foi assim, de por que que nós estamos fazendo esse documento, pra, era um documento que eu nunca havia tramitado, eu não sabia que documento era esse. É, eu falei pra eles, é, e aí eu já estava, eu confesso, eu sou uma pessoa calma, mas eu já estava assim num momento do esgotamento. Porque eu disse: mas por que *a*, e não *b* e não *c*? Por que isso, né?

E, de novo, por que que a Defesa Civil, já que nós já estávamos ali divididos entre Secretário de Estado da Saúde e Defesa Civil, por que a Defesa Civil, com o Cojur, não faz o pedido? Então o Cojur...

PROCURADORIA PÁG. 2021
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2037 RÚBRICA

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o Cojur dá o parecer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Da defesa.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E o parecer parece que tinha combinado...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Parece que tinha combinado comigo.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só estou falando, Deputados...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Porque o que eu perguntei, depois o senhor perguntou.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque é exatamente o fato onde ela diz que um Deputado entrou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhora Márcia, uma das minhas atribuições aqui é satisfazer os Deputados em relação às suas perguntas. Óbvio que existe todo um histórico que o levou a esse pedido que a senhora afirma ter recebido a ligação.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Então, para satisfazer a pergunta. A senhora costuma, normalmente, receber ligações de Deputados?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Durante o Coes, sim; antes do Coes, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Durante o Coes eu recebi de alguns Deputados.

A Deputada Paulinha, ela, ela estava muito por ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ela queria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na verdade, senhora falou: "Eu recebi de alguns Deputados."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Certo. Para satisfazer a pergunta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse Deputado que ligou pra senhora fala pra falar: é preciso que se agilize o processo do passaporte do...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não. Ele perguntou por, qual era a dificuldade. Ele não me, ele não me impôs agilizar. Esta frase não foi dita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum-hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O que...ele gostaria de entender qual era a dificuldade, qual era a necessidade. Ele também estava falando nisso. Ou seja, tinha chegado pra ele uma necessidade e ele queria entender. Nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim. O nome dele a senhora não se recorda?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não me lembro, eu estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dos demais Deputados que te ligavam nesse processo aqui, não vai ser perguntado, até porque...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum-hum.

Fls. 1378
Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2022
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2033 RÚBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não está aqui outros assuntos pertinentes que poderiam, tranquilamente, ligar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, mas eram outros assuntos, eram assuntos assistenciais, assim é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - É, pra conclusão, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, se a senhora estiver se sentindo, de alguma forma, a sociedade catarinense precisa esclarecer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Se a senhora tivesse, de alguma forma, se sentido coagida por algum Deputado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Com algum procedimento, obviamente a Assembleia Legislativa tinha interesse de saber.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, mas não foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Porque esse é um procedimento que é vedado aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Entendo, mas não foi o caso, a abordagem não foi essa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu fico feliz que a resposta da senhora seja nesse sentido, o que garante a lisura da Assembleia Legislativa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por último, é minha última intervenção. Eu queria que a senhora assistisse o vídeo dezessete.

É o último, o último. É o depoimento do Helton. Só um minutinho, tá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Imagina, tô tranquila.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá, depois eu posso passar o vídeo que, por algum problema, não está disponível ali.

Mas tem uma fala do Secretário Helton, quando o policial pergunta pra ele quem ordenou o pagamento? Quem ordenou o pagamento antecipado? Quem ordenou que fosse feito o pagamento antecipado? Diante de tudo isso que a gente viu, os Deputados aqui vão conversar com a senhora melhor sobre isso. E ele disse, ele está com as mãos cruzadas, ele fala: "Eu não." Ele fala "Eu não."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele fala: "Não sei, eu não." Então, se não foi ele, ele disse que não foi ele, quem foi?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, eu vou lhe afirmar: o pagamento antecipado destes respiradores, deste processo que nós estamos, nesse processo de investigação, ele estava posto desde o início. Então nós todos já sabíamos. Esse poderio, até cinco milhões a Superintendência de Gestão Administrativa, a dispensa de licitação tem, sim, essa autonomia de definir, né, de ponderar essa, essa forma de pagamento diretamente com o Cofes ali. Acima dos cinco milhões, a SGA aqui não tramita processos de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tu acreditas que este pagamento podia ter sido feito sem a participação dele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, não sei se posso aqui prospectar, mas assim, eu, Márcia falando, eu não imagino, eu não imagino. Se ele diz que não, se o Cofes não conversou com ele, se, aí, realmente, ele vai ter que que afirmar. Eu, Márcia, imagino que não.

Fls. 1329
PROCURADORIA
PÁG. 2023
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2039
RUBRICA

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, só uma questão de ordem, senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Mas eu não posso ficar aqui conjecturando.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria, por uma questão de ordem. Eu recebi aqui, o pessoal está acompanhando pelo YouTube, eu queria um esclarecimento. Porque justo na hora que o Deputado Ivan perguntou o nome do Deputado, vossa excelência, a senhora, citou a minha pergunta, e agora estão dizendo que a senhora disse que fui eu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, pelo amor de Deus, não, não.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, só para esclarecer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É o Deputado Kennedy falou, puxou, perguntou. Não tem relação.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por isso que agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fica esclarecido então que o autor pergunta foi confundido com a resposta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Foi em resposta ao Deputado Kennedy.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu lhe digo assim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Vocês não me conhecem, mas eu não tenho necessidade alguma de omitir ou mentir. Eu diria, se eu lembrasse, eu diria, porque a abordagem ali foi muito tranquila. Então não, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, dona Márcia.

Pela ordem de inscrição, Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra. E o à parte é concedido por vossa excelência mesmo, se algum Deputado fizer um à parte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, senhora Márcia, boa noite.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Boa Noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Cumprimentar os seus advogados, doutor Nelson, pessoa que eu tenho muito respeito.

A senhora afirmou que o ex-Secretário da Casa Civil passou várias indicações. Quais outras empresas ele apresentou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, eu não vou lembrar de todas as empresas, empresas eu não vou lembrar, eu vou lembrar dos itens, materiais, mobiliário pra UTI, é, testes rápidos a maior parte deles. E esses equipamentos respiratórios também, máscaras.

Itens eu lembro, empresas eu não vou lembrar. Está lá registrado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não tem problema, o que a senhora lembrar e pudesse a gente fazer mais aum bate-bola, é até mais interessante para quem está nos acompanhando.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Antes da pandemia, o Douglas já havia feito contato com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, o primeiro dia foi dia 22.

Fls. 1360
PROCURADORIA
PÁG. 2024
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2040
RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Quem foi o representante da Veigamed que o Douglas colocou em contato com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Fábio Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor Fábio se apresentou como sendo da empresa Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Inicialmente, ele apontou a, é, Fábio da Malvale.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Meuvale.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Meuvale, né. Ele mencionou, ele falava num grupo de empresas. Falava muito da Meuvale e porque esta é daqui, de Santa Catarina, então ele queria fazer esse *link* com o Estado aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E depois dessa apresentação da empresa o Douglas fez novos contatos com a senhora para tratar do assunto dos respiradores e sobre os outros procedimentos da Secretaria?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, vários. dali para diante ele fez, muitos. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sempre em nome do Governador, questão de governo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tava sempre. Hum, hum, ele se portava assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Qual a segurança, garantia que a Secretaria de Estado da Saúde tinha que os equipamentos iam ser entregues?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, nós sempre fomos muito tranquilizados com relação a isto. Quando se aproximou ali do dia 03, quando houve a proximidade...pra entrega era entre 5 e 7 de abril, é, nós tivemos a primeira iniciativa e aí foi, partiu do Secretário Helton da gente montar a reunião lá na Defesa Civil. Então, no dia, eu acho que entre o dia 02 e 03 de abril ali o Secretário já pediu para chamar alguém da empresa para tratar sobre a chegada dos equipamentos. Foi onde apareceu a pessoa Gilliard Gerent, do Gilliard Gerent, que, que esteve na Defesa Civil e também a, a abordagem do Leandro Barros tranquilizando.

Então, sim, nós tínhamos, por parte do Secretário Helton. O Secretário Helton colocava, é, inclusive que o câmbio, o rastreamento da conversão do dólar, né, pro câmbio, pra compra eles já estariam acompanhando. Eu cheguei a abordá-lo, a perguntar: Secretário, a gente não precisa - eu usei esta palavra - a gente não tem que antever, nós não temos que procurar. Ele usou o nome de, dos órgãos como Deic, usou o nome do, da CGE. É, e a partir daí...e ele usou um órgão também, que eu não me recordo o nome, que estaria acompanhando a conversão do dinheiro dizendo: "Fique tranquila, vai chegar, vai chegar."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Porque trinta e três milhões, né, chama a atenção.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Vai chegar. Sim, o valor é alto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Objetivamente, quem decidiu comprar os respiradores da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A negociação foi fechada pelo Secretário Helton dia 26 de março. Eu, eu, em seguida, é, questionei ele, se não me engano, um, dois dias depois: Secretário, nós vamos fechar esta compra? Sim.

Eu gostaria de ter a oportunidade aqui, não sei, eu, eu não gostaria de ser prolixa, mas realmente é muita informação. Eu gostaria, de novo, de perguntar se todos os senhores revisaram as coletivas, porque tem uma, uma em especial, do dia 27 de março, que eu

Fls 1381
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2025
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2041
RUBRICA

gostaria, são três parágrafos, se vocês me permitissem até ler, porque esta é muito esclarecedora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É porque isso é uma coisa que muda do seu depoimento. A senhora, num dos depoimentos falou que quem decidiu foi o Grupo de Trabalho, e hoje a senhora diz que é o Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O senhor me pergunta quem fechou a compra da Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, quem decidiu comprar os respiradores da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quem fechou com a Veigamed foi o Secretário de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Quem decidiu comprar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ótimo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum- hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - A senhora teve um...o diretor de licitações aqui, na...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Carlos Charlie Maia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Ele falou que a senhora, termos dele, foi usada como bode expiatório ou como boi de piranha. Isso foram falas dele, quem acompanhou...

Então, depois que a senhora foi exonerada e foi muito corajosa em falar sobre toda essa situação, Santa Catarina pôde presenciar um escândalo. Nós, como Deputados, fomos pegos de surpresa, imagina a sociedade, que está mais preocupada com seus afazeres.

Como a senhora sobre da sua exoneração?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pelo WhatsApp, sexta-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E qual foi o motivo que passaram para a senhora para justificar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu soube do WhatsApp, eu recebi a portaria de exoneração, sem motivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E o motivo a senhora nunca ninguém lhe passou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na própria sexta-feira, dia 24, de noite, mais tarde, eu recebi uma ligação do Secretário Helton, a frase dele foi assim: "Então, você foi exonerada, é, segunda-feira eu passo lá, a gente conversa, fica tranquila de novo." Aí veio aquela conversa de novo: "Fique tranquila, nós vamos acompanhar a compra dos respiradores e o tom foi de que, realmente, eles quiseram me preservar porque a imprensa, né, aliás, a notícia de que isto é tomaria proporções, ela já transitava lá no Coes entre o dia 23 e 24.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Não teve nenhuma movimentação na Secretaria de Estado da Saúde para tentar a devolução dos valores pagos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigado pela pergunta, Deputado. Página 108, ela foi desentranhada, foi uma pergunta que os senhores fizeram aqui numa oitiva, se eu não estou enganada, foi para o Carlos Charlie Maia. Vocês perguntaram por que que a página dos desentranhamentos. E o que tinha na página 108? Eu posso ler para o senhor o que tinha na página 108?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Por favor.

Enquanto ela pergunta, sem problemas, senhor Nelson.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS - Senhores Deputados, senhor Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

PROCURADORIA Fls. 1382 RUBRICA
PÁG. 0026
COORDENADORIA DE EX Fls. 2042 RUBRICA

Eu gostaria apenas de deixar, ou pelo menos solicitar ao Deputado João Amin, que permitisse à depoente que esclarecesse o seguinte. Vossa excelência pergunta a respeito de quem decidiu a compra e quem negociou a compra. São momentos e fatos diferentes, porque nós não gostaríamos que a nossa cliente saísse daqui com uma resposta que parecesse contraditória.

Então, eu gostaria de pedir a vossa excelência a oportunidade, inicialmente ao senhor Presidente, que permitisse que a depoente esclarecesse quem decidiu a respeito da compra e quem negociou essa compra, que são momentos diferentes e instituições, ou pessoas ou grupos diferentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito. Só pode ler primeiro a 108, que a senhora ia mencionar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum- hum, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Aí a gente volta pra essa do doutor Nelson.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Pode ser assim, doutor Nelson?

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Perfeitamente, Deputado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, ainda sobre os desentranhamentos, página 108, quando o senhor pergunta: "Ninguém teve a iniciativa? Bom, é, foi um despacho meu, da SGA para o Núcleo de, para a Diretoria de Licitações. Ele dizia assim: (*Passa a ler.*) Considerando a avaliação da Engenharia Clínica, que atesta evidente divergência entre a proposta aprovada para a aquisição e a configuração do equipamento apresentado no Invoice, emitido pelo fornecedor, bem como descumprimento do prazo de entrega dos equipamentos pactuados, solicito o prosseguimento das providências necessárias junto ao Núcleo de Penalidades, pro cancelamento da compra e devolução do recurso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Esse é o teor da página 108.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ótimo, Márcia.

O esclarecimento que o doutor Nelson faz questão que a senhora faça, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quando o senhor disse que isto tinha sido, é, uma divergência entre o meu depoimento e o que eu coloco hoje aqui, o senhor pergunta sobre a negociação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, a decisão da compra. Foi a minha pergunta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso, a decisão, as quantidades em que comprar quais equipamentos, é nisso que o senhor se refere, essa decisão, ela foi conjunta, o Coes, esse Coes, que ali representadas áreas técnicas decidiram o que comprar de equipamento, em que quantidade, com a configuração foi conjunta. Isso eu disse na minha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas esse Coes era presidido, comandado pelo Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Esse, esse Coes, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O Secretário que era o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, as maiores autoridades, Secretário Helton, Secretário Adjunto e depois as Superintendências ali. Neste ato da decisão foi Secretário Helton. É isso, acho que ficou bem claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito, ótimo.

Fls. 1363
PROCURADORIA PÁG. 2024
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2043 RÚBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Me lembro, lembro-me bem que essa foi o meu relato também nos depoimentos que eu prestei, foi isso que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – João, se me permite, só tem uma contradição, mas uma vez. Porque a princípio você respondeu que veio do gabinete do Secretário Adjunto, e agora você diz que foi do Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, então desculpas, senhores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – A decisão de comprar os equipamentos, a quantidade e o tipo de respiradores. Você disse antes que veio do gabinete do Secretário Adjunto.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Uma coisa é a necessidade em termos de quantidade e equipamento; uma coisa é a necessidade, a origem, eu necessito de respiradores. Em que quantidade, quais as especificações? Isso é um grupo que definiu, o Grupo Técnico. Aquela proposta, aquela compra, ah, vai ser da Veigamed, e foi aí o Secretário Helton que bateu esse martelo, nessa compra foi ele.

Eu não sei se estou sendo entendida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É que a minha pergunta foi relacionada à Veigamed, não foi à necessidade de respiradores.

A decisão de respiradores da empresa Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Veigamed. Da empresa que ofertava lotes para, em prontidão, de 5 a 7 de abril. Esta decisão por aquilo ali foi o Secretário Helton. É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá bom. Como que a senhora conheceu, bem rapidamente, como que a senhora, quando que a senhora conheceu o Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Leandro Barros?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Conhecia ele, quando Superintendente, lá atrás, 2015, por aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E alguma outra pessoa além do Leandro, agora neste momento de pandemia, fazia a interlocução de fornecedores?

Aí a senhora tem que falar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De forma geral, a interlocução, no papel mais presente que eu tenho é do Leandro Barros, e propostas nós recebíamos de muitas ordens, né, mas essa interlocução, esse papel, mais o Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Depois dessa apresentação, qual foi a participação do Leandro Barros nos respiradores e com a Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Os respiradores, perguntando: "Fechou com a proposta, fechou?" Essa era a abordagem: "Fechou com os respiradores" e depois, no dia em que Fábio não consegue vir aqui, no contato no dia 03 de abril, ele não consegue vir, que foi o pedido, né, pra ele participar da reunião, o próprio Leandro faz esse contato e se coloca ali: "Olha, não vou poder estar aí, mas eu falei com o Fábio, ele vai entregar. Tem lá a mensagem dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E o nome do Douglas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Do Douglas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Para a Veigamed? Não dá pra relacionar, não foi indicado pelo Douglas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A apresentação da proposta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Da Veigamed.

Fls. 1384
Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2028
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2044 RUBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O que me colocou em contato foi o Secretário Douglas. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Foi o Douglas. Através do...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está no meu WhatsApp, eu tenho a... as propostas dos encaminhamentos concomitantes ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Está lá registrado nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E aí houve pressão do Douglas nesse caso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, a cobrança, né... que a gente precisava, por que que a gente demora tanto, excesso de preciosismo, o Governa... o Governador está preocupado porque que a gente não consegue dar as respostas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem definiu a compra, aceitando a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De novo... desse do Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Secretário de Estado Helton, da Saúde... Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Em entrevista ao ND a senhora declarou que a empresa foi defi... as suas aspas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin, ficou muito baixo o nome que a senhora falou agora, por último.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Secretário Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Definida de forma anterior por outra Pasta, que não é a Pasta da Secretaria de Estado da Saúde, e posteriormente informou que esta outra Pasta seria a Secretaria da Casa Civil.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A senhora confirma essa informação prestada anteriormente? Pode detalhar como isso ocorreu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Na entrevista, quando fui abordada sobre quem apresentou a proposta, né, da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...de como surgiu Veigamed...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...de como isso ocorreu? Douglas Borba, 22 de março, pela manhã. Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Também na entrevista a senhora disse que o Secretário não falou a verdade quando disse que não tinha envolvimento em todo o trâmite da compra e com a determinação de pagar antecipadamente pela compra. Quando relatou isto, a senhora estava falando do Secretário da Saúde ou da Casa Civil, pois não ficou bem claro pra mim?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a senhora mantém esse posicionamento, claro. Pode então detalhar como se deu a participação do Secretário?

Fls. 1384
PROCURADORIA
Fls. 2024
PÁG.
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2045
RUBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Senhores, me permitem falar sobre a... a coletiva do governo do dia 27 de março?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por favor. Uma daquelas *lives*?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, foi uma coletiva... é, sim, é *live*, não sei se o senhor considera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — *Lives*, é.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essa que me refiro foi uma coletiva do dia 27 de março, ela tem 1hora, 10 minutos e 11 segundos. Lá no minuto 49, eu assisti ela e sempre nós, de novo, nós precisávamos estar muito conectados com essas diretrizes, com aquelas estratégias das coletivas, porque após as coletivas sempre as demandas vinham, tá certo, e a gente precisava tá ali sintonizado porque no dia seguinte a gente trabalhava aquilo, tá?

Dia 26 foi o dia do fechamento da proposta com a Veigamed, essa aqui é do dia 27, 18 horas. Então, aos 49 minutos tem uma... interlocutora que faz as perguntas, jornalista Marcelo Lula pergunta pro Secretário Helton é... sobre a compra anterior dos respiradores, se não estaria com preços a... excessivos? O Secretário Helton ele responde a pergunta do Marcelo Lula explicando pra ele o momento que nós vivíamos, é... que nós temos uma equipe de engenheiros em que eles avaliavam que não era feita... nós não fazíamos compras ao aleatório, tinha uma engenharia clínica que validava esses equipamentos, se serviam ou se não serviam pro que a gente precisava.

Com relação aos preços ele mencionou a CIT do dia anterior, do dia 26, onde o Ministro da Saúde falou do canibalismo de compras, tão falado hoje em dia, né, de que os Estados concorriam entre eles, ele resolveu puxar as compras pra si...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Estados Unidos com China...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tudo aquilo... E aí falou do canibalismo de compras e disse... é... naquela oportunidade o Secretário Helton falou da dificuldade que nós tínhamos, Governador... ele até colocou pro Governador essa, essa dificuldade que tinha.

Nesse momento o Governador, no minuto 57:50, 57 minutos e 50 segundos, o Governador faz uma pergunta: Helton, na tua referência histórica aí, qual os preços que você tinha antes de respiradores e o que que tem agora? Aí ele responde: antes da pandemia nós tínhamos esses respiradores ao custo de 60, 70 mil reais a peça. E depois que a pandemia instalou, esses preços já extrapolaram. No início da pandemia, acima de R$ 100 mil, e hoje pessoas já nos oferecem por R$ 335 mil – esses R$ 335 mil foi uma proposta enviada também por esse mesmo fornecedor.

Isto foi notícia no dia 28 de março no NSC Total, foi pra imprensa, virou uma matéria. Vocês podem checar também.

Bom, e aí... é... num minuto, numa hora e 36 segundos o Governador finaliza, né, e eu gostaria, por gentileza, de ter a oportunidade de dizer pra vocês aqui – isso foi no dia posterior ao fechamento dessa proposta: abre aspas, palavra do Governador "esse é um dos nossos desafios, é ter que fazer uma compra por aquisição direta, porque não tem tempo de fazer licitação, porque não tem melhor preço, você vai pesquisar e vê que o produto ele tá sendo oferecido no mínimo pelo dobro do preço que você comprava antes. Você percebe também que não é um fornecedor local, ele repete um preço que vem da China e de outros países, e então você decide por pagar aquilo ou não. E se você não paga, você não vai ter leitos de UTI suficientes pra atender a população", fecha aspas. Palavras do Governador.

Fls 1385
PROCURADORIA PÁG. 2038
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2046 RÚBRICA

Então assim, eu nunca conversei com o Governador, é... o Secretário Helton ele estava, sim, em resposta à sua pergunta, Deputado, eu respondo, ele estava acompanhando todos os encaminhamentos. De novo, nós tivemos apenas três processos de respiradores.

Então, sim, eles estavam muito inteirados. Ele não falou a verdade quando ele disse que mal conhecia o processo. Enfim, ele quis dizer isso, né, de que não, aconteceu lá, e não... Não, acompanhava, todos os detalhes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A senhora identificou fraudes, fragilidades em outras compras?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... o senhor citou... Como na entrevista, né, me perguntaram sobre fraudes. Eu não vou fazer aqui julgamentos, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É que o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Fragilidades, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Fragilidades?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós não poderíamos ter essa... esse bombardeio nós... Primeiro, né, a Superintendência de Gestão Administrativa ela não poderia estar lá sob essa pressão, fornecedores, gabinete direto, externo, nós não poderíamos estar nessa situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só pra senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Fragilidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...a senhora já deve saber, a senhora é minuciosa, o Ministério Público fala em conluio criminoso de agentes públicos e privados. E o Luiz Ferreira, sentado onde a senhora está, da Controladoria-Geral do Estado, falou assim: identificamos o roubo. Depois ele quis corrigir pra ilícito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu percebia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Durante o procedimento da compra dos respiradores, mais alguém, além do Douglas, mencionou o nome do Governador? Como pressão, como?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...conhecimento? Não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Para mim, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E além dessas pessoas todas, tem dois Leandros, Gilli, Douglas, é um...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Um balaio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tem que ter bastante memória. Há mais alguma pessoa, que não tenha sido objeto das minhas indagações, que tenha feito algum tipo de pressão pra que a empresa Veigamed tenha sido escolhida e para que o pagamento tivesse sido realizado de maneira antecipada?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, acho que todos já foram citados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Assim, que eu tenha conhecimento, todos que eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só para finalizar, eu sei que não é o nosso caso aqui, mas se a senhora puder contribuir, o hospital de campanha, a senhora participou de alguma reunião?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não? Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não participei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado.

Seria isso, Presidente.

Fls. 1386
Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2031
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2047 RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seguindo a ordem de inscrição, Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa noite, Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa noite, doutor Nelson, e também doutor Schaefer Junior.

Eu fui também autor do requerimento para que a senhora viesse aqui, outros Deputados imagino que também fizeram os seus requerimentos, e restou... Eu preparei muitas perguntas e o Relator foi... creio que esmiuçou bastante e deixou, dessas muitas, deixou algumas poucas perguntas que eu quero fazer. Mas, em princípio, eu considero esse o verdadeiro negócio da China. Eu aprendi desde pequeno que negócio da China é quando é um grande negócio, em que há um lucro muito grande, neste caso específico não foi para o Estado; o grande negócio da China foi para aqueles que obtiveram o lucro, não foi nem o Estado, nem tampouco aqueles que ficaram, quem sabe, felizmente nós não tivemos aquilo que se propagou. Foi mais ou menos esse presente, o cavalo de Troia.

O processo... algumas perguntas muito técnicas. O processo estava regularmente instruído com os documentos exigidos, o processo de dispensa, quando chegou a sua mão?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... Gostaria de ser... Né, vou ser repetitiva, mas assim, o processo ele seguiu pruma compra direta, pruma dispensa de licitação, né, não houve um procedimento licitatório. É... a cará... o caráter da emergência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não se cumpriu nenhuma formalidade?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...e roga... e rogar por aquela requisição emergencial, né, se falava, e depois foi consolidada no Decreto 362, foi uma requisição administrativa, foi um processo que não se aproxima em nada com um procedimento licitatório, né? É isso o que eu tenho a dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A senhora notou alguma irregularidade na tramitação ou na documentação? Já reconheceu que não houve o processo, enquanto não houve essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, não configurou como um processo licitatório, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não configurou. Então não foi uma questão formal como deveria ter sido, Prefeito que foi de Rio do Sul [dirige-se ao Deputado Milton Hobus]; certamente lá no seu Município isso aconteceria, muito embora a gente reconheça o estado de calamidade pública.

A senhora recebeu propostas com valores menores do que os ofertados pela Veigamed? Por que essas propostas não foram habilitadas?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A Superintendência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...se recebeu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. A Superintendência de Gestão Administrativa, a Superintendência Hospitalar também recebeu propostas é... a Engenharia Clínica ela avaliava as especificações. Então os requisitos que eram buscados por esta área técnica, se eles não fossem atendidos, essa proposta ela não evoluía.

Uma das abordagens que até o Deputado Kennedy mencionou sobre aquela ligação, onde eu sou cobrada, mas por que que a proposta *x* não foi pra frente? Eu pergunto em viva-voz, pra que eu possa responder pro Secretário, eu digo: olha, Wagner, você pode repetir? Não, a proposta não atende por isso... Aí ele falou tecnicamente.

FLS. 1287
RUBRICA

Então sim, nós tivemos propostas com valores inferiores, porém a área técnica ela não aprovou a proposta entendendo que não atenderia pra necessidade em questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O meu questionamento...

(*Um dos Deputados-membros manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

PROCURADORIA
PÁG. 2032

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, o estacionário e o móvel, né? Exatamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Isso.

O meu questionamento é que no seu depoimento o Leandro de Barros afirmou aqui que antes de ele ser o representante da empresa Veigamed, ele era o representante da empresa ECB, cujo sócio da empresa ele aqui declinou o nome, Luiz Henrique.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
FLS. 2048
RUBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E que fez chegar ao seu fax... aliás, ao seu... (*risos*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No fax seguramente eu digo que não chegou, porque nós não temos mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Foi o tempo do fax, naquela época certamente que não existiria esse tipo de proposta. Agora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Então, como eu lhe digo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...com essa modernidade...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...tiveram, sim, outras propostas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não é? (*Risos.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tiveram, sim, outras propostas, né, várias outras propostas que não atendiam...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Que seja, de qualquer forma, mas ele fez menção...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...a área técnica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...a essas duas propostas com preços de R$ 100 mil e de R$ 95 mil...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...pelos mesmos respiradores, com a mesma qualidade desses da Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, se são os mesmos eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E depois acabou não se confirmando, não temos ainda essa comprovação, de que mesmo aqueles que foram pagos 165 mil pela Veigamed me parece que ainda não há comprovação de que é exatamente aquilo que se pagou. Parece que se trocou gato por lebre. Esse é um outro questionamento.

Durante o processo, foi consultado o Radar da Receita Federal do Brasil da empresa Veigamed, para saber exatamente, porque nós estamos comprando afinal da empresa Veigamed, que é uma Eireli.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Ela tem essa capacidade de fornecer, até de adquirir?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É uma pergunta que o senhor está me fazendo, se foi consultado?

Fls. 1388

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É uma pergunta, sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... essa instrução do processo, esse processo ele tramita internamente, depois que a proposta sai pra execução por pelo menos duas diretorias. Numa dessas diretorias ela utiliza o Sistema SCCD, que é um sistema de cadastro, é... e aí ela faz a avaliação, faz a inclusão, o cadastro desses fornecedores e tem toda essa configuração.

É... não estou apropriada aqui pra lhe dar detalhe desta avaliação, se isso... dentro da Diretoria, de que forma se dá nesse sistema. Não estou aqui com todas as informações pra responder essa sua pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quem levou a notícia ao Secretário Helton de que os equipamentos não chegaram e não iam chegar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu recebi uma ligação num dia insistentemente do... do Fábio Guasti que ele não estava conseguindo contactar com o Secretário Helton, me pedindo pra que a va... a vi... ele mandou áudio, ligou, eu estava até com um grupo de trabalho, é, numa sala de licitações do térreo, ele insistentemente é: diga pra ele me ligar, diga pra ele me ligar, fale comigo. Naquele dia que o Fábio Guasti faz essa... essa abordagem e aí eles conversaram, não estava... eu não estava presente diante dessa conversa, mas... é... depois ali o grupo até comentou que houve, sim, essa, essa conversa entre eles e... e a troca dos equipamentos, ou a... a... o Fábio Guasti teria, sim, oferecido outro equipamento pra que entregasse os duzentos ali, enfim, e que não tivesse problema com a entrega.

Isto foi, isto foi... é... isto ocorreu, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não são para a senhora esses questionamentos que eu vou fazer, mas eu vou deixar duas perguntas no ar, que entendo ainda não tenham sido respondidas, e que certamente nos próximos depoimentos essas perguntas precisam ser refeitas.

Aliás, três: quem pagou – ainda não está claro –, quem apertou o botão; quem certificou, quem certificou o recebimento – se alguém pagou, parte-se do princípio que alguém certificou que esses produtos chegaram, imagino que sim. Alguém disse: oh, chegou, pague. Não é isso? Para liquidar empenho. E uma outra questão que eu faria também, não vou fazer, já foi feita e não foi respondida, e fica aqui uma... Eu lhe peço que a senhora decline, tão logo souber o nome, porque todos nós, Deputados, de uma certa forma, Deputado Kennedy, a gente ficou numa situação muito constrangedora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, na, na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...não com o Kennedy, com cada um de nós quando surgiu a informação de que um Deputado pressionou. Quando não se fala o nome do Deputado, a dúvida paira sobre os quarenta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Então, essa... E não é justo, é preciso...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu só gostaria de esclarecer que não é relacionado a este processo especificamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...foi com relação ao passaporte do... é... Onofre Neto, da Exxomed, que iria à China, passaporte especial, e a abordagem foi, né, qual a dificuldade, vai ser possível mesmo, essa documentação não, neste sentido, que não tinha a ver.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas não, não, não é... quando você coloca...

PROCURADORIA PÁG. 2033
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2049 RUBRICA

Fls. 1309
RÚBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Mas... mas eu lhe digo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... uma dúvida como essa, não é o que a sociedade imagina.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

Naquele depoimento... eu entendo perfeitamente. Naquele depoimento eu lembro-me que depois dali, do dia 28 imediatamente eu já fui nos órgãos investigativos, então esse depoimento foi dos... do dia seguinte ali do ocorrido. É... e... eu tinha acabado de sair da Defesa Civil, eu estava com todas as informações na cabeça, teve um, um depoimento em que eu cheguei próximo das onze horas, eu cheguei na minha... da manhã e eu retornei pra minha casa à meia-noite, cheguei na minha casa meia-noite, então eu passei muitas horas em depoimento, eu tinha acabado de sair, então eu tava, estava com todas as informações, mas eu lhes confesso, esse meu equipamento, o meu celular que eu entreguei, foi neste dia, então eu não tenho *backup*, eu até... nós tentamos fazer um *backup*, o que nos deram a gente não consegue abrir.

PROCURADORIA PÁG. 2034
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2050 RÚBRICA

Então assim, não é uma má intenção minha, uma má-fé minha de não dizer o nome, eu realmente não me lembro, eu não sei, eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tá certo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E aquilo não teve uma importância que eu digo assim, ah, interferiu num processo de... Não, foi uma abordagem no sentido de pedir informações e perguntar por que que o passaporte tal, aquilo não tinha sido feito ou se ia se conseguir fazer ou não, nesse sentido. Só quero esclarecer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu fico satisfeito, alertando mais uma vez que essa questão ganha fácil as manchetes quando envolve Deputado, se espalha por aí, pelo Estado todo, e aí, depois, como é que fica? A dúvida não voga a nosso favor, contra nós, então é necessário que se busque, de alguma forma, saber quem falou e o que falou. O que falou a senhora já nos explicou aqui, mas eu penso que nós precisamos elucidar também essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Cobalchini.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Vou ser bem rápido, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quando puder, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Está inscrito, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Boa noite, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, o senhor me inscreveu, só para registro?

(*O senhor Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone pedindo sua inscrição também.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Estarei no aguardo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Esclarecendo a resposta que a senhora deu agora, quando o senhor Fabio Guasti comunicou ao Secretário Helton que não iria entregar o VG70 lá e ofereceu o outro equipamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, fazendo a... proposição de troca.

Fls. 1390
Rubrica
PROCURADORIA
PÁG. 2035
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2051
RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Isso foi por telefone?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E de pronto o Secretário Helton concordou ou ele mandou fazer alguma análise?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu não tenho... eu não tenho detalhes da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque não tem documentos no processo com relação a isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não tenho. Depois o que eu vi com relação a isso foi a resposta da Veigamed, aí já no processo, a resposta da Veigamed fazendo referência a esse contato e... enfim, da possibilidade disso. A resposta é no processo. Não tive informação do Secretário o que que ocorreu dali, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque se sabe que os equipamentos que estão chegando não são os indicados para a UTI, né, segundo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me parece que iam passar por uma avaliação, né? Eu também não estou inteirada do que a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas pela especificação dos equipamentos, que a Exxomed passou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...avaliou...passou por ali

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não são, são os portáteis que não são...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem dentro do processo tem uma instrução da equipe de Engenharia Clínica fazendo um comparativo, tem um documento, até com os dois prospectos, um ao lado do outro, fazendo um comparativo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que são os mesmos prospectos, copiaram. É o mesmo equipamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, eu digo é na... na... comunicação interna da Superintendência Hospitalar fazendo avaliação dos equipamentos. Esse foi um documento produzido pela Superintendência Hospitalar, é outro documento, está nos autos do Processo 37.070.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tá.

Senhora Márcia, eu queria entender: quando a senhora diz que no início a... a senhora teve a impressão de que o Secretário Douglas queria ajudar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O que não é muito comum um Secretário da Casa Civil se... interferir em orçamentos de outras Pastas, eu nunca vi isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Mas era a preocupação, isso acontecia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E depois passou a ser uma pressão maléfica. Tipo assim, fazer algo sem amparo – a pressão que a senhora recebeu. A senhora diz isso num vídeo.

Era esse o tipo de pressão realmente que o Douglas exercia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, isso que se passou... convers... Eu não entendi a pergunta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sem problema.

(*A depoente conversa com o seu advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins.*)

Fls. 1391
Rubrica

Eu só gostaria de fazer uma observação, que a palavra maléfico, né... Eu não usei essa expressão. Eu me referi aqui a uma frase que ele me disse em que nós tínhamos excesso de preciosismo, né, a gente estava sendo é... Isso levava a uma... a não concretizar, né...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Hum, hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...os processos, enfim. Nesse sentido.

Eu não me lembro de ter dito, acredito que não usei a palavra maléfico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Se me permite...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu tirei da transcrição isso, pode ser que tenha alguma coisa errada, mas vamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora fala assim... Que depois a sequência segue no fundo, onde apresentaram uma CI antiga dando ordem de pagamento. Aí a senhora fala: o Secretário Douglas tinha moral, desde a transição, em falar em nome do Governador. E depois a senhora fala, abre aspas, "pressão maléfica no sentido de fazer algo sem amparo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O senhor está... lendo a transcrição?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A transcrição.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me perdoe, então. Hoje isso, agora aqui então eu falei, se o senhor está lendo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É isso o que eu verifiquei na transcrição, por isso que...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Perdão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Isso é uma coisa grave, porque...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...a senhora estava se sentindo pressionada para fazer a coisa acontecer e eram os orçamentos que eles mandaram lá para comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E a cobrança de por que que aquilo não concretizava. Então isso aq... isso ali realmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...não era positivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu só tenho mais duas perguntas, elas são rápidas.

A senhora disse também que o Secretário Adjunto na época, o doutor André Motta, ficou de mal com a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hã, é, ficou um pouco chateado (*ri*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Uma semana de mal porque a senhora não viabilizou a questão da locação, do passaporte, etc., etc. porque eles queriam fazer a locação dos equipamentos, era isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A minha avó dizia que quando a gente fica um pouco chateada e não quer demonstrar, a gente fica estranho. A minha avó dizia assim. Então ficou estranhado comigo, vamos dizer assim.

Mas, é... doutor André Motta não tenho nada contra, o doutor André Motta pessoalmente, nem com o Secretário André, nem com nenhum deles. Porém, questiono alguns comportamentos, né, que não são tão... Enfim. Mas após essa notícia que eu li... que eu dei a ele – botei no viva-voz, eu sempre gostava muito, né, aquela história, não, não basta fazer, tem que comprovar. Então eu liguei pro engenheiro clínico, botei no viva-voz e disse:

PROCURADORIA
PÁG. 2036
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2052
RUBRICA

Fls. 1392
Rubrica

olha, eu, Márcia, eu não... é... declino de proposta nenhuma, a enge... a so... a engenharia, né, até coloquei pra ele, a sua engenharia ela não aprovou a proposta. Aí eu liguei, coloquei em viva-voz, e o menino repetiu pra ele.

Então eu senti ali que ele ficou contrário, mas, depois, né, o Secretário sempre foi assim, né, ele gostaria que a coisa concretizasse, eles queriam que o aparelhamento se desse. Então eu vi realmente que ele ficou contrariado nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas a ida do Onofre Neto para a China só justificaria se fossem fazer o contrato de locação daqueles equipamentos que ele iria para lá para tentar comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, até onde eu sabia, sim. Até onde eu sabia, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas que samba do crioulo doido é isso!

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum, é isso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Atirando pra tudo quanto é lado e ninguém...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E aí... E aí é o seguinte, aquilo levaria um tempo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Compra da Intelbras...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Um tempo até concretizar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... compra da Veigamed...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tenta alugar de outro...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É isso aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E para finalizar, senhora Márcia, a gente viu aqui... O Leandro Barros, quando ele veio aqui na CPI, ele disse pra nós que ele só participou do processo no dia... depois do pagamento da Veigamed, só depois do pagamento, que foi 2 de abril...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E a senhora disse aqui que foi dia 22, 23 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O pagamento foi 2 de abril?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É, o pagamento foi 2 de abril.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O pagamento foi 2 de abril. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E que ele só participou depois que ele foi representar lá numa reunião e dizer que não, ele...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A partir do dia 23 de março o Leandro já começou a conversar comigo através do WhatsApp...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Já estava fazendo essas interlocuções dos...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...ligação e ele me perguntava sobre as... as... e os respiradores, né? Fechou os respiradores? Fechou os respiradores? Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele disse que não...

PROCURADORIA
PÁG. 2037
COORDENADORIA DE ENTREDIENTE
Fls. 2053
RUBRICA

Fls. 1393
PROCURADORIA PÁG. 2038
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2054 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então ele faltou com a verdade aqui no depoimento dele.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele não tem (*ininteligível*) se os respiradores deram certo, a gente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Leandro Estevo era esse que estava lá representando a Exxomed...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ortomedical, era o outro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ortomedical, e esse que estava lá toda hora na frente da senhora, lá, enchendo a paciência para comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esse, nas primeiras duas semanas, ele foi um pouco... bem... é... ele foi um pouco... como eu diria...

(*A depoente conversa com o seu advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins.*)

Inconveniente.

Obrigada, doutor. Inconveniente a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Leandro Estevo era a pessoa que tinha contato direto com o Secretário André Motta nessa questão das locações, etc.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ele tratava mais com o André Motta ou mais com o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, o... André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mais com o André Motta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — André Motta, é.

É... nessa questão da locação, né, essa outra proposta via locação de *kit* UTI, isso seria mais a parte à frente, digamos assim, do senhor André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Muito obrigado.

Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Márcia, doutores também, pai e filho, não é? Deve ser um orgulho para o pai o filho seguir a carreira. Parabéns.

(*O advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins, manifesta-se fora do microfone agradecendo.*)

Márcia, você chegou a ter acesso à proposta da Veigamed. Ela não falava em pagamento antecipado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, numerário antecipado. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Falava já... na primeira proposta já falava?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Numerário antecipado. Já, já. Todas as propostas. Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Já falavam pagamento antecipado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim. Ã-hã. Forma de pagamento, em numerário totalmente antecipado.

Tem uma... expressão lá.

PROCURADORIA PÁG. 2037
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2055 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Vocês chegaram a ser notificados sobre a Veigamed no dia do pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Notificado?... Em que sentido?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — No sentido de alguma outra empresa ou de alguém dizer que a Veigamed não iria cumprir e não tinha o direito nem de compra na China, nem de comercialização no Brasil. Ela não tinha autoridade sobre a marca respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu fi... Nós, notificados, não. Nós, Superintendência de Gestão Administrativa, não. Foi encaminhada documento, salvo engano, pro gabinete. Agora não sei se pro gabinete do Secretário Adjunto ou o Secretário André foi... me parece que foi encaminhado alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas sabe dizer se foi antes do pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei lhe dizer. Não sei se foi antes ou depois do pagamento. Eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas essa notificação chegou à Secretaria?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Chegou, chegou à Secretaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Notificando que a empresa não cumpriria com a venda?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu... eu vou lhe dizer que eu... esta, esta informação, após a minha exoneração, eu fiquei sabendo também. Lá no Coes, no, no ambiente de trabalho, decorrer do trabalho eu não fui apresentada a esse documento, não. Eu sei que veiculou depois aí um documento... eu li, não me lembro nem a fonte, de que a Exxomed, salvo engano a Exxomed, teria encaminhado um ofício, alguma coisa, por conta de que ele detinha uma... propriedade de compra dessa marca, enfim. Nesse sentido. Também eu soube depois da minha exoneração, lá durante o trabalho, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Eu já fui contemplado pelas outras perguntas dos Colegas, mas apenas para encerrar.

Sobre a sua exoneração. Você não participou da compra, nem da escolha da empresa, nem do pagamento, ou seja, você trabalha numa área técnica que está ali numa fase...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Executória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Executória.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós executamos o processo de compras. Chega pra SGA...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...a necessidade e ele executa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Você chegou a questionar o porquê de tantas pessoas que participaram disso e você foi a pessoa a ser exonerada?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu questionei. É... eu questionei não o fato da minha exoneração, porque isso é um ato... de... o cargo em si não é uma coisa que, que me preocupe, não. Agora, a questão do processo de investigação, da sindicância interna que teve, eu questionei, porque se este processo foi um processo que ele começou até fora da Secretaria, envolvendo dentro da Secretaria várias áreas, o, o Cofes, Coordenadoria do Fundo Estadual de Saúde, Secretário Helton gabinete, várias diretorias, eu

1295
PROCURADORIA PÁG. 2040
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2056 RÚBRICA

questionei por que que eu, né, por que eu, se tinha dentro do processo, dentro da tramitação em um processo, tiveram dezesseis servidores que participaram, dentro do, da Coordenadoria do Fundo três gerências, duas delas lidaram com este processo, aquele apertar do botão.

Então assim, o próprio Secretário Helton, se fosse pra lisura do processo, no momento da abertura da investigação, todos deveriam... Um processo que eu nunca passei por um PAD, que é um Processo Administrativo Disciplinar simples, de... corriqueiro. Eu faço em setembro trinta anos de serviço, eu nunca tive um PAD na minha vida profissional, mas já participei como é... composição de grupo, eu sei como é que funciona, eu já participei de processo desses e sei como é que funciona. Neste momento é um processo que você busca a informação pra ver o que aconteceu. Só que você tem que buscar todas as pontas, né, todos que participaram no processo.

Então, realmente, eu achei estranho nesse sentido, se você afasta alguém até pra... pra sair do circuito pra você ter a informação, você tem que afastar todos, né, todos que participaram daquele processo.

Então isso, realmente, é uma interrogação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E qual a explicação que lhe foi dada? Nenhuma?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... preservar. O preservar, né, que foi colocado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Preservar...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Preservar. É uma palavra que eu estou tentando interpretar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E o teu nome passou pelo PAD?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Oi?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — O teu nome passou por esta comissão que faz avaliação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, in... internamente me foi informado... eu não fui ainda... chamada internamente na Secretaria, né, nós estamos no âmbito do, da investigação é... dos... das... dos órgãos investigativos externos, né? Dentro da Secretaria eu ainda não fui chamada.

Uma reunião na CGE eu fui chamada é... para participar, foi onde, foi o momento que eu descobri de uma comunicação interna que já tinha sido assinada e replicada em pelo menos nove processos meus. Foi onde eu coloquei, até na entrevista eu menciono isso, e também depois nos meus depoimentos. Uma reunião na CGE eu tive, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E depois dessa saída não teve mais...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Depois dessa não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — ...contato com ninguém da Secretaria, do (*ininteligível*).

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Depois dessa, não. Eu, eu me afastei, porque eu tinha que prestar muitos depoimentos, eu precisava desse tempo, e eu lhe confesso que nós passamos por um... período de trabalho muito intenso, muitas horas de trabalho, e eu estava realmente sobrecarregada. Eu tinha férias vencidas já, eu tirei o período de férias, me afastei dia 4 de maio e... hoje é meu último dia de afastamento, amanhã eu retorna pro trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E aí volta para a tua função...

Fls. 1396
PROCURADORIA
PÁG. 2041
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2057
RÚBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu volto pra SES. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Era isso. Obrigado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Imagina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado Fabiano.

Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Boa noite, senhor Presidente, boa noite, senhores Deputados, boa noite, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — A minha primeira pergunta eu quase que estou satisfeito, mas gostaria de esclarecer melhor.

O Leandro Estevo, ele tinha acesso direto à Secretaria? Ele tinha vaga de estacionamento assegurada? Você pode precisar isso, objetiva?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Leandro Estevo, Ortomedical, eu não sei se ele tinha vaga de estacionamento. Tinha livre acesso, não sei de vaga do estacionamento, eu não sei. Leandro Estevo, Ortomedical, locação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E ele participava meio que direto, mas e qual seria a função dele, de estar lá, representando alguma empresa? Ele opinava nas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, Leandro Estevo é diferente de Leandro Barros. Leandro Estevo é o representante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Certo, Leandro Estevo. Estou lhe perguntando Leandro Estevo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hm, hm. Leandro Estevo é o representante da empresa Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ortomedical.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ortomedical. É empresário, né, do ramo médico-hospitalar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ele é uma pessoa que tem muito contato com o doutor André Motta, Secretário hoje?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele chegou ao Coes por este contato, do doutor André Motta. Antes do Coes eu não o conhecia Leandro Estevo, eu passei a conhecê-lo ali, eu não sei das relações dele antes dessa... da Defesa Civil nem depois, né, a relação dele ali era encaminhando as propostas, enfim. A oferta dos seus... das suas propostas de contratos e aquisições.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhora Márcia, mesmo que nós estivéssemos em estado de calamidade, que a compra dos respiradores poderia ter sido feita sem licitar, o processo era um processo mais simples, mas em nenhum momento ninguém, antes do pagamento, verificou a capacidade da empresa, o cadastro da empresa? A senhora disse que isso é lá com a SCC, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Que faz essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me re...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...planilha, que faz essa consulta, ninguém antes de repassar 33 milhões, levantou pelo menos conhecemos quem nos está vendendo, que garantias nós temos, qual é o patrimônio dessa empresa, a *expertise* dessa empresa em vender? Ninguém nunca comentou isso contigo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Primeiramente, é... o SCCD é um sistema de cadastro que a Diretoria de Licitações, a Diretoria de Compras

PROCURADORIA PÁG. 2042
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2058 RUBRICA

também faz uso dessa ferramenta, que serve para o cadastro da empresa, ali com a configuração da empresa. A pré-qualificação dessa, desses fornecedores, que é o que o senhor se refere, se essa, se ele tem essa capacidade. Este foi sempre o nosso grande pedido, que essa pré-qualificação, porque nós já sabíamos que a gente precisava estar blindado, porque as propostas elas... nós estávamos naquele processo tumultuado. A pré-qualificação ela tem que ser anterior até a Secretaria de Estado da Saúde.

Este foi um grande, uma grande falha, seguido pela constituição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Vocês pediram isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — do Cos... do Coes, que foi outro grande erro. Tá certo?

Nós reiteramos o pedido da pré-qualificação pelo menos duas vezes, eu, Márcia, duas vezes. Anterior à minha chegada na Superintendência de Gestão Administrativa a equipe já havia pedido pela pré-qualificação.

A parte do pagamento, quando o senhor se refere, ninguém fez a checagem, a parte do pagamento eu gostaria muito que vocês conversassem com o Zé Florêncio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não ouvi a tua resposta... você gostaria muito?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que isso, o José Florêncio, coordenador do Fundo, que ele esclarecesse, né?

Não sei se eu respondi a todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bom, eu queria... Só tenho algumas questões aqui para falar, muitas já foram faladas, mas tem algumas questões assim que eu... Eu vi os seus depoimentos e daquilo que os Colegas falaram aqui, a senhora fala, em um certo momento no depoimento, que no dia 3 o Secretário me pediu para a Veigamed que tinha que ter alguém ali pra saber se a carga tinha chegado ou não. Aí a senhora fala, eu só queria saber isso daqui, a senhora diz assim: que até às 18h a conversa no WhatsApp era sobre EPI, depois das 19h virou respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, se refere à conversa com o Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hm, hm.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Leandro Barros, que conheceu...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a senhora conheceu na outra gestão, ele era superintendente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ele foi indicado pelo Secretário Borba...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...no dia 22...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Referenciado, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora perguntou para o Secretário Borba se conferia que ele, Leandro, iria falar pelo nome dele.

Fls. 1298

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu fiz muito isso, eu fiz muito isso. Sempre que eu recebia é... um contato, na maior parte das vezes, quando a pessoa se colocava em nome de pessoas importantes do governo, eu ia pro col... eu ia pro ponta e perguntava, assim como eu fiz pro Douglas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora perguntou se o Leandro...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Secretário Douglas, Leandro Barros fala em seu nome, o senhor confirma? Mesmo ele tendo encaminhado o contato de Leandro Barros eu pergunto isso a ele, e lá no WhatsApp está: sim, confirmo. Eu fazia sempre isso, não só com ele, eu fazia com outros Secretários também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. É importante isso daí pra gente saber, porque depois a senhora diz, inclusive... e daí eu preciso conhecer um pouquinho o seu perfil, e isso é muito bom de a senhora fazer esse tipo de conferimento, né, ou de aferição se fala ou não, porque depois a senhora fala que ouviu muitas vezes nas conversas entre o Secretários a seguinte frase, abre aspas: "Acabei de falar com o Moisés", outra aspas, "Isto é decisão de governo."

Quando, quem e como foi falado isso, numa lembrança sua com relação aos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... 9 de abril, na Defesa Civil, é... essa é uma decisão de governo, vocês têm até meio-dia pra acabar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem falou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É Leandro... É... Douglas Borba. Douglas Borba.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 9 de abril.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 9 de abril. Isto ele estava se referindo, esse... essa fala específica à compra dos EPIs.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dos EPIs.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 77 milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu falo dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, dos respiradores foi antes... a, a outra frase que o senhor mencionou. Me desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Acabei de falar com Moisés.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com Moisés. Foi... é... Douglas Borba, 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 22 de março, foi antes dele mandar pro seu telefone...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No dia, no momento da entrega da proposta, onde ele se coloca em apoio, dizendo que va... que precisamos comprar, qual... o que que você precisa de ajuda, vou passar ó, é fornecedor, está aqui. Nesse dia, foi essa a conversa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá, eu só queria... até porque isso é muito importante, pelo menos para mim, Deputados.

No dia 22 de março a senhora ouve o Secretário, ex-Secretário Douglas Borba dizer: acabei de falar com o Moisés.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sobre respiradores? Sobre compras? Sobre o geral?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O geral, geral.

PROCURADORIA PÁG. 2093
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2059 RÚBRICA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA FLS. 1399 RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2044
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2060 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.
Logo depois vem a fala da oferta dos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No mesmo momento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí a senhora, logo depois de receber da questão dos respiradores, ele diz o que para a senhora? Quem é que ia procurar a senhora com relação àquela proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... ele passou o prospecto... Douglas (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aliás, o Secretário Helton...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...diz que o Secretário Douglas vai lhe passar um fornecedor. É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... o Secretário Helton passou o meu WhatsApp pro Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Douglas recortou uma mensagem do Helton, fazendo referência: ó, aqui quem fala contigo é o Douglas, essa mensagem o Helton acabou de me mandar, vocês precisam de ajuda? Aí ele começa, (*ininteligível*) segue.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí depois disso aí é que houve a fala: acabei de falar com o Moisés?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Isso, foi tudo na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E logo depois ele passa a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente, na sequencia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu só gosto de falar isso daí, até porque isso é muito importante...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Na linha, passa a linha do tempo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Porque eu assisti à *live*, até porque eu não suportava *live* e eu, obrigatoriamente, tive que assistir para colocar, porque é o seguinte, não é possível, Deputado Cobalchini, um Secretário agora dizer, tanto como nos depoimentos, que o Moisés não sabia nada, se o Secretário da Saúde estava todo dia no lado dele na *live*.

Aí, quando vossa excelência fala aqui, é exatamente isso que eu tinha marcado aqui sobre esta fala do próprio Secretário Helton, que depois nós vamos perguntar para ele, mas o próprio Governador falando isso. E depois, na conversa com a Lide, que foi o que nós falamos aqui na outra vez, ele diz para um grupo de empresários falando o seguinte: olha, se me dissessem, nós estávamos tão apavorados, que se me dissessem que tinha dentro de uma casa cem respiradores, e para ver os respiradores eu tinha que pagar, eu pagaria antecipado.

Então, só pra mostrar que não venha o Governador Moisés querer fazer igual à ex-Presidente Dilma e dizer que não sabia de nada. Então, só pra colocar claro aqui exatamente sobre essas questões.

Mas seguindo lá do dia 19, aliás, do dia que até às 18h era EPI e depois virou respiradores, ficou uma coisa interessante para mim quando eu assisti. A senhora disse que estava com o motorista mais alguém no carro indo para um outro lugar e alguém ligou, aliás,

Fls. 1400
Rubrica
PROCURADORIA
Fls. 2045
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2061
Rubrica

o Secretário ligou pra senhora, e o que me chamou a atenção foi o seguinte, que a senhora pediu pra parar o carro e a senhora foi falar com ele fora do carro. Por quê?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim. Porque o Secretário Helton ele sempre tinha muita preocupação e eu sem... nós, sempre, os superintendentes, nós confirmávamos se aqueles assuntos a gente poderia colocar no grupo, até colegas que estavam no carro comigo agora podem se ofender, mas não é essa questão, é que esses assuntos eram uma preocupação grande, né?

É... por exemplo, esta questão dos respiradores, especificamente, gostaria que vocês pensassem pra ele daqui a pouco é... nas minhas abordagens, eles só diziam assim: isso não pode virar imprensa, né, isso não pode ir pra imprensa. Era o grande temor, né? Isso não pode virar imprensa. Então a gente tinha esse cuidado.

Eu estava num carro com uma colega do meu lado esquerdo e outra na frente com o motorista, então eu tomei esse cuidado, eu pedi pra eles pararem. Eu atendi ele no telefone foi esse dia em que o Leandro faz essa... de novo dá essa tranquilizada com relação... olha, acabei de cobrar, eles vão se focar na entrega, vai... vão entregar, tá?

Então é esse dia 3 aí que realmente eu peço pro motorista parar, a gente já tava quase chegando na Secretaria e eu atendo a ligação dele fora do carro. Exatamente, isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, se me permite.

Só um exemplo, porque várias vezes, então um exemplo deve ter...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Do?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com exceção dessa frase: isso não pode ir pra imprensa. Com exceção do caso dos respiradores. A senhora falou assim, várias vezes isso foi dito, só não pode ir pra imprensa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Olha, são muitos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com exceção dos respiradores, porque essa a senhora já acabou de confirmar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Várias... deve ter mais de uma.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem. O senhor está me perguntando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós vamos ficar aqui até meia-noite (*ri*).

Nós tivemos um processo, pra vocês verem assim como a situação era... era uma situação nervosa, vamos colocar – agora eu falei a palavra nervosa. Nós tivemos um momento assim um pouco de tensão entre o Secretário Helton e o Secretário Douglas e até depois uma ligação o Secretário Douglas reclamou dizendo assim: imagina, a gente não vai fazer isso por causa de meia dúzia de máscaras. Nós tivemos um processo em que foi montada uma requisição administrativa, requisição novamente, a... os colegas iam lá, uma pessoa da SGA acompanhou, era uma empresa de Blumenau, porque nós tínhamos, nós precisávamos de máscara. Então a ideia é que se fosse fazer a requisição administrativa, nós, eles iriam lá e... pegar as máscaras que se... que a empresa tinha à disposição pra poder oferecer pros profissionais de saúde pra assistência.

É... esse processo foi montado, essas pessoas se deslocaram até lá, eram duas Secretarias envolvidas, a Secretaria da Saúde e outra, só que eles deci... definiram, eu, depois, eu entendi que foi uma, até uma conversa entre o Secretário Douglas e o Secretário Helton, de que aquilo não precisava consolidar, porque é uma requisição administrativa, isso

Fls. 1401
Rubrica

podia e no outro dia a gente estaria na imprensa por conta disso. Até o Secretário Douglas usou a expressão: por conta de meia dúzia de máscaras no outro dia a gente vai pra imprensa. Aquilo não aconteceu.

Foi até uma situação em que esqueceram de me avisar e aí a pessoa da SGA, que estava seguindo pra empresa, que ia encontrar a força policial lá pra poder fazer a requisição administrativa, esqueceram de avisar e o colega aqui, Gabriel, eu liguei pra ele, volta Gabriel, em Blumenau, aborta a operação porque não vai mais acontecer. Foi uma requisição administrativa, um processo que tramitou.

COORDENADORIA
PÁG. 2016

Então este foi mais um caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — (*Manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, porque a repercussão disso ia ser muito negativa.

Então, sim, essas coisas aconteciam. Os senhores imaginem o nervosismo que se estava diante daquilo que se precisava comprar.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2062
RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, dona Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Continuando aqui, quando eu fiz a pergunta para a senhora sobre quem autorizou a Fonte 100 e a Fonte 300, depois eu não vi, mas eu queria que a senhora repetisse quem assinou a Fonte 100 e a Fonte 300.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esta é uma rotina do Cofes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Assinou, quem assinou, quem colocou a rubrica lá, não vou aqui confirmar se foi Gerência Financeira ou Gerência Orçamentária. Arrisco a dizer que foi a Gerência Orçamentária, mas não vou confirmar, tá?

Uma outra questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E quem autorizou o pagamento da Fonte 100 e Fonte 300?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É com o Cofes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essa é uma atribuição deles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas a senhora falou antes aqui, que depois eu fui ouvir, que a senhora disse que houve uma que foi a Secretaria da Fazenda.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, porque a Fonte 300... a Fonte 100 é do Tesouro, é a nossa Fonte ordinária.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A Fonte 300, se não estou enganada, é recurso do Tribunal de Contas, dos Poderes. Então é... esse recurso ele precisa ser autorizado pela Secretaria de Estado da Fazenda, né, então... Também foi comentado comigo, e aí eu vou falar o que o José Florêncio falou, em conversa com a Michele, a Secretária Adjunta da, da Fazenda, foi definido. Então aí tem que consultar o José Florêncio mesmo.

Uma outra questão que eu gostaria de esclarecer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixe eu só dizer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que tem a secretária Adjunta da Fazenda?

Fls. 1402
Rubrica

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que essa questão o José Florêncio, e aí ele me colocou isso, de que ele teria tratado isso com a própria senhora Michele, né, mas de novo, é uma atribuição dele, ele é que precisa confirmar isso.

Agora preciso entender se ele fala a verdade.

PROCURADORIA
PÁG. 2047

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu trago essa posição, Deputados, e gostaria que vossas excelências tomassem muita atenção, porque nós temos o grupo da Fazenda e eu não me lembro qual foi o Deputado que colocou lá e perguntando, indagado o Secretário da Fazenda Paulo Eli sobre o pagamento, e ele disse o seguinte: que a Secretaria da Fazenda, lembram disso que ele falou, a Secretaria da Fazenda só transferiu o recurso pra... pra... outras fazem, ou seja, eles não participavam desse processo. Agora nós temos pelo menos mais um para trazer para cá, que é a questão da Secretaria da Fazenda, até para saber sobre essa...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2063
RUBRICA

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ver com José Florêncio o que que acontece.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...posição (*ininteligível*) Florêncio.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Porque outra Fonte isso tem que ser autorizada por lá, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa eu dizer uma coisa aqui, de tudo o que a senhora falou, algo me deixou extremamente preocupado pelo contexto. A senhora diz que tem um sistema que é possível fazer um *download* e *upload* de qualquer documento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E na sua fala diz assim: que é possível inclusive pegar um documento assinado pelo Governador do Estado, de um outro processo, e alguém baixar e colocar num outro, que foi o que fizeram...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...com a senhora, pegando uma autorização de pagamento do dia 20 e colocando lá na frente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, pra mim, é gravíssimo, e vossa excelência também fala exatamente isso daí...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pra mim também é, mas o Secretário Tasca diz que é comum, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora usa: isso é uma desconformidade gravíssima.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gravíssima. Pra mim é (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

Aí no mesmo tempo, eu só queria entender isso, no mesmo tempo que a senhora diz: eu sou certificadora de pagamento...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Da Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Da Sigef, que é esse que pode fazer qualquer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, são dois sistemas. SGPE, certificação digital da assinatura, assinou, da assinatura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá, me explica um pouquinho mais, não só para mim, mas para quem está entendendo: qual é o... Porque para vocês falam essas siglas no dia a dia.

Fls. 1403
RUBRICA

Mas qual é o sistema que eu posso pegar um documento de qualquer outro processo e colocar aqui ou desentranhar ele, como nós tivemos desentranhamento? Qual é esse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Esse daí a senhora tem a senha válida?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, esse sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

É esse que faz a certificação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Exatamente é a isso que eu quero chamar atenção. Aí nós temos outro sistema que faz a certificação.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como é o nome do sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora é certificadora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Lá nesse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Desde quando a senhora não tem uma senha ativa nesse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pelo menos 2017, 2018, pelo menos, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Olhem a gravidade, gente! O Secretário Helton diz no depoimento do Ministério Público que ele não certifica e não manda pagar nenhuma nota. Livrou.

Quem é que certifica e manda pagar a nota? A funcionária, num sistema que ela sequer tem a senha válida desde 2017! E que nesse sistema quem faz e dá a autorização, dizer recebi, paga, que ela não tem a senha, quem é que usou a sua senha?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... tiveram nove processos desses, né? Desse da Veigamed a Débora Brum, que é o apoio da SGA, ela que fez todo esse trâmite.

Essa tramitação, a composição dos processos de pagamento, dos processos de pagamento, e aí a Débora me falou, ela reportou ao Cofes, na Gerência Financeira e Orçamentária. Eles disseram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretaria da Fazenda.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não. A Cofes é dentro da SES.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É o José Florêncio, é a Coordenadoria do Fundo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k. Ah, o Fundo, coordenador do Fundo.

A SRA. MÁRCIA REG INA GEREMIAS PAULI — Isso.

Então ela... ela, o Gabriel Koerich, eles reportaram pra saber como que é a composição, o que precisa ter nesse processo pra caminhar com essa certificação.

PROCURADORIA PÁG: 2048
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2064 RUBRICA

Fls. 1404
Rubrica

Então, toda essa instrução eles foram orientados. Não vejo nenhum problema até aí, a Débora Brum ela é da SGA, esses processos de pagamento eles... é... tinham que ser a... é... aprontados pra chegar no Cofes. Se esse processo de pagamento, essas peças, não chegaria até o Cofes. Está certo? Todo esse... e, e, essa tramitação foi orientada por essas Gerências do Cofes.

PROCURADORIA
PÁG. 2049

Faço uma ressalva num processo desses, que eu mencionei lá na entrevista, que eu fiquei sabendo no dia 29 apenas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que foi um processo de trezentos e poucos mil reais que ele tem a mesma composição, digamos assim, eu sequer sabia, é... o nome da co... da colega não vou repetir aqui, mas já estão nos autos, eu não a conheço é... de consegui descobrir o próprio José Florêncio que fez a relação de todos os processos...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2065
RÚBRICA

Eu, depois da minha exoneração, eu fui ao Cofes no dia 28, na segunda-feira, eu falei: José, por favor, puxa num relatório pra mim, primeiro faz uma coisa, confirma a nulidade da minha, porque com CPF tu consegues puxar o meu nome lá, mesmo sem senha pra certificar. Fiz dois pedidos pra ele: você, por favor, me garanta que... Ele é a única pessoa que tem autoridade pra fazer isso lá dentro, garante que ninguém mais vai poder colocar Márcia ou meu CPF e certificar em nome. Um pedido meu pra ele.

Eu não sei se isso foi feito, preciso checar. Amanhã eu vou retornar vou ver.

E a segunda coisa que pedi pra ele: você vai puxar todos os processos que foram certificados em meu nome, com esses pagamentos e tal.

Foi onde eu descobri esse processo com a servidora lá, que faz parte, lotada me parece que numa Gerência de Abastecimento, que eu não conheço, e ela... seguramente ela não tem autorização, eu não a conheço, eu não sei qual é a atribuição dela, ela não tem autorização pra certificar em meu nome. Não tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Porque pegando o jurídico, que nós já ouvimos aqui, pegando o da licitação, pegando o seu depoimento, me faz ficar de cabelo arrepiado com essa fragilidade do sistema.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É um negócio assim que não dá para compreender como uma Secretaria tão grande, que é a Secretária da Saúde, com o maior orçamento ou um dos maiores orçamentos... Segundo maior orçamento. Primeiro ouvimos aqui o jurídico, o diretor jurídico da Secretaria dizendo o seguinte: são só em dois jurídicos para atender *x* mil processos. Olha só.

Depois a gente vê que o Secretário diz que não certifica, aí vem a pessoa que... Isso pra mim, pode ser que não, porque pode ser parte do processo, mas eu, fosse a senhora, entraria com uma ação contra o governo de terem utilizado... Porque a senhora agora entra com uma... um momento difícil onde está tendo que responder, e muitos pré-julgando...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Muito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...por algo que alguém usava a sua assinatura, o seu CPF. Isso é falsidade ideológica, no mínimo! Falsidade ideológica!

E por que eu faço isso, Presidente? Porque é exatamente na Secretaria da Saúde que uma das propagandas, Deputado Milton, é que as dívidas foram zeradas. As dívidas foram zeradas e eu me preocupo muito, exatamente isso, por essa fragilidade.

Já indo para o encerramento, eu queria fazer uma pergunta para a senhora. A senhora falou num depoimento para o Ministério Público... Eu só queria, se realmente foi isso que a senhora falou, eu gostaria não da sua resposta, sim ou não, mas eu gostaria que a

COMISSÕES PERMANENTES Fls. 1403 RUBRICA

senhora repetisse o que a senhora falou. Como eu sou jornalista, eu tenho mania de fazer anotações de falas, né?

A senhora disse o seguinte: a proposta da Veigamed chegou pelo Douglas e foi tranquilizado pelo Leandro.

PROCURADORIA PÁG. 1050

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pode repetir?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... a apresentação da proposta ela veio por parte do Secretário Douglas Borba. O senhor Leandro Barros ele abordou tranquilizando de que nós não precisávamos ficar preocupados...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2066 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu só gostaria de saber, como eu entrei agora na CPI...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu não vi os outros, o Leandro Barros é aquele que já veio aqui? Acho que a gente vai ter que chamar ele de novo, porque a senhora fala o seguinte: que o Leandro Barros foi apresentado pelo Lucas, aliás, pelo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Lucas? Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Douglas Borba, que a senhora perguntou para o Douglas se era falava, ele disse que sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Confirmou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Depois lá na frente, quando estoura a boiada, e a senhora diz o seguinte aqui na entrevista, que do dia 2 de abril ao dia 24 de abril...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...o trabalho da Secretaria foi montar uma estratégia para poder achar um culpado e tirar do jogo.

Confere isso que a senhora falou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, confere. Esse foi meu sentimento, porque não se justifica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora hoje acha que a senhora foi essa vítima?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não me colo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que o outro seu colega aqui, jurídico, disse que a senhora foi boi de piranha?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu não vejo outra razão pra eu, somente eu, num processo desse, que tramitou por mais de dezesseis pessoas, eu fui a décima sétima pessoa que tramitou neste processo de compra. E não teve só este processo de compra, teve dois outros processos de pagamento e ainda tem um outro processo do CIG.

Outra pergunta que os senhores fizeram pra diretora Karen aqui, que eu gostaria de também responder, é... que no momento eu acho que ela não estava inteirada do processo, ela não tinha informação: foi feito o CIG anterior ao pagamento, foi feito.

O CIG é um Cadastro de Informações Gerenciais, é uma equipe que trabalha SEF/GGG/CIG, se não me engano é isso. Então foi feito, sim, de todos os processos, inclusive desse antes do pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quando a senhora fala no tranquilizar, é porque quando vocês ficaram sabendo que a empresa não dava documento, houve a ligação do senhor Fábio e disse assim: vai uma pessoa aí conhecida...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

Fls. 1406
Rubrica

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...de vocês pra tranquilizar vocês.

Quem foi essa pessoa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aquele que veio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí ele...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele não foi, ele mandou o Gilliard Gerent, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. Mas parece que o Secretário Douglas mandou uma resposta para a senhora dizendo: tranquilize-se, porque o Leandro vai falar. Houve isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, foi Fábio, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah, o Fábio. O Fábio que foi falar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Fábio fala isso que o Leandro falou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Em algum momento, depois de ter esse envolvimento todo, a senhora fala que o Secretário Helton por algumas vezes pediu para a senhora tranquilizar, inclusive um dia ele chamou a senhora para o lado e disse que a senhora estava muito abatida.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por alguma... depois disso que ficou, ficou sabendo do escândalo, depois do Intercept, o ex-Secretário Douglas alguma vez ligou, mandou mensagem, falou com a senhora dizendo tranqüiliza? [*Transcrição: taquigrafa Siomara G. Videira*]

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele mandou mensagem e disse que: Querida, fique tranquila, sabemos de sua idoneidade, é... fiq... estamos torcendo, orando, uma questão assim. Sim, foi, mandou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Douglas disse, no seu depoimento, duas coisas que eu achei interessante. Primeiro ele fala o seguinte: fiz alerta à servidora e ao Secretário Helton que estava vedado o pagamento antecipado. Sim ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Para mim isso não chegou, não, desconheço, e o Secretário Helton nunca comentou isso comigo também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, no depoimento, perguntaram: mas a funcionária diz que conheceu o senhor, vem conversando com o senhor a partir do dia 23. Ele diz o seguinte: conheci a Márcia no dia 2 de abril, numa conversa sobre importação de EPIs.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A conversa do dia 2 ocorreu, mas a... o contato foi bem antes, foi dia 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Do dia 22 de março ao dia 2 de abril, vocês se conversavam, porque está aí...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, mas telefone, WhatsApp...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas vocês se viram alguma vez?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele... o Secretário Douglas ele sempre estava por ali no Coes, né? É uma estrutura... é comigo, em sala, expediente, não. De cumprimentar...

Fls. 1407
PROCURADORIA PÁG. 2052
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2068 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cumprimentou?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De cumprimentar, sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Se ele olhasse para a senhora ele sabia que a senhora é a Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim, ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E para encerrar, essa compra da Veigamed não foi a primeira. Houve uma anterior, da empresa Edera, do Município de Araranguá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha pergunta é a seguinte: essa daí foi aquela que compraram por 4 milhões?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, foi... até anotei aqui também porque... falei inicialmente foram três só processos, eu anotei esse. Foram duas ordens de fornecimento. Uma ordem de fornecimento no valor de R$ 1.253.100,00.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Desse da Edera?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Edera. E a outra ordem de fornecimento no valor de R$ 2.200.000,00, totalizando R$ 3.453.000,00.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Esses 3 milhões eram para comprar quantos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ali estavam 10... é... perdão, ali estavam 30 respiradores, 23 monitores multiparâmetros e 10 camas de UTI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse material foi entregue?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De todo esse material, 6 respiradores não foram entregues. Dos 30 respiradores, as camas, os monitores, o.k. Dos 30 respiradores, 26 foram entregues. Pagamento: nós pagamos... foram pa... é... dos 30, 26, desculpe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 26 entregaram.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...falei 24 entreg... falei errado, 26 entregaram, 4 não entregaram, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... pagamento: o pagamento foi feito da o... foram duas ordens de fornecimento: 304 e 305. A ordem de fornecimento é o balizador, né, o contrato, o edit... enfim. É... a 305 foi paga. É... me parece que não foi pago antecipado, foi pago... a informação que eu tenho, aí também tem que ver com o José Florêncio, é que foi pago 48 horas depois da entrega dos equipamentos, mas a previsão era de pagamento antecipado também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, por acaso essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E os demais até hoje não foram pagos, então a gente ainda deve pra Edera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por acaso essa negociação foi... teve alguém do Instituto Imas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi do Imas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa proposta foi apresentada através do Secretário Adjunto, até da superintendência hospitalar chegou pra SGA. Eles tinham prontidão pra entrega também, os equipamentos tavam ali. É, Robson, do Imas, fez o contato, né, através da, da... da SUH, do Secretário Adjunto, que nos colocou em contato com, é... Eduardo, se não me engano, Eduardo, da Edera, que é o fornecedor.

Fls. 1408
Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2065
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2069 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o Secretário Adjunto apresentou o Imas?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim. Colocou ali também o Robson, né, que... acho que ele é diretor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E quem, a partir daí, participou desse processo de negociação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi, é, dali, SUH, direto a proposta foi encaminhada pra essa institucional aí pro... pra... parte institucional da SGA. E aí autuou-se o processo pra compra direta. O processo foi autuado assim: requisição administrativa emergencial pra aquisição por dispensa de licitação. É o processo 36.251/2020.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E para encerrar, como a senhora hoje vê de tudo isso, que a senhora teve lá, a senhora disse que foi um grande erro, que foi um grande erro ter formado o Coes, que saiu do habitat de vocês, da Secretaria, e foi para lá...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desestabilizou o nosso processo de trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E nesses quase 30 anos de serviço prestado ao governo nesse setor a senhora alguma vez participou de algo tão frágil?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual é o recado que a senhora tira disso tudo em relação a esse sistema que está tendo? Porque nós estamos vivendo um momento difícil...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...um momento diferente. Inclusive, Presidente, um momento em que nós estamos fazendo reuniões híbridas, o Deputado Sopelsa está lá, ou seja, a digitalização parece que foi um dos problemas.

(Depoente faz que sim com a cabeça.)

A senhora fala num depoimento que vocês montaram um grupo de WhatsApp, que o nome do grupo do WhatsApp era 24 horas porque a meta era em até 24 horas resolver o problema.

Qual é a sua opinião, dentro do que a senhora conhece, sobre essa fragilidade desse sistema do tradicional, como disse o Deputado Cobalchini?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A licitação, pra uma dispensa de licitação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É. Eu também sou do tempo do fax, o fax era novidade pra mim, né, e o cuidado do fax...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para a conclusão, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...o cuidado do fax era tão importante, porque diziam que o papel do fax depois sumia e muitas vezes não servia como prova na Justiça, só para imaginar.

Agora, o que a senhora tira de toda essa fragilidade, o que tem que mudar no governo, além do Governador?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, nessa situação de crise mesmo diante dessa guerra, como estava colocada: "Nós estamos na guerra, nós não estamos num... momento normal", essa era a frase, eu tô abrindo aspas aqui. Esta foi a frase dita: "Nós estamos numa guerra, não estamos num momento normal". É... numa reunião de

1409
PROCURADORIA PÁG. 2054
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2070 RÚBRICA

superintendentes, a SGA ouviu do seu ordenador, da sua liderança ali, de que meu, minha preocupação é a SGA, porque os processos eram muito morosos.

Isso eu já... lá em janeiro quando fui convidada, fevereiro que eu assumi, eu fui com esse desafio, da gente entender por que que os processos eram tão morosos. Aí você imagina no meio de uma crise, de uma pandemia, se aquilo demorasse para concretizar ia morrer gente, ia morrer gente, ia morrer gente.

Meu grande aprendizado: mesmo diante de uma crise, o mínimo de organização dos processos de trabalho nós precisamos ter. E depois que esse... essa grande... estrutura, esse abraço, como eu ouvi depois aí, né, que agora nós estamos abraçando a Secretária de Estado da Saúde, nós pedimos esse abraço, presencialmente dia 23 de março nós pedimos esse apoio, não pelo grupo do WhatsApp, não. Nós precisávamos de apoio na decisão, alguém com voz que pudesse dizer naquele momento: Peraí, não é assim. Alguém que fosse ouvido, não qualquer um, não qualquer um, mas alguém que tivesse uma voz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Márcia, no final da fala a senhora vai ter a oportunidade de fazer as conclusões finais da senhora ali e...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pra dizer isso. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais uma pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só para encerrar, a senhora pediu... vocês pediram essa participação da CGE, da PGE, de todos esses setores, é... o Douglas fala no depoimento que ele criou esse grupo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi criado ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Gostaria de fazer uma observação aqui: o pedido foi meu, né? Eu já vi em outras oportunidades ele falando por aí que: Olha, eu fiz e tal. Inclusive, 18 horas da... *live* do Governador, o Governador fala também, é... ele pergunta como pode ajudar, eu faço o pedido. E depois vem o grupo do WhatsApp, né? É... isso não aconteceu. Isso, depois eu fiquei sabendo, depois da minha exoneração que eles realmente agora estão apoiando e que agora virou uma força-tarefa, né, tardiamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, senhor Presidente. Obrigado, dona Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra, finalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito obrigado, senhor Presidente.

Nós iniciamos às 5 horas e vai bater 21 horas. Então, são algumas horas aí de bastante questionamento e muitas das minhas dúvidas foram aqui esclarecidas.

Cumprimento aí o senhor Nelson, advogado muito conceituado, e seu filho. E bom ter você aqui, Márcia, para esclarecimento. E eu realmente me sensibilizo, né, eu vejo nos seus olhos, vejo pela tua postura, até por ser uma mulher, eu acho, que mais sanguínea, mais enérgica, lhe vejo como uma vítima. Mas claro, se estava dentro de um processo, talvez, dos mais nebulosos da história, eu não me lembro de um processo tão delicado, e você faz parte e de início você é exonerada, né? Ou seja, uma mensagem, uma linguagem não verbal fica esclarecida: Olha, está aqui a culpada, ela é a responsável por esse processo – e até achei muito corajoso de sua parte quando corajosamente vai à imprensa e: Não, espera aí, vamos botar os pingos nos is, né?

O que você tem a dizer dessa sua exoneração? Você realmente foi... você acredita... pelo menos a nosso ver, de uma forma... vou falar isso aqui até de um linguajar prático, né,

Fls. 1490
Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2355
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2071 RÚBRICA

que a nossa população entenda, porque estamos aqui, Deputado Lima, nesse papel – a população quer saber, são 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos –, eu acho que o nosso maior papel da CPI é dar respostas. Quem? Quem autorizou? É irresponsabilidade? É um proce... É corrupção? O que há?

Então eu vi que você foi, a meu ver, uma grande vítima, né, e te parabenizo pela coragem. Essa sua exoneração, qual foi o motivo? Quais os critérios que eles usaram?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, o crité... ã, perdão... é, o critério que fo... me foi apresentado foi este, né, de me resguardar, de... tem até a frase que usa ali pra... proteger não, pra... preservar, essa foi a palavra utilizada, pra preservar. Porém, é, ao sair deste quadrado, né, olhando um pouquinho de fora, eu observei que não foi isso, não houve imparcialidade.

Se foi em busca da informação, a estratégia foi errada, porque eles deveriam me trazer pra conversa. Eles deveriam ter essa conversa que nós estamos tendo aqui nós deveríamos ter tido lá, eu não tive essa oportunidade. Então, é... realmente foi achar uma causa para o problema dando, sim, uma justificativa pra sociedade, pros jornalistas, pros controles externos do que tinha ocorrido. Vamos investigar com toda a proteção, enfim, cuidando na minha preservação, porém acharam uma situação em que pudessem justificar o ocorrido, acreditando até então...

Deputado, eu, até o dia 28 de abril, eu estava crente de que os respiradores iriam chegar, de que nós não tínhamos, é, é, necessidade alguma de desabonar indicações, negociações em nenhum tipo de processo.

Então, isso não passava pelas nossas cabeças. Nós não fizemos nada errado, nós fizemos um trabalho que foi solicitado a fazer por um ordenamento, então eu não tinha nada que desabonasse.

Então hoje eu já não entendo desta forma, porque essa estraté... foi uma estratégia de, é, montar um cenário em que, estamos, sim, dando uma justificativa pra fazer investigação, e vida que segue. Mas não é bem assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, o sangue tem que ir para a mão de alguém, né? E eu fiquei muito pasmo quando uma funcionária de quarto escalão, de terceiro, quarto escalão, né, não falo de forma pejorativa, mas, de repente: poxa, 33 milhões é assim, ela é a culpada – ficou no mínimo estranho.

Vou fazer algumas perguntas aqui, como eu falei, as minhas dúvidas foram dirimidas aí pelos colegas, né? A senhora tem ciência que a empresa Exxomed enviou um *e-mail* endereçado ao então Secretário Adjunto André, informando que somente ela teria...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exclusividade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...exclusividade da?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, eu fiquei sabendo, como eu coloquei, após, após a minha exoneração veiculado aí pela imprensa, eu não sei qual é a fonte, mas eu vi isso, é, pela imprensa aí depois, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora não acha que a compra do modelo proposto é um indicativo de direcionamento a favor da empresa Exxomed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, é... eu ouvi o que foi colocado pelo Douglas... é, pelo, perdão, Leandro Barros, ele colocou sobre um suposto direcionamento. Eu não vejo como um direcionamento, eu vejo como área técnica, indicando um equipamento capaz de atender pacientes Covid, foi assim que foi colocado pelos especialistas, eu vi especialistas médicos intensivistas colocarem dessa forma, a engenharia bio... é... biomédica. Então, para nós aquilo eram requisitos a serem alcançados e não um direcionamento. Mas eles podem ter.

PROCURADORIA PÁG. 2056
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2072 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora não acha estranho esse referido *e-mail* ser encaminhado diretamente aí ao Secretário Adjunto e não ao titular?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, não deveria ser assim, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – É algo no mínimo...

Alguns questionamentos, né, eu sou obrigado a fazer aqui, mesmo... Como eu lhe falei, né, pessoalmente eu acredito que a senhora foi usada como bem, um linguajar popular, boi de piranha, e que quiseram lhe responsabilizar ou pelo esquema de corrupção – volto a dizer, não me intimido –, ou pela tremenda irresponsabilidade, que até agora são 33 milhões que se esvairiam, dinheiro público, não voltou até hoje, não voltou. Aí tem os equipamentos que estão chegando aí que não servem, enfim, sem precedentes.

Mas o servidor Carlos, o diretor de licitação da Secretaria de Saúde, disse ainda em depoimento que a senhora exercia, além do cargo de superintendência de gestão administrativa, uma espécie de secretária executiva do gabinete. A senhora se colocava em tarefas na qualidade de secretária executiva com atribuições inerentes a este cargo a pedido de alguns dos Secretários, ou o adjunto, ou o próprio Secretário Helton? São afirmações aqui do senhor Carlos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. É... toda a logística de distribuição, é... de EPIs, de equipamentos oriundos do Ministério da Saúde, internos nosso, à nossa Diretoria de Logística, isso eu estava muito envolvida. As compras eram... a compra, né, as aquisições eram, é, uma das atribuições. É... nós tínhamos por um a... foi até um pedido da Secretaria de Administração, nós tínhamos é... que estar muito próximos da... dos entes dos sindicatos, então nós tivemos muitos problemas com os profissionais médicos afastados. Nós tínhamos uma rotina diária de informação aos sindicatos e à Secretaria de Administração de cada afastamento, de cada profissional, de cada uma das nossas unidades de saúde, qualificando qual é o motivo, a parte de contratação de recursos humanos. Obras: nós estávamos aprontando vinte leitos de UTI no Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos.

Então, várias frentes de trabalho, nós não estávamos exclusivamente na parte de compras. Cito aí: logística, aquisição, contratação de recursos humanos, informações aos sindicatos, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Márcia, até me perdoe, eu quero entender até onde é a sua participação. A gente vê um esquema fraudulento, né, como eu bem falei aqui nas minhas palavras anteriores, mas o que eu quero entender é até onde foi a sua participação.

Em nenhum momento você, de repente, aqui eu estava olhando aqui que tem um processo de inegi... inegibi... inegili... meu Deus!

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Inexigibilidade

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Em nenhum momento você pensou em apresentar um processo como esse ou a Procuradoria-Geral do Estado?... Eu vou ainda um pouquinho além, né? Eu aqui, no dia que eu li o nome da empresa, eu pesquisei no Google. Lembra quando teve aquela foto que na frente era uma casa de massagem, e era irônico. Ou seja, o meu filho bota: "Oi, Google. O.k., Google", e ele baixa os joguinhos dele, ele tem 4 anos.

Então, compra de uma empresa fantasma, a empresa não existe, na frente é um cabaré, é uma casa de massagem. Aí, de repente, passa por vocês, eu vejo inocência em você. Claro que você está ali, é uma funcionária de carreira, 30 anos de serviço, recebendo ordens, você fala e deixa claro que o Douglas faz pressão. O Secretário Helton e o — os ex-Secretários — Douglas, são os dois mandantes disso, um está jogando agora a bomba para o

Fls. 1412
PROCURADORIA PÁG. 2084
COORDENADORIA DE EX Fls. 2073 RUBRICA

outro, mas até onde é a sua parti... você, em nenhum momento você procurou a PGE, você... eu acho que ali seria o mínimo...

Você explicou aqui que era o momento de crise, eram momentos adversos, mas, poxa, no momento mais adverso o mínimo que a gente pode fazer é trabalhar com responsabilidade. Você em nenhum momento... ou na Procuradoria-Geral do Estado, ou pesquisou a empresa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, é, o senhor colocou muito bem a circunstância em que nós estávamos e a carga de trabalho em que nós estávamos submetidos. Este processo ele tramitou por várias áreas, desta área, dentro da diretoria de licitações com sistemas que fazem o cadastro dessas empresas. Então nós não questionamos nenhuma área, nós tínhamos pareceres jurídicos que foram, é, emitidos após a execução. Então assim, não, nós não paramos para questionar a atribuição de áreas que... ã... antecederam nessa tramitação do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Márcia, não lhe causou estranheza 33 milhões, a empresa pede apenas 50%, você tinha conhecimento disso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Eles... na proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Porque ao que tudo... ao que dá para entender para nós você tem a caneta poderosa, quem delibera, dá a canetada final. E a empresa pede 50% apenas do pagamento adiantado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na proposta, Deputado, estava exp... está expressa lá, é, forma de pagamento em numerário, é, integralmente antecipado, tem uma previsão integralmente antecipada.

Agora, eu gostaria só de fazer uma colocação, que é o que o Deputado colocou ali, é, esses, esses processo, a fragilidade dos processos onde se... a própria Secretaria de Administração sustenta: Não, isso é possível, isso não é frágil, isso é possível. A questão de baixar e depois dar *upload* numa peça já assinada, pra mim isso é muito frágil.

Se nós tivéssemos níveis de confirmação, por exemplo, níveis, você passa por aqueles níveis... esse processo de pagamento, se eu for pesquisar na tramitação dos processos, não tem a tramitação pra Márcia. Então assim, ele não foi tramitando para o usuário da Márcia. Se nós tivéssemos níveis: Olha, ele só segue pra liberação de ordem de pagamento com uma interferência ali, com um o.k., sabe? Níveis, de, de... isso ajudaria muito. Se ele não permitisse *upload* de uma peça assinada, ajudaria muito. Se não permitisse uma certificação com Márcia ou CPF, ajudaria muito. Então, esses níveis de *check* precisam ter.

Eu, enquanto, né, superintendente, como o Secretário Helton, como o Governador, eu exigiria que esses sistemas tivessem, sim, níveis de aprovação, porque hoje estaria fácil. Vocês veriam o nível de aprovação, o.k., não tem como dizer que não foi você, amigo. E você não tem isso hoje. Então, essas questões, é, nós podemos avançar, fica como uma sugestão pro futuro aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ou seja, quando aquele processo de inexigibilidade, você não conseguiria... ou junto à PGE, ou fazer algum alerta, em nenhum momento você?... Porque é uma situação sem antecedentes, 33 milhões que se esvaíram, pagos adiantados e...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – SGA. Hoje, ainda hoje. Hoje, dia 2 de junho, é Superintendência de Gestão Administrativa. Pra chegar à PGE, literalmente, nós precisamos passar pela Cojur, do gabinete do Secretário Titular, pra ir até a PGE. Internamente nós não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, dona Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...é... chegar. É tramita...

Fls. 1413
PROCURADORIA PÁG. 2058
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2074 RÚBRICA

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Apenas gostaria de deixar... pedir a vossa excelência que... permitisse que se deixasse claro que a servidora, depoente, já explicou que não foi ela que definiu, mas houve um arco que envolveu mais dezesseis servidores.

Então ela não tinha condições, naquele momento em que ela trabalhava dezoito horas por dia, submetida a uma série de pressões, fazer essa checagem, muito bem lembrada e advertida pelo Deputado Felipe, mas impossível nas circunstâncias em que ela vivia. Por isso que a defesa gostaria de pedir a vossa excelência e aos demais senhores Deputados, que compreendessem que a senhora Márcia não pode aqui depor tentando se justificar por uma coisa que nas circunstâncias era impossível fazer. Essa checagem não era atribuição dela.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esta Presidência acata a observação do senhor.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, eu até achei importante aqui esclarecer, Márcia, porque é o questionamento que a gente ouve no dia a dia das classes empresariais: Mas, poxa, ela estava ali, tinha a caneta poderosa.

Então eu acho que é até uma oportunidade única, porque como eu falei, né, eu vi que eles centralizavam, você estava ali executando ordens, se limitou a cumprir o seu papel.

Mas, enfim, eu vou abordar outro assunto: A senhora não acha estranha a mudança no depoimento do senhor Helton? Porque uma hora ele lhe acusa, diz que você é a culpada e essa irresponsabilidade, ou esse crime, estava na sua mão; e aí, na sequência, ele muda esse depoimento. A seu ver, eu queria... gostaria de ouvir o que você tem a dizer sobre essa mudança súbita do ex-Secretário Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, ele retornou ao Deic, se não me engano, após a minha entrevista do dia 05 de maio, foi logo após, né? Então ali ele deve ter refletido ou lembrado de alguma questão, seguramente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora conhece a senhora Ivonice Campos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa, esse contato da Ivonice Campos chegou para mim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quem lhe indicou essa pessoa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, eu não, não me lembro, foi bem no início. Mas eu... eu não sei se foi o Secretário Helton, mas foi de... de alguém assim. Não sei se foi algum Secretário ou do próprio Secretário Helton, eu não me lembro. Mas acho que foi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Qual é a finalidade da indicação dela?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A finalidade da indicação dela seria a compra também na China, é... de EPIs, equipamentos, testes rápidos, o que a gente precisasse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, eu até não me aguento aqui, eu vou fazer uma pergunta final: Márcia, eu vejo uma mulher inteligentíssima, com informações sistemáticas, eu vi ali a forma que você anotou, que você está catalogando, lembra de datas precisas. Eu estou sendo muito questionado aqui nessa questão, até o Kennedy foi questionado lá, eu até achei cômica aqui a situação, porque a gente ficou um pouco preocupado, mas são quarenta Deputados que foram colocados em jogo e, ó, tem Deputado participando desse esquema, não é, desse negócio, eu não sei como pode definir isso.

PROCURADORIA PÁG. 2059
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2075 RUBRICA

E você é tão... Me perdoe...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...mas você é tão sistemática, tão inteligentíssima, vi que você lembra datas com precisão. E daí, de repente, o nome de um Deputado você não lembra?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Eu não... é... eu assumo compromisso com vocês: eu não sei quanto tempo os meus equipa... né, equipamentos, ficarão na... nos órgãos investigativos. Mas eu tão logo eu recupero eu assumo o compromisso com vocês de trazer a informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...mas eu não me lembro e eu não... eu estou sendo muito franca com os senhores, espero que você acredite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Márcia –, agora vou só finalizar, Presidente –, eu realmente acredito aí na sua inocência, eu acho que você... foi uma tremenda injustiça, eu estou olhando as horas que você se submeteu aqui a essas perguntas, mas, claro, você estava ali...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É. Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...fez parte disso, isso é natural. Desejo verdadeiramente que tudo seja esclarecido...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...né, entre o Helton e o senhor Douglas, que para mim são os dois personagens principais nesse triângulo... até onde o Governador sabia, acho que é um desafio para esta CPI.

Desejo de coração que... deve ser um momento nebuloso aí na sua vida...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Muito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...um momento turbulento. Que Deus lhe abençoe, lhe dê graça, força, que tudo fique esclarecido, né?

E eu finalizo, senhor Presidente, parabenizando pela sua coragem. Eu achei que você teve peito, raça, coragem e fibra, né, como mulher, foi lá, se posicionou naquele momento, e eu acredito que as suas falas foram bem esclarecedoras, né, foi claramente mostra que o senhor Governador estava ali, ciente, dando o aval para os seus Secretários, que o senhor Douglas fazia... com a caneta aí do Moisés, poderosa, para que ele pudesse fazer essa pressão. Então desejo, verdadeiramente, que tudo se esclareça...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... e parabéns pela sua fibra e coragem.

Obrigado, senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Dona Márcia... Aliás, eu vou solicitar à assessoria que encaminhe correspondência a cada um dos quarenta Deputados, questionando em relação a essa situação. Porque na verdade quando o Deputado está aqui, representando aqueles que o honraram com seus votos ali, ele passa não mais a representar a sua pessoa, mas, sim, os seus eleitores, e agora aqui sentado, representando uma Casa. Isso é importantíssimo.

Então eu peço à assessoria que encaminhe correspondência a cada um dos gabinetes questionando qual dos Deputados que fez essa ligação, né, talvez a gente possa encurtar esse caminho antes que o equipamento da senhora fique disponibilizado para isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu só gostaria... eu só gostaria de deixar claro que este foi o processo vinculado ao passaporte, né...

Fls 1413
PROCURADORIA PÁG. 2060
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2076 RÚBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, mas é muito pertinente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim. Só pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...porque até os Deputados elencaram ali também. Então, dessa forma a gente consegue até a encurtar esse caminho para que seja estendida a, o benefício de...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, se alguns dos Deputados lembrarem, talvez, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, talvez quem ligou se lembre.

Dona Márcia, eu vou dar aqui três minutos para a senhora fazer as suas conclusões finais e, respeitando esse tempo, a senhora muito colaboraria com a gente. Pode ficar à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É um tempo que eu vou utilizar pra fazer um agradecimento pra esses meus colegas que foram guerreiros também comigo.

Como eu coloquei, até o dia 28, é... de abril, nós estivemos trabalhando, e trabalhando muito. Então são... foram verdadeiros... é, guerreiros, né? Enquanto muitos estavam dentro do governo se estruturando para nos apoiar, nós trabalhávamos. Então nós sempre estivemos ali com um objetivo de aparelhar para salvar vidas.

Então gostaria muito de agradecer aos meus colegas servidores, que amanhã, se Deus quiser, retorno ao meu trabalho, e vamos propor aí um recomeço. Acho que nada é por acaso, eu estive ali, e... alguém teria que estar ali na SGA nesse momento, estive eu, mas vamos seguir em frente.

Obrigada pela oportunidade de tá aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós que agradecemos. Esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos. Os senhores estão dispensados. Muito obrigado pela presença.

(*A senhora Márcia Regina Geremias Pauli e os seus advogados deixam o recinto.*)

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Senhores Deputados, público que nos assiste, dou por reaberta a reunião. Peço à assessoria que encaminhe o senhor Helton Zeferino, a próxima testemunha a ser ouvida.

(*O depoente Helton de Souza Zeferino adentra o recinto com os seus dois advogados e sentam-se no local indicado pela assessoria.*)

Boa noite, senhores. Boa noite, senhor Helton. Senhor Helton Zeferino, o senhor sabe por que foi convidado para fazer parte desta reunião aqui?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados sob pena de concorrer ao crime de falso testemunho?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando ao senhor que na condição de testemunha compromissada, ainda detém o direito de permanecer em silêncio. Todavia, peço ao senhor que seja claro ao dizer: Prefiro permanecer em silêncio. Até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, eu vou pedir ao senhor que fale o nome completo, data de nascimento, o seu local de trabalho e o endereço completo do senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Helton de Souza Zeferino, nascimento em 20 de março de 75. Local de trabalho, é, estou lotado atualmente no

Fls. 1946
PROCURADORIA PÁG. 2061
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2077 RÚBRICA

Comando-Geral do Corpo de Bombeiros. Residente e domiciliado à Rua Francelina Domingos de Jesus, número 520, é, cidade de São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado. Solicito aos advogados do senhor, tem um microfone ali em cima para utilização, que fale o nome, número da OAB e a UF da OAB.

O SR. NOEL BARATIERI – Então, boa noite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Boa noite.

O SR. NOEL BARATIERI – Meu nome é Noel Baratieri, OAB 16462, aqui de Santa Catarina.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por gentileza.

O SR. MAICON JOSÉ ANTUNES – Boa noite, senhoras e senhores, sou o advogado Maicon José Antunes, minha OAB é 39011, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A Presidência passa a palavra ao Relator. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, Helton, doutor Helton, né? Boa noite, senhores doutores advogados. Obrigado pela paciência de terem esperado até agora para conversar conosco, porque o nosso objetivo é sempre compreender o que aconteceu de verdade.

Também é uma oportunidade que o senhor tem neste momento de conversar com Santa Catarina, explicar sua versão dos fatos. Queria muito que o senhor colaborasse com a CPI para que a gente pudesse identificar o que de fato aconteceu, e eu vou repetir o que disse para Márcia: o nosso objetivo também é encontrar nesse processo uma forma de criar mecanismos para que coisas dessa natureza não aconteça mais no Estado de Santa Catarina.

Eu queria perguntar o seguinte: O senhor era o Secretário da Saúde naquele período da compra... da instalação do... do processo de pandemia, né, desde o decreto emergencial até o decreto de pandemia, o senhor participou de todos esses processos.

O senhor fazia *lives* direto com o Governador, eu vi o senhor conversando com o Governador diretamente todos os dias, nessas comunicações que o Governador fazia o senhor estava ao lado do Governador em todo esse período. Eu queria que o senhor começasse a conversar conosco explicando quais as orientações que o Governador do Estado passou para o senhor, para a sua Secretaria, a respeito das compras emergenciais.

Nós íamos entrar num processo, né, de compras diretas de um processo que o Brasil inteiro já estava vendo que estava dando problemas, manchetes de compras com problemas pelo Brasil afora. Qual foi a orientação que o Governador do Estado deu para o senhor relativamente às compras que a Secretaria ia fazer?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, boa noite, Deputado.

Eu acho importante nós destacarmos pra todos que nos assistem, até para que nós tenhamos a oportunidade também de apresentar ao povo de Santa Catarina, é... a versão daquilo que aconteceu desde o início do enfrentamento da pandemia dentro do Estado de Santa Catarina.

É, diferentemente do que, é, todos os senhores... que aqui nós temos, é, ex-Secretários de Estado, temos ex-Prefeitos municipais. É, diferentemente do que os senhores já tenham vivenciado, enquanto gestores públicos, nas suas pastas ou nas suas cidades, é, nós vivemos... ou passamos a viver um momento que era *sui generis* dentro da história mundial.

Isso fez com que o Estado de Santa Catarina, e não foi diferente nos outros Estados, é, nós tivéssemos lá no início da primeira, da segunda quinzena de março, que foi quando efetivamente nós começamos os trabalhos de enfrentamento da pandemia dentro do

Fls. 147
PROCURADORIA PÁG. 2652
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2078 RÚBRICA

território catarinense, é, é ali que se inicia todo este processo chamado de enfrentamento da Covid-19.

É, isso exigiu, é, por parte da Secretaria de Estado da Saúde, é, algumas ações, que foram ações implementadas justamente para que nós pudéssemos começar a fazer este enfrentamento da forma adequada. É, eu diria que a principal delas, é, foi a instituição de uma estrutura chamada Centro de Operações de Emergência em Saúde, ela foi, é, efetivada através de uma portaria. Essa portaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Helton, desculpe interrompê-lo. Nós temos uma sistemática aqui...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ... de programa, de trabalho aqui dentro...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...que funciona da seguinte forma: os Deputados fazem as perguntas, e ao final o senhor vai ter o tempo todo disponível...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não é explicação, Presidente. Na verdade, eu vou chegar na resposta do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, tá...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...isso trata-se de uma resposta.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso, é uma resposta. Até pra que a gente possa entender, né, simplesmente, é, quando se fala, por exemplo, que nós já tínhamos ideia de que compras estavam sendo, é, dificultosas dentro da sociedade brasileira naquele momento. Eu preciso contextualizar, senão nós ficamos aqui numa situação de sim ou não, né?

Então o que eu quero é justamente explicar o que estava acontecendo naquele momento para que as pessoas entendam, é, o que nós estávamos passando e o que passou a Secretaria de Estado da Saúde e o Estado catarinense. Se o senhor me permitir, então gostaria de continuar. Posso continuar, Presidente?

(*O senhor Presidente manifesta-se fora do microfone: "Pode prosseguir".*)

Obrigado.

Então nós tivemos aí, através da Portaria 17... é, 179, então, a instituição do Centro de Operações de Emergências em Saúde, onde a ideia desse centro era justamente, é, fazer a assessoria do governo do Estado, é, pra que nós pudéssemos, é, deflagrar ações que eram, é, eminentemente necessárias com relação à Covid-19.

É, a partir de então, logo depois da promulgação da portaria, nós nos instalamos na, é, na Defesa Civil do Estado, onde nós temos a... é, no que diz respeito à estrutura tecnológica necessária, inclusive, para comunicação com os Municípios mais adequado do Estado, é, e a partir de lá nós começamos a trabalhar no sentido de fazer esse enfrentamento.

Com relação às compras, obviamente, que nós precisamos entender, é, que a partir daquela segunda quinzena de março nós começamos a sofrer uma verdadeira avalanche de consumo, é, dentro das nossas unidades hospitalares. O mesmo aconteceu dentro das unidades filantrópicas, e o mesmo aconteceu dentro das unidades privadas, é, de saúde do Estado de Santa Catarina.

Isso fez com que nós tivéssemos... os senhores já devem ter ouvido esta informação, mas eu gostaria de reafirmar, é, de tal sorte que o que nós tínhamos planejado de consumo dentro de uma unidade como, por exemplo, o Hospital Regional de São José, de um mês passou a ser consumido em uma semana, tamanha a desconfiança, tamanha o temor

PROCURADORIA PÁG. 2063
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2079 RUBRICA

que nós tínhamos através dos servidores no sentido de que eles precisavam se autoproteger através de máscaras, através de óculos, através de gorros, enfim. Isso, obviamente, é, fez com que todos os nossos processos de compra precisassem ser revistos.

Imediatamente nós tivemos, aí, a definição de que todas as atas que nós tínhamos vigentes dentro da Secretaria de Estado da Saúde elas fossem devidamente requeridas pra uso, é, e aqui, naquele momento, nós começamos a ter dificuldade. Naquele momento de atas... processos passados, onde nós tínhamos atas de registro de preço de entrega de equipamentos, é, nós começamos a ter dificuldade de entrega onde fornecedores diziam que não conseguiriam nos entregar. Isso nós temos documentado na Secretaria de Estado da Saúde. Ou seja, apesar de ter todo o processo legal feito, os fornecedores passaram a dizer que teriam dificuldade de entrega. A... isso também fez com que nós tivéssemos mais uma dificuldade, é... lançar processos de compra pra suprir as necessidades que nós tínhamos, é, dentro do... especialmente dos servidores da Saúde do Estado. Porque desde o início da nossa primeira reunião do Coes, eu, enquanto Secretário, é, eu orientei os servidores que duas coisas não poderiam faltar, duas coisas não poderiam faltar dentro da Secretaria porque isso seria, é, sinal de que nós estaríamos sendo muito, muito levianos e incompetentes com relação aos nossos servidores.

Primeiro deles: informação a todos os nossos servidores de como eles precisariam enfrentar a Covid-19 dentro das estruturas de saúde. Quais serão os... quais são os cuidados, quais são as regras de assepsia, quais são a, a... a sua... o seu devido zelo com relação ao seu retorno pra sua casa, justamente para que eles não pudessem levar essa doença pra sua casa.

E a segunda coisa: nós não poderíamos deixar faltar pros nossos servidores Equipamentos de Proteção Individual, visto o que já vinha acontecendo em outros países por onde essa doença passou, onde um dos pilares fundamentais em que nós tínhamos a exposição de servidores era justamente a falta de EPI.

Bom, a partir daí então nós começamos a deflagrar algumas compras, tivemos o decreto... a decretação do estado de emergência, posteriormente, é, o estado de calamidade dentro do estado de Santa Catarina. Tivemos algumas legislações federais promulgadas também no que diz respeito à, à, efetivamente à questão de compras, e a partir daí nós começamos a desencadear compras baseados, obviamente, nas necessidades que foram elencadas. E o Governador do Estado, é, obviamente, é, no sentido de orientações que ele nos passava era justamente que: Nós precisamos equipar o Estado de Santa Catarina pra que nós tenhamos o enfrentamento da Covid-19 o mais adequado possível. Sempre no sentido de, é, todos os países por onde passou eles tiveram dificuldade com relação a equipamentos, com relação a Equipamentos de Proteção Individual. O Brasil não era diferente, e nós vivíamos, né – os senhores também já ouviram esta frase aqui nessa CPI, mas eu volto a afirmar porque ela é importante –, nós vivíamos naquelas duas primeiras semanas de março um processo chamado de canibalismo. E o fato era esse mesmo, canibalismo, onde compras eram derrubadas de Estado por Estado no sentido de garantir a aquisição do equipamento, tá?

Então é sempre bom, é, decretar e... decretar não, mas é afirmar, é, que esse processo, apesar de toda esta necessidade de compra, ele se manteve nas estruturas que eram as estruturas mestres da Secretaria de Estado da Saúde, leia-se Superintendência de Gestão Administrativa, Diretoria de Licitações e Contratos. Eram essas estruturas que estavam envolvidas no que diz respeito às compras. Em momento algum, nós tivemos aí, apesar de algumas dezenas de portarias publicadas, nenhum tipo de alteração no que diz respeito às rotinas de compra da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o Governador não fez nenhuma orientação especial: Ora, tenham cuidado, comprem, observem as empresas.

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

Fls 14 19
PROCURADORIA PÁG. 2069
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2080 RÚBRICA

Por que o que acontece? O senhor esteve conosco, o senhor esteve conosco, junto com o... Secretário da Defesa.... o Chefe da Defesa Civil numa *live*, né, o senhor conversou comigo, o senhor conversou com os colegas Deputados. E o senhor... nós já conversávamos sobre aquele problema que deu no hospital de campanha, e foi anterior.

Então nós temos aquele problema do hospital de campanha, a licitação foi muito acelerada, teve processos judiciais, o Tribunal de Contas apresentou um relatório. O senhor viu, presenciou tudo aquilo junto conosco. Eu quero saber o seguinte: nós já tínhamos manchetes pelo Brasil inteiro dizendo que tinha problemas com compras, naquela época. Nós temos matérias, por exemplo, do jornal... do jornal de Santa Cata... o jornal NSC, alertando sobre processos complicados de compras pelo Brasil, desvios, problemas com compras.

Eu quero saber, especificamente, o seguinte – diante daquele problema que teve com hospital de campanha, diante com esses... com essas matérias que a gente estava acompanhando pelo Brasil afora –: Qual foi a orientação do Governador especificamente com relação às compras emergenciais? Qual orientação que o Governador deu para o senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, com relação... só pra corrigir, Deputado, o hospital de campanha é posterior a essa compra, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Posterior?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso, ele é posterior...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, então?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...à compra do, é, dos respiradores, dos duzentos respiradores pela Secretaria de Estado, mas de qualquer forma, é, o que se pressupõe neste momento de crise, e no momento de enfrentamento de uma crise é que nós, enquanto gestores públicos, tenhamos todos os cuidados necessários...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A orientação do Governador, Secretário, quero saber qual foi a orientação dele? Ele falou alguma coisa? Ele disse: Não, vocês cuidem, sigam procedimentos, sigam as orientações da Advocacia-Geral da União, tem portaria, tem a lei. Qual foi a orientação do Governador?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nesse... nesse sentido... nesse sentido, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Governador não falou nada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não disse: Tomem cuidado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na verdade, Deputado, nós estamos trabalhando dentro de uma lógica, é, que as estruturas de compra elas se mantêm.

Obviamente, quando se fala, por exemplo, em, é, o instrumento chamado dispensa de licitação, o processo, o instrumento chamado dispensa de licitação ele não foi criado para enfrentamento da Covid-19. Nós temos regramentos, que já existem, e dispensa de licitação acontece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele não deu nenhuma orientação?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Com relação... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, isso que eu queria saber.

Secretário Helton, nós já ouvimos muitas pessoas e vimos também os depoimentos, nós temos o decreto emergencial do dia 12/3, e depois nós temos o decreto de calamidade do dia 17/3, cinco dias. A Márcia esteve aqui e disse que esse decreto de calamidade, esses

Fls. 140
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2063
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 1081
RÚBRICA

cinco dias... Eu perguntei para ela o que aconteceu nesses cinco dias que mudou o estado de emergência para o estado de calamidade. Ela disse para gente que teve o procedimento e tal. Eu quero saber do senhor: O que aconteceu entre 12 de março e 17 de março, cinco dias, para mudar de estado de emergência para o estado de calamidade e quem deu essa orientação para o Governador?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, com relação a esta orientação pro Governador eu não sei informar quem deu pro Governador. O que eu sei, o que eu posso lhe dizer é que o primeiro decreto é quando nós tínhamos, ou nós iniciamos o processo de enfrentamento da Covid-19 dentro do território catarinense, é, e obviamente com o passar desses quatro ou cinco dias nós tivemos aí justamente o... a deflagração, ou a identificação da transmissão comunitária dentro do Estado de Santa Catarina, ou seja, nós perdemos a referência de quem estava transmitindo pra quem. É, isso aconteceu especialmente lá na região sul do Estado, os senhores já devem também ter conhecimento desse fato. É, e a partir daí então nós tivemos que, obviamente, deflagrar algumas ações no sentido de instrumentalizar e preparar o Estado para este, é, enfrentamento que nós tínhamos, projeções – isso também é muito importante destacar para todos os senhores. É, quando se fala em enfrentamento de uma epidemia nós temos projeções, nós não temos certeza. Então, quando se fala, por exemplo, de que... Ah, por que, é, fizeram isso ou deixaram de fazer aquilo. Nós trabalhamos com projeções. Projeções elas podem ser as melhores, as medianas ou as mais dificultosas.

Então nenhum Estado, né, e nenhuma nação, eu diria, é... se os senhores pesquisarem isso através dos instrumentos de busca, os senhores vão verificar que ninguém faz projeção, por exemplo, de quantos óbitos vão acontecer dentro de um país. Ah, vão acontecer x ou y. Nós temos projeções.

E a partir daí, então, nós começamos a ter projeções dentro do Estado de Santa Catarina sempre baseado, é, na avaliação dos nossos técnicos pra que nós pudéssemos então preparar e instrumentalizar a nossa rede hospitalar, especialmente, pra (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas, especificamente, Secretário, o que aconteceu nesses cinco dias para mudar o estado de calamidade, de emergência para calamidade? O que aconteceu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Volto a dizer pro senhor, eu repito, nós saímos de um processo onde nós conseguimos identificar número a número quem estava transmitindo pra quem, e passamos pra um estado onde nós começamos a ter transmissão comunitária. Transmissão comunitária, Deputado, significa dizer o seguinte: o senhor mora lá na, no seu prédio. O senhor sabe que o seu vizinho lhe transmitiu. Transmissão comunitária o senhor não sabe da onde vem. Então, ou seja, a propagação desse processo dentro do Estado de Santa Catarina ele seria muito mais intenso, como foi, né, nós tivemos aí um aumento, é, crescente do número de casos dentro do território.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que, Secretário... Foi o senhor que fez essas projeções?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, claro que não. São os técnicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas quem fez essas projeções? Que técnicos?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Os técnicos da Secretaria juntamente com os cientistas que nós tínhamos de dado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cientistas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim. Cientistas de dados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cientistas de dados?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

PROCURADORIA PÁG. 2086
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2086 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o senhor viu quantas vagas de UTI nós temos ainda livres no Estado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós temos vagas livres.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO –Temos vagas livres. Que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E que bom, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO –E que bom que nós temos, que estamos nessa situação *(ininteligível)*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor em cinco... mas em cinco dias...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...em cinco dias o senhor viu a pandemia? Foi o senhor que viu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não fui eu que vi a pandemia, Deputado. É assim, ó, a gente só tem que entender... e também não transmitir para a população a falsa sensação de que, porque nós temos leitos de UTI vagos hoje, que nós não precisávamos de ações. Isso é muito importante, até porque a população que nos assiste ela precisa entender isso.

O que nós fizemos dentro do Estado de Santa Catarina e que os nossos Estados vizinhos também o fizeram, Paraná e Rio Grande do Sul fizeram a mesma coisa, foi justamente projetar números, pra que nós tivéssemos aí a capacidade dimensionada do que nós precisaríamos. E aí nós começamos a trabalhar com 713 leitos novos de UTI. Este era o número que nós projetamos dentro da rede hospitalar catarinense.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton Zeferino, vamos entrar efetivamente na compra dos respiradores. Muitas coisas já me estão bem claras, por isso eu vou poupar o senhor da maioria das coisas que eu já consegui observar na condição de Relator.

Eu queria perguntar para o senhor... entre o contrato da Veigamed... o contrato da Veigamed a gente já compreendeu, a Márcia já esteve aqui, nós já vimos o depoimento do senhor, já vimos o depoimento deles, eu me considero... eu já compreendo todo esse procedimento, como ele aconteceu – tem uma coisa que me intriga profundamente: o prazo de entrega dos equipamentos, o pagamento e o prazo de entrega dos equipamentos.

No contrato o pagamento era para o dia 1º, e a primeira entrega dos equipamentos era para o dia 4, ou seja, quatro ou cinco dias depois do primeiro... do pagamento antecipado. Os equipamentos estavam na China, estavam na... o segundo estavam no México, estavam no Panamá. O senhor achou estranho que esses equipamentos estivessem assim à disposição, cinco dias, eles iam entregar em cinco dias? O prazo de entrega era de cinco dias, dos equipamentos. O senhor pediu fotografia dos equipamentos, filmagem, amostra, verificação, certidão desses equipamentos, onde esses equipamentos estavam? Qual foi o procedimento que o senhor teve com relação a esse prazo exíguo de entrega? Eu não consigo compreender. Como o senhor acreditou que eles iam entregar o equipamento em quatro dias?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é... acho que é muito interessante essa sua pergunta, até porque ela tem algumas respostas que precisam ser apresentadas.

Primeiro é que... o senhor falou em pagamento antecipado, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

PROCURADORIA PÁG. 2067
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2083 RUBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É, aquele documento, ou os documentos que foram encaminhados ao gabinete do Secretário de Estado, o senhor deve ter conhecimento também desses documentos, é, foram uma dispensa de licitação, que foi cer... é, cercada, né, ou... ou foi baseada num parecer jurídico, o Parecer 506. Esse parecer jurídico, ele... a sua conclusão, ele diz que... é, a dispensa de licitação ela pode seguir.

Então, ou seja, eu, como gestor público, eu preciso basear minhas decisões em jurídico. O jurídico, que era o setor competente, ele faz esta análise, é, no sentido de que aquele processo ele pode prosseguir. Depois disso, nós tivemos uma autorização de fornecimento, é, e sempre lembrando que a autorização de fornecimento ela não é uma autorização de pagamento. Então não se confunda, né, uma coisa com a outra, autorização de pagamento é bem diferente.

Essa autorização de fornecimento, que é a autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, né, número 343/2020, ela fala em condições de pagamento em trinta dias, que é o nosso normal, e ela faz apenas uma ressalva, que é com relação à cronograma de entrega: de 5 a 7 de abril, 100 unidades, e de... até 30 de abril, mais 100 unidades.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que era muito próximo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas por que estranho, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas eu...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas assim, ó, a gente só tem que entender uma coisa, né, é, os processos que chegam à Secretaria de Estado da Saúde eles são instrumentalizados. Quem instrumentaliza e quem instruiu os processos chama-se Diretoria de Licitações e Contratos. O que vem pra mim, no caso de secretária, porque esses processos eles estão acima de R$ 5 milhões. Então, existe uma delegação pra Superintendente de Gestão Administrativa que todos os processos até R$ 5 milhões ela tem autorização pra fazê-lo, e o fez, os senhores sabem, né, os senhores têm com os senhores aí alguns processos que foram implementados.

A partir de 5 milhões, este processo é um caso, que falava... que nós temos aqui 33 milhões, ela vem pro Secretário. Baseado numa dispensa de licitação, o respectivo parecer jurídico que diz que a dispensa ela pode seguir. Uma ordem de fornecimento, que apresenta, é, os valores, que dá as condições de pagamento normal, trinta dias, que é o nosso normal dentro da Secretaria do Estado, e fala de um cronograma de entrega. Esse cronograma de entrega certamente foi analisado pelos técnicos no sentido de: Olha, a empresa apresentou esse cronograma.

Agora, daí eu achar que isso aqui é estranho... a gente só tem que entender que, provavelmente, o setor competente, que era Diretoria de Licitações e Contratos, ela analisou a proposta da empresa e colocou no papel isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor acreditou no que estava no papel?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu acredito naquilo que é o parecer jurídico que foi encaminhado, e de um parecer jurídico, obviamente, vai apa... vai aparecer uma ordem de fornecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Douglas Borba...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...ele disse no depoimento que teve com a Deic, que ele e a – vou usar a expressão que ele disse – ele disse que ele e a torcida do Flamengo sabem que não tem como trazer os respiradores em quatro dias. Ele disse isso com essas expressões.

PROCURADORIA PÁG. 2068
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2084 RUBRICA

Ele praticamente disse que o senhor teria que ter visto isso, e os servidores que passaram por aqui também disseram que o senhor teria que ter visto isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas teria que ter visto por que, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque é o seguinte: porque...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Se eu tenho o parecer jurídico que me diz que pode seguir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu tenho uma ordem de fornecimento que tá vinculada ao parecer jurídico e à DL.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton, nós temos aqui dois ex-Prefeitos...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós temos aqui ex-Vereadores, advogados...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu... nós aqui, Secretário Helton, nós... por exemplo, eu recebo um parecer da minha assessoria para fazer um relatório: eu reviso o parecer, eu não assino o documento que eles me mandam. Eu mando corrigir, mando consertar...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu observo as datas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos nós aqui fizemos isso. O senhor não fez isso. O senhor não observou que aquela licitação não tinha assinatura, não tinha endereço, não tinha CNPJ, não tinha sede, o endereço não existia? O senhor não observou nada disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Isso não é competência do Secretário de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então qual é a competên...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, na verda... na verdade é que nós temos... nós temos estruturas dentro da Secretaria de Estado da Saúde, essas estruturas elas são capacitadas, e nós não estamos falando de pessoas que são pessoas que entraram ontem no serviço. A Secretaria de Estado da Saúde ela tem, somente no processo de compras, mais de 100 servidores que estão habituados, é a Secretaria que mais faz compras no Estado. Nós não estamos falando de pessoas que começaram ontem no processo de compras.

Então nós temos delegações, e sempre que se fala em delegação nós estamos falando também de responsabilidade. Nós não estamos falando simplesmente: ó, estou te delegando, mas a responsabilidade continua comigo. Não estou dizendo que eu não tenha responsabilidade, o que eu quero dizer é o seguinte: as pessoas que lá estão e que foram colocadas nas suas funções, elas sempre trabalharam de forma a fazer todo o processo legal cabível.

Enquanto Secretário de Estado da Saúde, o senhor bem sabe, né, que o senhor bem colocou aqui que, é, nós temos alguns Deputados que já foram inclusive Secretários e Prefeitos, nós temos, é, processos que são em número exacerbado, o senhor sabe disso, e não há como centralizar tudo isso na figura do gestor.

PROCURADORIA PÁG. 2064
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2085 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor diz que o Governador não deu orientação e o senhor diz que também não observou essas questões. O senhor não observou nada disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu segui, eu segui o parecer jurídico que dizia que poderia seguir a DL, e não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...em momento algum aparece pagamento antecipado, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Antes dessa compra dos respiradores fantasmas, a Secretaria estava fazendo compras, outras compras...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e fazendo o pagamento antecipado também de outras compras, respiradores e outros equipamentos. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Passei a ter conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando o senhor passou a ter conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Passei a ter conhecimento, obviamente, depois desse processo chamado Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, antes disso, o senhor não sabia que a Secretaria estava fazendo compras com pagamentos antecipados?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. É, volto a afirmar pro senhor, nós temos dentro da Secretaria de Estado da Saúde portarias de delegação. Portaria de delegação transmitem a determinados servidores, e no caso da superintendente de gestão administrativa, todos os processos de compra até R$ 5 milhões ela tem autonomia pra instituir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas foi 4 milhões e 50, né? Vou ver o seguinte: O senhor, então, não observou isso também?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não observei. Na verdade, não passa pelo gabinete. A Superintendente ela instrui, ela faz a autuação do processo, ela, ela encaminha para aquisição e ela faz o processo legal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Vamos para o pagamento antecipado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente não consegue compreender aqui que não é uma prática comum, não é uma regra as compras antecipadas, havia essa questão da, o senhor disse, da prostituição dos preços, da concorrência. Eu quero entender essa questão do pagamento antecipado. Já tivemos o pagamento antecipado nessas compras anteriores, e agora a gente teve o pagamento antecipado da Veigamed.

Na proposta, antes de ser pago, ou seja, lá do dia 27 até o dia 1°, havia autorização para pagamento antecipado. Eu queria saber o seguinte: Quem deu a ordem para fazer o pagamento antecipado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então vamos lá. É, eu acho que é importante também nós destacarmos que o pagamento antecipado ele não existe, não existe dentro da estrutura de Estado. Nós tivemos inclusive, e os senhores ouviram na semana... há duas semanas atrás aqui o assessor jurídico, da Diretoria de Licitações e Contratos, onde ele cita lá que ele fez uma informação, logo no início do enfrentamento, referente à possibilidade de pagamento antecipado. Isso foi encaminhado pro gabinete através do processo Secretaria de Estado da Saúde 35508, que é datado do dia 23 de março. Ele

PROCURADORIA PÁG. 2075
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2086 RÚBRICA

encaminha uma informação, colocando alguns parecer... é, um parecer, dizendo ou, é... buscando dentro da literatura a possibilidade de pagamento antecipado, mas que, obviamente, isso precisaria ser submetido, Tribunal de Contas e Ministério Público.

No mesmo dia em que isso foi encaminhado pro meu gabinete... tem uma conclusão dele, né, neste... neste parecer: *(lê)* "Ante o exposto, recomenda-se, é, consulta ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas quanto à possibilidade de pagamento antecipado."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – No mesmo dia em que esse processo ele foi encaminha... encaminhado para o gabinete do Secretário, que foi o dia 28 de março foi encaminhado pela servidora... é, pela Superintendente de Gestão Administrativa, eu coloco no despacho, isso é público: *(lê)* "Acolho a recomendação do parecer emitido e solicito que seja realizado consulta ao Tribunal de Contas e Ministério Público". Então, ou seja: eu acolho o parecer jurídico, encaminho e solicito que seja encaminhado para o Tribunal de Contas e para o Ministério Público para o parecer. É, então quanti..

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quais as folhas? Que eu quero checar isso aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a folha do processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Processo 35508, folha 18.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu estou falando aqui desse processo de compra direta.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Como processo de compra direta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui eu estou com o processo da compra.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Da Veigamed?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Da Veigamed.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso. O que eu tô...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quero saber onde está o despacho do senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...o que eu tô explicando pro senhor é que não existe relação de pagamento antecipado porque isso nunca foi determinado. Não existe determinação de pagamento antecipado. Inclusive, nos dias anteriores, o que foi feito foi justamente consultar o Tribunal de Contas sobre a possibilidade. Não foi determinado em momento algum o pagamento antecipado

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, alguém fez o pagamento antecipado, senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, alguém fez. Exatamente. E é por isso que nós estamos aqui, Deputado, nós queremos esclarecer o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, esse despacho que o senhor diz não está aqui no processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, esse aqui é um outro processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Esse aqui é um outro processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Outro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...onde foi despachado pra encaminhamento ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, que é o processo que justamente o consultor jurídico aqui esteve e disse que produziu uma informação sobre isso, lá no início de enfrentamento. Então, quando chegou no gabinete, já foi encaminhado.

Fls. 1466
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2071
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2087
RUBRICA

Com relação a este processo específico da Veigamed, nós temos um processo que ao passar pelo gabinete, que é a DL e a ordem de fornecimento, em momento algum desses dois, nem tampouco no parecer jurídico, se fala em pagamento antecipado. Então, ou seja, se eu não tenho esse instrumento, pagamento antecipado citado nesses documentos, dali pra frente, e a partir de assinados, eles devolvem, se devolve isso pra Diretoria de Licitações e Contratos, e lá segue o rito normal: recebe-se o equipamento, esse equipamento ele é conferido, alguém certifica, insere no Sigef e manda pra (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na proposta da Veigamed está aí anotado: pagamento antecipado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mesmo que nós tenhamos propostas, mesmo que nós tenhamos propostas, e o assessor jurídico aqui também já colocou pros senhores, os senhores ouviram, mesmo que nós tenhamos proposta de pagamento antecipada, o que vale é aquilo que a Secretaria coloca no papel.

As pessoas podem pedir pagamento antecipado, pode pedir, é, antecipação de pagamento, isso pode ser feito, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas, Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...o que vale é aquilo que nós celebramos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ... é aquilo que o Estado celebra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário, nós temos uma proposta da Veigamed...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...fazendo o pagamento antecipado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor... e a Secretaria fez o pagamento antecipado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. A Secretaria... volto a dizer pro senhor, nós só temos que deixar claro as coisas, aconteceu o pagamento antecipado? Não. Na verdade, não foi nem pagamento antecipado, nós tivemos uma nota certificada, uma nota certificada com a... descrição de um equipamento que sequer chegou. Então aqui nós temos, é, nesse momento aqui nós temos um processo de fraude, né? O senhor sabe disso, o senhor que é advogado, o senhor sabe disso, isso aí é uma fraude.

Então, a partir do momento que alguém certifica algo que não chegou, nós temos aqui não é pagamento antecipado, isso é uma fraude.

E, segundo, lembrando que... qual é a assinatura do Secretário nesse processo? Qual é a participação do Secretário? A partir do momento que eu saio de uma dispensa de mais de 5 milhões... por isso ela passou no gabinete, e o senhor mesmo já colocou, outros pagamentos antecipados aconteceram, e aconteceram realmente, e sequer passaram pelo gabinete.

Então nós não temos em momento algum deste processo autorização para pagamento antecipado. Isso não aconteceu. O que aconteceu foi decisão de alguns... algumas pessoas que resolveram pagar esse, esse processo de forma antecipada. Mas não que foi autorização do gabinete, isso é uma inverdade, isso não aconteceu, em momento algum do processo está descrito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Mas quem deu essa autorização para o pagamento antecipado? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

PROCURADORIA PÁG. 2012
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2088 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pelo que nós temos nos autos, pelo que nós temos nos autos, os senhores também já tiveram acesso, o que nós temos aqui (*consulta documentos*) é uma situação de um processo de pagamento, onde nós temos um pedido da servidora Márcia e temos aqui uma assinatura nessa nota fiscal da servidora Márcia, que encaminha pro pagamento.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário... ex-Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ex, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, Helton. Eu estou dentro de uma Secretaria...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu preciso que o senhor me ajude, ajude os colegas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu ajudo, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...para a gente compreender. Eu estou dentro de uma Secretaria, eu sou o Secretário; tem um processo de pandemia; eu tenho uma ordem para comprar respiradores; tem uma empresa que quer entregar respiradores, duzentos, não são cinquenta, não são vinte, são duzentos.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, duzentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí, tem uma compra de 33 milhões; o fornecedor quer comprar (*sic.*), quer o pagamento antecipado... e o senhor não participa desse processo? O senhor não vê, não viu... o senhor está dizendo que não deu ordem, o senhor não acompanhou isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, mas é isso mesmo, Deputado. Na verdade, assim ó, quando nós estamos falando, dentro de uma Secretaria, é... que nós temos aí em processo de compra, somente em 2019, R$ 800 milhões, 2019, é... não há que se imaginar que todos os processos, todos os processos vão ser adquiridos.

Importante lembrar também que nós estamos falando de duzentos ventiladores da Veigamed. Nós temos aí um processo de uma, uma intenção de compra de mais cem ventiladores através da Intelbras...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É, e temos agora, né, recentemente, adquirido mais quinhentos ventiladores através da empresa Weg, é... não há que se, é, discutir que nós tenhamos aí estruturas dentro de uma Secretaria deste tamanho, deste volume de compras, volto a repetir, a Secretaria que mais compra dentro do Estado de Santa Catarina. Nós temos estruturas que são devidamente imbuídas de competência pra fazer essas análises.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que Secretário... eu vou deixar com os meus colegas, certamente...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eles vão perguntar isso para o senhor também, porque o senhor sendo ordenador de despesa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...sabe? O senhor sendo o ordenador máximo da despesa, parece-me muito difícil, muito difícil, o senhor não ter passado por esse processo, ainda mais pelo processo, era um processo emergencial, era um processo de compra. Mas o senhor está dizendo que não participou, vamos para frente - os colegas devem conversar com senhor sobre isso também.

Fls. 1428
PROCURADORIA PÁG. 2015
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2089 RUBRICA

Eu quero saber o seguinte, o Secretário da Casa Civil, o Douglas Borba, e o Controlador da... eles disseram que a Secretaria de Governança e a CGE instruíram as compras antes delas começarem a acontecer, houve uma instrução de como proceder às compras. Isso é verdade? Houve uma instrução do Douglas Borba? Houve uma instrução da Controladoria-Geral? Houve instruções de outros órgãos? O senhor disse que o Governador não instruiu nada, e os outros órgãos instruíram como fazer as compras emergenciais?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, nós tivemos, até onde eu tenho conhecimento, é... a Controlado... a Controladoria-Geral do Estado que a partir, salvo engano, do dia 3 ou 4 de abril, alguma coisa assim, é, foi bem no início de abril, eles... é, encaminharam pros setores de compra das Secretarias, é, uma instrução sobre alguns cuidados, como se fosse um *checklist*, é, de... procedimentos que deveriam ser adotados nos processos de compra.

É... com relação à... governança, é, o que nós temos, o que eu tenho de informação é que a Secretária Naiara, obviamente ela faz esse controle, essas orientações, mas sempre lembrando que muitas dessas orientações elas são direcionadas diretamente às Pastas ou aos setores de compra. É... com relação ao Secretário, Douglas Borba, eu não posso afirmar porque eu não tenho conhecimento.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Porque eu não tenho conhecimento do Secretário, Dougla... Douglas Borba, ter orientado alguma coisa com relação a compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado João Amin, fique à vontade, se o senhor quiser fazer alguma intervenção...

(*O Deputado João Amin declina da palavra.*)

Muito obrigado.

Também vou... o senhor disse... eu vi no depoimento que o Controlador do Estado pediu o contato da Márcia Pauli. E o Controlador esteve aqui conosco e disse que só tomou conhecimento do problema na Secretaria da Saúde no final do mês de abril. Portanto, muito tempo depois do pagamento antecipado. Uma das nossas funções aqui na CPI é identificar o porquê a Controladoria não funcionou, o porquê os órgãos não atuaram na fiscalização desse procedimento que é, o senhor tem que concordar, risível, como tudo aconteceu, né? Um negócio fora do... um absurdo.

O Controlador disse que pediu o contato da Márcia Pauli e que ele só tomou conhecimento... o senhor disse que ele pediu contato da Márcia Pauli, mas ele disse que só tomou conhecimento no final do mês. Eu preciso compreender quem é que está mentindo nessa história. O Controlador tinha conhecimento? Ele conversou com a Márcia? Ele fez instruções, relativamente, às compras?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, nós tivemos um pedido da servidora Márcia, inclusive, é... de formação de um grupo, é, que pudesse, é, fazer análise desses processos de compra. Ela inclusive coloca isso nas suas declarações lá na Deic, e (*ininteligível*), não, desculpe, no Gaeco, é... formado aí por, é, pessoas do Tribunal de Contas, pessoas do Ministério Público, dos setores de compras do próprio Estado, Controladoria-Geral, enfim, todos órgãos fiscalizatórios que fazem parte do processo de análise da gestão pública.

É... já lá no começo ela pedia, é... essa formação deste grupo de trabalho, é... esse grupo de trabalho... foi levado essa preocupação inclusive ao Secretário, Tasca, da Administração, onde se formou através de um grupo de WhatsApp, é... este grupo de trabalho for... é, fomentado aí por pessoas de, desses setores ou dessas estruturas de Estado. É... obviamente que, ã, o *feedback* que nós tivemos da Márcia que esse, esse... grupo, ele

FLS. 1429
PROCURADORIA PÁG. 2074
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2090 RÚBRICA

acabou não atuando da forma que deveria atuar, ou seja, é... a partir do momento que ela fazia consultas naquele grupo ela tinha poucas respostas na verdade.

É... com relação à CGE, o do... o professor Luiz Felipe, é, quando ele me pede o contato dela, obviamente, é para auxiliar nos processos de aquisição. E sempre lembrando, é, que auxiliar nos processos de aquisição... nós estamos falando aí do início de abril, né? Primeira semana de abril, os... acho que, se não salvo engano, a primeira semana de abril. Então, ou seja, esse processo Veigamed, ele já tinha acontecido.

Então, é... não há que se falar de uma Controladoria-Geral do Estado que não, porque ela não agiu nesse processo Veigamed, pois quando ela entra no processo realmente de proximidade com as compras da Secretaria de Estado, este processo de compra ele já havia acontecido.

Então, é... eu acho que aqui nós não temos questão de quem está mentindo ou não. Eu acho que isso não é o... não é a fala, Deputado, o que nós temos aqui é... efetivamente, quando ele tomou conhecimento da questão Veigamed, é... provavelmente deve ter sido ali no final do mês de abril, que é quando ele foi provocado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor, por exemplo, como ordenador de despesa, como chefe do processo, Secretário, a pessoa mais importante, né, do processo. Quando começou esses problemas das compras, o senhor não entrou em contato com a Controladoria, com a Secretaria de Governança? Porque... nós, Deputados, aprovamos aqui a reforma administrativa e criamos esses dois órgãos, a Secretaria de Governança e a Controladoria-Geral, porque para nós, Deputados, isso ia fazer com... essas Secretarias tinham o papel de criar os procedimentos, impedir fraudes etc. A Secretaria de Governança, por exemplo, era para certificar as empresas que fazem negócios com o governo. Essas empresas não atuaram nessas compras. O senhor não observou isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então, Deputado, eu volto a, a... afirmar, nós tivemos uma criação, então, de um fomento, de um grupo de trabalho através do WhatsApp pra que essas compras elas pudessem ser discutidas neste grupo, não no sentido deliberado, se compra ou não compra, mas no sentido de realmente de ajuda, porque nós vivíamos um momento aí realmente bastante conturbado. As duas primeiras... as duas últimas semanas de março foram muito conturbadas dentro da Secretaria, dentro do Estado de Santa Catarina. Eu diria, é... e obviamente que esse grupo foi criado, esse grupo acabou não a... não, é... resultando naquilo que se propôs e a partir daí, então, nós estivemos, então, o contato ou a proximidade da Controladoria-Geral do Estado, no sentido de analisar os nossos processos através daquele *checklist* que foi estabelecido, foi lá pela primeira semana de abril e a partir daí nós tivemos uma sequência de trabalho, é... justamente pra que nós tivéssemos aí essas ferramentas, é, de controle devidamente estabelecidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que... eu preciso voltar, meus colegas vão voltar, mas eu preciso voltar de novo... porque nós temos, assim, uma série de problemas naquela licitação. A gente não tem assinatura, não tem endereço, não tem CNPJ, o endereço é de um prostíbulo, os colegas vão falar aqui, o valor foi pré-estabelecido, o pagamento estava anotado como antecipado.

O senhor pediu, o senhor pediu... qual foi o procedimento do senhor com relação à segurança, à garantia para fazer esse pagamento antecipado. O senhor não participou desse processo para perguntar: qual é a garantia que a gente tem? Como é que vamos fazer esse pagamento antecipado?

Eu preciso compreender.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu lhe explico. É... e volto a repetir, não existiu, neste processo, por parte do Secretário de Estado da Saúde, nenhuma determinação pra pagamento antecipado. Nenhuma! E os senhores podem consultar todos os documentos que os senhores têm, os senhores podem consultar as conversas de WhatsApp

PROCURADORIA PÁG. 2075
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2091 RÚBRICA

de todos os envolvidos, o meu telefone tá à disposição, não existiu, em momento algum, determinação pra pagamento antecipado! O que nós temos é um rito normal de pagamento conforme entrega, baseado em trinta dias. Quando o senhor afirma, é, essa autorização de pagamento antecipado, essa autorização ela não existiu, ela não existiu!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos compreender...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos compreender.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu tenho... o senhor falou viva voz com a empresa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse isso em seu depoimento.

A Márcia Pauli disse que tinha um grupo lá, tinha uma viva voz, o senhor (*ininteligível*) negociou, conseguiu um desconto ali, acho que R$ 5 mil por equipamento, o senhor não conversou sobre as condições de pagamento...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a forma, a entrega...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a data, o senhor não conversou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, porque isso não me compete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o que competia ao senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O que competia naquele momento foi se... se a servidora Márcia dizendo: Olha, eu consegui, é... compra de duzentos ventiladores. O.k., qual o preço Márcia? Ah, 168, alguma coisa assim. Tentasse ba... tentasse diminuir o custo? Ah, tentei, o senhor quer tentar falar com ele pra tentar diminuir mais o custo? Sim, sem problema algum.

Portanto, que nós chegamos a uma redução lá pra 165 mil. Ah, esse é muito, é um preço abusivo. Enfim, que se consulte os, a... os preços praticados naquela época.

Mas, enfim, a partir daquele momento, Deputado, a partir daquele momento esse processo ele retorna ou ele segue através da Superintendência de Gestão Administrativa pra Diretoria de Licitações e Contratos, onde lá nós temos a instrumentalização desse processo, lá nós temos que ter as devidas certidões negativas da empresa, lá nós temos que ter a conferência desta empresa, lá nós temos que ter a, a, aos pareceres jurídicos necessários, lá nós temos que ter a proposta da empresa, lá vai ser construída uma minuta de... de dispensa de licitação, lá vai ser encaminhado uma ordem de fornecimento. Enfim, todo esse processo, todo esse rito faz parte da Diretoria de Licitações e Contratos.

Foi tratado isso no telefone? Claro que não, isso não é da minha competência, quem faz isso é Diretoria de Licitações...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...até porque... eu posso citar pro senhor, inclusive, e nós temos aqui conosco, um processo muito semelhante, muito semelhante que aconteceu com a compra de 47 cardioversores.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

Onde nós estivemos aqui também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, mas que empresa que é?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Philips.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

PROCURADORIA PÁG. 2046
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2092 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas o senhor está negociando com a Philips.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não. Eu não tô negociando com Philips, né? A Philip não foi vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ã...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Aí é que tá, aí é que tá.

Então nós temos aqui um processo de compra que iniciou com a Philips, com a proposta de compra da Philips.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

Essa proposta, de compra Philips, era de mil... um milhão duzentos e alguma coisa. Depois nós tivemos um mesmo processo semelhante; ele vai pra Delic, a Delic faz um instrumento desse processo; vai pra Assessoria Jurídica pra parecer, o parecerista jurídico, ele pede mais orçamentos, porque só tinha um orçamento nesse processo; volta pra quem fez o processo de coleta dos orçamentos, se coloca mais dois orçamentos, o orçamento de um milhão e quatrocentos e um orçamento de um milhão e seiscentos; é feito o parecer jurídico na busca, ou seja, nesta, nesse trabalho que é o trabalho da Diretora de Licitações e Contratos se buscou um outro fornecedor, nós saímos de um milhão e duzentos pra oitocentos e... pra não ter erro... (*consulta documentos*) só um minutinho.

Bom, enfim, eu não tô, não tô encontrando aqui, mas um pouco mais que R$ 800 mil. E este processo todo que foi construído lá numa dispensa de licitação, voltada pra empresa Philips, ele não aconteceu por quê? Porque os setores competentes da Secretaria buscaram novos orçamentos que foram mais atrativos pro gestor público ou pra, pro ente público e foram adquiridos. E mesmo se trabalhando... e mesmo assim, e mesmo assim é um dos pagamentos que os senhores devem ter conhecimento que está aí com os senhores, de um pagamento que foi feito de forma antecipada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Então, ou seja, é o fato de nós termos lá, naquele momento, um contato do Secretário, onde nós tínhamos mais pessoas presentes, e a Márcia já deve ter citado pros senhores quem estava presente, é... com valor que foi, que foi apresentado necessariamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...não quer dizer que aquele valor que vai ser acordado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário, o senhor está sentado ali conversando com o sujeito, no WhatsApp, lá do Rio de Janeiro: não, eu pago 165, eu pago 160.

O senhor em nenhum momento se preocupou em checar quem era essa empresa, quem estava falando com o senhor, qual o endereço, a quem ela representava?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Quem faz isso é a Diretoria de Licitações e Contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor não se preocupou com isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Quem faz isso é Diretoria de Licitações e Contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, depois que não foram entregues os equipamentos, os equipamentos não foram entregues, quando é que o senhor tomou a posição? Quando é que o senhor soube que os equipamentos não foram entregues, os respiradores não chegaram... quando é que o senhor tomou posi... quando é que o senhor teve conhecimento de que os equipamentos não tinham sido entregues?

FL. 1432
PROCURADORIA PÁG. 2077
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2093 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, a partir do dia 7, então, nós tínhamos o prazo, né, que era o prazo da primeira entrega dos sete... das... das cem unidades iniciais. Neste dia 7, é, eu recebi através do meu telefone, e está à disposição lá no Gaeco pros senhores analisarem se assim o quiserem, é... eu recebi um contato do Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, doutor Paraná, a qual relatava, ao qual relatava que tinha recebido um contato, uma... ou recebido uma ligação de uma empresa, que era uma empresa de, é... uma empresa que fazia câmbio e que estava recebendo um pedido de, de um câmbio de um valor significativo, dizendo que eram compra de respiradores pra Santa Catarina, é... e ele estava querendo confirmar com o Secretário se realmente essa informação era procedente.

Eu pedi pro Secretário então me encaminhar o contato desta empresa. Eu fiz contato com a empresa, e a empresa se identificou como a operadora de câmbio, é... dizendo que a empresa Veigamed, então, ela queria fazer realmente uma transação, é... uma operação de câmbio com eles, um valor alto, ã... eu perguntei pra empresa se ele já havia realmente feito a operação de câmbio, ele disse que não. Lembrando, que neste mesmo dia, e... é importante também destacar, está no meu depoimento lá do Gaeco, neste dia 7, pela manhã, por volta das 11 horas, eu fiz o contato com o Fábio, a Márcia me passou o contato do Fábio, que era... então se dizia o representante da empresa Veigamed, perguntando pra ele através do WhatsApp: e os nossos respiradores, quando chegam?

Ã... ele me apresentou, é, um prospecto de um outro respirador, um Invoice, né, que seria o prospecto desse outro respirador. Eu disse pra ele que: olha, esse equipamento não é o que você nos vendeu. Encaminhei pra ele a foto do respirador que ele nos vendeu com o descritivo técnico. Ele me disse que... ã... naquele momento, é, enfim, que ele ia... até tem dois áudios desta conversa, é, onde ele disse que: Não, estamos providenciando, estamos providenciando. E a partir de então ele não me dá mais retorno. À tarde, isso dia 7 à tarde, eu tenho esse contato, então, com o Secretário Municipal de Saúde, com essa operadora de câmbio e faço contato com a operadora de câmbio. A operadora de câmbio ela me diz que não fez a operação de câmbio, ou seja, é... aquela operação ela não se materializou. Então eu oriento, a orienta... a... a... a operadora de câmbio pra que não faça então esta operação e no dia seguinte, ou melhor, nesse mesmo dia eu já oriento a Márcia, através de WhatsApp, a conversa está meu telefone de... deve estar no telefone dela, orientando ela pra que o pro... que seja notificado a empresa pra que o processo seja... ou pra que seja estabelecido, é, o processo legal de devolução do recurso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não procurou a PGE?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Procurei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Naquele mesmo dia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, naquele mesmo dia não. O que nós tivemos, então, foi a notificação no dia 8. A partir do dia 8 nós tivemos, então, uma notificação, é, pra empresa. E o senhor como advogado sabe que nós temos um prazo legal, correto, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não sei, (*ininteligível*).

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É, esse prazo, esse prazo legal que é estabelecido aí que todas as empresas elas têm o direito de representar as razões de defesa dela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...essa, essa notificação ela finalizava então o prazo de entrega no dia 16 de abril. No dia 15 de abril, no dia 15 de abril eu me dirigi à Procuradoria-Geral do Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas...

Fls. 1933
PROCURADORIA PÁG. 2078
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2094 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na procu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Posso terminar, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Eu já compreendi...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, o senhor não compreendeu ainda...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...que eu vo... (*ininteligível*) eu tenho uma informação importante aqui pro senhor ...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu já compreendi...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...tenho uma informação importante pro senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, então, ótimo. Vamos ver.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos lá

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se é importante vamos ouvir.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Deixa ele concluir."*)

Ótimo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Vamos lá, por favor.

É... no dia 15, então, eu me dirijo à Procuradoria-Geral do Estado, nós apresentamos a situação desses respiradores. Lá nessa reunião nós temos o procurador-geral do Estado, nós temos o subprocurador, tínhamos mais um procurador e o meu consultor jurídico que também era um PGE, que é um procurador-geral do Estado, é... desculpe, um procurador de Estado.

Ã... então nós apresentamos a situação de que a empresa ela vinha ao longo dessa semana apresentando algum documen... alguns documentos dizendo que ela iria entregar, é... que taria com dificuldade de cuid... de... importação dos equipamentos, enfim, apresentando um arrazoado de informações. Até então, ela não apresentou ain... não havia apresentado ainda a contranotificação que ela recebeu no dia 8. E dentro da PGE, nós recebemos uma orientação: olha só, como nós temos uma empresa que ela demonstra, é... através da su... dos documentos que ela vem encaminhando, que ela está fazendo a tramitação desse processo, que nós temos um prazo que ele se finda lá no dia 30 de abril, é... o primeiro prazo venceu, mas ela tá apresentando informações de que ela está tendo dificuldade, esse prazo vence no dia 30 de abril, é... nós entendemos então que nós precisamos, é... acompanhar esse processo até o dia 30 e se até o dia 30 não acontecer a entrega dos equipamentos, que se instaura os procedimentos adequados. É, isso aconteceu. Está no meu depoimento, inclusive... no Gaeco.

Ã... então a partir daí, no dia 16 a empresa nos faz a resposta da contranotificação, onde a empresa ela apresenta algumas informações, é, que são inverídicas. Ela diz que o Secretário de Estado pediu pra trocar equipamento, modelo de equipamento. Eu não tenho capacidade técnica pra isso, eu não... sequer eu conhecia o modelo Shangrila 510.

É, a empresa, é... ela diz que porque houve um erro, enfim, da Secretaria de Estado da Saúde, que o modelo, que havia sido adquirido, não é um modelo invasivo. O que também não é uma verdade. O modelo e descritivo que nós temos na proposta é um modelo invasivo, sim. Ã... e apresenta então, é... essa informação. Essa informação ela é passada ou ela é repassada pra Superintendência de Gestão Administrativa que pede um parecer do setor de engenharia clínica, que vai compe... que vai comparar esses dois processos, é... pra verificar se o equipamento ele é compatível ou não. É... obviamente, que nós tivemos aí um

PROCURADORIA PÁG. 2079
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2095 RÚBRICA

parecer, é... os senhores também já ouviram aqui do Wagner, dizendo que precisaria de uma banca, né? É, desse... de avaliação pra verificar se os equipamentos são compatíveis ou não. E nós temos inclusive dentro do próprio processo, é... lá na página... (*consulta documentos*) 192, um documento da superintendente de Gestão Administrativa, onde ela destaca, é que... (*lê*) enfatizamos a necessidade de avaliação criteriosa imediata da área técnica de engenharia clínica e intensivista desta Pasta, quando do momento do recebimento das peças. Qualquer divergência ou não conformidade dos equipamentos deve ser comunicado oficialmente ao núcleo de penalidades da Diretoria de Licitações desta Superintendência, é... para os procedimentos cabíveis.

Então, ou seja, nós temos uma engenharia clínica que disse que precisaria ser montado uma banca e nós temos uma superintendente que diz que essa banca ela deve ser montada no momento da entrega. Isso está no processo, página 192.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendi Secretário, Helton.

É o seguinte, o senhor sabe que nem a Secretaria da Saúde nem a PGE, ninguém tomou nenhuma providência para tentar bloquear o dinheiro, que o bloquear... o dinheiro, que foi bloqueado, foi [bloqueado] através de uma ação popular de um Deputado, o Deputado Bruno Souza. Ele que ajuizou a ação popular - aliás, até nós estávamos trabalhando nesse sentido também -, ele conseguiu bloquear os R$ 500 mil, quase 500 mil, na conta da Veigamed e depois bloqueou-se quase R$ 11 milhões de outra conta.

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

A Secretaria... nem a Secretaria, nem a PGE, nem ninguém tomou nenhuma providência, nenhuma medida judicial. Enquanto isso a empresa foi ganhando tempo para desviar o dinheiro, para o dinheiro desaparecer.

Os senhores não tomaram... o senhor não tomou nenhuma medida? Não falou para a Procuradoria: Entra com uma ação! Bloqueia o dinheiro! Tenta resgatar!

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Foi o que eu fiz dia 15, Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...eu estive na Procuradoria-Geral do Estado justamente pra que nós impetrássemos uma ação e a própria Procuradoria orientou que nós aguardássemos até o dia 30.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a Procuradoria... o senhor tem esse documento? É verbal, como é que é?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É verbal. Estava o... o superin... estava o procurador-geral, o subprocurador e o meu consultor jurídico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu queria (*ininteligível*), é que quanto mais a gente ouve, né, mais impressionado a gente fica (*ri*). O senhor me desculpa, eu não gosto de fazer isso, mas....

Eu queria o vídeo 1.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

Bom, nós estamos tentando descobrir aqui qual forte foi a participação do ex-Secretário Douglas Borba, porque já se sabe que foi o Douglas que indicou o Leandro; nós temos mensagens de WhatsApp dele para a Márcia; agora o senhor disse que foi o Douglas que apresentou o Leandro. Eu queria que o senhor explicasse para gente qual foi essa apresentação, que nível que foi isso, como é que foi?

O Douglas falou para o senhor: Olha, vou apresentar o Leandro... Como é que foi isso aí?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, com relação à... ao Douglas, ou melhor, com relação ao Leandro a informação que eu tenho, a informação que a própria

1435
PROCURADORIA PÁG. 2088
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 1096 RÚBRICA

servidora Márcia me passou, ela... ela me informou que a empresa Veigamed ela foi encaminhada, é... através de um contato telefônico via WhatsApp pra ela, via Secretário, Douglas Borba. É, o Douglas me pediu, em certa, em certo momento, eu não sei recordar exatamente o dia, o contato da Márcia, é... que era responsável pelo nosso setor de compras. Eu passei, a partir de então acredito que ele deva, que ele tenha iniciado esse contato com ela. A Márcia, é... me... me relatou que ele fez, então, o encaminhamento da Veigamed, isso tá no telefone dela, inclusive.

É... o Leandro é um outro, é... é um outro fornecedor, né, que é encaminhado também, ou facilitador, né? Como ele... ele se diz, né? É... que é encaminhado também pro telefone da Márcia através do Douglas Borba. É... eu fiquei sabendo, é... logo após disso também que o Leandro acabava... teria um histórico dentro da Secretaria de ter sido um superintendente de planeja... planejamento de gestão, enfim, mas não foi na gestão atual, mas que já havia passado pela Secretaria. É... e o Leandro, inclusive ele é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – ...o Leandro, inclusive, ele é o... a pessoa que chancela, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Quero fazer uma questão de ordem para nós nos entendermos, Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Quando nós vamos falar em Leandro, seria bom que se falasse o nome e o sobrenome, porque nós estamos com dois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, sim. O Leandro Barros, o advogado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, o advogado, Leandro Barros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, Deputado.

Leandro Barros, o advogado

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Obrigado, Deputado Sopelsa.

É, então, o Leandro Barros, ele foi então, é... encaminhado, apresentado, é, pra Márcia através do telefone ou através do Douglas Borba, por via telefone, via contato de WhatsApp, isso está no telefone dela. É, ele é a pessoa, inclusive, que chancela a empresa Veigamed, né? Tinha um dado momento, em que ele confirma, é, que a empresa ela vai entregar os equipamentos, enfim. É, como já foi colocado aqui também pelos senhores, né? É, simplesmente ele recebe ligação de alguém que pede pra ele ligar pra Secretaria, ele faz contato com a Secretaria, simplesmente no sentido de: olha, não se preocupe que vai ser feita a entrega dos equipamentos.

É... uma relação muito... é, muito estranha, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas Borba, ele conversou...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...com o senhor sobre o Leandro?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Falou: Ó, o Leandro vai atender...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, comigo não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque o Leandro, o Leandro Barros...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

PROCURADORIA PÁG. 2081
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2097 RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...ele está envolvido nos três procedimentos que deram problemas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...os hospitais de campanha, os EPIs e os respiradores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nos três ele está envolvido.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E já se sabe, por exemplo, que ele foi uma indicação do Douglas Borba. O Douglas conversou com o senhor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...sobre isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E também nunca conversei, né? Pra de... deixar bem destacado, o próprio Leandro falou, né, aqui nesta Casa uma inverdade dizendo que eu liguei pra ele, é... referente aos EPIs. Eu nunca liguei pro Leandro, o meu telefone tá à disposição. É... dizendo inclusive que eu pressionei ele pra que o processo dos EPIs andasse, eu não fiz contato, nunca fiz contato com o Leandro. É... o meu telefone tá à disposição dos senhores pra que os senhores possam verificar aí, quebra de sigilo telefônico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele disse que conversou pessoalmente com o senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não conversou comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A minha última intervenção, quando o senhor já... quando abriu a licitação já estava escolhendo... a licitação não, a compra direta no dia 22 ou 3 a empresa já estava escolhida, era a Veigamed, já foi escolhido, trocou... o Deputado aqui, Milton Hobus... nós temos a documentação, inclusive trocou de fornecedor, ele usou o nome, depois colocou outro nome.

No dia 22 já tinha escolhido a Veigamed, o senhor sabia disso? Que a empresa já estava escolhida para a compra (*ininteligível.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Dia 22?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 22, 23, 24.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu tenho um processo que é o trinta... esse 37070, ele foi autuado dia 26.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas a Márcia tem... tem conversa sobre os respiradores...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...no celular dela...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não tenho... conhecimento do dia 22.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela não conversou com senhor sobre isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ninguém conversou como senhor sobre isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade, o que nós tínhamos, Deputado, é... só pra gente também não criar uma falsa sensação de que... é... vai se criando um clima de que o Secretário não sabia das coisas. O que nós tínhamos, é... é justamente uma necessidade de aquisição. E nós tínhamos, sim, uma necessidade de

PROCURADORIA PÁG. 2082
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2093 RÚBRICA

aquisição de pelo menos 300 respiradores, por quê? Porque nós trabalhávamos com a lógica de que - e até hoje se trabalha, acredito, dentro da Secretaria - nós precisamos instalar setecentos... um número, enfim, cabalístico, 713 leitos novos de UTI dentro do Estado. Alguns leitos, nós conseguimos ampliar baseado em desativação de centro cirúrgico, onde a gente vai lá e pega aquele... aquela máquina chamada máquina do anestesista e tu coloca como respirador. Alguns hospitais tinham respiradores que poderiam ativar novos leitos, mas isso nos dava uma quantidade muito limitada de (*ininteligível*) de máquinas.

Então, ou seja, foi definido que nós precisávamos comprar respiradores. A partir daí esta demanda ela é encaminhada para a Superintendência de Gestão Administrativa, que é a estrutura competente pra buscar os fornecedores, pra fazer a instrumentalização de um processo, para que nós possamos dar início à compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, abriu dia 22...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o senhor teve conhecimento quando?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não abriu dia 22, abriu dia 28, documentalmente, mas dia 22 já estavam conversando sobre compras dos respiradores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor não participou desse processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nada? O senhor não sabia de nada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Não participei, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas vocês não decidiram comprar os respiradores, Secretário?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas, Deputado (*ri*), quando eu digo assim ó: eu preciso comprar cinquenta respiradores. Eu não vou dizer quem é a empresa, qual é a empresa, qual é o preço, porque compram, onde é que ela tá, se ela é... não sou eu que faço isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu sei, mas o senhor não conversou? Ó, vamos comprar.

Saiu uma instrução normativa dia 22, a Márcia já explicou isso aqui para gente, foi... saiu essa instrução normativa, começou o procedimento...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de compra, começaram a comprar outros respiradores, compraram respiradores da Eireli, né? Da empresa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Edera.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Edera.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Compraram respiradores, certamente o senhor teve conhecimento disso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é impossível. O senhor não conversou com o (*ininteligível.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor, o senhor está falando da Edera, qual é o valor da compra da Edera?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não...

Fls. 1470
Rubrica
PROCURADORIA
PÁG. 2083
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2099
RUBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Qual é o valor da compra, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Qual é o valor? É abaixo de 5 milhões?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não pergunta para mim, quem faz as perguntas aqui sou eu...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É abaixo de 5 milhões?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hã?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Se é abaixo de 5 milhões, ela tem uma delegação pra fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas eu estou falando da epidemia, Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas eu tô falando pro senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...nós estamos vivendo o processo da epidemia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas eu tô falando pro senhor que existe uma delegação para isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá bom, eu já compreendi.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Hum!...

(*O advogado Noel Baratieri faz sinal de positivo para o depoente.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só queria encerrar com o vídeo 17, aquele que não passou, se o senhor confirma isso aí.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

O senhor gostaria de fazer alguma correção com relação ao seu depoimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Como assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ouviu bem o que o senhor disse?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que não foi o senhor, que foi ele etc.

O senhor gostaria de corrigir, fazer alguma explicação. O senhor já falou disso aqui antes, mas eu queria dar a oportunidade, depois do senhor ouvir, de fazer algum outro esclarecimento, além do que o senhor disse ali naquele...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...naquele vídeo. O senhor confirma exatamente que foi aquilo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu confirmo que o que nós tivemos foi uma dispensa de licitação, baseada num parecer jurídico, uma autorização de fornecimento que não se falava em parece... em pagamento antecipado.

Esse pagamento antecipado não foi autorizado por... portanto. Que nós tivemos dois processos que foram abertos pra pagamento, dois processos que foram instrumentalizados a mesmo formato como os demais, as demais DLs abaixo de 5 milhões que os senhores devem ter conhecimento, que aconteceram.

Ele inicia com a comunicação interna da Márcia solicitando pagamento. A nota fiscal, onde a Márcia... a nota fiscal onde a Márcia ela assina essa nota fiscal, e quem disse isso não fui eu, quem disse isso é a Débora Brum, que era assistente direta da Márcia, os senhores podem consultar ao... ao depoimento dela lá no Gaeco, onde ela disse que o

PROCURADORIA
PÁG. 429
RUBRICA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2100
RÚBRICA

formato foi feito nes... nessa forma. Antes dela fazer a abertura e a autuação de um processo ela perguntava pra Márcia: Posso encaminhar pra pagamento? A Márcia respondia que sim.

Então, a partir nesse momento ela autuava o processo e ela encaminhava a nota fiscal para assinatura da Márcia. Uma vez assinada a nota fiscal, que é o de acordo pra pagamento, ela faz inserção, ela fazia inserção desse procedimento no Sistema Sigef.

Inclusive, existe uma... uma confusão, né, que foi criada aí, no sentido de que: Ah, eu não tenho senha do Sigef, eu não faço, eu não consigo fazer pagamento no Sigef. Na verdade, a pessoa que faz a autorização está lá identificada, e nós temos uma outra servidora que faz a inserção, que normalmente é aquela que tem a senha. Mas por que que ela faz isso? Porque, anteriormente a este processo, ela tem uma nota fiscal, onde existe uma assinatura eletrônica do servidor. Essa assinatura eletrônica ela é intransferível, quem faz é aquele que tem a senha.

Então, a partir do momento, isso quem faz... quem está falando não... não sou eu, quem está falando isso é a Débora Brum no seu depoimento. A partir do momento que a, que a nota fiscal, emitida, ela é assinada, eu posso inseri-la ou fazer a inserção dela no Sistema Sigef e a partir daí segue o rito de pagamento.

Então o que aconteceu no caso dos 33 milhões, que são dos respiradores, dos duzentos respiradores, assim como nos oito ou nove processos que nós temos aí de pagamento antecipado, foi justamente o mesmo processo.

Nós temos... e, e pra ser um pouquinho mais... detalhista, a comunicação interna é a mesma, da mesma data, 20 de março, em que a própria servidora Débora Brum ela disse que deixou guardada na sua máquina, ela simplesmente, ela inseria a peça depois da autuação e logo em seguida vinha a nota fiscal.

Então, todos os processos, se os senhores tiverem, é... o cuidado de perceber a data, todos datam no dia 20 de março, a comunicação interna assinada pela servidora Márcia Pauli.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado... ex-Secretário Helton, o senhor teve os bens bloqueados pela justiça. Que bens foram bloqueados do senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Excelente pergunta, Deputado. Está se... se fomentando aí que foram bloqueados 30... até 32,5 milhões de bens do Secretário de Estado da Saúde. É... os meus bens não são segredo, eu tenho uma casa e tenho um carro, é isso que nós temos bloqueado. E obviamente as contas bancárias, né? Que os senhores sabem aí que também houve a determinação, é, judicial. Eu não tenho nem, nem perto, né, de R$ 32 milhões, mas o que se fomenta aí, infelizmente, é que através dos meios de comunicação, é que até 32 milhões do Secretário, do ex-Secretário de Saúde foram bloqueados. Eu tenho uma casa e um carro e as contas bancárias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A quem o senhor atribui a culpa desse processo todo. O senhor atribui a culpa a quem? Quem foi culpado desse processo?

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

O senhor tem condição de apontar, é um processo...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O que eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de muitas pessoas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O que eu, o que eu posso dizer pros senhores aqui enquanto... é... a pessoa mais interessada, a pessoa mais interessada de que a verdade apareça. É o que eu posso dizer pros senhores.

Nós temos toda uma estrutura que foi criada dentro da... da Secretaria de Estado da Saúde de blindagem de processos. Quando lá nós chegamos o... o Fundo Estadual de Saúde

Fls. 2140
PROCURADORIA
PAG. 2085
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2101
RÚBRICA

tava submetido à Superintendência de Gestão Administrativa, o que dentro do... do ato administrativo é uma inconformidade, quem compra não paga.

A reforma administrativa, quando passou por esta Casa, uma das coisas que foi criado dentro da Secretaria de Estado da Saúde, foi justamente isso, a Coordenação do Fundo Estadual de Saúde queria tratar com todo financeiro da Secretaria.

Nós temos estruturas, que são estruturas, que são competentes pra fazer compra e nós estamos falando de compras... de grande volume, R$ 800 milhões, somente em 2019. Nós temos o orçamento projetado aí, é, pro ano de 2020, de mais de R$ 4 bilhões. Então é uma Secretaria com volume de recurso muito grande.

É, quando nós temos esse processo desenhado dentro da Secretaria, isso, é... as estruturas elas estão devidamente organizadas. Nós temos obviamente também, os senhores sabem que todos os servidores ou todos os gestores têm essa possibilidade, inclusive por normativa legal, de fazer a delegação de poderes. Quando a gente delega poder, é... pra determinadas pessoas obviamente que nós estamos... é, encaminhando pra essas pessoas também uma coisa chamada de responsabilidade pelos atos praticados, né? Então, ou seja, nós tivemos aqui uma sequência de... inconformidades que aqui aconteceram nesse processo e que acabaram culminando com essa fatalidade ou com esta inconsistência chamada de pagamento antecipado.

Nós tivemos erros que podem ser apontados lá na Diretoria de Licitações e Contratos. Nós tivemos aqui o Carlos Campos Maia, né? É, que diz ou que relata que: Ah, não, é, o responsável pelo pagamento é o Secretário de Estado e o Adjunto. Né? Ele foi... ele foi taxativo aqui quando ele falou.

A pergunta é, é... em que momento aconteceu isso, Carlos? Em que momento? Quando aconteceu isso? Até porque, é... ele usou uma máxima aqui pra todos os senhores e todos os senhores ouviram de que ele recebia ordens, né? Isso ele falou aqui. Ordens de quem? Não adianta... eu poderia chegar aqui e contar milhões e milhões de temas pros senhores, mas a gente tem que identificar as pessoas. Ordem de quem?

É, então nós temos ali uma inconformidade, é... onde ele diz que os orçamentos vinham, por exemplo, é... do Coes. O Coes fazia seleção dos orçamentos e encaminhava, é... lá pro setor de licitações e contratos. Quando nesse processo, em específico, os senhores, é... já tiveram acesso a esse processo, o segundo orçamento que foi incluído, que é da empresa MMJS, foi inserido pelo Carlos, Diretor de Licitações e Contratos. Então, como ele, enquanto diretor, ele insere uma peça ao qual ele não conhece? É... então nós temos um processo, que lá na Diretoria de Licitações e Contratos, ele já foi atrapalhado.

Bom, vem pro gabinete, o gabinete faz a assinatura, enfim, como rito... rito normal e a partir deste momento, a partir deste momento nós temos um processo que... deveria seguir o rito normal, que é o quê? Uma empresa ela vai me fazendo entregas, a partir do momento que ela feito a entrega, alguém confere esse equipamento que, é, neste caso específico, ele seria depositado lá no nosso centro de distribuição, localizado aqui na... é... em São José, faz-se a conferência, a pessoa que confere certifica, assina essa nota fiscal, ela certifica e encaminha pra pagamento.

Só que nesse processo e nos outros nove, enfim, que aconteceram, que eram abaixo de 5 milhões, nós tivemos um *modus operandi* que foi montado justamente por quê? É... nós tínhamos, como já disse, um processo muito conturbado nas duas últimas semanas de março, onde os fornecedores começaram a, a... a tentar, é, avançar nesse processo de recebime... é, de receber antes de entregar o equipamento. Isso aconteceu em algumas sequências de processo que, que os senhores perceberam lá das dispensas, oito ou nove, salvo engano, é, que nós temos relação aqui. E nesse, em específico, também aconteceu, o servidor, né, a própria Márcia, ela... ela relata isso, que ela sofria uma necessid... uma, uma pressão do

1491
PROCURADORIA
PÁG. 2066
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2102
RUBRICA

fornecedor, do Fábio, né, do Guasti, no sentido de: Olha, eu preciso pra garantir a compra, eu preciso pra garantir a compra, eu preciso.

Ã... e a partir daí aquele *modus operandi*, que já foi adquirido lá nos outros processos, também aqui foi estabelecido. Nós temos um pagamento que foi baseado numa certificação de uma nota, que foi encaminhado pro setor de... financeiro da Secretaria de Estado da Saúde, que emitiu uma ordem bancária e pagou.

É, então nós temos... é... se nós formos apresentar, buscar falhas nesse processo, Deputado, nós temos falhas desde a... da instrução do processo lá na Delic, até o nosso Fundo Estadual de Saúde que também fez o pagamento dessa nota, dessas notas, né, que são duas notas.

Então, ou seja, é... é... este processo todo, é, da forma que ele foi construído, e realmente nós estivemos, é... uma sequência de fatos que aconteceram e que... acabaram culminando nesse pagamento, que volto a dizer, né, em momento algum ele foi autorizado, nós não tivemos autorização em momento algum, diferentemente de outros processos. Se os senhores... é... buscarem nos seus... nos seus apontamentos, nós temos aí processos em que eu tenho a menção do pagamento antecipado na ordem de fornecimento. Então eu poderia, é, citar pros senhores, por exemplo, é... o processo que foi feito da aquisição dos cardioversores, onde a ordem de fornecimento 346, é colocado aqui um destaque: (*lê*) Importante, empresa solicita pagamento antecipado.

(*O depoente Helton Zeferino mostra o documento ao Relator.*)

Está no processo, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – A Veigamed exigiu o pagamento antecipado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, não, não. Isso aqui é um outro processo. Eu tô falando daqueles processos que foram estabelecidos no *modus operandi*, Secreta... o, Deputado.

Então, ou seja, em alguns processos inclusive era colocado, na ordem de fornecimento, pagamento antecipado, que é diferente da Veigamed. A Veigamed nós não temos em momento algum deste processo a referência, naqueles documentos que nós produzimos enquanto Secretaria, de pagamento antecipado. É, e obviamente que eu enquanto Secretário eu vou analisar o parecer jurídico, a DL e a ordem de fornecimento. Se em nenhum desses processos, eu tenho a... a fuga da normalidade não se... subentende-se, né, que daqui pra frente ele vai seguir o rito normal da Secretaria, que é o de pagamento em até trinta dias após a entrega.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário, eu queria conversar com senhor sobre o processo da Intelbras, sobre outras questões, mas vou deixar para os meus colegas, para que eles conversem um pouquinho com senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, ex-Secretário Helton e os doutores que acompanham também, boa noite.

Primeiro, Helton, quem definiu, a questão dos respiradores, né, os equipamentos, a quantidade, o tipo de equipamento, a quantidade que deveria ser adquirida?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, com relação à quantidade... o senhor fala num todo, né, Deputado? No todo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É, a quantidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É, quem que define: olha, precisamos de respiradores, duzentos, que sejam desse tipo, dessa...

PROCURADORIA PÁG. 208
Fls. 1442
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2103 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Perfeito.

Então nós, nós, nós temos, nós temos dentro da Secretaria de Estado... ou foi estabelecido, dentro da Secretaria, o Centro de Operações de Emergência em Saúde. Esse... é, centro de operações dentre as atribuições era fomentar as necessidades que nós tínhamos de aquisição de insumos e equipamentos.

É... especificamente com relação aos leitos novos de UTI, especificamente com relação aos leitos novos de UTI, quem fez a, o dimensionamento de todos os leitos, que seriam instalados dentro do Estado, foi o meu Adjunto, Secretário... o atual Secretário de Estado da Saúde, o André Motta, onde ele chegou neste quantitativo dos 713 leitos. É... alguns deles nós já tínhamos, naquela época, a ideia de que nós conseguiríamos avançar, justamente naqueles equipamentos que já estavam disponíveis ou no... na realocação de equipamentos de anestesia, mas eminentemente nós precisávamos comprar equipamentos pra que a gente pudesse chegar nos... 713 leitos. Então a partir desta necessidade, é... de leitos novos de UTI dentro do Estado de Santa Catarina, nós entregamos essa necessidade pra Superintendência de Gestão Administrativa pra que ela pudesse buscar através dos fornecedores, é, equipamentos pra compra.

Sempre lembrando que as propostas que chegavam à Superintendência de Gestão Administrativa, elas eram avaliadas por um engenheiro clínico. Por que o engenheiro clínico? Porque ele tem *expertise*, é... de analisar os equipamentos que eram entregues e, obviamente, no que diz respeito à Covid-19, nós tínhamos alguns quesitos que já eram específicos do que diz respeito à ventilação dos pacientes. Ou seja, o equipamento, o respirador, ele precisa... precisaria ter algumas características, ã, pra que nós tivéssemos a certeza de que eles iriam ventilar adequadamente os, os... pacientes, motivo pelo qual, inclusive, é... a própria Márcia coloca isso nas declarações dela de que algumas ou várias propostas foram, é, canceladas justamente porque os equipamentos não tinham capacidade técnica de atender um paciente Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Quem fechou a negociação com a Veigamed? Que encerrou o processo: ó, está batido o martelo, é isso, o valor é este.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, com relação à Veigamed, nós tivemos então aquela ligação a qual eu participei, é... eu não sei precisar exatamente o dia, mas obviamente é anterior, né, a... eu acho... é... a última semana de março, não saberia dizer pro senhor qual o dia exato. É, onde nós tivemos ali uma tentativa de redução do valor final, é... por unidade de equipamento. Naquele momento ali nós chegamos a um valor de R$ 165 mil, onde a empresa dizia que ela não poderia, é, diminuir esse recurso ou diminuir o valor de cada equipamento.

A partir daí, a partir daí, é, nós não temos, isso é importante destacar, por isso eu trouxe aquele exemplo da Philips, né? Nós não temos a obrigação de comprar com a Veigamed. É... a partir daí nós temos, é... a instrução do processo. Então ele vai pra Diretora de... é, Licitações e Contratos, onde lá nós temos toda a parte legal, que é envolvida no que diz respeito às certidões, certidão de negativa, enfim, documentos da própria empresa, proposta da empresa, obviamente, né, devidamente analisada, até porque naquele momento eu precisava que o... é, naquele momento não, não, se falava, por exemplo, um engenheiro clínico dando o seu parecer, e ele precisava dar o parecer com relação ao equipamento.

Ã... e, obviamente, a partir daí nós temos toda a instrução com relação ao orçamento, com relação à parte documental, é, e uma vez que prosperou aquela proposta como a mais adequada considerando, né, os orçamentos que foram apensados no processo, é, essa proposta ela seguiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E quem certificou o recebimento dos aparelhos?

Fls. 1443
Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2088
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2104 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ser... pelo que nós temos nos autos dos dois processos de compras, a servidora Márcia Pauli.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Foi ela?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim. É o que está no registro no, no, no sistema de gerenciamento de processos eletrônicos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Quem assinou que recebeu os equipamentos?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Quem certifica a nota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Essa é a lógica, né? A pessoa que certifica a nota, ou seja, que co... que coloca o, a sua assinatura na nota é aquela que atesta que aqueles equipamentos receberam e chegaram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E quem paga é o mesmo que certifica?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não. Quem paga é o cons... é o Fundo Estadual de Saúde. Então, ou seja, a partir do momento que eu certifico uma nota, essa nota ela tem assinatura de um servidor do Estado, ela é inserida, esse processo, num Sistema Sigef, que é da Fazenda. Esse Sigef, ou seja, enfim, são, é... processos que a Fazenda exige de... pra com relação ao pagamento. Ele segue, é... pra nossa gerência, é... financeira e nessa gerência financeira é analisado, enfim, se a nota ela está de acordo com o processo, se tem alguma inconformidade e a partir daí essa gerência, com o aval, obviamente, do Coordenador do Fundo Estadual de Saúde, que tem a delegação de ordenador primário, é... do Fundo Estadual de Saúde, é, ela é encaminhada através de ordem bancária pra pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tá, mas e por que a Márcia alega que o setor dela não é responsável por isso, ela só faz o processo, tem um estágio antes e tem estágio depois dela.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas em que sentido, Deputado? De pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Também do pagamento.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, quem faz o pagamento é o Fundo Estadual de Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Que seria...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas ele faz...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...a pessoa do José Florêncio?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – José Florêncio, isso, que é o coordenador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas ele só paga se tiver a autorização da Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ele paga baseado numa certificação de uma nota. Então o Fundo Estadual de Saúde ele confere se essa nota ela foi certificada. Se alguém disse que esse equipamento ele chegou, certificou a nota, incluiu no Sigef, encaminhou pra pagamento, o Fundo Estadual de Saúde pressupõe, é, que este equipamento ele está disponível, é, na Secretaria de Estado, enfim, no nosso centro de distribuição, e encaminha pra pagamento. Até porque nós temos um processo de dispensa de licitação, o processo licitatório que foi iniciado, é, justamente visando à aquisição daquele equipamento ou insumo.

Fls. 1444 Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2089
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2105 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, o senhor disse que não autorizou o pagamento antecipado...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...desse material. Mas chegou ao seu conhecimento alguma notificação, no dia do pagamento ou antes do pagamento, de que a empresa Veigamed não cumpriria com a venda que havia sido feita para o Estado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – No dia do pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No dia ou logo após...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...de que a empresa não tinha autorização...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pra mim?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...para vender esses equipamentos...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pra mim, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...para comercializar... nada?

É...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nós estamos falando do dia primeiro de abril, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É no dia do pagamento da nota.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Foi feito para o dia do pagamento...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso, foi dia primeiro de abril. Não, para mim não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – O senhor tem conhecimento das declarações do senhor Rafael Wekerlin, de que no primeiro de maio ele desistiu da proposta, que havia feito em outra compra, porque solicitaram R$ 3 milhões em propina?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu tomei conhecimento através do áudio, enfim, do depoimento dele no Gaeco. Onde ele afirma que recebeu uma ligação, é... eu não consigo recordar agora o nome da pessoa que ligou pra ele, mas era a pessoa que tava fazendo intermediação, segundo ele, é... que solicitou realmente esse montante aí de R$ 3 milhões, é... pra pagamento, enfim, é... de uma comissão ou propina, ele não falou em propina, ele falou em comissão, né? É, mas tomei conhecimento através da... da visualização do... depoimento dele no Gaeco.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – O senhor tentou tomar alguma providência com relação a isso, de verificar, tentar investigar quem foi...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade... a partir do momento que ele fez o depoimento no Gaeco, inclusive, eu já estava afastado da Secretaria, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E por que só a Márcia foi afastada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, por que só a Márcia foi afastada? Essa, essa, pergunta ela é... é, ela é bem, é... necessária a gente responder justamente por isso. Porque naquele primeiro momento nós tínhamos, é, a informação de que a Márcia havia feito as certificações desta nota em específico, é, motivo pelo qual

Fls. 1445
Rubrica
PROCURADORIA
PÁG. 2093
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2106
RUBRICA

inclusive nós tivemos aí uma sequência de fatos que aconteceram dia 22 de abril, é, foi instaurada uma sindicância na Secretaria pra apuração desta compra em específico. É... este processo ele... ele foi instaurado lá através do processo 49.615/2020 da Secretaria. Então instauração de uma sindicância pra apurar a compra destas... desses respiradores.

No dia 23, que é uma quinta-feira e dia seguinte, é instaurado uma segunda sindicância pra apurar todas as compras que aconteceram durante a vigência do enfrentamento da epidemia, processo 49.954 da Secretaria de Estado da Saúde.

No dia 24, é, é feita, então, a solicitação da exoneração da superintendente Márcia, através do processo 50.629. É... só pra seguir... eu já, eu já finalizo aqui, mas só para seguir a sequência, Deputado.

No dia 28 e a semana seguinte, através do processo 51.724, é, eu solicito à Deic a instauração do procedimento policial investigativo. No dia 28 também eu respondo à Controladoria-Geral do Estado alguns pedidos de informação sobre o que nós tínhamos feito a respeito desse processo. Lá eu respondo dizendo que nós instauramos sindicâncias, que já pedimos inclusive uma investigação pela própria Deic. Ã... e inclusive, solicito à Controladoria-Geral do Estado que estabeleça um processo de auditoria preli... de, de investigação preliminar através de seus auditores deste processo também específico.

E no dia 29 de abril, é... eu também encaminho informações através do processo 53.359 pra Procuradoria-Geral do Estado, relatando, é, todas as ações que foram adotadas com relação a esse processo e também solicitando à Procuradoria-Geral do Estado que adotasse as medidas cabíveis com relação à proteção do Estado.

Ã... com relação a Márcia, é... a exoneração da Márcia, porque naquele momento nós tínhamos o indicativo de que a Márcia ela participou desse processo de autorização do pagamento antecipado, mas obviamente que eu acredito, é, que com o passar dos dias, é... nós provavelmente, na Secretaria de Estado, teríamos o afastamento de mais servidores, provavelmente, é... mas sempre lembrando, né, que na semana seguinte, no dia 30, eu solicitei a minha exoneração ao Governador do Estado, justamente pra que nós não tivéssemos esta... é, interferência ou possível, é, ideia de interferência do Secretário de Estado, que foi a mesma lógica que nós tivemos pra secre... pra superintendente de gestão administrativa Márcia, pra que ela não estivesse à frente da Pasta, justamente que a Pasta em que estaria sendo analisada, investigada aí no que diz respeito à sindicância e também dos procedimentos policiais que foram solicitados.

É... mas se nós trabalhamos dentro da mesma, da mesma lógica, Deputado, de... que nós tivemos inclusive, é... da Assembleia, a própria Assembleia pediu o afastamento do Secretário, né? Nós tivemos este documento que foi emitido e aprovado aqui dentro desta Casa Legislativa, do Secretário tão somente.

Então nós não tivemos nenhum, né, não foi da equipe de compras, não foi da... foi do Secretário. Então, a lógica que foi adotada foi a mesma lógica que foi estabelecido dentro dessa própria Casa no sentido de que aquele que é o... o gestor ou o responsável pela equipe, ele seja afastado até que a gente tenha claridade de avaliar os processos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então, na verdade por todos os procedimentos de investigações internas, que vocês fizeram, por todo o levantamento se chegou - a área, a pessoa da área técnica que operou isso tudo - ao nome da Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, porque nós tínhamos os processos, então a gente começa a catalogar os processos e verifica-se que... ela tem, né, é... nos processos de pagamento, especificamente, nós temos aí um documento, que é uma comunicação interna, que é assinado por ela, que eu volto a repetir, é lá do dia 20, que ela usou em todos os processos de pagamento e a certificação da nota fiscal especificamente das duas, ou seja, a assinatura na nota fiscal é da Márcia.

Fls. 1446
PROCURADORIA PÁG. 2091
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2107 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Muito bem. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Fabiano.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Ex-Secretário Helton Zeferino, senhores advogados... buscar esse... ser bastante objetivo e na medida do possível eu gostaria também que suas respostas fossem objetivas. Fiz uma série de apontamentos, de anotações e muitas já foram feitas pelo Relator, e já foram respondidas. Então eu vou poupar de repetir esses questionamentos.

Qual é a rotina normal de recebimento e certificação de notas fiscais na Secretaria da Saúde? Depois de certificadas as notas, para que setor elas são encaminhadas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, rotina normal de certificação de nota... recebimento de equipamentos e insumos. A rotina normal, é... a, se nós estamos falando de insumos, é... normalmente eles são recebidos pelo nosso, é... são recepcionados pelo centro de distribuição da Secretaria de Estado, que é o nosso almoxarifado. Lá nós temos, ã... servidores que lá inspecionam esses insumos, conferem esses insumos e recebem esses insumos. Se são equipamentos e eles são solicitados por alguma unidade hospitalar, esse equipamento ele vai pra unidade hospitalar e lá a unidade hospitalar que solicitou o equipamento, confere, recebe e certifica a nota.

Neste caso que nós tínhamos um volume muito grande de equipamentos eles são distribuídos ou seriam distribuídos através do centro de distribuição. Então, ou seja, nesta compra que, que nós estamos falando dos respiradores, inevitavelmente quem deveria certificar esta nota deveria ser o centro de distribuição da Secretaria de Estado da Saúde, onde lá ele confere, verifica se está de acordo, ele certifica a nota, insere no Sistema Sigef e encaminha pro Fundo Estadual de Saúde pra pagamento. Essa é a rotina normal da Secretaria.

É normal a superintendente de gestão administrativa recepe... é... fazer a certificação de uma nota? Não. Isso não é normal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É, eu estranhei realmente essa, essa situação. Não é um...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...não é um procedimento comum esse...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não é um procedimento comum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ... o que aconteceu.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual a função do Coes? Ele foi criado especificamente em função da pandemia. Também não ajudou a desorganizar, segundo a depoente Márcia, a ida do Coes lá para a Secretaria de Defesa Civil? E com parte da estrutura da Secretaria da Saúde, contribuiu para desorganizado todo esse processo, porque ela perdeu muita mão de obra que ela tinha a sua disposição aqui e que lá ela, enfim, trabalhou muito mais por telefone, por WhatsApp, do que presencialmente com toda a equipe que ela tinha aqui. Ela reclamou dessa situação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Disse que foi um equívoco a criação do Coes.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é, com relação ao Coes, Deputado. O Coes tem a... é, tem por... é, competência precípuo, é, assessorar o governo do

Fls. 1491
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2092
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2108
RUBRICA

Estado pra tomada de algumas decisões. Ele também faz a parte de análise técnica, ou seja, é... ele faz a prospecção de cenários, ele verifica o que que ele precisa ajustar com relação aos hospitais filantrópicos, o que é que ele precisa ajustar com relação aos Municípios, com relação à Atenção Primária, enfim, toda essa organização do processo de enfrentamento da pandemia dentro do Estado ela é dimensionada através do Centro de Operações de Emergência.

Esse Centro de Operações de Emergência, é, lá na sua portaria, é, de instalação, é... ele prevê que nós tenhamos aí representações das Superintendências, representações de algumas diretorias. Lá nós tínhamos representantes do Ministério da Saúde, através do superintendente local aqui de Florianópolis, lá nós tínhamos representantes do Cosems, que é o Conselho Municipal de Secretários Municipais de Saúde, em algum momento nós tivemos representantes, é, da Fecam, nós tínhamos, é, e sempre deixamos aberto a participação do Ministério Público, enfim, nós tínhamos uma série de pessoas que por lá trabalhavam.

E a decisão de instalação, é, do Coes, lá na estrutura da Defesa Civil, foi justamente pelas facilidades que nós tínhamos. Primeiro, de espaço físico, de termos as mesmas pessoas ou as pessoas que participavam do Coes no mesmo ambiente. Dentro da Secretaria de Estado da Saúde, nós não temos esse espaço físico, é, que poderia atender essa demanda, é, e obviamente também pela proximidade ali com as estruturas do GRAC, que é grupo de respostas, é... que é instalado na Defesa Civil onde lá muitas das nossas demandas também eram fomentadas através do próprio GRAC. É... mas é importante destacar que o Coes, enquanto estrutura, ele nunca definiu que quem deveria estar lá era o superintendente. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Lá na portaria de... na portaria de... instalação do Coes ele fala em representante da Superintendência de Gestão Administrativa. Obviamente, que a Márcia entendeu que era mais adequado ela ficar mais próximo da estrutura, é... mas o que não impediria, até porque todos os servidores que nós tínhamos dentro das estruturas dos prédios da Secretaria de Estado da Saúde eles permaneciam fazendo as suas atividades é... de uma forma rotineira e normal como sempre fizeram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor falou que tinha a portaria de delegação de poderes para a CGA.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim. SGA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — SGA. Além da SGA, há outros setores na...?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Todas as superintendências, todas as superintendências e a Coordenação do Fundo tinham delega... tinham portarias da delegação. Então, ou seja, eu delegava, por exemplo, a Superintendência de Regulação, quais são as atribuições que o superintendente deveria fazer com relação à parte de regulação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Valores até quatro mil... até 5 milhões...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Valores especificamente de compras com relação é somente SGA. As outras eram funções, não valores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Outro questionamento, depois de assinada a Ordem de Fornecimento 37070/2020, que foi a aquisição dos respiradores e/ou os referentes aos pagamentos, voltaram a ser encaminhados via SGPE para a máquina do Secretário para algum despacho?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO— Não. Na verdade, é... a partir do dia 30, a partir do dia 30 de março, esse processo ele não retornou mais ao gabinete do Secretário. Nós tivemos, inclusive, tramitações que é... ou pareceres jurídicos que foram

Fls. 1448 Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2083
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2109 RUBRICA

estabelecidos pela própria DLIC onde ela, em determinado parecer é... é... concluído que deveria ser aplicado uma multa na empresa e a suspensão dessa... da permissão dessa empresa vender pro Estado e esta... o setor competente da DLIC, que é o setor de notificações, ele não... não instituiu a multa nem tampouco fez o processo de suspensão de fornecimento da empresa.

Então, existe um parecer, inclusive, que lá está, em que a DLIC, simplesmente, ela não fez a condução do processo baseado no parecer jurídico que foi emitido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Secretário, eu vou fazer uma pergunta: Tem fantasma na Secretaria da Saúde?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Fantasma?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tem servidor fantasma na Secretaria da Saúde?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Que eu conheça, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Neste caso específico, tem fantasma?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, quando o senhor coloca fantasma, seria servidor que lá está lotado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Seria alguém que não se vê, que não é de carne e osso... Parece difícil encontrar a verdade, taxativamente, quem pagou, quem certificou... O senhor tem a convicção, embora não tenha visto; às vezes há fé, não precisa ver, basta ter fé. O senhor, efetivamente, acredita que este servidor é de carne e osso e que ele existe. O senhor afirma isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É... Deputado, o que nós temos aqui neste processo, e aqui não é a critério em fantasma ou não, nós temos fatos. Os fatos são que nós temos uma nota que foi certificada, essa nota certificada ela tem identificação de quem certificou, em que data, em que horário certificou; nós temos um processo que foi gerado de encaminhamento de pagamento, que também foi gerado e encaminhado pelo mesmo servidor; nós temos um processo de dispensa de licitação de ordem de fornecimento que não fala em pagamento antecipado, ele fala em pagamento em trinta dias, que é o normal da Secretaria. Então, ou seja, é... nós temos muita claridade nesse processo do que aconteceu. O que nós estamos buscando aqui efetivamente é afirmação de que a ordem foi dada por alguém, quando nós temos aqui um processo que não se estabeleceu no 37070 - nós temos oito ou nove processos que seguiram o mesmo rito, com processos abaixo de 5 milhões e que aconteceram da mesma forma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em nenhum momento lhe despertou, pelo menos, a curiosidade como o Secretário da Saúde?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor está nos respondendo aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Esses argumentos, será que eles serão aceitos pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público? Não lhe causou durante o processo a curiosidade de conhecer melhor. O senhor teve uma confiança extrema na sua equipe, sendo o coordenador primário. Não foi um pouco temerário essa confiança nesse fluxo em se tratando especialmente... Claro que todo valor, independentemente do valor, é recurso público, mas um montante tão expressivo como esse o senhor não teve o cuidado de acompanhar, de conhecer a empresa... Espera aí. Mas será? Embora eu tenha...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, o que eu posso dizer pro senhor de uma forma... de uma forma muito... muito objetiva, se o processo seguisse o seu

Fls. 1449
PROCURADORIA PÁG. 2016
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2110 RÚBRICA

ritmo normal, que foi através da ordem de fornecimento, nós não estaríamos aqui hoje. Nós não estaríamos. Por quê? Mesmo que a empresa ela tivesse sido é... Ou ela é inidônea, como já foi fomentada, não teria capacidade de entrega, enfim, se o pagamento não tivesse existido, o que nós teríamos aplicado na empresa é uma notificação. O que nós estamos fazendo aqui hoje e é o fruto desta CPI é justamente isso, é que nós tivemos neste processo - e aí se descobriu que não somente neste processo, nós tivemos outros processos em que o *modus operandi* foi o mesmo - nós tivemos uma solicitação de pagamento antecipado. Onde, inclusive, depois quando a gente começa a catalogar esses processos, nos termos dentro das peças é... a referência pagamento antecipado. Um instrumento que não existe dentro do Estado de Santa Catarina e dentro da legislação. Um instrumento que foi criado agora ou que foi... que surgiu no momento no enfrentamento da pandemia justamente nesse sentido de... de muita insegurança das entregas e de garantia de venda é... mas que, efetivamente, nós não teríamos.

Então, quando nós assinamos... vamos voltar ao ano de 2019, e não foram nem uma, nem duas, foram diversas licitações, onde nós tínhamos o prazo de entrega baseado numa certificação, baseado numa conferência do equipamento, a lógica da pandemia é a mesma, ela não muda. Então, nós não estamos falando de um processo que foi criado especificamente para a pandemia; a lógica é sempre a mesma. Esta ordem de fornecimento ela autoriza fornecer, ela não faz determinação de pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mostra, no mínimo, um Estado pródigo, muito pródigo com aquilo que é mais sagrado, que é o recurso púbico. Acho que nesse processo e em outros processos, no mínimo, há um amadorismo, uma coisa sem precedentes, totalmente frágil, temerário. Quando é temerário, você assume o risco. Não tem como não assumir o risco.

Então, me parece que a própria legislação, Deputado João, quando se estabelece uma dispensa de licitação por conta de uma situação como essa de excepcionalidade, é o que a gente observa em Santa Catarina e em outros Estados também, acho que a legislação deve mudar para não permitir mais essa... essa... Não quero ser pesado e nem estou aqui fulanisando, mas essa farra que tem acontecido, seja aqui, seja em outros Estados, acho que a legislação tem que ser mais rigorosa para não permitir que situações como essa se repitam.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado Cobalchini.

Deputado João Amin, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Boa noite, senhor Helton, doutor Noel, o outro advogado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu estou inscrito, Deputado Sargento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Helton, o Douglas ofereceu ajuda ao senhor ou pediu ajuda em algum desses processos da Secretaria da Saúde durante a pandemia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pediu ajuda?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se ele pediu ajuda a alguma empresa ou ao senhor e se ele ofereceu algum tipo de ajuda?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Na verdade, ele me pediu o contato da Márcia, o qual foi encaminhado pra ele. A partir desse momento, ele passa então a fazer contato com a Márcia, onde, especificamente neste processo dos respiradores, ele encaminha a proposta da Veigamed. E, em seguida, o Fábio, Fábio Guasti, salvo engano, ele passa a fazer contato com a Márcia. É... em seguida, com o passar dos dias, ele também

Fls. 1450
PROCURADORIA
PÁG. 20/15
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2111
RUBRICA

encaminha o contato do Leandro, o advogado Leandro é... comum dos facilitadores, enfim, de... de... como ele próprio coloca, ele é um facilitador de compras, enfim, de contatos.

O que nós tivemos, enquanto Secretaria de Estado, foi uma reunião que nós tivemos do Grupo Gestor de crise onde eu externei que nós estávamos com dificuldades - isso, inclusive, ele colocou no próprio, salvo engano, no depoimento dele -, nós estávamos com dificuldades de compra de EPIs, justamente não pela questão do... é... pela questão ser internacional e não ser nacional, ou seja, nós precisaríamos e eu citei, inclusive, o próprio exemplo da Intelbras, onde nós tínhamos aí a necessidade de buscar e tentar buscar, enfim, alguma empresa que pudesse fazer o mesmo processo, empresa catarinense, nesse sentido,b de que pudesse fazer esta aquisição pra Secretaria na China e, a partir do momento que fosse feita entrega em território catarinense, especialmente no nosso almoxarifado, que lá pudesse ser devidamente ressarcido.

É... eu sei que depois disso ele acabou - pelo menos a informação que recebi da Márcia - ele acabou fazendo contato com a Márcia no sentido de apresentação de inclusive do próprio Leandro, que ele seria o... mais uma vez, o facilitador deste processo... é um processo de EPIs que acabou não... é... não prosperando, inclusive, por inconsistências que foram apresentadas no processo onde o próprio Leandro diz ou disse aqui na CPI que ele recomendou o Douglas, né, que esse processo não seguisse, o que também não é verdade. Isso foi feito baseado num parecer jurídico e na Controladoria-Geral do Estado que encontrou inconformidades nesse processo e, por tal, ele não seguiu a frente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Douglas apresentou alguma empresa? Quis te apresentar alguma empresa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pra mim, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como o senhor teve conhecimento da proposta da empresa Veigamed?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A proposta da Veigamed eu tive conhecimento, na verdade, através daquele momento em que a Márcia disse que conseguiu os duzentos ventiladores. É... ela relatava um valor de pouco mais de 165 mil - eu não sei, eu não sei lhe precisar exatamente agora no momento - em que eu perguntei pra ela se ela tentou diminuir esse... esse valor, e ela disse que tentou e não havia conseguido. E ela me perguntou: "O senhor quer tentar?" Eu: sim, sem problema. Ela... ela ligou do telefone dela, nós estávamos numa das salas do Coes, especificamente a sala onde ficava a Superintendência de Planejamento de Saúde - a Carmen, Superintendente Carmen, se não me engano, estava junto, o Rogério, que é do Ministério da Saúde, da Superintendência -, é...eu fiz contato com a empresa, me identifiquei como Secretário de Estado, perguntei pra ele a respeito dos valores, pedi pra que ele, então, avaliasse a possibilidade de diminuir esses valores e ele, enfim, chegou no valor de 165 mil, dizendo que ele não poderia mais diminuir o custo dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E, aí, quem bateu o martelo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não é bater o martelo. A partir deste momento, chegamos no 165; a partir desse momento, o que que eu falei pra ele?: "Olha, então, a nossa Superintendência vai fazer contato com contigo pra verificar a tramitação normal. E essa tramitação normal passa pela análise da DLIC, passa pela análise jurídica, passa pela análise de documentação e de proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas quem é a pessoa que decidiu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Decidiu o quê?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A compra.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, naquele momento, Deputado, nós tínhamos um valor de 165 mil. Esta compra...

Fls. 1455
PROCURADORIA
PÁG. 2096

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então, foi o senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Naquele momento, nós chegamos no valor de 165 mil, que é o que ele definiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E aí foi decidido a escolha da Veigamed?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2112
RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não foi decidido a escolha da Veigamed. O que eu decidi? A Superintendência de Gestão Administrativa vai fazer a tramitação agora desse processo que poderia culminar com uma nova proposta ou poderia simplesmente o equipamento... ser dito: "Ó, esse equipamento não serve."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E ela questionou o senhor sobre o pagamento adiantado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. A empresa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A Márcia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Douglas Borba, em algum momento, falou ao senhor que não poderia ser realizado o pagamento adiantado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Douglas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Uma coisa me intriga: o senhor saiu no dia 30?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 30 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — No domingo seguinte ao dia 30, o senhor prestou um depoimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E, na terça-feira, o senhor voltou espontaneamente para prestar outro depoimento. Antes de questionar o de terça, o que aconteceu entre domingo e terça?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor lembrou, sofreu alguma pressão...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só pra gente esclarecer, Deputado. No sábado à noite, eu recebi uma ligação de um promotor do Gaeco é... me convidando a estar no Gaeco no domingo pra que eu pudesse apresentar ou testemunhar uma investigação que estava sendo movida pelo Gaeco. É... eu, de pronto, disse pra ele que: sem problema, nós vamos aí domingo. Lá no domingo eu estive, fiz o relato das ações, enfim, dos processos e das perguntas que ele me fez naquele dia. Mas é natural, considerando que nós estávamos no dia 30, dia 1°, dia 2, né, enfim, acho que era 2 de maio, é um processo lá do início, da segunda quinzena de março, é... catalogar, enfim, relembrar e através do próprio telefone celular nós tínhamos uma série de informações que estavam no celular. E, na terça-feira - segunda-feira eu não o fiz por uma questão familiar, eu estava em Joinville, isso pode ser conferido pelos senhores, infelizmente, o avô da minha, da minha esposa ele faleceu, eu estive no velório em Joinville, motivo pelo qual eu não estive na segunda no Gaeco -, mas na terça-feira eu estive lá justamente pra fazer a complementação de alguns fatos que eu relembrei de conversas, enfim, de descritivos e... e... anotações que eu tinha no próprio celular pra complementar aquelas informações que eu tinha dado a partir de domingo.

Então, ou seja, é... também é... só para desmistificar, não, não houve mudança do depoimento, não houve...ah, tava apontando pro norte e agora pro sul.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas nesse de terça-feira, posso estar enganado...

Fls. 1453
Rubrica
PROCURADORIA
PÁG. 2017

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E até peço para que o senhor me corrija se eu estiver esquecendo de algo, o senhor apresentou quatro pressões, quatro tópicos importantes...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quatro processos em que o Douglas Borba representa...

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2113
RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sobre o Douglas. A Veigamed...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — EPIs...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mahatma Gandhi e a empresa que gere o Samu, a OZZ.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se somar essas quatro pressões do Douglas Borba, a gente está falando de R$ 220 milhões. O que o Douglas Borba fez ao senhor com relação a esses quatro... Estou esquecendo alguma coisa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não, é isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O que o Douglas Borba fez com relação a esses quatro tópicos?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, na verdade, a pergunta que foi respondida no Gaeco é em que processos eu recordava em que houve participação do Douglas Borba ou do próprio advogado Leandro Barros. O.k.?

Bom, então eu relatei uma informação lá pro Gaeco – isso ta no meu depoimento - lá do primeiro, lá do ano 2019 da empresa OZZ onde houve, sim, por parte do Secretário uma... uma necessidade ou, enfim, a expressão não seria necessidade, mas uma apresentação da necessidade de quitação de valores com a empresa, valores que hoje, provavelmente, devem girar aí na casa de R$ 40 milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Furando uma ordem cronológica.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, na verdade, não é nem ordem cronológica. É fora do contrato, tá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Fora do contrato.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... onde a empresa ela diz que tem valores a receber, estão além do contrato por uma questão de... de prejuízo financeiro, enfim, que o que ela recebe não consegue nem pagar folha, enfim, uma série de... uma série de apresenta... de documentos que ela apresenta e que nós, enquanto Secretaria, analisamos esses processos e não encontramos consistência em nenhum deles. Mas eles continuarem insistindo, foram vários...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eles quem? Mais alguém pressionou? Pelo Samu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, eles que eu digo é a empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN —Ah! tá. E mais alguém, além do Douglas, fez pressão?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pedido?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Ã-ãh.

Aí, o que acontece? Nós tivemos... então, as análises que foram feitas, eles mandaram mais de dez ofícios pra Secretaria de Estado da Saúde ao longo de 2019. Em todos os processos, em todos os pedidos nós informamos que não, enfim, não haveria

Fls. 1453
RÚBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2098
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2114
RÚBRICA

embasamento jurídico pra... pra essa... pra esse pagamento. Até que chegou um dado momento que eles deixaram de encaminhar os ofícios, ou melhor, eles encaminhavam os ofícios pra Secretaria de Estado e começaram a encaminhar pra Casa Civil.

Ã... e, a partir desse momento então, a Casa Civil ela... ela entra como... "Tá, o que tá acontecendo?" Enfim, nós explicamos a situação e, aí, novamente: olha, mas é uma empresa que é... que ela é vital pro Estado, porque ela faz a gerência do Samu, imagine o Samu parando." E nós sempre apresentando a... a ideia de que: olha só, nós temos um contrato administrativo com essa empresa, ela não pode simplesmente parar do dia pra noite, ela tem que apresentar os seus argumentos. E, inclusive, é uma empresa que fez a renovação do contrato duas vezes com valores muito semelhantes. Então, se eu tenho uma empresa que tem prejuízo financeiro e ela me renova o contrato, alguma coisa tá errada nesse processo, né?

Bom, então esse fato do Samu foi um. O fato dos respiradores, justamente pela questão da apresentação da empresa, o encaminhamento da proposta da empresa pra Márcia e aqui apresenta... aparece novamente o advogado Leandro no sentido de chancelar a proposta da empresa Mahatma Gandhi ou hospital de campanha, vamos assim dizer, onde novamente o Secretário Leandro aparece como advogado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por que não foi na Saúde e foi na Defesa Civil?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, por que que não foi na Saúde? Porque nós, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, nós identificamos e entendemos que a nossa última linha de ação chama-se hospital de campanha. Então, desde o início do processo, desde o início do processo as nossas estratégias foram: primeiro, ampliar a oferta dentro da rede própria; segundo... própria aqui, nós estamos falando de própria, sobre gestão própria e OS; segundo, ampliar a nossa capacidade dentro da rede de filantropia; terceiro, buscar leitos dentro da rede privada; última linha de... de ação, buscar leitos através de hospital de campanha. Mas, hospital de campanha, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, nós nunca é... trabalhamos com a hipótese de leitos de UTI, porque esse não é o desenho normal de hospital...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas tu não concordavas com hospital de campanha, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Se eu concordava?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não.

Então, o que aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tu participou de reunião do hospital de campanha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Em dado... em dado... em dado momento, a Defesa Civil, através do seu... do seu grupo de estudo de matemáticos, dizia que nós iríamos precisar dois mil, dois mil, quase três mil leitos de UTI e que nós precisávamos, precisávamos, precisávamos... É... e eu fui muito claro com João Batista e disse pra ele: olha só, aquilo que for de rede hospitalar, instalação em rede hospitalar, a Secretaria de Estado da Saúde faz. Se a Secretaria de Defesa, Secretaria Executiva da Defesa Civil, o chefe da Defesa Civil entender que nós precisamos, além disso, de hospitais de campanha de UTI, a Secretaria de Defesa Civil o faz. Por quê? Porque nós, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, nós não termos entendimento desta necessidade. E assim foi feito, o Secretário de... de Defesa Civil acabou fomentando esse processo de... de um hospital de campanha e..., enfim, acabou acontecendo aquele processo licitatório que os senhores têm... têm conhecimento.

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

1454
RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2099
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2115 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas tu não participaste das reuniões do hospital de campanha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. Não porque justamente esta é uma competência da... ou melhor, não é que é competência, ela foi assumida pela Defesa Civil e, a partir do momento que ela foi assumida, eles geriram o processo, enfim, de... descritivo, de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem participou das reuniões do hospital de campanha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não sei dizer pro senhor. Hospital de campanha nós não participamos. A única coisa que nós, enquanto Secretaria de Estado da Saúde, participamos foi que eles nos pediram... bom, quais são os quesitos necessários para uma UTI? Nós apresentamos todas as normativas de UTI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu não sou teu advogado, mas isso aqui está sendo gravado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É melhor que tu não mintas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu quero saber se tu não participou de nenhuma reunião do hospital de campanha.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, hospital de campanha não me faz... não me diz respeito. Isso é com a Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN —Você não estava passando no corredor e viu uma reunião acontecendo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. A Defesa Civil que fez todo o processo do hospital de campanha, não foi Secretária de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, eu vou requerer as filmagens de dentro do prédio da Ivo Silveira, nos dias antecedentes e posteriores ao hospital de campanha. A CPI precisa ter acesso a quem participou dessa reunião. E se isso configurar mentira, eu acredito que quem mente vai ter as consequências jurídicas necessárias, não dos Deputados, mas da Justiça.

Eu encerro por aqui, porque eu acredito que não está havendo a correção no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado João Amin.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Helton, eu quero cumprimentar os senhores advogados aqui presentes e os colegas Deputados.

Eu queria primeiro lhe fazer algumas perguntas bem objetivas, doutor Helton, e eu gostaria que o senhor fosse objetivo também.

Antes de ser Secretário de Estado da Saúde, um ordenador primário, nós sabemos que o senhor é médico, que o senhor é bombeiro militar, qual a sua experiência na gestão pública como ordenador primário anterior a essa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, nós enquanto oficiais do Corpo de Bombeiros, nós temos dependendo do... do quartel ou do aquartelamento ao qual nós comandamos, nós fazemos a gestão é... dos fundos que são os fundos municipais de reaparelhamento do Corpo de Bombeiros.

Então, a partir desse momento, nós temos recursos que são arrecadados através de taxas, enfim, que são estabelecidas...

PROCURADORIA
FLS. 453
RUBRICA
PÁG. 2100
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2116
RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu conheço. Nessa sua experiência de gestão do Corpo de Bombeiros que tinha um orçamento para administrar...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... tudo que comprava, tudo que pagava, o orçamento que tinha que ser executado, o senhor nunca tomava conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Nunca tomava conhecimento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É. O senhor não assinava, o senhor não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro que sim. Quando se fala em Corpo de Bombeiros, diferentemente da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, onde nós temos, eu repito, um orçamento para 2020 de R$ 4 bilhões, nós temos valores que são bem aquém disso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor, eu já fui Secretário de Estado, sou empresário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, eu sei, eu sei disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... eu sei como funciona a gestão de um orçamento e sei a responsabilidade do gestor, por mais que a gente tem embaixo da gente na hierarquia. E o senhor, quando assumiu a Secretaria de Estado, o senhor sabia das suas responsabilidades.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu quero lhe perguntar muito objetivamente: o que o senhor fazia como Secretário? O que passava pela mesa do senhor para o senhor assinar e autorizar? Porque nesses processos aqui, o senhor não autorizou nada, o senhor não viu nada, o senhor não fez nada. O que passava na gestão da Secretaria para o senhor assinar?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Olha, Deputado, só corrigindo: não é que eu não vi nada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor disse aqui que o senhor não participou de nada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu não autorizei pagamento antecipado, só pra deixar bem claro. Não autorizei pagamento antecipado.

Então, quando se fala em uma... em uma estrutura de Secretaria, o senhor passou por uma Secretaria, inclusive, o senhor sabe que todo o processo decisório passa pela Secretaria, pelo gabinete do Secretário. Quando nós temos delegação de poderes, essa delegação de poderes, no caso da Secretaria de Estado da Saúde, todas as compras até R$ 5 milhões, elas eram encaminhadas através da Superintendência de Gestão Administrativa. Acima disso, as autorizações de abertura de processo ou as autorizações para DL, dispensa de licitação, elas passam pelo gabinete do Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu quero lhe fazer outra pergunta. Quando se iniciou essa pandemia, o senhor, seu Secretário Adjunto e a Márcia foram ao prédio da Defesa Civil, que é o local de gestão de crises, foi feito para isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Inclusive, dito aqui pelo seu gerente de compras, o Coronel Carlos, disse que não via mais ninguém de vocês na Secretaria durante esse período. Só chegavam os processos lá que eles tinham que dar andamento e tinha que ser, porque a ordem era: "Compre muito rápido, não deixe faltar, porque vai morrer muita gente, seis mil pessoas no mês de abril irão morrer nas calçadas." E que isso vinha do senhor e do seu Secretário Adjunto esse pânico causado nas pessoas, que

Fls. 2116
PROCURADORIA PÁG. 2101
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2117 RÚBRICA

eles tinham que fazer... Dito pela Márcia também, que não tinha procedimento, tanto é que os processos chegavam pra ela e faz.

Então, essa é a primeira constatação que eu queria entender. O senhor foi pra lá, o seu Secretário Adjunto foi pra lá, a sua Superintendente Administrativa foi pra lá - que não é exatamente uma compradora, ela tinha outras funções também - mas lá o senhor não viu nada, o senhor não reunia, o senhor não fez o planejamento do que comprar, pra onde ir e nada disso. Tanto é que o Secretário da Casa Civil teve que vim ajudar vocês para trazer fornecedores para que o Estado pudesse comprar, segundo a Márcia falou e segundo o senhor confirmou que o Douglas trouxe fornecedores, lá vinha o Leandro... tinha um outro Leandro Estevão que diz que não saía de lá. Inclusive, a Márcia relatou isso, que importunava o trabalho dela e que era muito ligado ao seu Secretário Adjunto.

Então, eu queria lhe perguntar, qual a participação do seu Secretário Adjunto em todo esse processo de gestão da pandemia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, o André Motta ele fez as vezes de coordenador do Centro de Operações de Emergência e Saúde. Lá, ele trabalhou muito dedicado no que diz respeito à questão das UTIs, os novos leitos de UTIs, dimensionamento da rede, contato com os hospitais, verificação da capacidade instalada, o que que nós poderíamos é... ampliar em cada hospital e, obviamente, baseado nisso, nós chegamos no planejamento de 713 leitos de UTIs, como já havia comentado aqui.

E só corrigindo, senhor Deputado, nós não tínhamos lá somente eu, a Márcia e o André. Nós tínhamos mais de trinta servidores que lá trabalhavam, servidores da Superintendência de Planejamento, servidores da Superintendência de Regulação, servidores da divisão... da Diretoria Epidemiológica.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas quem comandava a operação? Era o senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quem comandava a operação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Secretário, na verdade, eu era... eu, eu fui eleito a comunicação da... do enfrentamento da pandemia e...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Toda Casa tem um gerente. Era o senhor ou era o Governador? Porque o Governador que dava as informações diárias para a imprensa.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu e o Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor e o Governador. Quando que vocês se reuniam e com quem se reuniam para que o Governador pudesse saber o que estava acontecendo, quando é que ia comprar os ventiladores, quando é que ia abrir UTI, porque era a preocupação de todo mundo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Foi criado um Grupo Gestor de crise, esse grupo gestor de crises ele era... é... composto pelas principais Secretarias envolvidas, Secretaria da Segurança Pública, Saúde, a própria Secretaria da Educação, pela questão de encerramento das... suspensão das aulas, a Secretaria da Fazenda, enfim. Existia um grupo, a administração...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o comando era do Governador?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, desse grupo, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E vocês se reuniam diariamente?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Diariamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu lhe fiz essas perguntas primeiro, porque no dia... o senhor não sabia do pagamento à vista, dos

Fls. 1454
PROCURADORIA PÁG. 2102
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2118 RÚBRICA

pagamentos antecipados, no dia 31 de março, o Governador mandou para a Casa Legislativa, através de seu Secretário da Casa Civil, um projeto de lei pedindo autorização para pagar antecipado.

É muito estranho que o Governador sabia, o Chefe da Casa Civil sabia e o senhor, que é o gestor da saúde, que é o gestor da crise da pandemia, não sabia que tinha que pagar antecipado para conseguir trazer equipamentos, porque não tinha equipamentos e se não pagasse adiantado, não garantia.

Como é que o senhor explica que só o senhor não sabia que tinha que pagar antecipado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro que a informação que senhor tá dando ela não é... não é correta. O que nós tínhamos é... lá quando foi feita a informação, inclusive, pela minha assessoria jurídica relatando pagamento antecipado de consulta ao Ministério Público e Tribunal de Contas, eu despachei de acordo para encaminhamento para o Tribunal de Contas e Ministério Público. Isso já foi lá no dia 20, é... 28 de março.

Esse documento que o senhor está relatando que adentrou esta Casa, ele foi fomentado através da Casa Civil. Aqui ele entrou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, mas tinha a assinatura digital do Governador.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Governador deve saber o que ele assina.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim. O que eu quero dizer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E alguém deve ter dito para ele... Só para a gente andar na mesma sintonia.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Alguém deve ter dito para o Governador: "Governador, nós precisamos comprar os respiradores, porque sem isso nós não abrimos nem uma UTI e os chineses lá estão pedindo dinheiro adiantado. Temos que mandar esse projeto de lei para a Assembleia, porque a lei federal não permite que a gente pague antecipado." Alguém disse isso para o Governador.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro. Provavelmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Governador sabia que tinha que pagar antecipado. Mesmo porque dia 17 de março, o senhor e o Governador assinaram o protocolo de intenções...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Da Intelbras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... com a Intelbras.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — 17 de março. Desde o dia 17 de março, a Intelbras se colocou à disposição para trazer os duzentos respiradores que vocês pretendiam trazer, até então eram duzentos, segundo o próprio pessoal da Intelbras e da Fiesc me informaram, porque eles queriam ajudar e começaram a verificar lá na China e todo dia mudava, porque era muita gente, o mundo inteiro buscando respirador da China e os caras diziam: "Olha, você tem que dar 30% de sinal aqui para eu garantir esses para você."

Isso a Intelbras me disse...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... e que ela disse para vocês, ela dizia para vocês, tanto é que disse que foi solicitado no processo um pedido de pagamento antecipado onde a Márcia...

PROCURADORIA PÁG. 2103
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2119 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — De 18 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não!

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Em 18 de abril ela encaminha resposta dizendo que o pagamento só pode ser realizado mediante entrega e certificação dos produtos. Tá no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Está aqui no processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas, no dia 2 de abril, no mesmo dia em que foi feito o pagamento, foi feita a ordem de serviço para os cem, que a Intelbras daí disse: "Tá bom, eu vou fazer."

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — E assinada a ordem de fornecimento da Intelbras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Isso. E no dia 1° de abril, um dia antes, a Intelbras pediu para o senhor e para o Governador um documento que garantisse que quando chegasse, vocês iam ficar com os equipamentos e pagá-los.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, me parece que mesmo sabendo que tinha aqui um processo e uma ordem de fornecimento de R$ 68 mil mais despesas portuárias, o Estado de Santa Catarina, através do senhor, que é o gestor, e do Governador, não se interessaram em facilitar o processo para que a Intelbras trouxesse os duzentos respiradores e não fossem contratar um atravessador. Aliás, o atravessador foi contratado antes desse dia 1° de abril.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 2 de abril, né? Que é a ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu só quero fazer uma pergunta séria para o senhor, porque as coisas não batem. A Márcia disse aqui que o senhor fez a negociação final com o seu Fábio Gust lá... o...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Guasti, o seu Fábio Guasti que era o intermediário para a compra dos respiradores que o Estado não teve competência para comprar sozinho. Precisou de um intermediário que ninguém conhecia.

Quando o senhor negociou por R$ 33 milhões, o senhor estava pensando que esses equipamentos, que o senhor Fábio Guasti baixou de 169 para 165, fossem ser fornecidos pela empresa catarinense de importados Brasilian Trading etc. Esse documento foi assinado pelo seu Secretário Adjunto e depois foi desentranhado do processo dia 26 de março, junto com a Márcia.

Então, o preço dos R$ 33 milhões, a negociação aconteceu antes de saber que era Veigamed que iria fornecer, que não era mais a Brazilian Trading de Itajaí. O senhor só fez uma conversa sobre preço com o senhor Fábio Guasti, segundo os depoimentos. E essa conversa foi que oficializou os R$ 33 milhões. O senhor Fábio Guasti não ia trazer através da Veigamed, ia trazer através da empresa de Joinville que tem *expertise* em importação. A Veigamed não tem a mínima *expertise* em importação, tanto é que se utilizou de treze catarinenses para fazer a compra. Quer dizer, essa história toda de necessidade de se ter os respiradores para o senhor ampliar os leitos próprios e dos hospitais filantrópicos, em nenhum momento fez com que o senhor, como gestor máximo da Saúde, tivesse à frente cobrando, exigindo, fazendo a coisa acontecer.

(*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente fora do microfone.*)

Simplesmente, dias depois que foi pago é que o senhor tomou conhecimento disso? Eu não consegui entender isso. Ou o senhor falhou, foi muito relapso na sua responsabilidade como gestor e ordenador primário de uma Secretaria de Estado, ou o

Fls. 1459
Rubrica
PROCURADORIA
PÁG. 2104
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2120
RUBRICA

senhor não tem noção das suas responsabilidades, ou o senhor está faltando com a verdade, porque o depoimento que nós tivemos aqui diz textualmente que o senhor autorizou e o senhor negociou a compra com a Veigamed. E diz, também, que o seu José Florêncio não teria autonomia para fazer sozinho o pagamento dos 33 milhões sem que o senhor soubesse.

Eu gostaria que o senhor explicasse isso para nós, para que todos entendessem, porque qual funcionário subalterno, em qualquer órgão público, tem autonomia de fazer um pagamento tão grande, uma negociação tão grande, sem que o chefe saiba? Eu gostaria que o senhor explicasse isso para a gente.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, Deputado, só pra gente fazer algumas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um minuto, senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que a defesa do senhor utilize sempre o microfone.

O SR. NOEL BARATIERI— Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E dirigido a mim, não ao Deputado.

O SR. NOEL BARATIERI— Presidente, então é o seguinte: para nós preservarmos a lisura, a transparência e a normalidade do processo aqui, eu, em nome da defesa do... do... ex-Secretário, que sejam feitas perguntas e não acusações. Eu acho que aqui nós não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu estou perguntando, ele pode dizer que não fez nada disso.

O SR. NOEL BARATIERI — Eu acho que ou se faz pergunta... ou acusa-se. Se for acusação, daí não tem sentido essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O pedido do senhor foi acatado. Ex-Secretário Helton, o senhor pode continuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu quero entender, do doutor Helton, como ordenador primário, porque eu sei quais são as obrigações de um ordenador primário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Posso, posso responder?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pode, claro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O.k. Obrigado.

Deputado, primeiro que é... saltam os olhos, pra quem quiser entender, pra quem quiser entender, que nós temos ao longo desse processo, a partir do momento que esse processo ele passa para o gabinete do Secretário de Estado da Saúde, nós tínhamos autorizações através de uma DL, baseada no parecer jurídico, através de uma ordem de fornecimento em que nenhuma das duas se fala em pagamento antecipado. Primeiro fato.

Segundo fato, nós tivemos um processo de pagamento que foi feito e que foi assinado. Os senhores viram os processos. Nós temos nome, sobrenome e CPF.

É... quando se diz autonomia de pagamentos, o Fundo Estadual de Saúde ele tem autonomia de pagar aquilo que foi certificado. Ele não precisa pedir permissão pro Secretário de Estado da saúde para pagar alguma coisa. Nunca foi feito dessa forma e assim não é.

Outra coisa que o senhor também colocou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não vem nenhum relatório para o senhor, como Secretário, para saber o que pagou...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não vem.

Fls. 1900
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2103
COORDENADORIA DE EX
Fls. 2121
RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor pegou a Secretaria com 800 milhões de dívida.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — E foi pago.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para saber quem a vai pagar, quem pagou...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Oitocentos milhões que foram pagos, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Lá acertaram tudo e o senhor não soube de nada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só pra entender, só pra deixar claro pro senhor: quando o senhor coloca a questão da Intelbras, só pra deixar claro, para que as pessoas possam entender como foi esse processo, quem iniciou esse processo com relação à busca de respiradores na China, através das empresas que tinham planta funcionando lá, foi realmente a Fiesc. A Fiesc, no primeiro momento, ela apontava pra Secretaria de Estado da Saúde que ela iria adquirir os respiradores. Essa questão seria feita pela Fiesc, através de um *pool*, de um Fundo que seria criado através dos... dos empresários. Num primeiro momento, ela sinalizava com trezentos respiradores, esses trezentos respiradores, a partir do momento que esse processo ele foi progredindo, eles foram diminuindo, e nós chegamos a cem respiradores. Esses cem respiradores que a Intelbras participou do processo, participa do processo aí através do protocolo de intenções, ela foi... pela capacidade instalada da Intelbras, ou seja, ela disse que conseguiria trazer os cem respiradores, mais que isso, ela precisaria de uns 30% que o senhor coloca aí de pagamento antecipado, motivo pelo qual este processo ele não caminhou. A Intelbras, também é importante destacar pra todos os senhores e aqueles que nos assistem, nós temos um processo que foi autuado no dia 24 de março, 24 de março autuação, dia 31 de março foi feita a assinatura da DL, no dia 2 de abril foi feita a ordem de fornecimento e nós não temos nem sinal dos respiradores da Intelbras. Nós já estamos em junho. Então... ou seja, uma empresa sólida, uma empresa consistente, uma empresa que tem um patrimônio, que tem *expertise* de importação e os respiradores, os cem da Intelbras não chegaram aqui no Estado ainda. E o que a empresa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Oh...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só um pouquinho, Deputado, se o senhor me permitir responder.

É... esta empresa que é consolidada e que eu confirmo, ela é consolidada, realmente, ela está participando desse momento mundial que nós vivemos, que é a dificuldade de aquisição.

Então, quando se fala, por exemplo, de que "Ah, senhor mentiu", que o senhor sinalizou pela possibilidade de eu estar mentindo, eu volto afirmar, em momento algum deste processo foi autorizado o pagamento antecipado. Este pagamento antecipado que foi realizado, nós temos nome e sobrenome de quem fez. Agora, obviamente que é... eu enquanto é... eu enquanto Secretário de Estado da Saúde, nós temos uma necessidade de ó: "Foi o Secretário que autorizou, foi o Secretário que autorizou." Mas não foi, até porque, assim ó, todos os celulares de todo mundo que tá envolvido nisso tá lá no Gaeco. Procurem onde é que tá a autorização disso! Quem é que vai, quem é a pessoa que em sã consciência faz um pagamento antecipado disso e nem pergunta: "Olha só, é pra pagar mesmo?" Pelo contrário, quem nós temos que pede esse pagamento, essa possibilidade dessa autorização de pagamento é a Débora Brum, que é assistente da Márcia, onde ela pergunta: "É pra mandar para pagamento os 33 milhões?" Essa é informação dela, tá no depoimento dela. Então, procurem no celular da... da Débora Brum se realmente "É o Secretário que tá autorizando?" Porque senão nós ficamos no mundo fatídico de "Olha só, foi o Secretário, foi o Secretário."

Fls. 1961 Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2106
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2122 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas a Márcia tinha autonomia de mandar pagar?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Se ela tinha? Ela certificou! Ela certificou. Nós temos uma fraude aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o José Florêncio não achou estranho que não foi o Centro Administrativo que deu o recebimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque nós temos no depoimento também que o José Florêncio...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que deveria estar só preocupado em pagar, ele participou das conversas de negociação anterior do próprio processo. O senhor não sabia disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Desse processo da Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Desse processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS —Temos a declaração desse senhor de Joinville onde ele cita o José Florêncio de ter participado antes no processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu volto afirmar pro senhor: aquilo que eu fiz, eu estou afirmando; aquilo que eu participei, eu estou afirmando. Agora, se nós temos aí informação do... de Joinville que o José Florêncio participou, informação de que foi Secretário que autorizou, me diga quando autorizei, quando, onde e quem estava junto, porque não foi autorizado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — No dia 27 de março, numa coletiva de imprensa...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...o senhor e o Governador...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — vocês responderam perguntas sobre a compra dos respiradores, tanto o senhor, quanto o Governador. Inclusive, o senhor citou lá a mudança dos preços...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que já tinha até oferta de R$ 300 mil etc., etc., e o Governador fez aquela fala que onde tivesse ia comprar... quer dizer, a impressão que dá é que todos vocês estavam cientes daquela negociação, porque eram vocês que estavam dando a resposta para a sociedade. Não era Márcia, não era ninguém lá, era o senhor e o Governador.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E outra coisa que ficou muito estranho para mim. O senhor disse aqui e repetiu: "Setecentos e treze leitos nós precisamos abrir." pelos estudos que o seu Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A capacidade que os hospitais apresentaram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, que vocês teriam que fazer.

No dia que nós tivemos aquela oitiva na Assembleia do senhor e do Coronel João Batista, ele apresentou uma tabela dos leitos de UTIs necessários para abril, maio e junho que davam 2.659 leitos. Uma loucura que eu questionei: "Um guri pequeno, ao olhar aquela planilha, via que o erro era grosseiro." Essas coisas não se discutiam? Vocês estavam

PROCURADORIA PÁG. 2107
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2123 RÚBRICA

tomando decisões de milhões de dinheiro público em cima de dados totalmente inconsistentes! Aquele número de leitos de UTI é uma coisa assim de maluco, porque nós já estávamos no meio de abril discutindo. Eu lembro que lá em Rio do Sul, Deputado Ivan, no Alto Vale dizia que nós íamos precisar de cento e tantos leitos de UTI em abril. Não tinha nenhum paciente em abril. Aliás, no dia 30 de abril, nós tínhamos um total de 66 pessoas internadas em UTI no Estado inteiro.

Então, daí foi perguntado - e sempre que foi perguntado ao senhor – e o senhor era contra o hospital de campanha. Inclusive, lá no protocolo da Defesa Civil é exatamente o que o senhor falou, a última coisa é o hospital de campanha, nós participamos daquele processo lá, então, a gente conhece um pouquinho. Mas o Coronel João Batista, que não é Secretário de Estado, não é ordenador primário, jamais poderia tomar a decisão de contratar um hospital de campanha. Essa decisão foi diretamente do Governador sem a sua anuência?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — De minha anuência não foi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas a decisão foi do Governador então?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Aí, o João Batista tem que responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque o João Batista é subordinado ao Governador, a Defesa Civil é subordinada ao Governador, tanto é que tem a assinatura do Governador no hospital de campanha.

E essas coisas são intrigantes, porque, olha só: no dia 12 de abril, quando saiu e vocês foram lá para a Defesa Civil...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — De março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — De março, nós tínhamos três casos confirmados em Santa Catarina. Dia 17, quando foi anunciado o fechamento total das atividades, porque nós íamos em abril, segundo seus colaboradores diretos, dito pelo senhor e pelo seu Secretário Adjunto, nós íamos ter 6mil mortes em Santa Catarina no mês de abril, dia 17 de março, nós tínhamos 7 casos. No dia 30 de março, nós tínhamos 219 casos e vinte e poucas cidades só com casos. E mesmo assim, vocês continuaram com essa estratégia de onde achar vamos comprar, o que aparecer vamos fazer, não importa o preço. Porque, praticamente, a gente viu aqui que foi uma... meio que os gestores do Estado, o Governador, o Secretário da Saúde estavam em pânico, estavam em pânico porque não iam dar conta de defender o seu povo com aquilo que ia acontecer.

Era essa a sensação que o senhor tinha? Vocês diziam: "Olha, nós somos obrigado a ficar todo mundo em casa, todo mundo em casa, porque o negócio é muito grave, muito grave, muito grave." E baseado no que isso, se nada se concretizou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Primeiro, Deputado, que a gente não deve minimizar a questão da Covid-19. Nós estamos hoje com mais de 30 mil mortes no Brasil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Claro que não.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, não se pode minimizar a questão da Covid-19. Os estudos que nós temos aí os senhores tomaram conhecimento, estão disponíveis, inclusive, para consulta. Nós temos um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina é uma universidade de renome no Brasil e que apontavam para Santa Catarina cinquenta mil mortes, cinquenta mil!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor acredita nisso hoje ainda?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É, na verdade, o que nós tínhamos...

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

PROCURADORIA PÁG. 2108
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2124 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Se o senhor estiver acreditando nisso hoje ainda, daí nós temos que...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, se o senhor, se o senhor me permitir eu continuo respondendo.

Então, naquele momento, naquele momento o que nós tínhamos lá, o início, nós estávamos e o Brasil inteiro estava nessa situação, nós estávamos conhecendo o progredir da doença, nós estávamos começando a estabelecer regramento de distanciamento social. Portanto, que se os senhores perceberem, hoje, no Brasil, nós somos o Estado à exceção, à exceção de aulas e à exceção de transporte coletivo, é o Estado que mais tem retomada de atividades. Atividades que foram regradas, atividades que foram devidamente dimencionadas. Mas, obviamente, que como eu disse já no início da minha fala aqui nessa CPI, nós temos estudos que apontam. Esses estudos levam em consideração calculadoras epidêmicas, levam em consideração a tal da curva, o achatamento da curva. Mas é sempre bom, né, prepararmos o cenário pra aquilo que está projetado.

É, obviamente, que não se trabalha no sentido de se criar 2 mil leitos de UTI, como o senhor bem colocou, mas o que nós tínhamos era uma necessidade de instalação dentro da rede hospitalar catarinense. Chegamos ao número de 713 e era isso que nós estávamos buscando enquanto eu estava fazendo a Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Helton, a Márcia relatou aqui pra gente ainda há pouco, que depois da Veigamed, o senhor Fábio Guasti receber os 33 milhões e não conseguir comprar os equipamentos, ele ligou várias vezes pra ela que precisava falar com senhor urgente e até que enfim ele conseguiu falar com senhor para lhe dar a notícia de que ele não conseguiu aqueles equipamentos, pedindo e dizendo pro senhor que ia trocar os equipamentos.

Qual a sua tomada de decisão a partir do momento desse telefonema?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro, que ele não fez ligação comigo pra informar que ele iria trocar equipamentos. O que aconteceu foi uma ligação que eu fiz com ele no dia 7, no dia 7 de abril, onde eu perguntei e questionei - isso está no meu telefone celular, está disponível para consulta dos senhores - ele os nossos respiradores. E anexei, inclusive, uma foto de um respirador com descritivo técnico. É isso. Em momento algum ele falou durante... tem áudios, inclusive, dele gravados, ele mandou áudio, e em momento algum ele falou em troca do equipamento, em momento algum ele disse que não teriam capacidade de... de... fornecimento dos equipamentos que foram fornecidos. Esta informação ele apresenta no processo, inclusive, lá na contra notificação que ele apresentou pra Secretaria no dia 16 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ele mandou um documento disso dizendo que a pedido do Secretário...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, que é uma inverdade. Eu não conheço, não tenho capacidade técnica de dizer que um equipamento x ou y é equivalente ou não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O seu Secretário Adjunto, André, estava junto com o Leandro Estevão tratando de locação de equipamentos. E nessa conversa de locação de equipamentos, surgiu a necessidade do senhor Onofre Neto dizer que precisava ir para China para comprar os equipamentos para poder alugar pro Estado e precisava de um passaporte especial. E, segundo os relatos, o senhor André Motta pressionou para que esse passaporte saísse e mais gente pressionou.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? O senhor também concordava com aluguel dos equipamentos?

PROCURADORIA PÁG. 2109
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2125 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que eu tenho dizer com relação a... ao passaporte específico, a pergunta do senhor, eu não tive... esse pedido não chegou pra mim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor não soube também que estavam pedindo isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que nós tivemos foi um parecer jurídico da Secretaria de Estado da Saúde justamente sobre essa questão de concessão de passaporte pra empresa x, onde o parecer ele dizia que não cabe ao Estado de Santa Catarina estar franqueando passaporte pra determinados fornecedores, até porque nós teríamos um princípio básico, que é o da livre concorrência, não seguido. Por que pra empresa x e não para e empresa y? Esse é o parecer jurídico da Secretaria de Estado o qual deu finalização a este processo de busca de passaporte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque é muito estranho, o seu Secretário Adjunto estava pedindo isso, seu braço direito, e tratando de uma possibilidade de aluguel dos equipamentos. Isso não foi trazido ao senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Locação, locação de equipamentos, Deputado é a modalidade inclusive que o próprio Ministério da Saúde adotou. Nós temos hoje aqui dentro no Estado de Santa Catarina vinte leitos de UTI locados que estão dez no Hospital Florianópolis e dez no HU.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas isso estava no planejamento da Secretaria?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Obviamente, que se nós tivéssemos alguma empresa que tivesse capacidade operacional de locação, é muito melhor, porque tu tens o equipamento determinado período e depois desse determinado período, tu devolve o equipamento e deixa de ter o dispêndio.

É obviamente que nós não tivemos nenhuma capac... nenhuma empresa com capacidade de fazer essa locação, até por uma questão lógica. Nós tínhamos um mercado que está extremamente e ainda continua extremamente aquecido com relação à compra. É... não faz sentido uma empresa comprar, locar se daqui alguns meses esses equipamentos vão estar em grande quantidade no País.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E desde quando o senhor soube que empresas catarinenses estavam se preparando para fazer e se essas empresas lhe apresentaram algum prazo para poder começar a fornecer para o Estado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, desde quando eu não, não recordo. Mas nós tivemos algumas iniciativas dentro de Santa Catarina. Uma das iniciativas foi feita na cidade de Mafra, um respirador que foi produzido na cidade de Mafra, foi colocado em testes e nós não tivemos o resultado final dele.

Tivemos um outro respirador que foi produzido em Jaraguá do Sul por uma empresa chamada... enfim, não, não vou recordar agora exatamente o nome, é... mas uma empresa que fez um respirador muito simples, inclusive. Ela foi inclusive apresentada, a proposta da empresa ela chegou a Brasília, inclusive, através da Deputada Carmen Zanotto. A Deputada Carmen Zanotto trouxe essa empresa no sentido de que fosse feita a testagem desse equipamento em algum hospital da rede pública estadual e no HU. Isso foi feito os devidos encaminhamentos, esse processo ele acabou não prosperando.

E tivemos obviamente a questão da Weg, que é uma empresa de Jaraguá do Sul, onde ela... ela fez a... a aquisição, acho que é esse o termo, de um projeto pronto de um respirador de uma empresa que fornecia, empresa Argentina, pra que ela pudesse começar a fomentar a entrega desses equipamentos. A Weg, desde o início, ela tinha muita preocupação no que diz respeito aos... aos componentes eletrônicos, justamente para essa questão de ter que comprar na China, enfim, ou via Estados Unidos, uma dificuldade muito

Fls. 465
PROCURADORIA
PÁG. 2/10
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2126
RUBRICA

grande. A segunda preocupação que a Weg sempre apontou pro Estado é que nós não tínhamos capacidade de fazer essa garantia de que o Ministério da Saúde não iria intervir nesse processo de fabricação e fazer a requisição administrativa desses respiradores - o que o Ministério, o governo federal tem autonomia para tal. Ela queria que nós déssemos, tivéssemos essa capacidade de garantir que o Ministério da Saúde não faria esta intervenção... nós nunca, nós não temos essa capacidade. Ela fez uma proposta pra nós, pelo menos pra que nós finalizássemos a quantidade de respiradores uma... num momento inicial de quinhentos, quinhentos respiradores que ela tinha capacidade de produzir. Ela... então, nós finalizamos pra ela. Ela, enfim, apresentou descritivo técnico, enfim, e nós sinalizamos pra empresa que nós tínhamos interesse de aquisição de trezentos, justamente porque nós não sabíamos como que o Ministério da Saúde iria se comportar. Depois disso, a empresa, enfim, ela acabou buscando os componentes e sinalizava que ela teria capacidade operacional de entregar respiradores a partir do dia 18 de maio.

É... eu estive na empresa buscando mais informações, dizendo que nós tínhamos a necessidade de realmente de garantia de compra, a empresa sempre sinalizando que ela e mais cinco empresas no Brasil, salvo engano, não tenho certeza se seriam cinco ou quatro, é que foram devidamente contactadas pelo Ministério da Saúde, no sentido de que o Ministério queria fazer aquisição de respiradores à monta, ao preço de R$ 60 mil, que era o preço que foi estabelecido pra todas as fabricantes nacionais de compra pelo Ministério da Saúde. E ela ainda, nesse momento que eu estive na empresa, ela dizia que... que ainda tinha muita insegurança com relação a qual seria o comportamento do Ministério da Saúde, até porque naquele momento eles estavam passando por uma troca de Ministro e troca de equipe, enfim, e eles não teriam essa capacidade de fazer essa, essa leitura se o Ministério da Saúde iria fazer a requisição completa da sua produção, o que, pelo que eu tenho acompanhado as notícias, não se materializou, eles já entregaram, inclusive, cem unidades pro Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para finalizar, doutor Helton, então o senhor volta a afirmar que o senhor não negociou com a Veigamed e não autorizou a pagar antecipado para a Veigamed.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O pagamento antecipado não foi autorizado e a minha participação com a Veigamed foi com relação a tentar reduzir custos do valor unitário e, a partir desse momento, ficou a cargo da SGA fazer a instrução de todo processo normativo com relação à documentação e com relação à construção da... do processo de DL e ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor afirmou no início que houve fraude no processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E a fraude foi cometida por colaboradores que são hierarquicamente, diretamente subordinado ao senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro, (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E só uma foi demitida, o outro não? O outro que pagou, o José Florêncio não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, o que nós temos naquele momento, não é demitido, né? A servidora ela não foi demitida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim. Perdeu o cargo de confiança.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, ela foi exonerada do cargo. Naquele momento em que eu estava ainda na Secretaria, não estou mais, foi feita a exoneração da servidora Márcia, o que provavelmente iria acontecer com mais servidores. Se esse processo ele foi seguido dentro da Secretaria ou não, eu não sei informar pro senhor.

PROCURADORIA FLS. 1406 PÁG. 2111
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2121 RÚBRICA

Agora, o que eu fiz naquele momento é afastar aquela servidora que naquele momento foi identificada como participante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu lhe agradeço.

Só concluindo aqui, Deputado Kennedy, Deputado Cobalchini, vossa excelência foi Secretário de Estado e era ordenador primário também. Eu, hoje, estou muito mais preocupado do que eu estava com o Estado de Santa Catarina. Dizia-se que era um governo técnico, transparente, mas nem técnica, nem transparência, porque esse tipo de coisa não poderia acontecer. Nós estamos vendo aqui uma coisa muito triste, muito triste mesmo.

Obrigado, senhor Presidente. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Só pra destacar a todos os senhores: delegação de poderes dentro da Secretaria de Estado da Saúde sempre existiu. No governo atual e nos governos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Milton Hobus.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado.

Coronel Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor... a sua formação é médico?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim. Tenho formação em Medicina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quando que o senhor se formou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 99.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor já era...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 2009, desculpe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 2009?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 2009.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor já era oficial?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu imagino como é difícil ser oficial do Corpo de Bombeiros e fazer Medicina em tempo integral. A minha filha faz e não deve ser fácil para fazer os estudos e manter as escalas de trabalho lá, que eu imagino que era recompensada.

Quem é que indicou a Márcia para o cargo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, é... nós tínhamos o superintendente de Gestão Administrativa que nos acompanhou ao longo de 2019, o Vanderlei Vanderlino Vidal, o qual é um bombeiro militar da reserva, e que nós é... acabamos convidando pra participar desse processo inicial na Secretaria de Estado da Saúde, onde nós tínhamos uma métrica é... isso foi o propósito que foi criado pela nossa administração, de que todos os cargos, todos os cargos, que são cargos da Secretaria de Estado da Saúde, devem ser ocupados por servidores da Saúde. Uma realidade que até então nós não tínhamos dentro da Secretaria de Estado da Saúde. Tínhamos uma variedade de cargos, que eram cargos comissionados puros e que eram ocupados por pessoas que eram é... de outros é... outras atividades que não da Secretaria de Estado da Saúde.

O Vanderlino, ele ficou na secret... na Superintendência de Gestão Administrativa ao longo de 2019, que era, é o ano inicial dos trabalhos, e ao final de 2019 ele apresentou a sua intenção de deixar a Secretaria, até porque ele tinha outras pretensões privadas, né, pra

PROCURADORIA PÁG. 2/12
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2128 RUBRICA

que ele pudesse seguir. A partir daí, então, o Vanderlino nos ajudou no sentido então: olha, vamos identificar um servidor que tenha a capacidade instala... ou, instalada não, mas uma capacidade e competência pra fazer a, a assunção da Superintendência de Gestão Administrativa, um passo, né, no sentido de realmente entregar aos servidores da Saúde todo esse processo de gestão.

Nós tivemos duas servidoras que foram identificadas como habilitadas pra tal, uma das servidoras acabou declinando por uma questão de saúde – ela estava em tratamento de saúde e por tal não poderia assumir tal função –, e a segunda servidora ou a outra servidora que foi identificada foi a Márcia, é... que participava da Superintendência Hospitalar da Secretaria de Estado da Saúde é... e justamente ela foi convidada e ela aceitou de pronto o convite e, a partir do ano de 2020 ela assumiu a Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor disse que... se eu entendi bem, o senhor disse que não sabia que tinha pagamento antecipado. É isso, dos processos?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor entendeu bem, eu não autorizei nenhum pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor tem razão nisso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eu não autorizei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor tem certeza disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Que eu não autorizei? Certeza, absoluta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Posso ler um documento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Estou aqui na mão, Relator e Presidente, com todo o processo. Até porque quando o senhor começou a falar, eu comecei a acreditar no senhor, eu comecei a acreditar no senhor. Quando o senhor começou a falar que não assinou, que não dispensou, eu olhei e disse: meu Deus, o que nós estamos fazendo aqui? Eu comecei a acreditar no senhor. Eu tinha uma série de perguntas e digo, não, eu vou... vou ter que ver, porque a informação que nos chegava e a informação que a gente tinha é que não era. Mas nada melhor do que o que está escrito aqui no papel.

Isso aqui é o processo (*folheia documentos*), página 20, aliás, página 30, que é a proposta de venda dos respiradores mecânicos. Na página anterior tem a sua autorização para dispensa de licitação, assinada pelo senhor e pela Márcia. Aqui não fala, aqui fala o seguinte...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Qual página, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Página 26.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Se é página 26, então é comunicação interna solicitando aquisição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Comunicação Interna 950/2020.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso. Solicitando aquisição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então acompanhe a leitura aí.

(*Passa a ler.*)

Considerando as medidas necessárias para enfrentamento da pandemia de corona, no sentido de equipamentos às unidades hospitalares, para pleno atendimento à população, bem como a situação de emergência declarada conforme o artigo tal, decreto tal...

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

PROCURADORIA PÁG. 2113
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2129 RUBRICA

solicitamos a aquisição emergencial de duzentos ventiladores pulmonares, segue requisição.

Não tem pagamento antecipado. Aí vem a proposta... (*o depoente faz que sim com a cabeça.*), proposta essa, bom dizer para todos, que não é num papel timbrado, não é nada, é um A4, que diz aqui a proposta: Veigamed Material Médico, proposta de vendas, a senhora Márcia Regina, prezado cliente... e vem aqui: em atenção à solicitação de vossas excelências, estamos encaminhando a proposta... nossa proposta apresenta informações referentes aos produtos. A Brazilian International Business tem acumulado experiências em diversos projetos... esperamos que o conteúdo apresentado por vossa excelência de forma clara... Pedro Nascimento Araújo, CEO da Veigamed.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente, que folheia alguns documentos.*)

Página 28, tem lá: objetivo, escopo, responsabilidade do cliente, responsabilidade da *trading*.

Página 29, quinto, cronograma. Está acompanhando lá?

(*O depoente segue acompanhando a leitura em seus documentos.*)

Página 30, proposta comercial: cliente Fundo Estadual de Saúde; modalidade venda direta; equipamentos Respiradores Medical *C35*, conforme descritivo em anexo; quantidade 200; prazo fatal 35 dias; valores, valor unitário sem impostos R$ 165 mil, valor total da venda e impostos, R$ 33 milhões.

Está acompanhando lá, Secretário?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, estou acompanhando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então continua a leitura, o que diz ali depois do R$ 33 milhões, o que diz ali?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Para pagamento via numerário antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor sabe o que é isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sei, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que é isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pagamento antecipado. A empresa tá pedindo, não quer dizer que vai receber.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pera lá. Então está aqui na proposta. Perfeito?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A proposta está lá.

Vamos lá para a página 72? Página 72 é a sua dispensa de licitação, assinada pelo senhor Helton de Souza Zeferino. Dispensa de Licitação 754/2020. Eu não vou ler aqui, está tudo aqui, o senhor tem aí na mão. Vamos lá para o final, nove, justificativa do preço: o preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preço e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso. Diante do exposto, propomos seja autorizada a dispensa de licitação, na forma do artigo mencionado (*o advogado Noel Baratieri conversa com o depoente*) e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Quais foram as condições anteriormente estabelecidas no acordo e na proposta? Vamos lá...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, se o senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, deixe eu continuar aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aqui não é o quartel que o senhor... aqui o senhor não dá ordem.

1469
PROCURADORIA
FLS. 2114

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tranquilo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aqui o senhor está como... aqui o senhor está para responder pergunta.

O SR. NOEL BARATIERI – Senhor Deputado... Deputado-Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor também...

O SR. NOEL BARATIERI – Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor também.

O SR. NOEL BARATIERI – Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ei, ei...

O SR. NOEL BARATIERI – Deputado, questão de ordem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor também... Eu não estou sendo deselegante...

O SR. NOEL BARATIERI – Questão de ordem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, eu quero que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Está assegurada a palavra ao Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero que assegure a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tão logo ele termine a colocação dele, o senhor tem direito a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero que me assegure a palavra.

(*O advogado Noel Baratieri manifesta-se fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ao senhor está assegurada a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu vou fazer a pergunta e o senhor fique no seu lugar.

(*Continua lendo.*)

Superintendência de Gestão Administrativa, ciente, um. Dois: em vista a necessidade de aquisição do objeto supracitado e com os poderes conferidos pelo Ato 6, de 2 de janeiro de 2019, resolvo homologar a Dispensa de Licitação 754/2020 e autorizar a despesa supracitada para prosseguimento.

Essa licitação fala em condições anteriormente estabelecidas. Aonde, Deputado Milton Hobus, empresário, ex-Prefeito, onde é que estão as condições estabelecidas, onde é que estão? Na proposta. O que diz a proposta? Não fala pagamento antecipado, fala uma palavrinha que a gente tem que olhar aqui: numerário antecipado.

Então, Coronel, eu quase acreditei no senhor, que o senhor não tinha visto que era... ou que... aliás, não tinha visto, não, que não tinha aqui o pagamento antecipado (*o advogado Noel Baratieri conversa com o depoente*). Mas, com o documento que eu tenho aqui em mãos, eu posso tirar só uma conclusão. Tudo o que o senhor falou, que não sabe de nada, que era a Superintendente, que era o Fundo e que até 5 milhões... tudo que o senhor falou aqui, que eu não vou redundar, além do senhor não fazer nada, o senhor assinava papel que não sabia, porque para chegar aqui diante (*o advogado Noel Baratieri pede a palavra*)... sob juramento de falar a verdade, sob juramento de falar a verdade e dizer categoricamente que o senhor não assinou nada com dispensa de licitação, o senhor, no mínimo, ou assinou sem ver, ou está faltando com a verdade.

Dois...

PROCURADORIA
PÁG. 2115
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2131
RÚBRICA

(*O advogado Noel Baratieri pede a palavra.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, só um momento. Doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – Deputado, é o seguinte: assim ó, nós estamos aqui, nós temos que respeitar o que tá no Regimento, na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que proíbe esse tipo de atitude, de ficar agredindo, tentar humilhar, tentar criar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor, com todo o respeito, eu não estou vendo...

O SR. NOEL BARATIERI – ...silogismo, entendeu?

Então, assim, a CPI aqui é formada por ilustres Deputados, Deputados que têm o respeito da sociedade catarinense e Deputados que conhecem a Constituição, que juraram a Constituição, conhecem a jurisprudência do Supremo, são muito bem cercados de assessoria. E aqui, então, Deputado, não é o momento do ilustre Deputado ficar querendo humilhar, achincalhar, ofender. Acho que é o momento da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor, está registrado o...

O SR. NOEL BARATIERI – Nós estamos aqui, o meu cliente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só quero dizer uma coisa, doutor...

O SR. NOEL BARATIERI – Eu estou com a palavra, Deputado! Estou com a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ei, ei, ei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, por gentileza.

O SR. NOEL BARATIERI – Eu estou com a palavra, Deputado! Eu estou com a palavra! O senhor se reserve... eu estou com a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quando falar, dirija-se a mim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Olhe para ele, não olhe para mim. Olhe para ele.

O SR. NOEL BARATIERI – Então, Deputado, vamos ao seguinte: aqui não é o momento de ficar querendo humilhar. Nós estamos aqui querendo esclarecer a verdade. Aqui é um homem, tem uma história, tem uma família e ele quer mostrar pra Santa Catarina que teve alguém que falhou e essas pessoas vão responder criminalmente, civilmente. Ele vai responder pelo que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) —Todos nós acreditamos nisso. Excelência, está feito o registro.

O SR. NOEL BARATIERI – Então, perguntas e não ofensas. Perguntas e não ofensas, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Feito o registro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor...

Presidente, eu ofendi quando eu disse que ele faltou com a verdade ou não estava ciente do que assinou, sendo que o que ele assinou, está lá? Eu ofendi, senhor Presidente, é ofensa? (*O advogado Noel Baratieri conversa com o depoente.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Conclua a pergunta, Deputado Kennedy Nunes.

Fls. 1171
RÚBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2 16
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2132
RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não estou achincalhando e nem... Vergonha o que essa turma fez com o dinheiro do povo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Xiu, xiu, ei... Tá? O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, eu...

O SR. NOEL BARATIERI – Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vergonha o que aconteceu com isso daí.

O SR. NOEL BARATIERI – Setecentos milhões que deviam na Saúde o Secretário pagou, não tem uma acusação do Secretário, 700 milhões do governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu entendo a posição do senhor como defensor do cliente...

O SR. NOEL BARATIERI – ...que o senhor fez parte, Deputado. O senhor não tem vergonha disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...doutor advogado, porém...

Conclua a pergunta, Deputado, e se atenha ao objeto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vergonha é o que foi feito com o dinheiro e vergonha é o que está sendo feito nesta CPI (*o advogado Noel Baratieri conversa com o depoente*), de um colocar a culpa no outro, de ninguém... Olha, quem está assistindo ali... a gente tem que dar uma auréola de santo para cada um que senta aqui e na verdade não está acontecendo.

Mas eu queria continuar a pergunta. Coronel Helton, o Governador sabia da compra desses respiradores?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, Deputado, com relação à sua fala é muito interessante essa argumentação que o senhor está fazendo, mas eu volto a afirmar que nós temos que nos ater aos documentos que estão acostados ao processo. Na dispensa de licitação e na ordem de fornecimento, que é o nosso contrato, o próprio assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde que aqui esteve, e os senhores todos tiveram a oportunidade de indagá-lo a respeito dos processos de compras da Secretaria, ele disse inclusive, é uma das falas dele, que solicitação de pagamento antecipado, a partir de determinado momento, quando a Secretaria ela adquiriu, inclusive, não uma boa fama de pagadora, passava a fazer parte das propostas de compra dos fornecedores. O que vale, pra efeito de pagamento, são os documentos que a Secretaria produz e a Secretaria ela não produziu nenhum documento nesse contrato, que é a ordem de fornecimento, prevendo pagamento antecipado.

Então quando o senhor faz toda essa elaboração dizendo que... que eu sabia, que eu estou mentindo, é... eu lamento, porque realmente nesse processo não houve autorização de pagamento antecipado. Nós temos. inclusive, outros processos de compra em que os termos utilizados na... na DL são os mesmos, e... mas sempre lembrando que o que vale pra efeito de contrato, e é onde nós vamos cobrar, inclusive, da empresa, é a ordem de fornecimento.

Com relação à pergunta que o senhor fez do Governador do Estado, é óbvio que o Governador do Estado ele sabia que a Secretaria de Estado estava adquirindo respiradores. Especificamente com relação à empresa *a* ou *b*, isso não era competência do governo do Estado, do Governador do Estado. O que nós fazíamos, enquanto Secretaria, era informá-lo de que foram feitas aquisições através da Intelbras, onde ele participou inclusive do protocolo de intenções, que foram feitas uma aquisi... que foi feita uma aquisição de duzentos respiradores e que ficou estabelecido inicialmente aí um prazo dia 7 de abril e dia 30 de abril de entrega.

Fls. 1472
PROCURADORIA
PÁG. 117
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2132
RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu faço essa pergunta porque no dia 27 de março, na *live* que o senhor participou, foi falado sobre a questão de respiradores e há de se convir que o Governador, quando questionado sobre os preços, falou que antes um respirador valia entre R$ 60 mil e R$ 70 mil e, por conta da busca dos respiradores, foi a R$ 335 mil, mas que ele pergunta para o senhor, vocês estariam comprando esses respiradores a mais de US$ 100 mil ou por mais ou menos um pouco mais de US$ 100 mil. Ele já sabia da compra dos US$ 165 mil ou não?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, porque... Qual é a data que o senhor está falando?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dia 27 de março.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, dia 27 de março a ordem de fornecimento não havia sido expedida ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas a proposta chegou dia 23.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, a proposta quando eu assinei, foi no dia é... salvo engano dia 29 ou dia 30 de março. Essa foi a assinatura da proposta, é... pra ser mais exato (*o depoente folheia documentos*) ó... da ordem de fornecimento, ela foi assinada no dia 30 de março. Ordem de Fornecimento 343.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Kennedy, me permite?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos aqui depoimentos, por exemplo, do Douglas Borba, que já sabia que o Estado estava comprando respiradores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Respiradores que nós compramos foi o da empresa de Araranguá, que é outra compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não, não, não.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos aqui textos da Márcia Pauli, temos aqui... o Douglas Borba apresentou... o... o advogado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mensagem de WhatsApp.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Antes do dia 22, 23, eles já sabiam que eles iam comprar respiradores. O senhor não sabia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Que nós iríamos comprar respiradores?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, que estavam comprando.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas... Não. Nós estávamos comprando, não, que nós precisávamos comprar, sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, Secretario...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu vou repetir para o senhor. No dia 22...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...a Márcia estava trocando *e-mails,* mensagens, comprando respiradores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Em que momento?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dentro da sua Secretaria e o senhor não sabia?

PROCURADORIA PÁG. 2118
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2134 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Em que momento o Secretário é citado na fala? Em que momento, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eles inventaram isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor teve acesso a toda a conversa da Márcia, em que momento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eles inventaram isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não inventaram. Eles trocaram... Eles podem ter trocado mensagens? Claro que podem, claro que podem. E os senhores, inclusive, estão buscando essa verdade, né? Eles trocaram mensagens? Tudo indica que trocaram mensagem. Agora daí a dizer que eu estou participando do processo, é bem diferente, Deputado, é bem diferente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas eu não perguntei... Eu perguntei se o senhor não sabia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bem diferente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabia que eles estavam trocando mensagens?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, claro que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Meu Deus.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Mas meu Deus, por quê? Onde é que está escrito no meu WhatsApp que eu troquei mensagem com o Douglas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretário, eu volto ao assunto das compras dos outros quatorze... tem outras quatorze compras com pagamentos antecipados, que somam R$ 46 milhões, outras dezesseis compras. O senhor tinha conhecimento disso daí ou entrava naquele teto de 5 milhões?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Todas no teto de 5 milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então quer dizer que abaixo de 5 milhões...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tem delegação de poderes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O senhor sabia que dentro do sistema de processos de vocês, lá da Secretaria, é possível fazer desmembramento a qualquer momento e também baixar certidões de um documento e passar para outro processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor tá falando do sistema SGPE?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Dentro do sistema SGPE nós temos uma... o sistema permite isso, mas todo e qualquer procedimento que é realizado dentro do sistema SGPE fica registrado quem fez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como que é feito o registro disso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor coloca... o senhor abre qualquer processo, isso é consulta pública, qualquer um pode fazer isso, vai numa consulta pública, coloca qual é a Secretaria, o número do processo e ano, o senhor vai abrir o processo. Quando o senhor passar o cursor do seu *mouse* em cima das peças, o senhor vai ter exatamente quem foi que fez a inserção, em que data e horário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então há condições de nós sabermos por que foi desentranhado o processo da Intelbras naquele dali. Quem fez isso?

PROCURADORIA PÁG. 1119
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2135 RUBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Da Intelbras?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É. Aquele que teve o desentranhamento, né, das folhas 12 a 18.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso. Tem como saber isso daí?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Tem que ter a justificativa de quem desentranhou, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Há como saber também quem é que desentranhou e tirou do processo depois do pedido da engenharia elétrica o parecer do intensivista, que sumiu também e só veio lá...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Outra coisa. O senhor sabia que a funcionária que o senhor nomeou para a Superintendência, a funcionária Márcia Pauli, ela é certificadora de nota, o senhor fala por diversas vezes que foi ela que certificou a nota.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, eu falo que ela assinou a nota fiscal. Quem certificou a nota fiscal através do Sigef foi a Débora Brum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o sabia que essa... como é o nome dela?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Débora Brum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor sabia que essa Débora Grol...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Brum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor sabia que essa Débora Brum, segundo o depoimento da Márcia Pauli aqui para nós, no Gaeco e também na Delegacia de Polícia, essa senhora Brum ela certificou a nota em nome da Márcia Pauli, e desde 2017 a Márcia não tem senha ativa no Sigef?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, Deputado, eu volto a afirmar aquilo que eu já disse aqui, mas é bom nós relembrarmos.

O que nós tínhamos, e foi... quem disse isso não fui eu, foi a Débora, os senhores podem consultar o depoimento dela através do Gaeco, ela disse que o *modus operandi* que foi criado dentro da Superintendência de Gestão Administrativa pra pagamento de notas era sempre ela consultava a Márcia se ela poderia encaminhar pra pagamento. Uma vez que a Márcia desse o.k. pra ela, ela fazia a autuação do processo, ou seja, ela criava um processo, ela apensava a nota fiscal e encaminhava pra Márcia assinar. Uma vez que a Márcia assinasse essa nota, ou seja, ela tem o "de acordo" da Márcia, ela fazia a inserção dessa nota no sistema Sigef e lá ela colocava. Ela era identificada como a certificadora, mas... é... deixa só eu buscar o nome correto aqui pra nós não termos erro... (*o depoente folheia documento*) Ela era identificada como usuário que fez a inserção e a atestadora era a Márcia Regina Pauli.

Todos os processos estão dessa forma. Quem é o usuário do sistema Sigef é a Débora, que é a qual detém a senha do sistema Sigef, e quem atesta é a Márcia Regina Pauli, baseado numa nota que ela assinou, que é a nota fiscal de pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só eu entender uma coisa. A Márcia fala pra nós aqui e nos outros depoimentos que depois dela dar o depoimento no Ministério Público, quando ela vai conversar com a Corregedoria, eu acho que foi essa ou um dos auditores lá, ela fica sabendo de uma autorização de pagamento datada do dia 20, que foi baixada de um processo e colocado nessa daí, sendo que a autorização de pagamento foi anterior.

Fls. 1475
PROCURADORIA PÁG. 2/3
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2136 RUBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Todas as comunicações internas que geraram pagamento antecipado têm a mesma comunicação interna datada do dia 20.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso é normal?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro que não, deveria ser individual.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E quando começou isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Durante o processo de pagamento da... das DLs da... é... do enfrentamento da Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Todos esses quatorze outros processos devem ter essa mesma CI?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Provavelmente. Eu não consultei todos os quatorze, mais os que eu consultei, a grande maioria deles tem dia 20.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Relator, isso é uma informação que...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E segundo a Débora Brum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vossa excelência deve buscar, até para gente saber onde que está...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E segundo a Débora Brum, Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...o fato verdadeiro aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Segundo a própria Débora Brum, no seu depoimento ao Gaeco, ao qual o senhor deve também ter tido acesso, ela disse que ela fez justamente isso, ela deixou esta comunicação interna arquivada no seu computador e a partir do momento que ela precisasse fazer uma nova autuação, pra que ela não tivesse que refazer a comunicação interna pra cada processo, ela pegava essa comunicação interna e ela anexava ao processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E para encerrar, na sua opinião, que lição o senhor tira disso tudo, com essa relação da fragilidade do processo? Pelo que a gente viu aqui, teve um momento em que vocês tinham informações que seria o caos e que isso exigiu a criação de dispensas ou de soluções rápidas e ficaram tratando isso por WhatsApp, o que... pelo que me disseram aqui os outros, tanto o jurídico, como licitação, como a Márcia, como os outros, disseram que isso foi a fragilidade.

Qual é a lição que o senhor acha que dá para passar desse fato daqui para frente?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom. Isso é o que nós precisamos passar é que cada setor é... independente da Secretaria de Estado da Saúde, enfim, nós temos mais Secretarias fazendo aquisições, cada setor deve zelar pra que todos os procedimentos que são realizados dentro da sua área de atuação sejam aqueles preconizados dentro daquilo que são as... os regramentos do Estado, que foi o que não aconteceu aqui.

Então, quando nós tivemos uma desconformidade de processos de pagamento especificamente, nós geramos esse... é... esse emaranhado de processo que o senhor cita aí, de quatorze processos, que acabaram culminando com pagamento antecipado. Então eu acho que o que nós temos que atuar enquanto Estado é justamente no sentido de que as pessoas que têm responsabilidade de fazer alguns processos ou os processos dentro das estruturas de Estado, elas precisam estar calçadas naquilo que é o regramento do Estado e não em momentos... é... em situações momentâneas, que é o que nós enfrentamos aqui na Covid-19 e que, repito, é... foi uma situação que não foi vivenciada por nenhum administrador público, porque é... o mundo todo vem sofrendo com isso.

PROCURADORIA PÁG. 212
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA Fls. 2137 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Para encerrar, senhor Presidente.

A Márcia Pauli falou em todos os depoimentos que o senhor o tempo todo, depois que descobriram... descobriram não, depois que... Ah, outra coisa, eu gostaria que o senhor pudesse encaminhar para nós aqui da CPI qual foi a agência de câmbio que entrou em contato com senhor. Tem como passar?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – É... Eu até... eu até lhe informaria, mas o meu telefone está com o Gaeco desde o momento que eu fui lá fazer o depoimento e esta informação está no meu telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas se fosse possível depois...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Os senhores podem ter acesso a minha... a... às telas do meu celular, sem problema. Tá no meu celular.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu acho, Relator, que isso é muito importante para saber se essa casa ou essa empresa não fazia parte de... sabe daquele negócio assim de, eu estou querendo vender um produto para ele, daí eu combino com eles, não, liga para ele que tu sabes. Até para saber, porque é muito estranho uma empresa com sede no Rio de Janeiro, com braço não sei o quê... e fazer a cotação numa casa aqui em Florianópolis.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, a casa é de São Paulo. A operadora...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah, São Paulo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso, a operadora de câmbio é de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pior ainda, né, porque daí... Eu acho que seria muito importante isso daí, até para saber se não faz parte daquele negócio, liga para o fulano e daí ele se faz.

Mas, para encerrar, Secretário. A Márcia sempre disse que o senhor dizia para ela: se acalma, um dia inclusive o senhor falou para ela que ela estava muito abatida. Depois da exoneração o senhor insistiu para ela ficar calma. Por que essa sua segurança de dizer para ela ficar calma, diante de um fato tão grave? Ou ela não falou a verdade?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, primeiro que eu não disse pra ela ficar calma no sentido de que as coisas vão se resolver, mas no sentido de que ela estava realmente muito abatida, era visível o estado de abatimento dela, e que obviamente ela precisa, né, ela precisa estar na sua situação é... de condição física, né, adequada, porque nós tínhamos aí... temos, né, estamos vivenciando aí nos últimos... nas últimas três semanas é... uma... uma exposição muito grande. Estamos vivenciando aí publicações de... nas nossas mídias de fatos que são inverdadeiros, de mentiras que estão sendo publicadas e divulgadas na mídia. Isso faz com que nós tenhamos aí toda a situação, especialmente psicológica, muito abatida.

Então, a minha fala com relação a ela foi nesse sentido, não foi no sentido de que: ah, não te preocupa, vai receber, até porque é... eu não tenho conheci... não tinha conhecimento de se essa empresa iria entregar ou não os respiradores. É... o que nós tínhamos era alguns processos que foram deflagrados dentro da Secretaria pra investigação, alguns processos com relação à parte criminal, alguns processos com relação à própria, à própria Procuradoria-Geral do Estado, mas foi no sentido realmente da condição de saúde dela, não foi não com relações aos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela chegou a dizer algumas vezes que o Fábio estava pressionando para falar com o senhor e o senhor não atendia o telefone.

PROCURADORIA FLS. 2122 PÁG.
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA FLS. 2138 RUBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não atendia o telefone?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, mas não tem ligação do Fábio no meu telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o Fábio... Não, não é que não atendia o telefone. O Fábio estava querendo falar com o senhor e o senhor não conseguia falar com ele. O Fábio disse...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Quando eu falei com o Fábio foi dia 20... no dia 7 de abril, é o que tem no meu telefone o registro. Quando eu pedi pra ele... perguntei pra ele sobre os nossos respiradores e encaminham prospecto dele e o descritivo técnico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Depois de muita cobrança, respondeu uma pessoa... A Pauli fala lá no depoimento que depois de muita cobrança o Fábio telefonou para ela e disse: vai ficar tranquilo, uma pessoa que vocês conhecem chegou, o Leandro, que veio falar no Coes em nome do Douglas. O Leandro o senhor já disse que o conhecia, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O Leandro Barros eu não conhecia. É... Ele é o... é a pessoa que apareceu no processo dos respiradores, é a pessoa que apareceu no processo dos EPIs, é a pessoa que apareceu no processo lá do hospital de campanha. É... mas eu não, não conversei com o Leandro. Ele disse que eu liguei pra ele, inclusive, e volto a dizer, o meu telefone está à disposição dos senhores aí pra verificação dessa ligação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito bem.

Bom dia, né? Bom dia, porque já chegamos na quarta-feira.

Secretário Helton, doutor Helton, né? Esse sistema das compras de até 5 milhões, o senhor sabe me dizer, sim ou não, se isso acontecia no governo anterior, que não precisava passar pelo Secretário da Pasta?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nós temos é... dentro da Secretaria de Estado da Saúde é normal, é rotineiro, a questão de delega... portaria de delegação pra que valores é... definição se era exatamente 5 milhões eu não sei dizer pro senhor, mas delegação de poderes ao Superintendente de Gestão Administrativa pras compras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — As pessoas com poderes delegados não precisam se reportar a ninguém? Podem fazer compras de até 5 milhões...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Pessoas com poderes delegados têm, têm competência é... pra fazer os processos e obviamente respondem pelo que fazem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está bem.

O senhor disse que não sabia que havia sido feito o pagamento antecipado dos 33 milhões e que o senhor não foi consultado para fazer esse pagamento, e o senhor não autorizou que fosse feito esse pagamento. A nota foi assinada como recebido os equipamentos pela Márcia e a Débora que pediu a autorização de pagamento. É isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Exatamente, Deputado.

Nós tivemos aí então um processo onde em momento algum foi autorizado pelo titular da Pasta pagamento antecipado, e os processos são públicos e as pessoas podem consultar. Nós tivemos aí uma assinatura de uma nota fiscal ou das notas fiscais pela Márcia e a inserção no sistema Sigef pela servidora Débora Brum.

PROCURADORIA
PÁG. 2123
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA
FLS. 2139
RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu quero lhe perguntar: a Márcia, ela costumava atestar mais recebimentos de outras compras?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ou essa foi uma...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na verdade não é rotina o Superintendente de Gestão Administrativa certificar nota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas antes disso houve alguma, alguma...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, na verdade depois nós descobrimos aí alguns processos de compra é... que foram realizados inclusive pagamentos antecipados, onde foi feito essa devida certifi... essa devida assinatura pela Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Pela Márcia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Bom, nesse caso, 33 milhões, eu quero me ater... O valor não importa, se é 500 mil, 50 mil ou 100 mil, o dinheiro público é de um R$ 1,00 a quanto for.

Como é que o senhor analisa... A Márcia teria por iniciativa própria, dela, atestar o recebimento dos equipamentos e autorizar o pagamento? Ela teria essa iniciativa de ter uma decisão de um valor elevado desses, dela autorizar o pagamento, sem que tenha tido uma interferência de alguém: você faça, você pode fazer? Uma vez que o Secretário, o senhor está dizendo que não teve esse conhecimento.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, Deputado, eu posso lhe responder através dos meus mais de 28 anos de serviço público.

Sempre que nós temos uma determinação de alguém pra realizar algum processo e esse processo ele está em desconformidade é... é factível que a pessoa que está determinando o faça, ela assina ou ela coloca no papel o que é pra fazer. Nós estamos num momento agora onde... é... nós não podemos falar de eu achei, eu entendi, eu... era pra ser, e fatalmente nós temos um processo aqui que não passou, né, ou alguns processos que não passaram pelo Secretário, pelo gabinete do Secretário de Estado, que são aqueles até 5 milhões, onde foi estabelecido o mesmo procedimento.

Então é... quando se faz esse tipo de... quando se chama pra si a responsabilidade de certificação de uma nota ou de assinatura de uma nota fiscal, como o senhor bem colocou, seja de R$ 1,00 ou de R$ 33 milhões, nós estamos chamando pra nós também as consequências desse ato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas a Márcia... O senhor que trabalhou com a Márcia, o senhor a conhece, ela teria a iniciativa... Ela sabia que os equipamentos, que os respiradores não tinham chegado de fato, já se sabia que a empresa não era, pelo menos é o que se comenta, não tem aquela segurança que ela deveria ter, a garantia, orçamento, toda aquela história, negativas, segurança de que o patrimônio dela poderia garantir essa compra. A Márcia, por iniciativa dela, sabendo já disso, ela autorizaria fazer esse pagamento por conta própria?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, Deputado, essa pergunta é... precisa ser direcionada à Márcia. O que eu posso lhe afirmar é que eu, enquanto Secretário de Estado da Saúde, em momento algum, de todo o processo que eu estive à frente da Secretaria, eu autorizei pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não autorizou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não autorizou.

Eu estou satisfeito. Apenas quero deixar um comentário, que é o seguinte: eu acho muito estranho, não estou aqui fazendo nenhum julgamento, mas eu acho muito estranho

PROCURADORIA PÁG. 2124
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA Fls. 2140 RUBRICA

que um funcionário, sem ter de alguém superior, ele assuma uma responsabilidade de um valor elevado, de uma compra grande, de uma compra que, no momento que nós temos a necessidade de fazer uma compra que de fato fosse efetivada, por si só, teria assumido essa responsabilidade. É uma dúvida que me fica, não vou questionar que não seja verdade, mas me deixa muito surpreso e difícil de poder acreditar.

Era isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Sopelsa. Bom dia para o senhor. (*Risos.*)

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

(*O depoente conversa com o seu advogado, Noel Baratieri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito obrigado, senhor Presidente.

Senhor Secretário Helton, eu mesmo lhe acompanhei e vi o senhor regendo ali com mãos de ferro, vi que o senhor deliberava como Secretári, fica uma situação obscura. O senhor entende hoje... o que representa para o senhor a gravidade desse processo? Porque o senhor fez boa argumentação, vi que o senhor se preparou muito, mas as suas falas são desconexas, uma hora o senhor não sabe, enfim, quando tenta esclarecer a culpa nunca é sua, nunca sabia.

Moralmente, o que o senhor acha desse processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Moralmente o que eu acho é que todo o meu processo dentro da Secretaria de Estado da Saúde ele teve o mesmo perfil. Nós sempre... quando nós entramos na Secretaria de Estado, lá no início de 2019, nós tínhamos um desafio que era ajustar aquela Pasta no sentido de pagamentos, no sentido de recuperação, inclusive de credibilidade. É, e... quando o senhor fala que são falas desconexas eu... me permita discordar.

O que eu tenho aqui afirmado, e... e... todos os senhores têm acesso a tudo o que foi produzido pelo Gaeco, que está sendo produzido, e em momento algum, em momento algum, houve por parte do Secretário de Estado da Saúde sinalização positiva para pagamento antecipado. Pelo contrário. Quando me encaminharam a informação da Assessoria Jurídica questionando a possibilidade de pagamento e requisitando que isso fosse encaminhado ao Ministério Público e Tribunal de Contas, assim o foi feito.

Quando me foi encaminhado uma... as duas, né, as duas DLs que foram encaminhadas pra mim, que sejam aquelas... seja aquela da Intelbras ou seja esta da Veigamed, em ambas em nenhum momento do processo é realizado pagamento antecipado. Lembrando que o documento do Estado que tem validade pra efeito de cobrança é a ordem de fornecimento, como já foi colocado aqui pelo assessor jurídico da Pasta, que é o que faz os pareceres é... pra efeito de compra. Lembrando também que é um pa... é um servidor que já tem... ele veio da outra administração, ele permaneceu justamente por ser um servidor de carreira e que também já tem uma experiência, né, significativa, considerando o volume de compras que nós realizamos dentro daquela Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, o senhor mesmo falou de pagamento antecipado, e eu gostaria de comentar um pouquinho sobre isso. O senhor afirmou que no rito de compras do governo do Estado não há pagamento antecipado. O senhor confirma?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor soube ou fez alguma consulta sobre qualquer tipo de pagamento antecipado de matéria para a Secretaria, ou seja, para o senhor Douglas Borba?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Para o Douglas?

1480
PROCURADORIA
PÁG. 2125
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 2141
RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É, o senhor soube, fez consultas?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade o que nós fizemos é o encaminhamento daquela informação que foi feita pela Assessoria Jurídica, eu despachei pra que fosse encaminhada ao Tribunal de Contas e Ministério Público para consulta ou para produção de um parecer por parte deles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ou seja...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Douglas Borba, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sendo prático, no linguajar prático, comum, que a população que nos assiste possa entender: qual o seu posicionamento sobre o pagamento antecipado?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O meu posicionamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É, o senhor sabia, não sabia?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Volto a dizer, Deputado, aquilo que... aquilo que foi despachado pelo gabinete, aqueles dois processos que foram despachados pelo gabinete, não foram autorizando pagamento antecipado. E nenhum deles que foi realizado pela superintendente, aqueles que eram até R$ 5 milhões, nenhum deles era autorizado pela Secretaria, até porque esse não é o modal de pagamento do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tem uma documentação... o senhor pode exibir (*dirige-se a um dos assessores da CPI*).

(*Procede-se à exibição de documentos.*)

O senhor está vendo esse documento? O senhor assinou uma ordem de fornecimento no dia 30/3 e fez consulta de pagamento antecipado no dia 1°/4. O senhor não acha no mínimo estranho, pra não dizer uma outra coisa, mas são 33 milhões... O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu fiz uma ordem de fornecimento, que não falava em pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu gostaria de entender, eu acho que o senhor está aqui para isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor poderia comentar sobre esse documento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nós temos aí uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado quanto à viabilidade de pagamento antecipado é... para empresas nacionais e internacionais. Uma consulta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Quando eu estou consultando alguém é porque eu não tenho certeza dessa possibilidade e no caso o Tribunal de Contas do Estado é aquele... é o órgão fiscalizador e julgador das contas do Estado, justamente pra isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que o senhor... parece que o senhor é isento, é uma compra muito significativa, não dá pra entender. Eu mesmo acompanhei e vi que o senhor geria com mãos de ferro e de repente o senhor chega aqui: eu não sabia, isso não era da minha competência...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não autorizei. A fala é essa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...tinha outros grupos...

PROCURADORIA PÁG. 2126
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA Fls. 2142 RÚBRICA

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não autorizei pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor como Coronel, a responsabilidade... Isso aí é... na sua posição de Secretário, a responsabilidade está nas suas mãos, ou seja, qualquer irregularidade, ou sombra de dúvida, ou variação que fique o senhor vai responder legalmente. Tanto é que o senhor está aí com os bens bloqueados... Eu olho os seus depoimentos ao Ministério Público, o senhor em nenhum momento... acho que era um mínimo de alguém que assumisse uma Pasta como essa agir com responsabilidade nessas questões, inclusive de pagamentos antecipados.

O senhor em nenhum momento se ateve a esse detalhe de... o senhor é o bom samaritano?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, ninguém é bom samaritano aqui, pelo contrário, o que a gente tem que entender aqui é que inconsistências aconteceram....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então o senhor assume a responsabilidade dos seus atos nesse sentido?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nós temos pessoas, nós temos pessoas identificadas que fizeram, autorizaram o pagamento antecipado e que a Pasta, o gabinete da Secretaria não autorizou. Agora o que as pessoas não querem entender o que tá no papel e querem que o Secretário seja o responsável, aí sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Secretário, eu entendo de hierarquia e sei que o Moisés lhe trouxe, lhe deu caneta poderosa e delegou função. Então está num eixo de poder entre o senhor, o Governador, que é seu amigo pessoal, colega, confia no senhor, e o Douglas Borba.

O senhor em alguns depoimentos, por exemplo... o que o senhor explica, por que o seu depoimento mudou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não mudou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, mas em um o senhor acusa a Márcia, depois o senhor mudou.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não mudei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Está registrado. O senhor acusa a Márcia, daqui a pouco o senhor tira o foco dela e joga para o Leandro Lima (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente*). O senhor é desconexo quando fala, é nesse sentido.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu acho que não tem desconexão. Acho que o senhor tem que só entender os depoimentos no sentido de que nós temos aí, no domingo, aquele primeiro depoimento que foi feito ao Gaeco, na terça-feira nós tivemos complementos. Complementos com novas informações, agora daí a dizer que é desconexo, eu discordo do senhor, não houve desconexão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O que eu quero di...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Até porque se o senhor me disser... A Márcia teve quatro depoimentos no Gaeco, elas foram desconexas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É que a Márcia... Bom, eu vou chegar ali.

Outro caso que ficou um pouco confuso e nebuloso é o caso do Leandro, que o senhor reconhece ele numa foto, disse que... o Leandro é o advogado que aqui esteve, e de repente a Márcia fala que não, quem esteve ali é o Estevo, é um outro Leandro. Aí o senhor disse não, mas... o senhor tinha alguma ligação com Leandro...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

Fls. 482
PROCURADORIA PÁG. 2127
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2143 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Qual a sua ligação com ele?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Nenhuma, nenhuma ligação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Nenhuma ligação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não o conheceu?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Nunca conversou com ele?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Posso lhe mostrar um material? Senhor Presidente, por gentileza.

(*Apresenta uma mensagem de áudio do depoente para o senhor Leandro.*)

É a sua voz.

Eu tive acesso ao próprio celular do Leandro. O senhor não tinha nenhum contato com ele?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Em princípio é a sua voz, é o senhor conversando com ele.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não tenho contato com o Leandro, Deputado.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, é...

O senhor sempre conduziu com mãos de ferro, então o senhor não assume responsabilidade no caso desse pagamento antecipado, porque é muito grave, Secretário Helton. O senhor é ex-Secretário, mas não houve precedentes nisso. Um pagamento adiantado para 33 milhões para uma empresa fantasma, que não existia, ou seja, o que esta CPI apura aqui é chegar ao responsável. Foi o senhor, foi o Douglas, foi o Moisés, quem autorizou isso? Porque o senhor culpa terceiros e esse terceiros tem nome, tem alguém que o senhor poderia dizer assim: não, esse camarada foi o responsável. A preocupação da população, a maior pressão é que a CPI acabe em pizza, ou seja, todos se livrem. E aqui todos são desmemorizados. A Márcia sabe demais, o senhor sabe de menos.

A quem o senhor atribui essa responsabilidade? Mesmo o senhor sendo Secretário... Como o Kennedy falou, que a população... acredito, foi uma vergonha o que fizeram com dinheiro público. E agora o que o senhor tem a dizer? Quem foi o grande culpado desses 33 milhões que se esvaíram, que se não fosse o Deputado Bruno pedir na Justiça para tentar reaver esse valor... Em nenhum momento o senhor procurou a Procuradoria-Geral do Estado, quem foi o grande culpado nesse processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Procurei, procurei, Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, foi uma ação popular, foi uma ação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor diz que eu não procurei a Procuradoria?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O Procurador, ao menos aqui, veio aqui e disse que também não sabia nada, que não conhecia nada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Controlador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Procurador-Geral do Estado. O?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O Controlador teve aqui.

PROCURADORIA PÁG. 2128
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2144 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O Controlador, perdão.

(*O advogado Noel Baratieri manifesta-se fora do microfone.*)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas aqui esteve e disse que nada sabia.

O senhor pode responder e esclarecer, porque fica nebuloso. O senhor até me desculpe por eu estar sendo mais incisivo, mas é que ficou uma situação... é como se caminhasse em meio a névoas, não há informação. O senhor é desmemorizado, não conhece, não sabe...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, nós não somos desmemorizados. Então, é só pra gente deixar bem claro, nós temos um processo legal que foi realizado, e o senhor, se tiver... é... se o senhor folhear esses processos o senhor vai verificar quem autorizou, quando autorizou, quem inseriu, quem mandou pra pagamento. Só que nós temos uma necessidade de que tenha sido o Secretário, e o Secretário não autorizou pagamento antecipado. Eu não autorizaria pagamento antecipado em hipótese alguma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — A seu ver, quem autorizou isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ela... não sei, tem que perguntar pra Márcia quem autorizou. Eu não fui, eu tenho certeza absoluta e lhe digo o segui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas, Coronel, ela é uma funcionária de quarto escalão.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E lhe digo... Não, ela é de segundo escalão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tá, mas que seja.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – E lhe digo de certeza, se ela tivesse feito uma pequena consulta, ela receberia como resposta não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não pesquisou no Google a empresa?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não é competência minha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor, sendo Secretário, autoriza um pagamento de R$ 33 milhões?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Eu não autorizei pagamento. Eu autorizei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas ou seja...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, é que é assim, ó, é que a gente tem que parar com esse jogo de palavras (*o advogado Noel Baratieri manifesta-se fora do microfone.*), né, eu não autorizei pagamento, eu autorizei fornecimento. Quando a gente começa a dizer que autorizei pagamento, parece que eu mandei pagar e eu não mandei pagar.

(*O advogado Noel Baratieri pede a palavra.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Se o Presidente me permitir... o senhor... é... foi isento, foi isentão, o famoso isentão, ou seja, o senhor é Secretário...

(*O advogado Noel Baratieri pede a palavra.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado, se atenha à pergunta.

(*O advogado Noel Baratieri manifesta-se fora do microfone: "É, senão vamos perder o..."*)

PROCURADORIA PÁG. 2129
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2145 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas é que é estranho. O senhor é Secretário, é um momento em que o nome do Estado é jogado na lama, é um esquema estranho, nebuloso, e aqui ninguém sabe nada, senhor Presidente. É difícil, eles esquivam, eles vêm para cá cheios de argumentos, não esclarecem nada. Para mim fica a ponte que liga o nada a lugar nenhum, porque ninguém sabe, quem foi? Foi o Secretário Douglas, ele não comenta; (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente*) foi o Governador? De quem veio? É dinheiro público, é dinheiro que se esvaiu.

Enfim, a Márcia sabe demais, o Secretário sabe de menos, então só tem uma solução, é esperarmos a acareação, botar um na frente do outro para saber quem está mentindo, senhor Presidente. Eu vou fazer igual ao João Amin, não tenho o que falar, as perguntas são... se esquivam, não respondem, (*o advogado Noel Baratieri pede a palavra*) então esperar a acareação e botar um na frente do outro e ver quem está mentindo, porque a Márcia sabe demais, ele de menos.

É uma vergonha, isso para mim é cuspir na cara do catarinense, do contribuinte.

Vou me dar por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o senhor defensor.

O SR. NOEL BARATIERI – Presidente, então só uma questão de ordem, Presidente, com todo o respeito, mas assim, nos próximos que o senhor não permita que venha com algum tipo de ofensa, grosseria, entende, Presidente? Porque o meu cliente aqui está aqui coração aberto, pra mostrar tudo com base em documento, tudo, celular tá no Gaeco, na Deic, tudo, nós não temos uma vírgula a esconder, nós vamos responder por aquilo que... que ele assinou e nada mais.

Agora, esse nível de ofensa não é... não é digno do nosso Parlamento catarinense.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, pela ordem.

Eu acho que, como Parlamentar, o poder que nos é dado aqui é parlar, é falar e é expressar o sentimento do povo catarinense que quer respostas, quando um Secretário de Saúde, empoderado pelo Governador, tem a caneta poderosa na mão, participa de um processo... Agora é claro que ninguém é culpado, todo mundo inocente, todo mundo bom samaritano, de repente esses 33 milhões se esvaíram. Acho que o mínimo que a gente pode fazer aqui é questionar quem foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

Para a conclusão, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, eu acho que estou aqui no meu direito, dentro da CPI, de esclarecer os fatos, queria saber sobre esse pagamento antecipado, que é uma coisa muito simples, foi adiantado a uma empresa, ou seja, ou eles são tremendamente incompetentes ou, volto a falar, ou teve... tem algo a mais aí, tem fumaça e tem fogo.

Então, concluo a minha fala, vou esperar a acareação para que um seja colocado na frente do outro, acho que só assim a gente vai poder ter respostas mais claras para saber quem realmente está sendo omisso, está escondendo algo.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, terminada a rodada de perguntas, só tenho duas observações para fazer, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Fique à vontade, ainda tenho minhas perguntas para fazer.

Fls. 1485
PROCURADORIA PÁG. 2130
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2146 RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o senhor quiser que eu faça depois de?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, pode ficar à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com relação ao pagamento do Samu, o senhor disse que foi pressionado para pagar a dívida, renegociar o valor do Samu. Foi feito o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nada?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor falou também da Débora Brum, o senhor falou várias vezes aqui no depoimento da Débora Brum da Deic?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, Gaeco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor poderia explicar isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Depoimento no Gaeco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, ela deu depoimento no Gaeco?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor teve conhecimento desse depoimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por onde o senhor teve conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O meu advogado tem acesso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, o senhor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pelo teor do processo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele que passou as informações para o senhor?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor fala de acordo com informações que ele passou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, eu falo de acordo com o vídeo, o vídeo da gravação do depoimento dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, então o senhor assistiu ao vídeo e fala por ela pelo vídeo?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não falo por ela pelo vídeo. Digo que está no depoimento dela. Os senhores podem conferir ou convocá-la pra vir aqui falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Às vezes o Secretário Helton acha que está no quartel ainda, né, fala com os soldados...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, mas é que é uma lógica, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acha que fala com os soldados.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, não, não, senhor.

PROCURADORIA PÁG. 2131
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA FLS. 2141 RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não fala mais com soldados.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ninguém está falando com soldado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não é mais... O senhor não está no quartel, que fala com os seus soldados o que o senhor quer.

Eu perguntei para o senhor o seguinte: o senhor ouviu os vídeos da Débora Brum?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É por isso que o senhor fez essas acusa... confissões aqui?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem, é isso.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Concluindo.

Senhor Helton, vou tentar ser o mais breve possível aqui, montar uma linha de raciocínio. Até porque diligentemente escutei cada um dos meus Colegas, escutei o senhor falando. De antemão já quero dizer, até o defensor do senhor tem conhecimento, é normal cada um de nós aqui ter mais de 60, 70, 80, às vezes 120 mil seguidores nas nossas redes que canalizam nessas pessoas que estão aqui na frente de vocês todas as suas dúvidas, todos os seus questionamentos. E todas essas pessoas são contribuintes e elas têm uma preocupação muito grande com aquilo que foi feito com o dinheiro delas. E nós, aqui, essa é a caixa de ressonância da sociedade catarinense, nós somos a voz da sociedade. Então que fique bem claro isso, até porque que muitas vezes nós recebemos essas informações de forma muito forte, todas elas.

Mas para a gente manter a linha da minha pergunta.

Senhor Helton, a gente trabalha uma vida inteira, principalmente da origem do senhor ali, trabalhando na confiança da delegação de funções (*o depoente faz que sim com a cabeça*). Muitas vezes a gente vai descer uma cordada e a gente vai utilizar aquele cabo ali na certeza de que três pessoas verificaram a ancoragem dele e a gente desce despreocupado, porque sabe que alguém verificou aquilo. E eu tenho certeza que o senhor deve ter assumido a sua Secretaria na certeza de que aquelas pessoas para as quais foram delegadas funções, para cada uma delas, iriam executar da melhor forma possível. Isso também parte do governo do Estado, ele acredita que o Secretário está fazendo o serviço dele da melhor forma possível e que muitas vezes isso... é um exercício de confiança, que a gente traz de um local de trabalho onde nós fomos acostumados e leva para outro.

Se formos olhar todos os depoimentos que nós ouvimos até hoje aqui, inclusive, o de muita importância, o depoimento da Márcia, é que houve, fica bem claro que o ex-Chefe da Casa Civil, Douglas Borba, acompanhado, de braços dados com o Leandro... Douglas Borba e Leandro de Barros, eles perambularam por quatro tentativas de contratação, aliás, de compra, nenhuma delas apresentou êxito, foi exitosa, nenhuma delas eles conseguiram celebrar um contrato de forma que correspondesse à expectativa do catarinense, como eu disse, essas milhões de pessoas que nos cobram diariamente. E também tem as ligações de uma pressão do Douglas Borba em cima da Márcia...

Então nós vamos lá, Douglas Borba, Leandro, quatro tentativas, nenhum acerto, pressão em cima da Márcia, e do envolvimento direto de amizade, porque aqui a Márcia foi bastante solidária quando se referiu à Débora Brum, como amiga.

(*O depoente faz que sim com a cabeça.*)

Nós sabemos que no triângulo de um crime precisa de três peças fundamentais: a primeira delas é a vítima, a segunda é o criminoso e a terceira é a situação. A situação foi uma projeção, mesmo que falha, de que hoje nós teríamos centenas de mortos pelas

Fls. 1487
PROCURADORIA PÁG. 2132
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2148 RUBRICA

calçadas. Então foi criada uma situação. Para que haja um crime é preciso essas três coisas: uma vítima, uma situação e o criminoso em si mesmo.

Aproveitando-se dessa situação e na confiança de que o senhor acreditaria que aquelas pessoas estariam fazendo o papel delas da melhor forma possível, cumprindo a missão delas lá, que a Márcia teria a responsabilidade dela, com a intervenção do Leandro e do Douglas aqui, é impossível de se acreditar que não havia uma espécie de associação entre essas pessoas aqui. Porque nas quatro situações, bate lá na Márcia, volta, volta no Douglas, alguém comunica; de duas das compras ali, em determinado momento, não foi falado: olha, isso aqui não vai dar certo mesmo. Houve uma intervenção de quem soube, tomou conhecimento do andamento da compra e no final das contas nós conseguimos celebrar uma (*ininteligível*). A que chegou mais longe foi a compra dos respiradores, que acabou terminando com o pagamento dela mesma.

O senhor está pegando bem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, ã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Acabou com o pagamento dela mesmo ali.

O *x* da questão é que em todas essas situações, seja para a Márcia, seja para a Débora Brum, seja para o Leandro, as delegações foram que o Douglas Borba durante todo esse tempo sempre falava em nome do Governador, e isso já é uma atribuição do cargo dele, ele não precisaria nem falar assim: olha, isso foi em nome do Governador, porque se acredita que onde o Chefe da Casa Civil vá e fale, seja em nome de quem? Simplesmente do Governador. Uma vez pago isso aqui... nós temos a gravação que foi feita uma *live* em que o senhor estava à esquerda... não, o Douglas Borba estava à esquerda... o senhor estava à esquerda do Governador e o Douglas Borba à destra dele, e diz: na época nós tomamos uma medida desesperada, uma medida de desespero que foi feita essa compra. E fato... E posteriormente o próprio Douglas disse: o Governador não sabia. E o senhor mesmo disse, em data posterior a isso, disse: o Governador não sabia.

Qual a situação que nós tomamos de forma desesperada quando questionados da compra no passado, se posteriormente nem o Governador sabia e nem o senhor sabia? O senhor entendeu a minha pergunta?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – O senhor falou que eu disse que nós fizemos uma compra desesperada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, não, palavras do Governador Carlos Moisés.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Ah, do Governador. Depois da minha saí... depois da minha saída, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

Nós tomamos uma atitude de forma desesperada na época.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, depois da minha saída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Depois teve aquela história de pular para dentro de uma casa, pegar respirador e tal.

Mas, posteriormente, o próprio Douglas alegou que o Governador não sabia. Como que ele podia não saber de algo, de uma atitude que ele tomou antes? Ele, ele...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Entendi, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Como que ele adivinhou o futuro, na fala dele? Essa é a minha pergunta. Se o Governador... o senhor não responde por ele, eu sei disso, mas pelo senhor o senhor responde.

O senhor não achou estranho nenhum minuto essa intervenção do Douglas dizendo que falava pelo Governador? Uma tentativa... ele foi lá, tentou comprar uma coisa com esse Leandro, não conseguiu, tentou fazer outro negócio com o Leandro, tentou fazer um quarto

PROCURADORIA PÁG. 21/33
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2149 RÚBRICA

negócio, tentou... conseguiu fechar a terceira compra, na quarta tentativa conseguiu fazer uma compra. O senhor não falou assim: poxa vida, esse cara tá lucrando alguma coisa com isso. Porque a própria Márcia falou que aquilo era um formigueiro de pessoas oferecendo serviços lá dentro, onde tinha o gerenciamento de crise lá, que inclusive chegou um tempo que eles estavam atrapalhando o serviço, não podia mais deixar fornecedor entrar lá dentro.

Não fica explícito que alguém quer ganhar dinheiro com isso mesmo? O senhor não falou assim: puxa vida, vamos meter o pé no freio aqui um pouquinho. Até porque eu, de verdade, acredito mesmo que ou essas pessoas estão intrinsecamente ligadas nisso, Márcia, Débora Brum, Douglas, Leandro. Eu acredito que há, porque não pode não haver uma junção dessas pessoas, não tem como desentranhar uma da outra ali nessa história.

Em algum momento o senhor acha que eles não exercitaram esse excesso de confiança que o senhor tinha na sua equipe para poder fazer algo que seja ilícito e que isso foi intencional?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E que não existe um sem querer com isso?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Deputado, eu acho que... é... a questão da confiança ela faz parte do processo, inclusive da delegação, né, os cargos são cargos de confiança. É... com relação a essa ligação entre essas... as pessoas é... eu não posso afirmar nem que sim, nem que não, é possível, é possível.

Com relação à Casa Civil, em falar em nome do Governador, em ter se dirigido à Márcia desse formato, eu diria que é bem possível que isso tenha acontecido, justamente pela, pela forma de, de fala do Secretário Douglas e que isso possa ter sido, enfim, interpretado como... é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Uma determinação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Salvo-conduto, enfim, uma determinação ou coisa que o valha.

Agora, realmente, nós temos no processo aí de uma... de uma Secretaria do tamanho da Secretaria de Estado da Saúde, delegações que são baseadas em confiança, isso faz parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque se o Douglas entrasse no gabinete do senhor e falasse assim: Secretário, o Governador está aqui na sala ao lado, está te chamando. O senhor não ia falar assim: eu quero uma prova disso, porque é o Chefe da Casa Civil que está dizendo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Chefe da Casa civil chega e fala...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Na verdade, o que nós temos que interpretar é... uma coisa é falar de Secretário pra Secretário, outra coisa é de falar de Secretário prum segundo escalão, prum terceiro escalão, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – São coisas, são coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Bom: eu estou falando aqui pelo Governador...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...seria fácil para a Márcia chegar e falar: Débora, assina. Não seria?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, é possível, é possível.

Fls. 1489
PROCURADORIA PÁG. 2134
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2150 RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria isso, senhor.

Eu vou disponibilizar para o senhor alguns minutos para que o senhor faça as suas considerações finais, conforme tinha comentado no começo da nossa fala, porque é justo que seja feito.

O senhor fique à vontade, por tempo indeterminado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, senhores, eu vou ser breve também até pelo adiantado da hora, mas eu gostaria só de deixar registrado algumas afirmações que já foram feitas aqui nesta CPI e que nós precisamos, inclusive, que elas sejam esclarecidas.

Bom, é... o diretor de Licitações e Contratos, Carlos Campos Maia, afirmou aqui que o Coes chamou para ele a questão da, do, da coleta de orçamentos e que somente encaminhava os processos para serem finalizados na Diretoria de Licitações e Contratos. Isso não é uma verdade, em momento algum nós tínhamos qualquer tipo de documento do Coes que alterou a organização do processo administrativo da Secretaria de Estado da Saúde, né? Os setores continuaram fazendo as suas atividades tanto quanto faziam antes do processo de enfrentamento. Então, ou seja, quando se fala em compras nós estamos falando da Superintendência de Gestão Administrativa.

É... uma outra fala que ele fez aqui é com relação é... aí ele desconheceu a origem dos orçamentos, eu acho que é importante os senhores aprimorarem, inclusive a própria questão em cima do processo que é público, pois foi ele que fez a inserção de um orçamento no dia 29 de março; ele fez a inserção do segundo orçamento da empresa MMJS. Ah... ele diz ou ele afirma aqui que a autorização dos pagamentos foi feitos pelo Secretário e pela Secretária Adjunto, ele afirmou isso aqui na fala dele. Então que ele indique quando isso aconteceu, quem estava presente, que... nesta autorização de pagamento.

É... Outra coisa que ele coloca aqui, e eu já havia colocado, mas repito, quando se toma conhecimento de algum erro de processo administrativo, nós enquanto servidores públicos temos que comunicar a quem de direito. É... Temos alguns órgãos de controle dentro da Secretaria de Estado, dentro da estrutura de governo, é... e uma coisa que é muito clara pra todos nós: uma ordem, quando ela é absurda, ela não deve ser cumprida e deve se comunicar a quem de direito. Então ele sempre disse ou ele afirmou aqui que estava recebendo ordens. Então, é importante a gente esclarecer de quem ele recebia estas ordens.

Outro fato que é importante nós esclarecermos também por parte da própria DLIC. Por que esse processo não foi publicado em Diário Oficial do Estado? Competência de publicação é da DLIC, não é do gabinete, não é da Márcia, mas é daquela estrutura chamada Diretoria de Licitações e Contratos. A DL 754 não foi publicado no Diário Oficial do Estado.

É... Temos mais uma, um outro fato aqui que precisa ser esclarecido. Nós temos um parecer que foi apensado ao processo, o Parecer 711 da consultoria... da assessoria jurídica da própria DLIC onde a conclusão desse parecer ela implica ou imputa pra própria empresa Meigave... Meigave... Veigamed, desculpa, aplicação de multa por descumprimento de contrato e a suspensão é... de possibilidade de venda pública. Esse processo ele encontra-se, ou ele encontrava-se na DLIC e nada foi feito, considerando que a DLIC é o órgão da estrutura da Secretaria de Estado que deve fazer as notificações e aplicação das penalidades.

Outra coisa que eu gostaria de esclarecer a todos os senhores e aqueles que nos ouvem, é... ele colocou aqui que a Márcia se tornou uma secretária executiva. A Márcia era uma das três superintendentes da Secretaria de Estado, nós tínhamos mais duas mulheres que são superintendentes na Secretaria, é... que tinham poderes delegados, sim, todas têm, e todas têm autonomia para realizar as suas tarefas e coordenar suas equipes. Então ela não se

Fls. 490
PROCURADORIA PÁG. 24/35
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 251 RUBRICA

tornou uma secretária executiva porque simplesmente ela passou a trabalhar é... no Centro de Operações de Emergência em Saúde.

Bom, é... E só pra finalizar, eu gostaria de destacar a todos os senhores que o maior interessado em esclarecer todos esses fatos é... esse que vos fala. Nós temos aí uma série de imputações que estão sendo feitas é... à minha pessoa com relação à autorização de pagamento, com relação a processos que foram feitos de forma equivocada, e que nós temos que esclarecer esses fatos, sim, pra que as pessoas que tenham responsabilidade, e eu não estou me eximindo de responsabilidade em momento algum, mas que todos aqueles que tenham responsabilidade sejam identificados e que a sua responsabilidade seja cobrada pelos atos que foram praticados dentro do processo. Esta é uma necessidade de que eu tenho, justamente para que nós tenhamos aí o esclarecimento para toda a população e que não se fique somente na ideia ou no ideário de que quem fez foi fulano, quem fez foi beltrano, e nós temos que trabalhar em cima daquilo que nós temos levantados, através do processo, através dos próprios instrumentos que foram coletados nas casas, telefones celulares, enfim, nós temos uma série de processo de comunicação ou meios de comunicação que foram coletados, e que seja feito a conferência desses processos pra que nós possamos chegar finalmente à verdade dos fatos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário é... Coronel Helton, antes de o senhor ir embora, queria dizer que nós vamos preparar um voto, né, nós somos aqui um tribunal político, nós vamos preparar um voto e nós vamos julgar se o senhor assinou ou não assinou, se o senhor deu a ordem para pagamento ou não deu, se o raciocínio do Deputado Kennedy Nunes é lógico ou não é.

O senhor pode ter certeza que nós vamos fazer isso com a maior imparcialidade possível, né? O senhor julga que não deu a ordem, mas o... a CPI vai observar todos os detalhes. Nós vamos emitir um parecer coletiva com relação a essa posição.

Obrigado pela oportunidade de conversar com o senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Obrigado.

O SR. PRSIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Essa Presidência também agradece. Os senhores estão dispensados.

Boa noite para os senhores.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Boa noite.

(*O senhor Helton de Souza Zeferino e seus advogados deixam o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esta Presidência suspende por cinco minutos a sessão.

(*Estão suspensos os trabalhos. Pausa.*)

Reabrimos os trabalhos da CPI.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o próximo e último depoente.

(*O depoente Douglas Borba adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom dia.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputados, tudo bem?

Posso tirar, Presidente? (*Refere-se à máscara que está usando.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ficar à vontade.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado.

1491
PROCURADORIA PÁG. 2136
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2152 RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Douglas Borba, seja bem-vindo a nossa CPI.

O senhor sabe por que foi convidado a fazer parte hoje, a estar presente nesta reunião?

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim, pra tratar da compra dos respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. DOUGLAS BORBA – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando ao senhor que o senhor tem o direito de permanecer calado, mas é necessário que o senhor expresse esse direito, porque o silêncio não é indicativo de resposta. É só dizer: prefiro permanecer calado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, peço que o senhor fale o seu nome completo, idade, profissão, lugar onde exerce a sua atividade, local de nascimento e seu endereço – o mais próximo possível do microfone para que ela possa fazer o registro.

O SR. DOUGLAS BORBA – Douglas Borba, brasileiro, casado, advogado, residente à rua Bento Francisco, 1.260, em Biguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O endereço em Biguaçu?

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O endereço?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bento Francisco, 1.260, Biguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – 1.260, Biguaçu.

O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. DOUGLAS BORBA – Estou acompanhado do doutor Giancarlo Castelan e doutor Paulo Schmitt.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se eles quiserem ficar aqui, ao seu lado...

(*Os advogados declinam e permanecem onde se encontram, na plenária.*)

Mas eu preciso que os senhor acessem ao microfone para falar o nome completo do senhor, a OAB e a UF da OAB.

O SR. GIANCARLO CASTELAN - Primeiro lugar, o meu respeitoso boa-noite a todos os senhores e à assistência. É Giancarlo Castelan, OAB 7082.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado. O próximo.

O SR. PAULO CÉSAR SCHMITT – Boa noite, excelências. Meu nome é Paulo César Schmitt, OAB 25.638.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas, permite chamar assim, doutor Douglas, Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBAS – Por favor, Deputado. Douglas, como o senhor desejar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo.

É... Boa noite, obrigado por ter esperado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Boa noite.

Fls. 142
PROCURADORIA PÁG. 2137
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2153 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor cumpre um papel importante aqui de a gente compreender o que aconteceu nessa compra dos respiradores. E, também, vou dizer para o senhor o que disse pros outros, pros demais: de que o fato de o senhor ter sido Chefe da Casa Civil pode nos ajudar também a construir bloqueios, né, legislativos, procedimentos administrativos, para que a gente não passe mais por problemas iguais a esse.

O SR. DOUGLAS BORBA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então eu gostaria muito que o senhor colaborasse e também é uma oportunidade que o senhor tem de falar com os catarinenses, falar com a Assembleia e colocar a sua versão dos fatos. Acho que o senhor... acho que é uma grande oportunidade que o senhor tem de falar com os catarinenses.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aproveite esse momento, não é, para falar conosco e explicar isso aí.

Secretário Helton... Secretário Douglas, o Ministério Público de Santa Catarina entrou com um pedido de prisão preventiva contra o senhor.

O SR. DOUGLAS BORBA – Temporária, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Temporária, temporária.

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o senhor acha que o Ministério Público fez isso? Por que o Ministério pediu... Vários Secretários aqui em Santa Catarina e ele pediu a prisão só do senhor?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, primeiro, boa noite, senhor Presidente, boa noite, senhor Relator, todos os membros da CPI que estão aqui presencialmente, e também ao Deputado Sopelsa, que participa a distância, né, é... por estar aí em idade de risco, é... e, em especial, boa noite a todos os catarinenses que nos assistem também.

É importante dizer que faz 23 dias hoje que eu deixei a Casa Civil do governo do Estado de Santa Catarina e, neste período, é... apenas me dirigi às autoridades policiais e também ao Ministério Público, não dei nenhuma declaração à imprensa, não dei nenhuma declaração a qualquer outra pessoa que me procurou durante esse período, justamente aguardando esse momento, aguardando essa... esse chamado pela CPI por todo o respeito que tenho pelos senhores Parlamentares, pelo respeito que eu tenho à atividade parlamentar, até porque a minha origem também é atividade parlamentar lá no Município é... onde eu resido.

Então, venho aqui, certamente, senhor Deputado Ivan Naatz, hoje, pra trazer é... não diferente dos outros momentos, todas as verdades, assim como desde o meu primeiro depoimento espontâneo lá no Ministério Público, no dia 2 de maio, trazer todas as verdade dos fatos, não existem é... não existem a... versões, né, dos meus depoimentos. Todos os depoimentos que eu dei até aqui foram verdades, e não será diferente aqui na CPI. Entretanto é... trago é... mais elementos hoje, trago mais provas, inclusive, que serão juntadas é... no decorrer certamente ainda dessa semana ou da próxima semana, é... é... haja vista, né, novidades que a gente vai encontrando certamente eu posso esclarecer em primeira mão nessa CPI de hoje. E depois será, obviamente, juntada também nas investigações da autoridade é... policial e do Ministério Público.

É... acredito que o Ministério Público, quando atuou é... nesse caso da compra dos respiradores, tentou buscar é... indícios de ilegalidade, tentou buscar é... ilicitudes nesse processo, é um processo que é... venho falo... venho falando frequentemente é... com aquelas pessoas que me cercam e também é..., enfim, falando em casa mesmo que foi um processo desastroso de compra. Eu classificaria como um processo desastroso de compra por parte do governo do Estado, onde ritos não foram obedecidos, onde, onde etapas deixaram de ser é...

PROCURADORIA PÁG. 2138
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2154 RUBRICA

superadas, enfim, ou não foram superadas é... então classifico como um processo desastroso. E a partir daí tentou se buscar a origem desse processo né, e em algum momento foi citado meu nome, né, acredito que naquele momento o Ministério Público julgou necessário um pedido da prisão temporária para que fosse ouvido, enfim, né, mas também tenho conhecimento que esse pedido foi negado pela Justiça.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou dividir o meu interrogatório em duas partes. A primeira que é a relação do senhor com o advogado Leandro Barros. Depois de terminada essa fase, nós vamos falar da relação do senhor como Secretário, como Governador, a voz do governo do Estado. Certo?

Eu li o pedido de prisão temporária do senhor e nesse pedido de prisão temporária o Ministério Público faz uma relação decorrente de depoimentos que ele colheu de que o senhor teria tentado intermediar os negócios dentro da Secretaria, apresentando o advogado Leandro Barros.

Eu pergunto para o senhor: qual é a sua relação com o advogado Leandro Barros? O senhor é... qual é essa relação com ele, especificamente?

O SR. DOUGLAS BORBA – A... conheço o Leandro de Biguaçu, eu sou uma pessoa pública de Biguaçu, fui Vereador lá durante seis anos, fui Secretário Municipal durante outros quatro anos é... e conheço o Leandro de Biguaçu, né, enfim, mas... é uma... uma relação de... de colega, né... colega, ele é advogado também, enfim, a gente tem relação é... de colega, não passa disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor apresentou ele para o Governo do Estado como possível é... uma pessoa que tivesse relações para fazer as compras? É que o Leandro está envolvido nos três processos complicados. O senhor sabe disso. O hospital de campanha do Mahatma Gandhi, ele se apresentou como representante; na questão dos respiradores, e também dos EPIs. Foram três processos que ele se apresentou.

O SR. DOUGLAS BORBA – É importante a gente dividir os... os... as razões aqui, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sei, mas vamos concentrar no Leandro, vamos concentrar no Leandro.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele... O pedido de prisão preventiva do Ministério Público é sempre relacionado o senhor e o Leandro, depoimentos da Márcia, depoimentos de outras pessoas. Eu queria que o senhor visse um vídeo do que a Márcia disse, o vídeo 1, do depoimento de Douglas, o que a Márcia disse aqui.

(*Procede-se à exibição do vídeo 1 mostrando parte do depoimento prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Então, esse é o depoimento, o primeiro depoimento quando ela fala do Leandro.

O senhor, quando deu o seu primeiro depoimento na Delegacia, o Deic, não sei onde o senhor estava, o senhor não falou que conhecia o Leandro, o senhor não citou o nome dele, o senhor não falou, o senhor não disse que passou o telefone dele...

O SR. DOUGLAS BORBA – É, até porque esse fato que a servidora Márcia menciona, ela menciona a respeito dos EPIs, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, até depois...

O SR. DOUGLAS BORBA – Então, ela... esse depoimento dela não... não é relacionado aos respiradores, é relacionado aos EPIs. Nessa oportunidade, aí é importante a gente rememorar um pouquinho, voltar lá no dia é... 22 de março quando o Secretário Helton Zeferino encaminha uma mensagem no grupo de gestão de crise do governo do Estado com o seguinte teor, é... "Penso que, neste momento, a equipe do GRAC precisa dedicar boa parte do esforço para localizar fornecedores de ventiladores e monitores. Sem isso não adianta prever leitos. Estamos com muita dificuldade para adquirir." Então isso

PROCURADORIA PÁG. 2139
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2155 RUBRICA

aconteceu no dia 22 de março, está aqui uma... uma cópia do *print* (*mostra documento*) ... do grupo de WhatsApp, o grupo de gestão de crise.

Na sequência, o próprio Secretário Elton, aí em conversa privada comigo, me encaminha o contato da servidora Márcia falando o seguinte: "Contato para esclarecimentos sobre o que precisamos. Segue."

Ou seja, por que que eu trago esta prova aqui é... pra justificar o meu contato com a Márcia, né? A gente leu e eu também assisti todos os depoimentos lá no Ministério Público e na autoridade policial, em alguns momentos foi questionado por que um Secretário de Estado estaria conversando com uma servidora de segundo escalão de outra Secretaria. Isso tá muito claro que foi um pedido do próprio Secretário Elton, e não foi um pedido para o Douglas, foi um pedido para todos os membros que estavam em atividade naquele momento no grupo de gestão de crise.

E no próprio depoimento da Márcia, esse mesmo depoimento, só que um pouco mais adiante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou mostrar...

O SR. DOUGLAS BORBA - ...ela diz o seguinte, é: as propostas, os protótipos, as mensagens, as... enfim, os fornecedores vinham de tudo quanto é lugar, vinham até de Marte, ela chega a brincar em uma fase, em uma fala dela durante este depoimento.

Então, é... o que que... que nós Secretários de Estado, entenden... Secretários de Estado naquele momento entendemos, e foi feito de fato: tudo que nós recebíamos, e recebíamos uma carga enorme, diversas pessoas, de Prefeitos, de diversas pessoas mandando é... primeiro necessidades, aquilo que eles estavam necessitando e man... alguns mandando é, é... sugestões, ou opiniões, ou enfim, indicações de fornecedores. Naquele momento o Secretário Helton disse o seguinte: tudo o que chegar, pra gente criar um canal único de rece... de receber essas propostas, devem ser encaminhado para a Márcia. E ela admite isso no próprio depoimento dela, que recebia por *e-mail*, por mensagem de WhatsApp, por telefone, e aí é onde ela faz a brincadeira que "até de Marte".

Qual é o meu entender, Deputado Ivan Naatz, em relação a isso? A partir daqui receber informações sobre qualquer eventual fornecedor do Estado e não repassar à Secretaria, que tem a necessidade pra adquirir, seria uma omissão de qualquer um dos Secretários de Estado. E não foi só o Douglas que fez é... esses encaminhamentos de orçamentos, encaminhamentos de protótipos, encaminhamentos de fornecedores, enfim, foram vários Secretários de Estado listados por ela, foram também outras pessoas é...públicas listadas por ela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só mas...

O SR. DOUGLAS BORBA – Então, não há é... uma... uma questão de que o Douglas simplesmente acessou uma servidora de segundo escalão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu entendo, eu entendo... Eu quero saber...

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso era algo que naquele momento estava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu quero saber o seguinte, Douglas Borba, eu quero saber o seguinte doutor Douglas: o que levou o senhor a apresentar o Leandro Barros? O Leandro Barros esteve aqui e disse que ele não representa nenhuma empresa, que ele nunca negociou com o Estado, que ele não tem *expertise* de negócio, que ele não tem nenhuma relação, que ele nunca vendeu.

O que levou o senhor a apresentar ele para a Márcia? E ele se autotitular representante de várias empresas? Isso que eu quero que o senhor explique pra gente.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certo. Então vamos lá - por isso que eu digo que é importante a gente dividir os assuntos, já que o Leandro foi mencionado em três oportunidades, né?

PROCURADORIA PÁG. 2140
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2156 RUBRICA

Primeiro, em relação ao hospital de campanha, é importante dizer que eu não tive qualquer participação nessa seleção, ou na constituição de termo de referência, ou da qualificação de qualquer empresa relacionada ao hospital de campanha. É... tomei as devidas precauções em relação a provar isso, inclusive documentalmente, vou fazer anexar aqui nos autos da CPI o Processo SCC6887, onde o Secretário João Batista afirma isso, né, indagado é... pelo então Secretário da Casa Civil sobre hospital de campanha. Eu peço pra ele esclarecimentos dos fatos, "solicita-se que a Defesa Civil, após as devidas providências, informe se houve eventual indicação de empresas, participação ou ingerência da Casa Civil no mencionado processo administrativo com remessa de documentos, casos existentes."

Então o João me responde, o Secretário João Batista me responde dizendo que: "Em que pese a veiculação acerca da participação da Casa Civil no referido processo de contratação, encaminho o histórico de tramitação, o qual demonstra não ter processo tramitado na Casa Civil." E ainda faz um adendo: "Destaco: informo que não houve participação do Chefe da Casa Civil no processo de contratação do hospital de campanha, e destaco ainda que os orçamentos contidos no referido processo foram encaminhados diretamente pelas empresas", enfim, vou constar, vou contar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Douglas, eu... Assim, eu gostaria que o senhor respondesse...

O SR. DOUGLAS BORBA – Então do episódio...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ...a pergunta.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu quero saber por que o senhor indicou o advogado Leandro de Barros? Por que o senhor mandou aquela mensagem para a Márcia, apresentou ele como o cara que vai solucionar o problema dos respiradores?

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu fiz a indicação ou fiz o encaminhamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê?

O SR. DOUGLAS BORBA – ...dos... do senhor Leandro de Barros no dia 2 de abril para tratar especificamente da questão de EPIs.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não. Dia 22 o senhor já mandou uma mensagem apresentando ele, dia 22 ou dia 23. Dia 22...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor apresentou ele dia 22, nós temos uma mensagem.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, se buscar a mensagem, Deputado, me permita aqui corrigi-lo ou então trazer a verdade. Se mostrar a mensagem, que é comparativa, não sei se tem pra colocar, se colocar aquela mensagem ela traz um protótipo que eu encaminhei, e aí a mensagem que eu digo o seguinte: "Leandro falará com você." Ela me responde: "Já estamos em contato."

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber por que o senhor fez isso?

O SR. DOUGLAS BORBA - Porque nesse momento várias pessoas, e não foi só o Leandro, várias pessoas acessavam não só o Secretário da Casa Civil, mas a várias pessoas do governo é... buscando alternativas pra que o governo pudesse adquirir uma série de... uma série de equipamentos e insumos. A partir daí nós combinamos com o próprio Secretário Elton que deveríamos fazer todos os encaminhamentos à secretária Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu compreendi, eu compreendi.

O SR. DOUGLAS BORBA - Quando a secretária Márcia, quando a superintendente Márcia é... responde "já estamos em contato", eu sequer encaminho contato

Fls. 1496
PROCURADORIA PÁG. 2141
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2157 RÚBRICA

do Leandro pra ela, porque eu disse se já estão em contato, estão em contato independente de mim. Então não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou ajudar o senhor. Pode colocar o vídeo 2 (*fala com a sua assessoria*).

(*Procede-se à exibição do vídeo 2 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Então, o que o senhor diz disso.

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, eu digo que da mesma forma como eu passei o contato do Leandro pra dona Márcia lá no dia 2 de abril, salvo engano, que foi o dia que eu, de fato, passei o contato pra ela pra tratar de uma aquisição de EPIs, e eu acho que a gente vai chegar lá, é... eu passei o contato de outras várias empresas que entravam em contato comigo, assim como outros Secretários de Estado e outras pessoas também encaminhavam para a superintendente Márcia contato de várias pessoas.

O fato é o seguinte, o Estado estava com dificuldade de adquirir uma série de produtos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendo.

O SR. DOUGLAS BORBA – A partir dessa dificuldade quanto mais fornecedores se apresentarem ao Estado, melhores opções que o Estado vai ter de compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendo.

O SR. DOUGLAS BORBA – Agora nunca houve, Deputado-Relator, nunca houve qualquer pedido dizendo o seguinte: olha, compra deste, é... adquire este, ou faça é... determinada a ação em...em razão deste. Tanto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutor Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois não, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu não estou dizendo que teve, ninguém aqui está dizendo que teve. Nós estamos perguntando para o senhor por que o senhor indicou o Leandro de Barros.

Se o senhor não quiser responder, não responde.

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu indiquei... assim como eu fiz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque ele não era... Uma coisa é indicar, eu vou indicar um advogado, vou indicar o escritório do advogado do Ivan Naatz, vou indicar a assessoria jurídica lá do... a assessoria jornalística lá do Kennedy, vou indicar empresas de não sei quem, fulano, porque tem *expertise* para comprar bicicleta para... Aquele cara não tinha nada, ele nunca fez nada por ninguém.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado Ivan, assim, talvez eu não tenha me feito entender. Na verdade, todo... tudo que chegava a nós, nós encaminhávamos para a Márcia, o filtro não era feito por nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendi.

O SR. DOUGLAS BORBA - Nós encaminhávamos ao setor competente, que é a Superintendência de Gestão Administrativa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A mãe do...

O SR. DOUGLAS BORBA – E filtro deveria ser feito lá. Então todos que acessavam a cada um de nós do governo, nos canalizávamos na Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A mãe do Leandro de Barros trabalhava com o senhor?

O SR. DOUGLAS BORBA – A ma... a dona Ina Barros ela é uma servidora efetiva do governo do Estado há mais de quarenta anos, da Secretaria de Comunicação, e trabalha, ela trabalhava...

Fls. 1497
PROCURADORIA PÁG. 142
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2158 RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor trouxe ela para a sua equipe?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, ela continuou na Secretaria de Comunicação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ela não foi trabalhar na Secretaria de Licitações?...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, ela continua na Secretaria de Comunicação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece ela?

O SR. DOUGLAS BORBA – Conheço, mas não trabalhava no mesmo departamento que eu lá na Casa Civil, porque ela trabalhava, de fato, na Secretaria de Comunicação. Há de se ressaltar que a Secretaria de Comunicação ela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas tenho a informação que o senhor indicou ela para um cargo de confiança.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, ela... ela é uma servidora da Secretaria de Comunicação, já detinha uma determinada função de confiança lá, com a reforma administrativa, a Lei 741 aprovada nesta Casa, a Secretaria de Comunicação passou a integrar a Secretaria de Estado da Casa Civil e a partir daí ela trouxe uma gratificação de lá pra Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O senhor mora no mesmo condomínio do Leandro Barros?

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu resido, na verdade, na praia de São Miguel, na rua Bento Francisco, 1.260.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas ele disse aqui que o senhor mora no mesmo condomínio que ele.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas já morou?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não morei, na verdade eu tive um... um... uma fase...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um relacionamento?...

O SR. DOUGLAS BORBA - Uma questão familiar, não é, um problema familiar e não cheguei a residir lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o futebol? Jogam juntos lá nos Galáticos?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não, Galáticos é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Aquelas fotos que aparece o senhor com a família, com os amigos, com o Leandro?... Não... O senhor não... não é do relacionamento do Leandro Barros?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, Relator, mais uma vez eu vou dizer, Biguaçu ainda é uma cidade pequena, todos se conhecem, todos se relacionam, o lazer aos finais de semana, aos finais de semana basicamente é o futebol, os campos de futebol. Agora eu tenho o meu time de futebol, que é o, o, o Galáticos, que joga no BAC, e o Leandro joga em outro time, em outro campo. Então, não... não há qualquer relação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que ele joga até em outro time de futebol. O senhor sabe até os times de futebol que ele joga...

O SR. DOUGLAS BORBA – Mas isso é público e notório de todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Município pequeno, né? Então o senhor não sabe explicar por que indicou o Leandro?

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma vez eu vou dizer: todos que acessavam a nós de alguma maneira do Estado, nós tínhamos que dar uma destinação às pessoas que procuravam o Estado no intuito de ofertar algum produto, no intuito de vender pro Estado. A partir daí, todos, sem exceção, nós enviávamos para a Márcia.

PROCURADORIA PÁG. 2193
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2159 RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que...

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu posso afirmar pro senhor, e tenho isso no histórico de mensagens, que foram dezenas de... de pessoas, foram dezenas de pessoas, de mensagens enviadas pra Márcia é... a, a... por exemplo, a Cremer, de Blumenau, certamente o Deputado Milton Hobus conhece, a Cremer, de Blumenau, nos procurou também querendo ofertar o serviço ao Estado. Também, da mesma forma, coloquei à disposição da servidora Márcia, e outras empresas que acessavam de alguma maneira e que chegavam a mim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe...

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu dava prosseguimento através da Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe explicar por que o senhor Leandro Barros está envolvido nesses três procedimentos que deram problema?

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu não posso responder pela atividade profissional do... nem do Leandro, nem de ninguém.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Só um aparte, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É só essa questão, Douglas, como é que chegou até você, então, que o Leandro representava a Veigamed e você indicou ele pra Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA - Como é que é? Perdão, eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Foi o Leandro quem lhe procurou dizendo que ele representava uma empresa e queria...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, em momento nenhum o Leandro me procurou pergun... falando que representa a empresa ou que representa a Veigamed. E, aliás, em nenhum momento Leandro tratou de respiradores comigo, né?

O Leandro, de fato, falou sobre é... a questão dos EPIs, questão dos EPIs, que ele é... poderia ajudar na importação e, na verdade, fui eu é... que liguei pro Leandro é... nessa situação específica dos EPIs, que foi quando eu passei o contato para a servidora Márcia é... porque naquele momento dos EPIs, a gente está acabando misturando aqui, mas naquele momento dos EPIs o Estado estava é... é... em tratativas de adquirir EPIs com pagamento adiantado. Isso foi lá, salvo engando, salvo engano a gente tomou conhecimento numa reunião no dia 1° de abril. Eu fiz um alerta, inclusive tá por escrito, também faço juntada aqui na CPI, fiz um alerta de que pagamento adiantado não era algo que o governo do Estado admitia e que nós deveríamos ir atrás de outra alternativa, tal qual foi feito com a empresa Intelbras, né? Alguma empresa que se dispusesse a comprar lá pra que depois o Estado pudesse é... fazer aqui.

Então não seria um processo de compra, seria um termo de compromisso, algo assim, que já foi feito com a Intelbras. E aí nesse momento é que, de fato, eu ligo pro Leandro, porque o Leandro, ao que me consta, Deputado, ele é uma pessoa da área, pelo menos é isso que a gente ouve, enfim, que ele é uma pessoa especializada na área da saúde, enfim, então naquele momento nós passamos a fazer ligações e buscar mesmo, todos do governo passaram a buscar alternativas para que os estoques de EPI do governo fossem repostos. O Leandro foi uma das pessoas que foram apresentadas à superintendente Márcia, mas não foi a única.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor disse que...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma vez eu repito, esse julgamento, essa análise, essa escolha é... é algo que não compete a ninguém do governo senão à própria Secretaria de Estado da Saúde, né? E como todas as propostas, todos os contatos, que vinham "até de Marte", segundo a própria servidora, eram canalizados na Superintendência de Gestão Administrativa, não havia outro canal pra gente enviar senão pra lá, até por

PROCURADORIA PÁG. 2144
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2160 RÚBRICA

orientação do próprio Secretário Elton, que mandou uma mensagem no grupo dizendo: olha, quando aparecer as propostas aí, vocês encaminham pra lá.

É... é... eu... eu já assisti os quase quarenta depoimentos que existem nessa investigação aqui é, é das autoridades policiais e é... e é... é unanimidade em todos que são questionados: vem cá, recebiam muitas propostas? Chegavam muitas propostas? Muita gente procurava? E é unânime, de todos, de todos que foram ouvidos: olha, chegavam muitas propostas. O que você fazia com as propostas? Canalizava na Superintendência de Gestão Administrativa, e foi isso que eu fiz. Canalizei lá.

Agora, o processo de escolha, o processo de análise, o processo de pagamento e todo esse processo, é um processo que eu desconheço, é um processo decorrente próprio da Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que tinha proposta de...

(*O Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone pedindo para falar.*)

Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de entender uma coisa. O Deputado Ivan te faz uma pergunta clara: por que você indicou o Leandro?

Você, por diversas vezes, responde que você não usava filtro e passava pra Márcia todas as indicações. Aí, logo, eu imagino que o Leandro, se for isso, o Leandro te faz alguma proposta e tu passa pra Márcia, que daí justificaria a tua resposta ao Deputado Ivan dizendo que não indicou o Leandro com algo específico e, sim, só repassou.

Mas, agora, você diz aqui para o Deputado Fabiano que não, que pediu a ajuda pro Leandro em relação aos EPIs.

O SR. DOUGLAS BORBA – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só quero saber onde é que está a verdade aí?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, a verdade são as... as... as duas são verdades. O Leandro vinha em contato comigo, na verdade me procurou já lá no começo é... lá no dia 20, 21, 22, não lembro, e foi naquele momento que eu... que eu canalizei pra Márcia, né, e a Márcia disse: nós já estamos em contato. Ela já estava em contato com o Leandro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas por que tu indicaste o Leandro então?

O SR. DOUGLAS BORBA – Porque era mais um que chegava, eu dizia: olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas o que o Leandro pediu?

O SR. DOUGLAS BORBA - O Leandro disse que poderia fornecer para a Secretaria da Saúde. Aí, enfim, passei o... passei o, o contato e aí o contato foi feito lá, né? Não houve...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que recebia propostas de todos... todos... vinha proposta "até de Marte", né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Essa aí é a fala da superintendente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho uma fala do senhor aqui, e queria que o senhor esclarecesse a CPI.

Poderiam colocar o vídeo 5? O que o senhor disse no depoimento que o senhor deu.

(*Procede-se à exibição do vídeo 5 mostrando parte do depoimento já prestado pelo senhor Douglas Borba.*)

O senhor disse que vinha proposta de Deputado. Qual Deputado? Como é que é, o que é isso aí?

1500
PROCURADORIA PÁG. 2145
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2161 RUBRICA

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade como eu disse, chegava... certamente os telefones dos próprios Deputados as pessoas também acessava e encaminhavam pra algum... pra algum lugar, né? E, de fato, algumas mensagens chegaram pra mim dizendo o seguinte: ó, se precisar de tal coisa, tem isso aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que Deputado?

O SR. DOUGLAS BORBA – É... Bom, eu posso resgatar isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não. Que Deputado? O senhor sabe quem é, o senhor vive nesta Assembleia. O senhor sabe. O senhor circula em todos os Deputados, o senhor sabe quem é o Deputado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é o segundo que chega aqui e diz que não sabe qual é o deputado.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, mas era uma prática... Eu não posso agora afirmar sem conferir, Deputado Ivan Naatz. Eu não vou ser leviano e, de repente, posso... posso incorrer em injustiça, né? Posso incorrer em injustiça. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário da Casa Civil, o senhor sabe o Deputado, não fui eu, não foi o Amin, não foi..., não foi nenhum de nós aqui. Quem foi o Deputado?

O senhor está pro... A outra pessoa chegou aqui, não disse o Deputado, disse que não sabia, tinha Deputado esperando lá embaixo pra abraçar.

O senhor está sob juramento.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, eu estou sob juramento, por isso mesmo eu não quero cometer injustiças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas eu acho o seguinte, o senhor chegou lá na... assim, chegou lá na Delegacia, olha, teve pressão de todo mundo, teve pressão até de Deputado. E aí o senhor não sabe quem é?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não, não falei em pressão, Deputado, não houve pressão, Deputado. Eu acho que a minha fala ali é muito clara, as mensagens eram encaminhadas de tudo quanto é lugar, e isso é verdade, as mensagens vinham...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Coloca de novo para nós ouvir, para os Deputados ouvirem.

O SR. DOUGLAS BORBA – Vamos ouvir de novo.

(*Procede-se à exibição do vídeo 5 mostrando parte do depoimento já prestado pelo senhor Douglas Borba.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Oh, se viesse aqui...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma vez eu vou tentar esclarecer, Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Oh, se viesse aqui, se viesse aqui o Secretário da Agricultura, sentasse aqui e dissesse: ah, eu não lembro o nome daquele Deputado. Eu ia acreditar, entende? Mas o senhor vive na Assembleia.

O SR. DOUGLAS BORBA - Deputado Ivan, eu não quero cometer injustiça e ser leviano aqui. Eram muitas mensagens vindas de muitos lugares. Todas essas mensagens recebidas não só por mim, mas por outros membros do governo do Estado eram canalizados apenas num local, a pedido do Secretário Helton nós enviávamos para a superintendente de Gestão Administrativa, que é a... que era a Márcia é... Pauli ou Paulin, enfim.

Então, todas as mensagens sem filtro, aliás, no dia 24 de é... no dia 24 de março eu faço esse alerta inclusive à servidora, preocupado com o montante de mensagens que eu apenas encaminhava, muitas delas eu nem via, porque era... Chegava é... teste Covid, chegava tudo no celular, eu mandava pra ela a pedido do Helton, e cheguei a mencionar pra ela o seguinte: É... Márcia... 24 (*folheia alguns papéis*). O dia que eu passei o contato do

PROCURADORIA PÁG. 2146
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2162 RÚBRICA

dono da Cremer, de Blumenau, é... que queria ajudar no abastecimento de materiais e medicamentos para o Estado e tal, eu disse: Márcia, não estou filtrando. Mando tudo que recebo. Vocês depuram. E ela me responde: Perfeito.

Os senhores querem um alerta mais claro do que esse, mais específico do que esse? Vou repetir: Márcia, não estou filtrando. Mando tudo que recebo. Vocês depuram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu fico triste que o senhor queira proteger o nome de alguém...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não é prote...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...porque daí o senhor coloca toda a Assembleia em xeque.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não é isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu fico muito triste, é triste isso, que o senhor queira excluir o nome de alguém e coloque todos os demais Deputados envolvidos. Mas é uma decisão sua, se nós descobrirmos quem foi e só o senhor sabe quem foi, o senhor vai responder, o senhor sabe disso.

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu estou, eu estou pedinte, posso consultar o meu celular pra trazer em outro momento, oportunidade. Tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Interessante, o senhor teve a mesma desculpa que a Márcia.

Douglas, o senhor disse que o dia 27/3 o senhor pediu para a Controladoria acompanhar as compras da Secretaria da Saúde. O senhor confirma isso? O senhor disse num depoimento que o senhor teria pedido para a Controladoria acompanhar as compras da Secretaria da Saúde. O senhor confirma?

O SR. DOUGLAS BORBA – É, mais uma vez a gente vai ter que... Deputado me permite, a gente vai ter que contextualizar a situação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro. O senhor pediu... Então vou melhorar a pergunta.

O senhor pediu para a Controladoria acompanhar as compras na Secretaria da Saúde?

O SR. DOUGLAS BORBA - Esse pedido foi... é... foi enfatizado em alguns momentos, tá? É, lá no início já, lá no dia... é 12 de março nós editamos o primeiro decreto. Certo? O primeiro decreto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA - E lá no dia 17 de março nós declaramos a... a situação de emergência em Santa Catarina. Era muito clara a, a, a... era muito clara a orientação a todos os Secretários, em especial àqueles que fossem necessitar fazer dispensa de licitação é... que acessassem tanto a CGE quanto a SIG para se precaverem, né, nos processos licitatórios. Isso era é, é, é exposto muito claramente em colegiado. Perfeito?

Até porque lá naquele decreto de 12 de março, que é o primeiro, ele coloca no artigo 4º uma previsão que "Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a SES deverá observar as hipóteses previstas nos arts. 24 e 25 da Lei n. 8.666 (...)." Ou seja, esse decreto foi assinado pelo Governador obviamente, por mim e pelo Helton, determinando o modelo de dispensa de licitação que poderia ser feito, atendendo à Lei n. 8.666. Certo?

A partir dali, Deputado, sim, a gente fez pedidos pra que todos o secretariado que fosse utilizar das dispensas licitações fizessem... fossem acompanhados da Secretaria de Integridade e Governança e, também, é... da Secretaria, da Controladoria-Geral do Estado. É...acontece que... é... durante esse processo, e aí até pra... pra rememorar aqui na questão cronológica, pra ficar bem didático a todos nós, é... lá no dia 18 de março de 2020 foi criado o grupo de gestão de crise, perfeito, nesse... e a partir do dia 18 de março, lá no dia 22 de

PROCURADORIA PÁG. 2147
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2163 RUBRICA

março nós, e aí partiu de uma conversa minha com a... a servidora Márcia, que foi o meu primeiro contato na verdade com a servidora Márcia, quando o Elton me passou o contato dela pra eu entender que demandas eram essa, como é que ia funcionar pra colocar o colegiado todo a par de como poderíamos ajudar nessa situação excepcional, a servidora Márcia pede, naquela ligação, é... auxílio, auxílio dos órgãos de controle, tanto internos quanto externos.

E aí eu vou fazer... juntar aqui também oportunamente é... a transcrição dos áudios trocados comigo e com a Márcia, né, mas, por exemplo, o áudio das dez e cinquenta e seis diz o seguinte: "Márcia, falei com o Governador Moisés agora, ele está fazendo contato com o presidente Adircélio e também com o doutor Fernando Comin, TCE e MP. Além deles, também o Procon. A gente vai solicitar uma pessoa de cada órgão desses aí como medida preventiva nesses processos de compra e também que nos auxilie, não só na questão mercadológica de preço e tudo mais, mas também na questão de preço de empresas que estejam praticando abuso.

A partir daí nós solicitamos que fossem integradas é... aos órgãos externos a CGE e a SIG, e foi montado um grupo de WhatsApp, acho que todos os senhores já têm conhecimento, a partir do vi... do dia 24 de março, com esse fim é... específico, Deputado, que o senhor me questionou. Com o fim específico de acompanhar as compras do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque é assim, Douglas, é assim...

O SR. DOUGLAS BORBA - É lógico que a gente não pode... é lógico que a gente não pode creditar aos órgãos externos isso, mas havia, sim, uma orientação dos órgãos internos da CGE e da SIG de acompanhar todos os processos de compra do governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Controlador esteve aqui, o Luiz Felipe esteve aqui e disse que não acompanhou nada, que ele só entrou no processo no final de abril. Ele disse que não recebeu nenhuma instrução. O Helton Zeferino esteve aqui e disse que ninguém instruiu nada. A Márcia Pauli disse que pediu ajuda e ninguém ajudou. Por que isso aconteceu?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, então vamos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor disse que entrou...

O SR. DOUGLAS BORBA - Vamos mostrar os fatos então, né, mais do que dizer, vamos mostrar os... os fatos aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque o senhor é o maestro, né? O senhor é o Secretário da Casa Civil e o senhor é o maestro do processo.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não necessariamente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas é... Era pra ser, pelo menos, né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não necessariamente, né? Não necessariamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor não foi...

O SR. DOUGLAS BORBA – Na verdade assim, Deputado, o que houve em relação a isso.

A Márcia pediu ajuda lá no dia 22, o Governador fez contato com o Presidente do TCE, fez contato com o chefe do Ministério Público, a partir daí houve uma conversa comigo e com o Secretário Tasca para o Secretário Tasca liderar esse... essa questão consultiva é... de compras. E nesse grupo de WhatsApp que foi criado já pra questão das compras lá no dia 23 de março é... 24 de março, perdão, a CGE estava no grupo. Ou seja, ela já participava lá no dia 24 de março das aquisições.

PROCURADORIA PÁG. 2148
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2164 RUBRICA

E tem mais um fato ainda. A SIG, no dia 25 março, faz contato comigo dizendo que... é... enfim, estava incomodada, que queria acompanhar mais de perto as questões de compras da Saúde e tudo mais – também trago essa transcrição e a cópia aqui das... das conversas minha com a Secretária Naiara –, e... e a partir daí eu oriento ela a fazer contato com a Secretaria de Estado da Saúde, inclusive formalmente isso foi feito, por escrito, pra se colocar à disposição da Saúde nos processos de aquisições é... de mercadorias. Isso ainda no dia 25 de março, e ela fez, e ela fez, ela fez. O documento está aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. DOUGLAS BORBA – Esse documento diz o seguinte: Boa noite, tudo bem? Estamos trabalhando o mais rápido possível para produzir material para ajudar vocês. Só que temos um número pequeno. Queres alguma ajuda pontual para essa demanda dos dois fornecedores que você apresentou no grupo? Isso foi no dia 25 de março de 2020, às dez horas da noite, e a compra que ela menciona aqui é a proposta comercial Aeonmed, de um produto VG 70. Que, ao meu ver, já é o produto, eu não participei disso, não participava do grupo inclusive, mas ao meu ver, agora, de posse de todas as informações que a gente já sabe, né, ao meu ver era compra específica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Saiu alguma...

O SR. DOUGLAS BORBA – E servidora em questão, e a servidora em questão ela não respondeu à mensagem da Secretaria de Integridade Governança é.. sobre esse questionamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber, Douglas, de uma instrução direta, não WhatsApp, mensagem de texto, que o cara está no banheiro e está escrevendo uma mensagem...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber do negócio direto, um documento oficial, da intervenção direta da Secretaria de Governança. O senhor é o Chefe da Casa Civil...

O SR. DOUGLAS BORBA - Dia 27, dia 27 de março foi formalizado junto à Secretaria de Estado da Saúde. Está aqui o documento (*mostra documento*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi formalizado o quê?

O SR. DOUGLAS BORBA – Formalizado um processo via SGPE, enviado pela Secretaria de Integridade e Governança pedindo esclarecimentos sobre uma determinada compra, que era aquela compra é.. da Edera, que foi localizada pela Secretaria de Integridade e Governança pedindo o prazo de 48 horas para resposta sobre aquele procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E dos respiradores? O da Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA – Aqui também eram respiradores, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, eu sei, mas os da Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA – A verdade é que esse processo de compra da Veigamed é um processo que passou é... infelizmente passou sem ter o conhecimento de ninguém do governo. Para o senhor ter ideia, eu tive conhecimento dessa compra da... dos respiradores da Veigamed em 22 de março numa reunião provocada pelo próprio Secretário Helton, onde participou, além de mim, o Governador do Estado de Santa Catarina e também o chefe da... da o chefe da... de gabinete, no dia 22 de abril, quando o Helton nos chamou pra dizer o seguinte: Fizemos uma compra, houve um erro, pagamos adiantado e agora estamos com um problema. Nesse dia nós ficamos sabendo dessa compra da Veigamed.

Fls. 1501
PROCURADORIA PÁG. 2149
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2165 RÚBRICA

Então é... estranhou o fato aqui, sim, da Secretaria de... de Saúde não ter chamado a CGE e não ter também acatado a... o encaminhamento aqui da Secretaria de Integridade e Governança para participar desse processo de compra. Isso de fato eu tenho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Então vamos entrar na participação do Governador. Tem aquela questão da Intelbras, depois os meus Colegas vão falar com você sobre essa compra da Intelbras que não foi autorizado o pagamento antecipado, o senhor vai conversar melhor com eles. Mas eu queria saber o seguinte: o Governador tá... tá o senhor e o Governador, o senhor é o braço do Governador, o senhor é a voz do Governador; estão o senhor e o Governador lá conversando sobre a crise, instalou a crise dia 22, 23, tem aqui a data, o decreto do dia 12/3 tem um decreto emergencial, e depois dia 17 tem o decreto de calamidade. O senhor não está conversando com o Governador, Governador, em cinco dias saímos do decreto de emergência pro decreto de calamidade. Vocês estavam conversando sobre essa situação, começa a se instalar o caos dentro do governo. O que vocês conversaram? Você e o Governador sobre a preparação do Estado, exclusivamente com relação à área hospitalar?

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. É... lá no início da crise o Secretário Helton ficou incumbido de junto à Secretaria de Saúde mostrar um planejamento de como Santa Catarina ia fazer o enfrentamento à Covid-19. É... e esse planejamento foi montado pela Secretaria da Saúde, acredito eu que tenha sido também naquele momento auxiliado pela Defesa Civil, né, que tinha alguns estudos baseados em outros países, enfim, e foi desenhado é... um cenário muito... muito mais pessimista do que o que de fato aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem desenhou?

O SR. DOUGLAS BORBA – A própria Defesa Civil naquele momento, porque u... u... a Secretaria de Estado da Saúde ainda não tinha elemento suficiente pra é... fazer um prognóstico próprio, né? Então naquele momento a Secretaria da Defesa Civil fez um estudo, nos apresentou e a Secretaria é... de Saúde ficou incumbida de mostrar um planejamento pro governo do Estado.

Ela mostrou um planejamento de expansão da rede de UTIs no Estado, 713 leitos, salvo engano, que seriam inseridos nas estruturas existentes do Estado é... e na parte financeira foi chamada uma reunião específica com o Secretário Paulo Eli, onde a Secretaria de Estado da Saúde requisitou, ou melhor, estimou é... o valor de R$ 500 milhões é... para enfrentamento à Covid-19 e... aí incluindo todos os gastos. Esse planejamento foi aprovado pelo Governador, certo?

Então esse planejamento, o macro, é aprovado pelo Governador. A partir daí a execução do planejamento cabe a cada uma das Secretarias ou cabe a cada uma das estruturas do governo. Isso não é mais discutido...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor estava com o Governador, vocês estavam fazendo *live* todo dia, vocês estavam juntos o tempo todo, você, o Helton, o Governador. Vocês não estavam conversando sobre a compra de respiradores, sobre equipamentos, sobre leitos de UTI?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, nós não... Não, nos não conversávamos sobre isso, na verdade nós não estávamos todos os dias juntos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas como eu vou acreditar nisso, Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado, se eu puder responder.

É... na verdade nós não estávamos o período inteiro juntos. O Helton comandava o Coes, que era uma estrutura, e a partir... a gente se juntava ao Helton no momento das *lives*, como o senhor disse. São dois ambientes diferentes na Defesa Civil, acho que todos os Deputados já conhecem lá o ambiente da Defesa Civil, mas são três prédios, Deputado, tem o prédio de cima que é o prédio da Defesa Civil, o Deputado Milton conhece lá, é... nesse

PROCURADORIA PÁG. 2150
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2166 RUBRICA

prédio era instalado o Coes. A coletiva do Governador era no prédio dois e a sala de colegiado, que era eventualmente pra quando a gente tinha alguma reunião lá na Defesa Civil, era no prédio três. Então, não havia essa interação diária que o senhor menciona aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas Borba... Douglas, Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA – ...pra falar sobre, sobre a... pra falar sobre os processos é... minuciosos de aquisição ou de qualquer coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Olha só...

O SR. DOUGLAS BORBA – O que existia era o seguinte: um planejamento aprovado pelo governo do Estado e a partir daí a execução por cada um dos órgãos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para eu poder fazer um relatório e excluir o senhor de qualquer culpa, eu preciso acreditar no senhor. Entende?

O SR. DOUGLAS BORBA – Estou compromissado com a verdade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, mas eu preciso acreditar, só a promessa do senhor não vai bastar. Eu preciso acreditar.

Eu preciso acreditar que o senhor, tantos contatos que fez, tantas vezes que conversou Governador, tantas *lives* que fez, tantas vezes que vocês estiveram juntos, vocês não falaram sobre compra de respiradores?

O SR. DOUGLAS BORBA – Mais uma vez eu digo, a execução das compras cabia a cada um dos órgãos, isso não era assunto de Estado, nem do Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Governador não falou do preço, tinha matéria nos jornais, problemas no Brasil inteiro, o Governador não falou: pessoal, cuida, não vamos fazer problema, cuida com as compras, tenham cuidado com os procedimentos.

O SR. DOUGLAS BORBA - Esses alertas de cuidado com as compras eram dados de maneira geral ao colegiado como um todo e diversas vezes, Deputado Ivan Naatz. O cuidado com as compras relatado é... também cuidado com os procedimentos, com as formalidades, tudo isso era reiterado tanto pelo Governador quanto por mim, bem como pelos órgãos de controle. Na verdade é... se os órgãos de controle tivessem sido acionados nessa compra, certamente essa compra não teria se efetivado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. (*O senhor Presidente pede para se manifestar.*)

Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quem tinha uma televisão dentro de casa naquela época, via não só o governo do Estado de Santa Catarina, mas todos os Governadores de todo o território nacional, de cada um dos Estados, falando sobre a dificuldade de se conseguir comprar o dito respirador. Todos... agora não se consegue, agora está aumentando o preço e se corre para cá, registro inclusive do próprio Governador falando da dificuldade.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A pergunta do Deputado Ivan Naatz é muito pertinente, porque se em momento nenhum todos os Governadores de todos os Estados do Brasil falavam disso, como que o... e, detalhe, a Covid-19 é uma doença, seria de responsabilidade do Secretário da Saúde também, o interlocutor do Governador é o Chefe da Casa Civil.

Como que o senhor afirma que o Governador não... não tocou no assunto compra de respirador com a pessoa que é a voz dele e com o Secretário de Saúde dele em momento nenhum? Essa é a pergunta para ficar bem...

1506
PROCURADORIA PÁG. 2151
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2167 RUBRICA

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Só primeiro pra corrigir. Na verdade durante a pandemia a Secretaria da Saúde assumiu a coordenação de todos os trabalhos, então não existia essa qual é a voz do Governador, se é a Defesa Ci... se é a Casa Civil, ou se é a Saúde, ou enfim, é o relacionamento... havia um relacionamento direto entre o Secretário de Saúde com o Governador, e aí eu não posso fazer afirmações sobre o que eles tratavam é... nesses momentos. Perfeito?

Agora, na minha frente não tratou-se em nenhum momento da forma como seriam adquiridos esses respiradores. Se tratou do macro. Qual é o macro? Vão se ampliar 713 novos leitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas não foi perguntado nem a forma, foi perguntado de compra. Não foi perguntado nem a forma, nem a forma.

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso, perfeito. O que se sabia, o que se sabia é que precisaríamos de 713 novos respiradores pra ampliar 713 novos leitos. Agora a... a... forma, é onde eu digo, é... presenciei, sim, alguns momentos, o seguinte: olha, temos que comprar 713 ventiladores. O Secretário Helton narrou isso no grupo, como eu falei pros senhores aqui, lá no dia é... 18 dizendo o seguinte: olha, preciso de ajuda pra que todas as propostas que cheguem nos senhores vocês mandem pra SGA, para que eles possam fazer as escolhas lá. Agora, como decorreu cada uma dessas compras, de fato eu não sei responder a pergunta dos senhores.

E não tenho conhecimento se o Governador sabe também, porque não participei de nenhuma dessas conversas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É triste, né? O senhor é o Chefe da Casa Civil, tá a pandemia, tem o decreto emergencial, tem tudo isso.

O SR. DOUGLAS BORBA - Mas mais uma vez...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês achavam que gente ia morrer pelas estradas, aí vocês não conversavam com o Governador sobre isso?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, conversamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cara, vamos comprar os equipamentos...

O SR. DOUGLAS BORBA - Mais uma vez eu vou dizer, Deputado Ivan, a execução do planejamento cabia a cada uma das Secretarias, a execução do planejamento. Então se precisa adquirir é... não só os respiradores, mas todos os equipamentos, insumos lá pra saúde, caberia naquele momento à Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Governador não participou de nenhuma reunião contigo sobre o Mahatma Gandhi, por exemplo?

O SR. DOUGLAS BORBA – Comigo, não. Nenhuma. Comigo, não.

Eu não participei de nenhuma reunião em relação à contratação do hospital de campanha.

Aliás, é... aliás... é... enfim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Sobre pagamento antecipado. Houve o pagamento antecipada, não é uma situação recorrente, é uma situação atípica, foram fazendo pagamento antecipado lá nas primeiras. Mas esse pagamento antecipado exclusivo da Veigamed.

O senhor era Chefe da Casa Civil, responsável por mandar para cá os projetos de lei de interesse do governo. O senhor mandou para cá um PL pedindo autori... dia 31, né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Dia 31.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31 o senhor mandou para cá um PL pedindo autorização para fazer pagamento antecipado, já que não havia

PROCURADORIA PÁG. 2152
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2168 RUBRICA

autorização legal para esse tipo de procedimento. Depois vocês tiraram o PL. Por quê, e fizeram o pagamento antecipado para a Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA – Então, reitero que esse pagamento antecipado da empresa Veigamed nós tomamos conhecimento no dia 22 de abril, numa reunião específica que o Secretário Helton é... nos trouxe essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas tu mandou um projeto para cá para fazer pagamento antecipado. Por quê?

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois é, só tô reiterando a, a, esse, essa situação que o senhor mencionou da Veigamed. Nós não sabíamos desse pagamento antecipado.

Na verdade esse projeto de lei foi construído é... é... tendo divergências internas dentro do próprio governo, tá, pra possibilitar o pagamento adiantado. Eu, por exemplo, sempre fui contra esse projeto, sempre fui contra porque não via garantias é... legais é... de... pra... pra... que houvesse de fato é... pra que houvesse uma, uma certeza do Estado que estaria sendo é... precavido, digamos assim, nas compras. [*Transcrição: taquígrafa Silvia Regina Silveira da Rosa*]

Então, naquele momento se estudou, sim, enviar um projeto de lei pra cá, foi enviado no dia 31 de março, mas antes de ser autuado e distribuído, no outro dia, no dia 1° nós pedimos a retirada, porque naquele momento a gente conversou e consensou que não era a melhor opção, e nós não sabíamos que tinham sido feitos pagamentos adiantados ou que seriam feitos pagamentos adiantados. Então, para nós, era uma situação que não foi feito e não seria feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não acha isso uma coincidência muito?... O senhor manda pra cá um projeto de lei dia 31, depois o senhor retira o projeto de lei, depois o senhor faz o pagamento antecipado... Faz, que eu digo... você, que eu me refiro, é ao governo, não é ao senhor.

O SR. DOUGLAS BORBA — Certamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como é que eu, aqui, na minha cabeça, vou pensar?...

O SR. DOUGLAS BORBA — De qualquer forma, Deputado Ivan, se fosse com o propósito de possibilitar esse pagamento, vamos na situação hipotética agora, esse projeto teria que ainda tramitar na Assembleia Legislativa, teria ainda que ser aprovado, se é que fosse aprovado, pra depois possibilitar.

Mas eu quero lembrar os senhores também que não... uma das divergências internas no governo é a, a, a desnecessidade de um projeto de lei pra fazer pagamentos adiantados com base naquele... com base naquele parecer da CGU e que depois foi referendado inclusive pelo Ministério Público de Santa Catarina no dia 3 de abril, salvo engano, uma resolução ou um Ato Normativo nº 10/2020, do Ministério Público, assinado por diversos Promotores da Moralidade, em que diz que não há necessidade de lei, né, autorizativa pra coisa. Mas, enfim, isso acabou acontecendo depois, agora não tem vínculo nenhum com o pedido de retirada.

Aquele momento, Deputado Ivan, nós entendemos que o governo não deveria fazer pagamentos adiantados, que não haveria essa necessidade, nem essa possibilidade, por isso que nós não tramitamos o projeto de lei na Assembleia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Podia colocar o vídeo 6 para mim...

(*Procede-se à exibição do vídeo 6 mostrando parte do depoimento já prestado pelo senhor Douglas Borba.*)

Nasceu assim do nada o projeto de lei?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, na verdade não...

PROCURADORIA
PÁG. 2153
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2169
RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Daí depois foi retirado daí o pagamento antecipado aconteceu?

O SR. DOUGLAS BORBA — É exatamente o que eu mencionei aqui. Havia divergência interna dentro do governo quanto a esse projeto de lei, nós não nos sentíamos seguros quanto a essa possibilidade real de pagamento adiantado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas pra fazer o pagamento...

O SR. DOUGLAS BORBA — Nós não sabíamos que a Secretaria da Saúde estava praticando é... estava fazendo pagamentos adiantados. Nós, de fato, desconhecíamos essa atitude por parte da Secretaria da Saúde, por isso não vimos necessidade de tramitar um projeto se nós não iríamos pagar adiantado. Fomos surpreendidos, muito tempo depois, com não só esse pagamento adiantado da Veigamed, mas segundo a servidora Fernanda Gabriela, lá nos autos, é... nos autos também da investigação, ela diz que houve pelo menos seis pagamentos adiantados por parte da Secretaria da Saúde...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nossa.

O SR. DOUGLAS BORBA — ...é... eu não sei quais são, mas ela menciona, me parece que ela é a gerente Financeira, pelo que eu lembro do depoimento dela, e que esses pagamentos adiantados foram feitos sem conhecimento da Casa Civil ou do Governador.

Só mais um fato que é importante trazer aqui pros senhores é... a Saúde, na verdade, ela... ela foi alertada em quatro mo... pelo menos em três momentos que não poderia fazer pagamentos adiantados. Foi alertado em pelo menos três momentos. Lá no dia 16 de março o assessor Carlos, assessor jurídico, esteve dando depoimento aqui, o assessor jurídico disse o seguinte: que lá no dia 16 de março mandou uma orientação pro Secretário dizendo que não poderia ser feito pagamentos adiantados; 16 de março, nenhum pagamento tinha sido feito ainda.

Lá no dia 27 de março a Secretária Naiara, da Integridade e Governança, mandou aquele expediente, que eu narrei para o senhor e que eu vou fazer juntar no processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

O SR. DOUGLAS BORBA — Um expediente dizendo o seguinte: olha, identificamos um pagamento adiantado da empresa Edera, de trinta ventiladores, parece que pagaram percentual adiantado, enfim, e que não poderia ter sido feito, e deu o prazo de 48 horas pra Secretaria de Estado da Saúde dizer o porquê que foi feito o pagamento adiantado; 48 horas, Presidente, daria dia 29 de março, e 29 de março ainda não teria sido pago os ventiladores da Veigamed. Se eles respondessem essa informação da Secretária Naiara nas 48 horas que foi solicitado pela Secretaria da Integridade e Governança, talvez tivesse acendido alerta da própria Secretaria de Estado da Saúde e não teria sido feito o pagamento dessa compra desastrosa de 33 milhões da Veigamed.

É... e a terceira vez foi da Fernanda Gabriela, que eu já disse para os senhores aqui, a gerente Financeira, que comunicou ainda antes do pagamento da Veigamed que haviam seis processos é... com pagamento adiantado com justificativas insuficientes. Então, enfim, essa é... só pra ilustrar aos senhores que o pagamento adiantado não foi decorrente dessa compra da Veigamed, foi uma prática constante lá dentro da Secretaria de Estado da Saúde e que nós não tínhamos conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Douglas, deixe só... emendando...

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Nesse caso... com a permissão do Relator e do Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

1509
PROCURADORIA PÁG. 2159
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2170 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para nós entendermos aqui.

Quem manda o projeto de lei para a Assembleia é a Casa Civil.

O SR. DOUGLAS BORBA — Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Você era contra isso. Quem te pediu para fazer o projeto de lei para mandar para cá?

O SR. DOUGLAS BORBA — Na verdade havia divergência interna. É... na verda... a gente sempre trabalhou em colegiado, né, Deputado Milton...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas alguém pediu para você fazer esse projeto de lei, porque você não queria fazer.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não foi a gente que fez, tá? Quem produziu foi a Secretaria de Estado da Administração junto com outras Secretarias, junto com PGE...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A (*ininteligível*) da Administração.

O SR. DOUGLAS BORBA — ...PGE... enfim, a PGE eu acho que liderou esse processo. Salvo... Foi... foi a PGE. Lembrando bem aqui, a PGE liderou esse processo de construção desse projeto de lei. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E convenceu o Governador porque ela sabia que precisava pagar coisa antecipada, para o Governador aceitar mandar isso para cá?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, eu acho que naquele momento era mais uma precaução, o mercado era tão instável naquele momento, havia uma narrativa, de fato havia uma narrativa da Secretaria da Saúde dizendo que os fornecedores só queriam fornecer com pagamento adiantado. É... era muito veemente isso, eu lembro, era muito veemente o não. Falado, pagamento adiantado ninguém vai fazer. Isso a gente tratava, inclusive os Secretários ali é, é, é, os Secretários... é... o Secretário da Administração, o Secretário da Fazenda, eu, né, não, pagamento adiantado ninguém vai admitir, salvo se tiver uma lei autorizativa. E aí se cogitou essa lei autorizativa, é... e no momento que foi mandado pra cá a gente não sentiu segurança de que... de que pudesse ser feito e resolvemos retirar.

Foi esse o... essa foi a cronologia dos fatos, Deputado Milton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É... Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse na Delegacia que eu e a torcida do Flamengo, ou nós, né, a torcida do Flamengo, sabíamos que os respiradores não seriam entregues naquele período tão curto que estava estabelecido no contrato. O senhor quer relembrar? Eu tenho o vídeo.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não lembro disso. Eu gostaria de ver o vídeo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas posso mostrar o vídeo 7.

(*Procede-se à exibição do vídeo 7 mostrando parte do depoimento já prestado pelo senhor Douglas Borba.*)

Então o senhor disse isso aí.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, o Promotor na verdade me questionou sobre o que eu achava, o que eu achava, né, do... do curto espaço de tempo e tal. E naquele momento, de fato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quatro dias para entregar os equipamentos. O senhor notou isso?

O SR. DOUGLAS BORBA — É, não... De fato, naquele... naquele momento a gente sabia da dificuldade de comprar, quanto mais de receber em um curto espaço de tempo, né? Então não...

Fls. 170
RUBRICA
PROCURADORIA
PÁG. 2155
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2171
RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor notou então que era um absurdo?

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, na verdade assim, Deputado, é... eu vou dizer mais uma vez, se tiver que resumir essa compra com uma palavra, é uma compra desastrosa. A forma como ela foi conduzida, a forma como ela foi feita, o pagamento da maneira que foi feito, sem pedir qualquer garantia, enfim, né? É... na minha avaliação foi uma compra desastrosa. Existe mais um fato, se me permite, senhor Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

O SR. DOUGLAS BORBA — É... Tão logo tomei conhecimento que meu nome estava sendo veiculado aí junto a essa questão de Veigamed e tudo mais, é... eu procedi alguns atos, né, procedi alguns atos, um deles foi uma ação de exibição de documentos contra a Veigamed, então eu acionei a Veigamed, né, judicialmente, pra que ela apresente de fato as provas que... que... que dão conta de que fui eu que apresentei a empresa, ou que há qualquer relação minha com essa empresa, ou qualquer proposta encaminhada por essa empresa.

Então, isso foi feito e tá tramitando na Justiça também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Essa peça já está nos autos da CPI.

O SR. DOUGLAS BORBA – Ah, tá nos autos? Tá o.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, obrigado.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como e quando o senhor conheceu a servidora Márcia Pauli?

O SR. DOUGLAS BORBA – É... eu a conheci pessoalmente, salvo engano, no dia 2 de abril, é... mas o telefone dela foi-me passado pelo Secretário Helton Zeferino no dia 22 de março é... como sendo a pessoa indicada por ele pra receber todos... todos os materiais inerentes a compras que o Estado necessitava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Em algum momento o senhor fez pressão, a palavra é essa mesmo, pressão, ao Secretário de Estado da Saúde ou à funcionária Márcia Pauli, para pagamento, escolha de empresa, produção de documento, produção de edital?

O SR. DOUGLAS BORBA – Em nenhum momento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não?

Ao receber uma proposta de um ente privado, qual o procedimento que deveria ser adotado pelo servidor público?

O SR. DOUGLAS BORBA – É... no meu caso. é... ao receber do privado, é encaminhar pro local é... de destino, né, indicado pelo gestor da Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem escolheu a empresa Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — No pedido de prisão temporária que o MP fez ao senhor, é citado que o senhor apagou mensagens trocadas com a servidora Márcia. Por que apagou as mensagens? Quais mensagens eram essas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu apaguei uma mensagem, na verdade, né, ele menciona uma mensagem, que foi exatamente lá no dia 22 de abril, quando eu encaminho, entre outros documentos, encaminho um protótipo de um... de um determinado equipamento

Fls. 1511
RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2156
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2172 RUBRICA

e digo: Leandro fará contato com você. Aí ela di... me responde: já estamos em contato. Quando ela me disse já estamos em contato, eu disse: olha, então não preciso eu passar o contato de ninguém. E aí eu fui apagar a mensagem que Leandro faz contato com você e era... e o meu intuito naquele momento era apagar para ambos, né? Já que ela já tá em contato, não vou... não sou eu que vou passar o contato. E aí, na verdade eu... eu devo ter me equivocado ali e apaguei só pra mim. Mas de fato não passei o contato de Leandro, nem de ninguém junto com aquele protótipo que... que recebi e encaminhei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — À imprensa o senhor negou veementemente qualquer participação na indicação da Veigamed para compra dos inspiradores. Também negou a participação do Governador do Estado nessa compra dos respiradores e disse que o processo foi efetuado pela Secretaria da Saúde. O senhor mantém essas informações?

O SR. DOUGLAS BORBA – Mantenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor conhece o senhor Fábio Guasti?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor informou à NSC que, abro aspas: "Minha participação nesse processo é zero. Não tive interferência, não tive ingerência, indicação ou qualquer outra atitude." Mantém?

O SR. DOUGLAS BORBA – Confirmo. Eu descobri essa compra dia 22 de abril de 2020.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se o senhor não tinha ingerência, interferência, indicação, por que o senhor entrou em contato com a Márcia ou ainda intermediou qualquer conversa com o Leandro e com ela?

O SR. DOUGLAS BORBA – Na verdade, pra ficar bem explicado, eu pedi ao Leandro que fizesse contato com a Márcia apenas no dia 2 de abril pra tratar de uma situação específica, que era um processo de importação de EPI. É... é... quando eu questionei o Leandro se ele teria é... dentro do conhecimento da área da saúde, porque ele é conhecido é... nesse ramo, se ele teria alguém que se dispusesse a fazer o processo de importação de uma compra que estaria, segundo a Secretaria da Saúde, estaria à disposição lá na China. Lembrando que... é, fiz isso não só naquele momento com o Leandro, mas passei o contato de outras pessoas, outras empresas que também é... estariam dispostas a fazer essa... essa... de ajudar ao Estado, e inclusive foi essa a mensagem que eu passei para a servidora. Eu disse: olha, é... Quando eu passo o contato do Leandro, lá no dia 2 de abril, eu digo, é... ele disse que tem a possibilidade de nos ajudar a trazer os equipamentos que estão na China, né? E nos ajudar, e ainda complemento, nos ajudar no mesmo método que a empresa Intelbras fez no caso dos respiradores, dos cem respiradores, ou seja, era alguém que se dispunham naquele momento a encontrar uma importadora pra trazer uma carga que a própria Secretaria da Saúde já teria, segundo eles, lá na China.

Acontece que a Secretaria da Saúde queria naquele momento fazer um pagamento adiantado, e isso foi dito a nós é... que era um valor alto, que era um pagamento adiantado e aí nós rechaçamos qualquer possibilidade, mas que ainda assim existia a necessidade de termos EPIs. Naquela... naquela altura e algo que ficou muito latente na minha cabeça, Deputado João Amin, é... havia um relato de que haviam setecentas máscaras no estoque é... do governo do Estado. Havia sido distribuído pros hospitais e haviam setecentas máscaras, salvo engano, no governo do Estado. E isso abriu, de fato, é... uma preocupação entre todos nós, de que forma o Estado iria conseguir adquirir insumos, não só para o Estado, mas também para os Municípios, que havia e os senhores representam vários Municípios de Santa Catarina, havia uma preocupação geral. Os Municípios grandes não estavam conseguindo adquirir EPI naquele momento.

PROCURADORIA FLS. 1212 PÁG. 2167
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2173 RUBRICA

A Secretaria da Saúde chegou a pagar 19 ou 16 reais numa máscara cirúrgica dessa em outro processo.Isso veio a público também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Um servidor da Secretaria falou que iam ter seis mil pessoas mortas, gente morrendo pela calçada.

O SR. DOUGLAS BORBA – Exatamente. Então existia... foi nesse contexto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É nisso que vocês se baseavam, né? É nisso que vocês se baseavam, nessas informações.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade foi porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O ex-Secretário Helton deveria ter visto que as entregas dos equipamentos se dariam em prazo exíguo, bem como ter checado os documentos apresentados pela empresa, os quais eram suspeitos?

O SR. DOUGLAS BORBA – Olha, eu acredito que o Secretário Helton era uma... é um dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde que deveriam ter analisado esse processo com maior robustez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor garantiu ao Secretário Helton que os respiradores seriam entregues?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu não sabia dessa compra dos respiratórios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

O Secretário Helton prestou um depoimento à polícia no domingo e na terça ele voltou à polícia para, segundo ele, reforçar alguns tópicos.

Ao senhor, ele fez quatro graves acusações, né, de interferência e pressão: com relação à Veigamed, aos EPIs, à contratação do hospital de campanha da Mahatma Gandhi e ao pagamento de uma empresa, a OZZ, que gere o Samu. Esses quatro tópicos somam R$ 220 milhões.

Vamos lá. Qual o seu interesse que pagasse a gestão do Samu?

O SR. DOUGLAS BORBA – Nenhum. Na verdade, o que aconteceu em relação a esse processo específico do Samu é... o Governador foi noticiado ou oficiado algumas vezes, e aí essas notificações chegam na Casa Civil, é... e a partir daí a gente faz encaminhamentos. Salvo engano foram quatro ou cinco processos, inclusive um deles é falando em paralisação dos serviços do Samu.

Os senhores vão lembrar, esse assunto foi tratado na Assembleia Legislativa, salvo engano, no final do ano passado, quando inclusive servidores do Samu não estariam recebendo salário ou décimo terceiro, alguma coisa do tipo. Esse assunto foi debatido bastante aqui dentro da Assembleia Legislativa e chegaram a oficiar o Governador do Estado. E vocês imaginam a preocupação que isso gera pra todo o governo com a paralisação dos serviços do Samu. A partir daí, é... eu solicitei uma reunião com diversos agentes, com PGE, com a Saúde, diversos servidores da Saúde, com o gabinete do Governador, com todo mundo, para que se encontrasse uma solução para aquele problema, que era naquele momento um processo administrativo.

Ou sim ou não, e eu sempre usei essa expressão, ou sim ou não tem que ser dada uma resposta sobre uma... um ofício que é encaminhado pro Governador com teor tão grave, né? Então não houve qualquer pressão, esse assunto depois foi encaminhado, nem ficou comigo na Casa Civil, esse assunto ficou com o chefe de gabinete do Governador, senhor Márcio Ferreira, que ficou fazendo a interlocução entre as Secretarias envolvidas, que é a Secretaria da Saúde e a PGE. É... à Casa Civil coube tão somente fazer a tramitação desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a reunião que aconteceu, que o Helton chegou depois, que estava você, estava o Governador, estava o Cordeiro, da Defesa Civil, estava o Leandro... Tinham mais umas duas ou três pessoas que eu não sei

Fls. 1913
PROCURADORIA PÁG. 2158
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2174 RUBRICA

dizer, de repente você pode nos ajudar, com relação à contratação do hospital campanha, o Mahatma Gandhi?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu não participei dessa reunião, Deputado. Não lembro de ter participado de reunião com o Cordeiro, com o Leandro, com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não (*ininteligível*) relatório depois dessa reunião? Não lhe passaram o relatório?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Não participei dessa reunião... Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pro senhor pressionar para o negócio andar depois?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não participei dessa reunião, não lembro dessa reunião. Tô sabendo pelo senhor os detalhes de quem participou dessa reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom que está gravado, né? Para quem eu vou passar a palavra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Para o Deputado Cobalchini.

O SR. DOUGLAS BORBA – Inclusive na Defesa Civil, Deputado João Amin, se me permite ainda, na Defesa Civil é... há câmeras, né, dessas reuniões. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Já requeri... vou requerer a câmera.

O SR. DOUGLAS BORBA – O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu só termino, antes de passar a palavra pro Vice-Presidente Cobalchini, com uma frase que eu aprendi recentemente e tem tudo a ver com o momento. Essa frase foi proferida pelo Delfim Netto: rato magro, quando vê queijo se empapuça.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Boa noite, doutor Douglas, seus advogados.

O SR. DOUGLAS BORBA – Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Eu também preparei uma série de questões, todas elas já foram feitas. O Ivan está muito bem preparado, não é, Milton? E aí eu... eu não vou ser repetitivo aqui, mas vou aproveitar... Vou aproveitar um termo, é... que o senhor usou, desastroso, porque é isso que nós pensamos e Santa Catarina pensa também. E não apenas esse, esse foi mais um processo desastroso, como teria sido o processo do hospital de campanha. É interessante que como uma divergência interna permite... tinha que ser uma grande divergência, permite que se construa o... nós não estamos tratando aqui, mas eu... do hospital de campanha. Estou só tentando fazer uma narrativa como que a gente chega num ponto desse. E tinha que ter sido estancado.

Todos nós víamos, todos víamos, embora muita boa vontade, muitos tinham aqui, começou a ruir quando nós percebemos essas coisas. O hospital de campanha, os respiradores, os EPIs, o porto de São Francisco. Foi uma sucessão. E aí, cadê o líder? Cadê o líder para dar um soco na mesa? A gente via o líder com uma passividade que a gente ficava agoniado e ficava nervoso quando ligava a televisão, todos os dias obviamente que o assunto era a Covid-19, e apresentar o relatório, mas ele não era o porta-voz do governo, ele era o Governador. Ele tinha que ter tido a capacidade de enxergar, pois ele tem sempre as informações privilegiadas, sempre quem sabe é o Governador ou deveria saber. Deveria saber. Não quero afirmar, Deputado Milton. E nós não estaríamos aqui neste momento, não tínhamos que estar aqui neste momento. Porque é uma coisa absolutamente incrível tudo aquilo que aconteceu, veja, o Douglas, o Secretário da Casa Civil, o homem forte do governo, reconhecido por todos. Hoje está aí há 23 dias fora da Casa Civil exposto a esta situação. Outro homem forte, o Helton, está há 30 dias fora nesta situação. O porto de São Francisco também, todos caíram. E não sei como não caiu o Secretário da Defesa Civil,

PROCURADORIA PÁG. 2159
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2175 RUBRICA

porque eu, se fosse Governador e se o Secretário de Saúde se posicionasse contra a construção de hospital de campanha, aliás, não era um, eram dez, eram dez hospitais... Como que se chegou a esse ponto?

Olhando um pouco para trás, o governo... o Governador que fez 71% dos votos, agora busca, de forma desesperada, assim como foi o desespero na hora da compra dos respiradores ou na hora da construção do hospital... não foi por falta até de alerta aqui na Assembleia, não era nem oposição e nem era governo.

Então, eu não tenho mais questionamentos a fazer, todos já foram feitos, mas eu queria que o senhor é... pudesse avaliar essa sucessão, como Secretário da Casa Civil, essa sucessão de erros. E obviamente que nesse contexto... nesse contexto está o que houve? Uma grande omissão?

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito, Deputado. A verdade... Aí o senhor tá perguntando a minha avaliação, né, pessoal, agora como ex-Chefe da Casa Civil? E o senhor sabe o respeito que eu tenho pelo senhor e... e até por já ter ocupado aquela função, né, foi um belo Chefe da Casa Civil, na época Secretário da Casa Civil, é... Deputado Cobalchini. E o senhor sabe também que muitas vezes eu me aconselhei ao senhor, né, ou com o senhor, lá na Casa Civil ou no seu gabinete aqui na Assembleia Legislativa, narrando problemas que o governo vinha passando, enfim, a dificuldade que nós tínhamos com diversas áreas do governo.

É... e eu vou... como a gente está falando de saúde, eu vou... é... me limitar a falar especificamente da Saúde. A Saúde sempre foi uma ilha no nosso governo. A Saúde sempre foi longe do governo, tinha o seu orçamento próprio, tinha a sua autonomia é... com a prerrogativa de lei, sua autonomia pra decidir o que queria comprar, pra comprar sem a participação do Grupo Gestor, como já foi dito aqui pela Karen, salvo engano, que é a servidora da Secretaria da Administração, né? Pela Resolução 4, de 2017, então Secretaria finalítica poderia comprar. E nós, de fato, não tínhamos ingerência nenhuma na Saúde. Como... é... nem o Governador tinha ingerência na Saúde. Nem o Governador tinha ingerência na Saúde.

Não foi nem uma, nem duas vezes, Deputado Sopelsa, que está ali nos olhando e fazendo anotação, que o Deputado Sopelsa socorreu a mim e conversou com o Governador também sobre é... a hemodinâmica do hospital de Concórdia. Né, Deputado? Quantas vezes, inclusive com o Deputado Cobalchini junto, porque na época era uma luta pra hemodinâmica pro hospital de Caçador, pro hospital de Concórdia, enfim. E apesar da vontade do Governador, apesar da vontade desse Chefe da Casa Civil, a hemodinâmica de Concórdia até hoje não saiu, né?

O Deputado Milton sabe a luta que nós tivemos ano passado para liberar as emendas impositivas. O senhor bem sabe de quantas vezes eu supliquei à Secretaria de Estado da Saúde pra tramitar as emendas impositivas dos Parlamentares, porque esse era um compromisso meu, moral, além do ser do Governador, obviamente, era meu, moral, de relacionamento com a Assembleia Legislativa. Nós tivemos que vir aqui em dezembro do ano passado, quando o governo não conseguiu cumprir, e pedir por favor pra Assembleia Legislativa colocar um dispositivo na Lei Orçamentária pra possibilitar até dia 28 de fevereiro a Saúde fazer um mutirão lá, que a gente teve que deslocar servidores de tudo quanto é Secretaria pra Saúde pra poder tramitar, sendo que o recurso estava em conta, era recurso do Fundo Social que nós tínhamos reservado pra isso, o Deputado Milton sabe bem, conversava com o Paulo Eli sobre isso. O recurso estava na conta e a Secretaria da Saúde simplesmente não atendia um pedido do Chefe da Casa Civil ou do Governador do Estado de Santa Catarina. Se não atendia em questões simples, em questões legais, inclusive, que é o cumprimento das emendas parlamentares, por respeito a todos os quarenta Deputados de Santa Catarina, por respeito a todos os Municípios de Santa Catarina, que esses recursos

Fls. 1515
Rubrica
PROCURADORIA PÁG. 2160
COORDENADORIA DE EX... Fls. 2176 RUBRICA

seriam empregados, quanto mais atender um pedido de compra ou dizer que houve qualquer forçação de barra em qualquer compra. Pelo amor de Deus. Pelo amor de Deus.

Deputado Kennedy lá sabe da luta do Deputado Ismael, nosso amigo, Deputado Ismael, com as comunidades terapêuticas. Quantas vezes o Deputado Ismael me ligava ou pedia pra assessoria ir na Casa Civil dizer o seguinte: Douglas, vai parar as comunidades terapêuticas se não colocar em dia. Ficou três, quatro, cinco meses atrasadas as comunidades terapêuticas de... de reabilitação, né... enfim, quatro, cinco meses e não era feito.

Então assim, o meu sentimento, Deputado, o meu sentimento aqui é de que a Secretaria de Estado da Saúde ela se autogerenciava e se automandava. Não existia qualquer tipo... era uma ilha, era uma ilha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Eu fui... eu fui além da Secretaria da Saúde, e esqueci ainda a última Secretaria do Desenvolvimento Econômico. Então... São sucessivos casos que hoje, infelizmente, estamos nesta situação. Mas eu estou satisfeito por tudo que ouvi aqui nesta noite.

Obrigado, Secretário.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Já ia consultar vossa excelência, Deputado Sopelsa, que fica prejudicado por participar de maneira remota.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Dá preferência pros idosos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Justamente (*risos*).

Com a palavra o Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É apenas uma pergunta.

Eu volto a dizer bom dia, né, Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Bom dia porque eu acho que já estamos chegando a duas horas da manhã.

O SR. DOUGLAS BORBA – É isso aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – No depoimento do Secretário Helton, foi questionado bastante a questão do pagamento, e me parece que realmente a questão que nós todos estamos aqui até essa hora ainda, foi porque foi paga uma empresa que, segundo ainda se tem as informações, não oferece muita segurança ou nada, ou nada...

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – E foi antecipado o pagamento.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O Secretário Helton afirma que ele não autorizou o pagamento antecipado e não tinha conhecimento do pagamento antecipado. O senhor também, Douglas, diz que não sabia do pagamento antecipado e nem o Governador sabia disso. Resta uma funcionária, que segundo o Secretário Helton, o ex-Secretário Helton, ela que deu a autorização para o pagamento.

Qual seria... qual é a tua visão, Douglas, em cima disso, de uma de uma secretária, embora tenha um cargo de confiança, dela ter a iniciativa de fazer o pagamento de 33 milhões, sem que alguém superior tivesse a concordância?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, Deputado, é... na verdade é... eu não sei desse processo burocrático de que se há a possibilidade de um pagamento sem... sem autorização

Fls. 1516
PROCURADORIA PÁG. 2161
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2117 RÚBRICA

do ordenador primário, né? Ou do ordenador de despesa, né, da Secretaria. É... de fato desconheço, mas estranho o fato de... de o Secretário não saber. Eu... eu, na verdade posso me limitar a falar dos processos licitatórios lá da Casa Civil e por esses, sim, eu sou responsável por todos. Por esses, sim, eu sou responsável por todos, esses eu ordenei despesa, esses eu procedi à licitação, tanto é que no início do governo eu me precavi em duas funções estratégicas da Casa Civil. Eu coloquei o auditor de Contas do Tribunal de Contas pra cuidar, como consultor jurídico, trouxe emprestado do Tribunal de Contas pra cuidar da questão orçamentária da Secretaria, que não fo... fosse feita nenhuma... nenhuma inconsistência, e coloquei uma consultora jurídica que é mestranda... mestrada em contratos e licitações, pra cuidar junto com os meus servidores efetivos que, de fato, não fosse feito nada daquilo que não pudesse ser feito. Na Casa Civil eu respondo, mais uma vez eu digo, Deputado Sopelsa, por todos os processos.

Na Secretaria da Saúde, da mesma forma que eu tive a prerrogativa de é... colocar a minha equipe, escolher a minha equipe para a Casa Civil, para as funções estratégicas, Presidente, da Casa Civil, pra me cercar de segurança, todos os Secretários tiveram essa autonomia pra indicar as pessoas de confiança deles em todas as Secretarias. Então me parece que a própria servidora Márcia Regina Pauli foi indicada pelo próprio Secretário Helton pra função que exercia.

Então não sei se havia autorização expressa do Secretário Helton para pagamento, mais uma vez isso é uma questão interna da Secretaria da Saúde. Eu, de fato, reitero para o senhor e pra todos que nos assistem que não sabia desse processo de compra, fiquei sabendo desse processo de compra no dia 22 de abril de 2020, porque os processos de compra da Secretaria de Estado da Saúde eram geridos pela própria Secretaria de Estado da Saúde. Todos os procedimentos eram feitos pela equipe da Secretaria de Estado da Saúde.

É importante dizer que daqueles R$ 500 milhões que lá atrás o ex-Secretário Helton estimou como recurso de enfrentamento da pandemia, ele solicitou um recurso imediato pras primeiras aquisições, segundo ele, e aí nós reunimos os Chefes dos Poderes, vocês vão lembrar disso... os senhores, perdão, vão lembrar disso, e houve ali uma junção de esforços com os Poderes, que juntou R$ 58 milhões. Esse recurso foi repassado, Deputado Milton, pra Secretaria de Estado da Saúde, pra que a Secretaria de Estado da Saúde tivesse autonomia que a própria lei a... a delega, tivesse autonomia pra executar um planejamento aprovado pelo governo.

Nós sempre trabalhamos, Deputado Lima, com planejamento das Secretarias setoriais, Deputado Sopelsa. Olha, você tem que fazer isso aqui e tá aqui o dinheiro pra você fazer. A responsabilidade de dizer como, quando, de que maneira, é totalmente de cada um dos Secretários de Estado.

Por isso que, respondendo à pergunta do senhor, não sei se ela teria autonomia pra fazer esse pagamento. Mas sei que todos os servidores nomeados na Secretaria de Estado da Saúde foram os servidores indicados pelo próprio Secretário Helton, ou seja, da confiança do Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Apenas um comentário. Nós não podemos aqui achar, né, mas fica muito estranho, principalmente pra quem escuta isso, para as pessoas, que uma funcionária tenha a liberdade, e isso é ruim pra mim e pra todo o governo, uma funcionária da Secretaria, embora, vou repetir, ela exercesse um cargo de confiança, fazer um pagamento, autorizar o pagamento de R$ 33 milhões, sem que o seu superior tivesse conhecimento. É, no mínimo, muito, muito estranho, pra qualquer um e principalmente pra gente que conhece um pouco das ações do serviço público.

Era isso, senhor presidente. Obrigado.

Fls. 1212
PROCURADORIA PÁG. 2162
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2178 RÚBRICA

O SR. DOUGLAS BORBA – É, eu concordo e só digo ao senhor que isso não aconteceria, como nunca aconteceu, na Casa Civil, que era a Secretaria que eu respondia, né? Então lá, de fato, isso não aconteceria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Boa noite ou bom dia, como diz o Sopelsa, né?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O coordenador-geral, aliás, o Controlador-Geral afirmou no depoimento que foi constrangido pelo senhor para que a compra dos EPIs, aquele do valor de 77 milhões, fosse realizada até as 12h da quinta-feira, véspera da Sexta-Feira Santa.

A minha pergunta é a seguinte: o que o senhor falou pra ele que constrangeu aquele homem tão puro?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom. É importante fazer alguns esclarecimento. Eu assisti também o depoimento dele é... hm, de fato não concordo com as falas dele é... em vários sentidos.

O primeiro deles é que ele esquece de dizer que quem chamou ele pra participar da análise dessas compras de EPIs fui eu. Quem ligou pra ele na Quinta-Feira Santa dizendo o seguinte: vem aqui na Defesa Civil, por favor, analisar um processo de compra, fui eu. O Estado, eu já contei essa história pra vocês, estava com dificuldade de adquirir qualquer coisa ou tava adquirindo a preços absurdos, a máscara a R$ 16,00 ou a R$ 19,00, não lembro, por exemplo. E é... desta compra que eu fiquei sabendo, diferente da dos respiradores, que se eu ficasse sabendo dos respiradores eu também teria chamado, eu teria chamado, a CGE e a SIG, pra participar, como tinha lá atrás já orientado todos os Secretários que chamassem a SIG e a CGE pra participar. Então, desse processo dos EPIs, quando eu soube, eu chamei a CGE. E aí o fato que ele narra é o seguinte: nós, com estoque baixo, Quinta-Feira Santa, certo, ponto facultativo no Estado, sexta-feira feriado, sábado, domingo. A CGE tinha um costume, foi admitido por ele aqui, de pedir de 48 a 72 horas pra analisar um processo licitatório. Então nós estaríamos Quinta-Feira Santa, sexta-feira feriado, sábado, domingo, inertes. Passaria a analisar o processo, a CGE passaria a analisar o processo segunda, terça e talvez quarta. Daria uma semana pra analisar um processo licitatório, apenas pra dizer se daria ou não pra adquirir. Foi naquele momento que, de fato, angustiado, eu disse pra ele: não, Luiz, tu não tá entendendo, diz se esse negócio dá ou não até meio-dia – isso era por volta das nove horas da manhã, nós estávamos na Quinta-Feira Santa na Defesa Civil pra trata... é... salvo engano tinha uma coletiva do Governador nesse dia de manhã, por ser ponto facultativo a gente fez de manhã.

E aí, como o problema dos EPIs tinha sido externado pelo Helton no dia 1º, no dia 1º à noite foi uma loucura, todo mundo tentando achar algum... alguma forma de adquirir, e a partir daí nós fomos construir plano *a*, plano *b*, plano *c* e plano *d*. Plano *a* qual seria? A importação que já tava em curso da Secretaria da Saúde, eles já tavam é... falando com alguém do Ministério da Saúde, enfim, só tava aquele detalhe que pra mim era importante do pagamento adiantado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É esse momento que o Governador manda uma carta pro ex-Ministro pedindo uma carona no avião da vinda da China?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu desconheço essa carta. Não... não passou por mim.

PROCURADORIA PÁG. 2163
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2179 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tem uma carta assinada pelo Governador ao Ministro, à época o Mandetta, dizendo o seguinte: soube que estão buscando com o avião da FAB e compramos equipamentos da China. Gostaria de ver a possibilidade de uma carona.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, eu desconheço essa carta. Eu não tomei conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor, que estava sempre com o Governador e... o senhor acha que essa compra era o respirador?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não faço ideia. Na verdade... é... a gestão da crise em si ela coube ao Secretário da Saúde. Então haviam participações entre o Secretário da Saúde e o Governador que o Secretário da Casa Civil não participava.

Mas retomando ao constrangimento alegado pelo... pelo servidor, Deputado Kennedy, foi nesse teor. Não dava pra gente aguardar uma semana pra ter um parecer por parte da CGE, se um procedimento, que era um termo de cooperação na realidade, poderia acontecer ou não. Então foi nesse teor. Uma cobrança de dizer o seguinte: olha, até meio-dia diz se dá ou não dá, porque nós precisávamos de um plano *b*, e o plano *b* já era constituído, que era uma ata de registro de preço lá na Secretaria da Administração. Então nós tínhamos um plano... um plano *a*, que era importação, um plano *b*, que era a ata de registro aberta na Administração, e um plano *c*, que era a própria Secretaria da Saúde através da SGA buscar fornecedores. Nós atacamos três frentes. Se nós conseguíssemos naquele momento alcançar as três frentes, que bom, tem EPI para fornecer inclusive pros Municípios, porque como eu disse, os Municípios maiores já tinham dificuldade de adquirir, o Estado tinha dificuldade de adquirir. Imagina o Município de Arroio Trinta, com a sua unidade, com o seu postinho de saúde?!

Então ao invés de repassar dinheiro aos Municípios, nós pensamos lá no início que se nós conseguíssemos comprar em grande quantidade pro Estado, ao invés de passar dinheiro pros Municípios, nós vamos entregar EPIs para os Municípios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Secretário...

O SR. DOUGLAS BORBA – Era essa. E aí o Controlador, enfim, entendeu de maneira adversa, talvez eu tenha sido um pouco enérgico quanto a.. ao pedido, mas é que pô, é, é, nós estamos em pandemia, em pandemia, me desculpe, não tem Quinta-Feira Santa, não tem sexta-feira feriado, não existe sábado, não existe domingo, porque o vírus está circulando, o vírus não tá de férias ou de feriado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu até entendo o senhor, porque ele saiu daqui dizendo que a gente constrangeu ele, só porque perguntou, e também me faz saber a certeza daquilo que a gente falou aqui, Deputado Cobalchini, que a CGE, que foi criada pra trabalhar na prevenção, ela está funcionando, infelizmente, como um instituto médico legal para fazer o exame legista é... do... do... Como é que foi, Deputado João Amin, que ele disse que era roubo e depois que ele falou, era?...

(*O Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. "Ilicitude."*)

Ilicitude.

Em março foi divulgada a formação de um grupo especial para análise de compras emergenciais com a participação do Ministério Público de Santa Catarina, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça, Procon e órgãos citados que foram na reportagem que tem no *site* lá do Ministério Público e Tribunal de Contas. A ideia era ajudar, segunda a nota, a não ter problema como o analisado por essa comissão, ou seja, era pra prevenir e cuidar pra que as compras fossem feitas. Contudo, o diretor de Licitações da Secretaria da Saúde, que veio aqui e afirmou que a atuação desses outros órgãos de controle, no que se refere às aquisições para enfrentamento da Covid, palavra dele: ficou apenas no campo de ideias.

PROCURADORIA PÁG. 216
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 218 RUBRICA

O senhor, como Chefe da Casa Civil, teve uma frase que eu ouvi que eu acher até interessante, dizendo que o Governador confiava tanto no senhor que era como se ele tivesse terceirizado a cadeira de Governador para o senhor. Teve pessoas que disseram que a sua força era tão grande que quando falava... Aliás a Má... a secretária... a funcionária Pauli disse que ouviu muitas vezes do senhor, nas conversas: acabei de falar com o Moisés. E outra fala: isso é decisão de governo.

Eu pergunto e faço essas citações porque se tinha essa atribuição de assistir o Governador do relacionamento com esses outros Poderes, o senhor acompanhou o trabalho desse grupo ou não?

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Sobre esse grupo é... na verdade surgiu a ideia de fazê-lo no dia 22 de março, é... em conversa com a própria servidora. É... ali, de fato, eu fiz um contato telefônico com o Governador, sentindo essa necessidade também, até pra assegurar a lisura em todos os processos, assegurar que o devido processo legal fosse obedecido em todas as compras, imaginando o que já estava por vir diante da dificuldade de aquisição que era narrada pra gente naquele momento. É... e a partir daí a gente na verdade dividiu algumas funções no governo, cabendo ao Secretário da Administração Jorge Tasca fazer o gerenciamento desse grupo.

O que coube a mim nesse momento, né? Fiz o contato com o Governador, dei um retorno pra servidora Márcia, dei um retorno pra ela dizendo, sim, Márcia, falei com o Moisés agora e ele está fazendo contato com o Adircélio e também com o Fernando Comin, enfim, essa narrativa eu já fiz pros senhores aqui hoje, a fim de montar o grupo pra que a gente tenha é... a fiscalização na questão de preço das empresas e também identificar aquelas que estejam praticando o grupo.

A partir do dia 23 o grupo foi criado, mas a Casa Civil não participou desse grupo. Agora, eu tenho conhecimento que do grupo participaram nesse início tanto o Tribunal de Contas, com três servidores do Tribunal de Contas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A partir de quando?

O SR. DOUGLAS BORBA – 23.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – De?

O SR. DOUGLAS BORBA – De março. Participaram desse grupo o Tribunal de Com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, ou seja, vossa excelência está dizendo que quando o... toda essa... esse erro foi feito já com a participação desses... desse grupo?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Não... na ver... É, na verdade assim, o grupo foi montado, ao que eu tenho conhecimento, no dia 23, 22 eu passei pro Secretário Tasca todos os nomes que foram indicados pelos Poderes, que encaminharam ao Governador, foi um... Vou fazer juntar também, tá, Deputado Kennedy, é... foi um membro do Ministério Público, três membros do Tribunal de Contas, além da SIG, além da CGE. Então a CGE já participava lá no dia 23 dos processos de compras e a partir... e também servidores da Saúde.

A servidora Márcia ela passou a enviar diversas propostas nesse grupo, é... mas ao que me consta, e aí narrado pela servidora é... pela Secretária Naiara, da SIG, ao que me consta o grupo ficou um pouco disperso com os... com os integrantes do... dos órgãos externos, é... e aí os órgãos internos é que passaram de fato a abordar de maneira pessoal a Secretaria da Saúde, tanto é que a SIG, e aí repito, a SIG mandou uma informação pedindo lá no dia 25 se precisava de alguma ajuda num processo de compra da Aeonmed, que na época, como eu não participava do grupo eu não sabia, mas que a servidora Márcia teria encaminhado nesse grupo – aí não sei se ainda estavam com participação do Ministério Público, se estava com participação do Tribunal de Contas. Eu só sei que a Secretária Naiara

Fls. 1520
PROCURADORIA PÁG. 2165
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2181 RÚBRICA

me mandou um *print* disso, agora recentemente quando essas notícias todas foram pra mídia, narrando que a Secretaria de Estado da Saúde não... que a servidora, melhor dizendo, não respondeu à Naiara quando interpelada sobre essa compra. Então a Naiara disse: olha, vocês precisam de ajuda sobre essa compra? E a Secretaria da Saúde ou a servidora não se manifestou a respeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É... tem uma coisa que as pessoas não conseguem entender, Deputado Milton, me perguntaram e eu fiquei assim... Ué? O Estado de Santa Catarina está entre o top 10 de Estados mais transparentes em relação à pandemia da Covid. Eu não sei se eu digo como ou se eu tenho pena dos outros Estados, né? Porque se o Estado de Santa Catarina hoje ocupa a sexta colocação, Presidente, como o Estado mais transparente desse processo, é... é... eu não consigo entender.

O que o senhor explica sobre isso daí?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu acredito que depois do dia... é... 2 de abril, quando de fato é... eu vi, eu estava na Secretaria da Saúde e ouvi que eles estavam fazendo procedimento sem a participação da CGE e que foi o dia que eu liguei pro Luiz Felipe e disse: cara, tu tem que tá aqui, tu tem que olhar esses processos. Né? Acredito, não, eu sei que a partir daí ele colocou auditores da CGE lá dentro da Secretaria da Saúde e que a partir daí todas as compras estão sendo auditadas. É... os problemas eu acredito que estejam pra trás. Então, é... não sei quais os índices que medem, não sei de que maneira é feito esse ranqueamento, mas de fato, depois que os órgãos de controle passaram a atuar é... nas aquisições do Estado, eu imagino que esse índice de Santa Catarina tenha melhorado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – De que tempo em tempo, como é que era a sua conversa com o Governador?... Porque, veja bem, o senhor disse aqui que a Secretaria é uma grande ilha.

O SR. DOUGLAS BORBA – A Saúde, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Saúde.

O SR. DOUGLAS BORBA – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O ex-Secretário, o ex-Secretário que teve antes do senhor disse que cada Secretaria pode comprar até 5 milhões e isso pode passar inclusive sem passar pelo Secretário. Ele disse aqui que daí é repassado às...

O SR. DOUGLAS BORBA – Apenas as Secretarias finalísticas, né, que são quatro. Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O restante passa pelo grupo... existe o Grupo Gestor?

O SR. DOUGLAS BORBA – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual é o teto do Grupo Gestor?

O SR. DOUGLAS BORBA – O Grupo Gestor ele analisa todas as compras acima de R$ 650 mil, salvo das quatro Secretarias finalísticas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quais são as Secretarias? Só para o pessoal que está nos assistindo.

O SR. DOUGLAS BORBA – É Administração Prisional, Segurança Pública, Secretaria da Saúde e Educação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

Agora o senhor, como Chefe da Casa Civil, o senhor conversava sempre com o Governador? Sentava, antes da *live*? Não vou falar em *live*, porque *live* a gente já sabe o que era aquele negócio lá. Mas assim, a conversa, o seu gabinete era próximo? A conversa que o senhor tinha, é... nos jantares que o senhor ia lá, é... como é que era? O Governador perguntava assim pra ti: Douglas, como é que está lá na Secretaria? Porque pelo que a gente viu e ouviu aqui de todos que depuseram aqui, você era o cara forte do governo. Eu quero

PROCURADORIA PÁG. 2166
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2182 RUBRICA

perguntar o seguinte: o Governador se reportava a ti, pedia, ele tinha interesse em saber como é que estava?

O SR. DOUGLAS BORBA – Na verdade, durante a pandemia, Deputado Kennedy, é... quebrou-se muito disso, né? Na verdade a gente tinha frequentemente, em tempos normais, diálogos com Governador é... mais frequentes, e a gente de fato trocava ideias sobre assuntos de diferentes áreas é... da administração pública. Durante a pandemia, houve uma quebra de rotina de todos, né? E a partir dessa quebra de rotina de todos também, nós intitulamos o Secretário da Saúde como o gestor da crise. E aí, mais uma vez eu digo pro senhor, é... os assuntos que eu tratava com o Governador é... eram assuntos é... de outras áreas do governo, pouquíssima coisa relacionada à saúde. A saúde quem tratava mais era de fato o Secretário da Saúde, que era o gestor da crise da pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor sabe da fragilidade que existe no Sistema Geral de Processos Eletrônicos, que qualquer um pode baixar? Eu não sei se o senhor tem contato ainda com o Governador.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não tenho mais falado com o Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas alguém tinha que levar essa informação para o Governador, que é muito interessante porque hoje, pelo que disseram aqui, se tiver uma assinatura do Governador em algum processo, é possível baixar esse documento e colocar num outro qualquer.

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu não acredito nisso, Deputado. Pelo menos não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por quê?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Porque eu não sei de nenhum caso no governo, nem de governos anteriores que já tinham o SGPE, nem do nosso governo agora, de todos os secretários, enfim, nesse um ano e quatro meses...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu fico preocupado, porque o senhor como um homem forte do governo não sabe disso e isso foi relatado aqui pelo jurídico da Secretaria, pelo setor de licitação da Secretaria, pelas funcionária e pelo próprio Secretário Helton.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. Eu desconheço. Dos processos, mais uma vez eu digo, os processos de SGPE que incluem licitações, enfim, ou contratos é... lá da Secretaria da Casa Civil, eu posso afirmar que isso nunca ocorreu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu entendo... eu entendo que as pessoas, no seu caso é de Biguaçu, no caso do Governador, de Tubarão. Até quando nós, Deputado Ivan, nos referirmos ou nos referimos aquela da SC PAR, é... na tribuna, é... ficaram muito bravos com a gente, que a gente falou, não de forma pejorativa, mas a... a "República de Tubarão", por conta que o Secretário, o Lucas Esmeraldino colocou bastante gente no governo, assim como falam da "República de Biguaçu". Assim como era o Luiz Henrique Governador falavam da "República de Joinville"; quando era o Pinho, falavam que era república, ou seja, é uma prática, até porque as pessoas que vão pro governo acabam trazendo pessoas próximas.

Mas o que me chama a atenção, Douglas, é que nesse processo todo, a tua ramificação, ou seja, as pessoas envolvidas e, de repente aparece alguém como o Leandro, que eu não fiquei ainda convencido com a tua resposta, como surgiu o Leandro. Não fiquei.

Mas não é só isso, quando estourou o processo, que o cara lá da Veigamed telefona pra servidora e diz assim: escuta, fica tranquilo, nós somos confiáveis, fica tranquilo, eu vou dizer para uma pessoa daí procurar. Daí aparece um tal de Gil, o Gil aparece lá dizendo: ei, sou o Gil, sou amigo do Douglas. E... eu tenho ainda o jogador não sei o que lá, e... e a Mauli fala isso no depoimento que diz que é o Gil, amigo do Douglas, ela vai, tá lá no depoimento, ela vai no Instagram desse Gil e vê fotos com você.

15222
PROCURADORIA PÁG. 2167
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2183 RUBRICA

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado. Acho que precisamos restabelecer algumas verdades aí.

Primeiro que eu assisti o depoimento do Gil, é...do Gil na Deic, né, e ele afirma de fato que não é meu amigo. Também na questão do Instagram, na verdade é... eu sou uma pessoa pública, me considero uma pessoa pública, exerci cargos públicos nos últimos doze anos, é... tem ali perto de onze mil seguidores, pessoas que me seguiram, mas eu sigo de fato os meus amigos, e eu não sigo ele, por exemplo. Todos os senhores têm rede social, uma coisa é a pessoa nos seguir, onze mil pessoas me seguem e certamente eu não sou um amigo desses onze mil pessoas, perfeito? Então é... eu sigo ali alguns dos meus amigos, então não há essa correlação. E, terceiro, eu desautorizo e sempre disse isso em colegiado, porque muitas vezes tentaram... tentaram é... adentrar algumas Secretarias e alguns órgãos dizendo: o Governador pediu pra eu vir aqui ou o Douglas pediu pra eu vir aqui, ou qualquer outro, Secre... pessoa pública pediu para eu vir aqui e eu desautorizei sempre, continuo desautorizando qualquer pessoa dizer é... a falar em meu nome, em qualquer órgão público.

É... o que me causa estranheza é porque a ex-superintendente Márcia é... já que tinha o meu contato, não passou uma mensagem para mim perguntando: Douglas, está aqui na Secretaria falando em teu nome, fulano. Pra ver se me confirmava, assim como ela fez com Leandro Barros, quando eu mandei a mensagem pra ela no dia 2 de abril, que foi quando eu mandei o contato...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tava procurando exatamente isso, porque tem uma parte que ela diz que recebeu alguém e mandou, perguntando, pode falar em seu nome, e você disse sim.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não. É... é... na verdade não é bem isso que ela diz, né? Ela diz o seguinte: Douglas, me procurou o Leandro Barros, passou o contato, né, você pediu pra ele falar comigo? E aí eu confirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E daí fez um *print* da tela ainda e mandou pro senhor?

O SR. DOUGLAS BORBA – E aí eu confirmo. Daí eu disse: olha, ele tem a possibilidade de nos ajudar no processo de importação de EPIs, que foi o único momento, reitero, em que o Leandro é... enfim, através de mim, apresentou uma possibilidade à Secretaria da Saúde. Então, eu... eu mais uma vez digo pros senhores, né... e ela ainda tem o cuidado de dizer o seguinte: É... olha, eu sempre tomo por cautela, está na mensagem, perguntar ao Secretário porque muita gente se apresenta aqui em nome de todo mundo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum, ela fala isso.

O SR. DOUGLAS BORBA – Ela fala isso. E eu digo: muito bem, faça isso sempre.

E por que que ela não fez isso nos outros momentos? Quando o tal do Fábio entrou em contato com ela, quando o tal do Gil entrou em contato com ela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pelo que a gente percebeu aqui, ela não fez isso porque o Secretário o Helton dizia fica calma, fica calma, parece alguém que diz eu vou mandar alguém conhecido, aparece o Gil, ele fala no seu nome, ela vai no Instagram, vê foto com o senhor e com o André lá no Instagram, com o jogador André Santos...

O SR. DOUGLAS BORBA – André Santos, André Santos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pesquisou no Instagram e viu Gil com André e o Douglas também...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, eu não estou nessa foto, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu não posso dizer... eu não, eu não...

PROCURADORIA PÁG. 2168

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, eu sei qual é a foto, mas eu não tô nessa foto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu estou me referindo ao que ela fala lá no... no depoimento.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2184 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não procurei essa foto, até porque eu tô falando aqui a partir da fala dela.

Mas deixa eu lhe perguntar uma coisa: quem do governo fazia as definições das compras? Porque nós conversamos há pouco com o Helton, o Helton disse: eu fui contra o hospital Mahatma Gandhi e passaram para a Defesa Civil.

Nós temos... eu tenho uma fala da menina da... da servidora... (*folheia documentos*). É tanto papel, Jesus. Está aqui: que a empresa... a proposta chegou pelo Douglas e foi tranquilizada pelo Leandro. Proposta chegou pelo Douglas, conforme o senhor mandou, que o senhor mandou primeiro o protótipo. E a tranquilização é que o Leandro diz: fica calma que vai dar certo.

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito. Vamos lá.

No dia 24 de março eu encaminho para a servidora Márcia alguns protótipos que eu já havia recebido, dentro daquela ótica de que o próprio Secretário Helton solicitou que encaminhassem tudo para lá. Um dos protótipos, e eu vou fazer juntar aqui qual foi o protótipo, o único protótipo de respirador, o resto aqui é máscara, é teste, tem de tudo aqui. Tá? O único protótipo de respirador é um respirador da marca Ventilogos, de denominação S21. Ventilogos S21, ou seja... e não é proposta, proposta... Eu considero proposta o seguinte: endereçada ao governo do Estado, com valor, com quantidade, com prazo de entrega, isso pra mim é uma proposta. O que veio simplesmente pra mim foi um protótipo que eu encaminhei pra ela.

Coincidentemente esse cidadão que ela denomina como décimo segundo ou doze, enfim, coronavírus, também mandou esse protótipo pra ela. Não seria mais lógico ela antes de deduzir qualquer coincidência, me mandar uma mensagem perguntando se fui eu que indiquei, perguntando se essa pessoa tinha acessado através de mim, enfim. Mas não, senhores, do dia vinte cinco de março, e está aqui no meu histórico de conversas que eu vou colocar inteiramente à disposição dos senhores é.. é... é... Na CPI. Entre o dia vinte cinco de março e o dia primeiro de abril, eu sequer falei com a Márcia. não há qualquer conversa minha com a Márcia nesse ínterim, de vinte cinco de março e primeiro de abril. E foi justamente nesse período que se procedeu toda a compra. Se eu tivesse qualquer indicação, ou se fosse um fornecedor que ela gostaria de ter uma... uma avalista. Dizer não, conheço o tal. Não seria mais prudente da parte dela, ou de quem quer que seja lá da Secretaria de Saúde, mandar uma mensagem que seja, ao invés de ir lá no instagram olhar foto. Manda uma mensagem, vem cá fulano de tal apresentou o S21 da Ventilogos, que registra-se. [*Transcrição: Roberto Machado Martins*]

Não tem nada a ver com C35, C30, é... esse negócio da Ae on med, Ion med, sei lá, não tem nada a ver! É uma outra empresa, um outro produto, e com um telefone aqui do Espírito Santo e tal, né. Foi isso! Foi isso que foi encaminhado para ela, e eu vou fazer juntar na CPI. Então em momento nenhum, momento nenhum, ela me procura pra dizer: Douglas, você que mandou esse fulano falar comigo? Porque eu diria: Não! Eu não conheço. Assim como disse "sim" quando mandei o contato pro Leandro, que ela disse: Douglas, você pediu pra esse cidadão falar comigo? Eu disse: Esse sim. Porque ele pode ter uma alternativa pra solução da nossa importação da China de EPIs.

Então assim, é... Ao mesmo tempo que ela diz que aqui achou que era uma indicação minha, mas lá no dia 02 me manda uma mensagem para confirmar? "Ah! Eu sempre tenho a cautela." Sim, ela usa essa expressão. "Eu sempre tenho a cautela de

PROCURADORIA PÁG. 2169
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2165 RUBRICA

confirmar" com o secretário se de repente mandou alguém mesmo falar comigo. Por que que não fez antes?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, é... Eu acho que a... O depoimento da Márcia, do Helton e do Douglas, hoje aqui, só faz reforçar a necessidade da gente, próximo passo, a gente fazer uma acareação, porque é... O que me dá a impressão é do... Da síndrome do jardim do Éden. A síndrome do jardim do Éden é um negócio impressionante. É um colocando a culpa no outro, e aquele que fala menos é que paga o pato. Então acho que são coisas colocadas, não, não tô dizendo, Douglas, que não tô acreditando, mas são coisas que "você falar...", "você falou...", "você fala...", "a Pauli fala...", "o Helton falou...", "o cara lá do jurídico falou..." ou seja, nós estamos aqui numa série, eu só não peguei o... O outro depoente, que é o Leandro, porque não estava na CPI, ainda era o Deputado Marcos Vieira.

Mas é um negócio assim que você é... vai ouvindo... E eu quero lhe parabenizar, pelo menos o senhor tirou a máscara, que é possível a gente fazer a leitura não verbal porque o outro sequer conseguiu tirar. E uma das coisas que eu gosto de fazer é essa leitura, a expressão do rosto, dos olhos, essa leitura que é importante a gente fazer pra saber em que ponto as coisas tão sendo feitos.

Então, senhor Presidente, eu acho que acareação vai ser de um bom ponto pra gente é... tirar algumas dúvidas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado, Presidente.

Senhores Deputados, Borba, bom dia, né. Seus advogados também.

O senhor teve conhecimento das declarações do senhor Rafael Wekerlin, da importadora, onde afirmou em 1° de maio que desistiu da proposta por terem lhe feito uma solicitação de propina de R$ 3 milhões?

O SR. DOUGLAS BORBA - Tive conhecimento pela imprensa, ã... Naquela época, e depois de assistir o depoimento dele também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Qual foi a postura e a atitude que vocês tomaram quando ficaram sabendo dessa proposta?

O SR. DOUGLAS BORBA - Primeiro tentar localizar e saber se isso de fato é... Procedia né. É... E... Na verdade nos foi afirmado a todo momento que não, que não existia nada de... De negociação nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Não foi... Ou seja, não se... Não se visualizou ninguém do Governo que tivesse feito...

O SR. DOUGLAS BORBA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Esse pedido...

O SR. DOUGLAS BORBA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Essa proposta...

O SR. DOUGLAS BORBA – Exatamente. Apesar disso a CGE instalou ainda uma sindicância que tá em curso, né. Eu não posso afirmar em que estado está o andamento dela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, e o que foi feito nessa questão dos respiradores quando se descobriu a história, que a empresa talvez não iria cumprir, não estava cumprindo, não iria entregar, o que que foi feito pra tentar reaver o dinheiro ou garantir os equipamentos?

O SR. DOUGLAS BORBA – É, o que eu posso falar, é depois do dia 22 de abril, que foi quando eu de fato tive conhecimento dessa compra. É... E o Governador também

PROCURADORIA PÁG. 2170
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2186 RUBRICA

teve conhecimento nesse mesmo dia, mais uma vez eu digo como aconteceu: O Secretário Helton chamou uma reunião, é... Apenas entre eu, o Governador é... E o chefe de gabinete, pra tratar de um problema. E chegamos lá, o problema era esse, problema era que o Helton nos narrou que... Havia sido feita uma compra com pagamento adiantado e, e que também descobriu que esse pagamento adiantado foi feito recentemente, aí não sei precisar quando for, quando foi, e que nós precisávamos acionar aí a... A CGE, a investigação, polícia, Ministério Público, enfim, porque a empresa já não dava mais é... Ela... Me parece que dava prazos de entrega e não eram cumpridos, os prazos de entrega, e aí o secretário disse que é... Que iria de fato reaver o dinheiro, fazer qualquer procedimento, foi nesse momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E não chama a atenção o fato de que a Márcia vem aqui, expõe o seu nome, expõe o nome do Secretário Helton, que ela não teria competência para uma compra de 33 milhões e, ao mesmo tempo, os depoimentos de vocês indicam que ela, basicamente, operou, comandou ou organizou essa compra dos 33 milhões?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade eu não me refiro a ela. Se me fiz entender assim eu, eu, eu quero corrigir. É... A Secretaria da Saúde... Secretaria da Saúde... Organograma da Secretaria da Saúde é responsável por todas as aquisições da Secretaria de Estado da Saúde. Ela como superintendente de gestão administrativa tinha, ao que eu sabia, a incumbência de receber todos os fornecedores e enfim, né, e a partir daí fazer as escolhas, fazer as melhores escolhas pro estado. Agora, depois disso, tinha uma grande é... Um grande envolvimento de servidores da saúde ainda, né. Eu, eu apenas me referi aqui numa resposta ao Deputado Sopelsa, que não sei qual, qual a forma lá na Secretaria da Saúde de autorizar o pagamento. Né. É... Eu digo que o pagamento na Casa Civil, por exemplo, não é autorizado, né. Agora lá na saúde eu não tenho esse detalhamento pra saber se de fato ela teria autonomia pra fazer um pagamento dessa monta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - O que muitos catarinenses se perguntam é: e o dinheiro? Como é que vamos fazer agora pra recuperar esse dinheiro?

O SR. DOUGLAS BORBA – É eu... Até o tempo em que estive é... No governo, é... Se me permite até narrar um histórico aqui de algumas atitudes que eu, enquanto chefe da Casa Civil, procedi depois que foi informado dessa compra no dia 22 de abril, né.

Então no dia 28 de abril eu peço à nossa Cojur, lá da Casa Civil, uma análise no processo de compra. Então eu peço que a minha equipe de licitações entre naquele número do processo e olhe. Vê onde é que foram os erros, quais foram as fragilidades, quais foram os problemas, e eles me mandam um relatório que eu também vou fazer anexar na... na... na CPI, eles mandam o relatório no dia 29 de abril com os tópicos, eles são oito tópicos é... dos erros encontrados nesse procedimento licitatório. Então foi a primeira atitude que eu tomei após conhecimento.

De posse disso, é... Eu passei então a... É... Solicitei a Secretaria da Fazenda o porquê que essa compra não teria passado pelo grupo gestor. E aí a Secretaria da Fazenda me responde dizendo aquela exceção das secretarias finalísticas, que aí eles teriam autonomia na Secretaria de... De Estado da Saúde. E um terceiro ato, eu ainda procedo, enquanto chefe da Casa Civil, que é solicitar ao grupo gestor de governo que todas as dispensas de licitação, independentemente de valor, todas as dispensas de licitação prescindam de análise do grupo gestor de governo. Todas! Independentemente do valor. Porque a gente viu, e aí eu digo que do dia 22 que eu soube dessa compra, e do quão desastrosa ela foi, isso depois ainda foi... Foi...Foi... É... foi afirmado por todos do governo, pela CGE, pela SIG, pela minha Cojur. É... Eu disse: não, para, para.

Então todas as compras com dispensa de licitação hoje passam pelo grupo gestor do governo por uma orientação do chefe da Casa Civil, e eu também vou fazer juntar essa

PROCURADORIA PÁG. 2171
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2167 RÚBRICA

orientação minha em 29 de abril. Então é... É... Infelizmente pra trás, durante esses processos de compra, durante esses seis processos de compras que se diz né, é... Existirem é... Se teve uma autonomia da Secretaria de Estado da Saúde pra gerenciá-los e o Governo do Estado ficou aguardando que fosse executado o planejamento. O macro: Nós precisamos de mais 713 leitos de UTI. Ok. Saúde? Te vira. Saúde, te vira! Nós vamos tratar de outro assunto. A saúde tem que se virar na aquisição dessas... Dessas... Pra ativar os 713 leitos, e foi nessa... Nessa... Nessa Seara. Mas, enfim, é... Precisava narrar também esse histórico de atitudes da Casa Civil depois que soube dessa... Dessa barbeiragem aí da Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - E só pra encerrar, o senhor imaginou que a Gaeco estaria de manhã na sua residência, que a sua família estava em uma casa e senhor na outra quando a Gaeco bateu, foi informado por alguém que haveria essa ação?

O SR. DOUGLAS BORBA – Jamais, Deputado. Aliás isso é algo que... Que constrangeu é... que me constrangeu é... Sobre maneira, não só a mim, mas também a minha família que vem sofrendo bastante com isso, eu tenho doze anos de vida pública, não iniciei hoje, sou professor universitário da cadeira de Direito Administrativo, pós-graduado em Direito Tributário, Direito Constitucional e em Direito Administrativo. Formei centenas de alunos na universidade, na cadeira de Direito Administrativo, e sei tudo que precisa ser feito pra que um processo licitatório seja limpo, seja cristalino. Por isso que lá na Secretaria da Casa Civil, que é a Secretaria que eu respondi durante 1 ano e 4 meses, os senhores podem verificar todos os processos licitatórios, inclusive aqueles feitos com dispensa de licitação. Que foram poucos, mas um polêmico, inclusive, que foi um projeto de lei da publicidade durante a pandemia. Esse processo de dispensa de licitação lá da Secretaria da Casa Civil foi auditado pela CGE porque eu chamei, foi encaminhado pelo Ministério Público porque eu mandei, foi encaminhado pro Tribunal de Contas porque eu mandei.

O zelo, Deputado Milton Hobus, aos processos de contratação da Casa Civil, eu tenho responsabilidades. O que eu não posso ser responsabilizado, ou melhor, o que não pode ser feito é terceirizar responsabilidades. Isso sobremaneira deve ser feito. Eu atendi o Secretário da Saúde, o ex-secretário da Saúde quando ele manda num grupo dizendo o seguinte: "tudo que vocês receberem, vocês mandem pra lá." Além disso, eu mandei uma mensagem pra servidora que ele indicou, dizendo o seguinte: "olha tô mandando tudo que eu recebo, hein? Vocês filtrem aí." Nunca exerci e vocês não vão encontrar em lugar nenhum porque simplesmente não existe qualquer mensagem minha dizendo "faz!", "pode fazer!", "contrata!", "paga!" Isso não existe e nunca vai existir.

Eu, com doze anos de vida pública, o senhor foi prefeito oito anos, conhece bastante dos procedimentos também, eu conheço de secretário municipal que eu fui, de vereador da posição de vocês, fiscalizando as contas do município durante seis anos e, lógico com maior... Com maior é... Maior responsabilidade agora desse um ano e quatro meses que fui Secretário de estado da casa civil. Jamais incorreria num erro destes. E ter a minha vida, o meu nome, o nome da minha família, os meus amigos envolvidos, inclusive sendo citados aqui, é algo que me incomodou muito. É algo que me fez inclusive renunciar ao meu mandato de vereador em Biguaçu. Que eu renunciei. Não quis voltar pra vida pública, não quis voltar pra vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Douglas Borba, o senhor ao final vai ter algum tempo disponível para as suas considerações finais.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, Deputado Lima. Desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

Fls. 1527
PROCURADORIA
PÁG. 2172
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2183
RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Obrigado, Deputado Lima. Bom dia, Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom dia, Felipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu... Nós iniciamos aqui era cinco horas da tarde, são três horas da manhã. Então eu me senti muito bem representado aqui nas perguntas que os Deputados fizeram, faço um pequeno registro. Eu só, Douglas, lamento muito, se meu coração tava te olhando daqui, de coração partido. A gente conviveu, eu não sei se tu ainda tá no PSL, mas fomos correligionários, temos uma história junto, e eu vejo essa história degringolar dessa maneira, um processo sem explicação, então oro aí pela tua vida, né, fico de coração partido com tudo isso que aconteceu, com esse desastre que aconteceu no estado, fico realmente assim, eu tava olhando, essa queda vertiginosa de tu da Secretaria, até esse momento.

Então cara, de coração, isso é um desabafo até pessoal, desculpa, é até um momento emocionante para mim. Que Deus guie a tua vida, te ajude a superar, esclarecer esses fatos, que tudo se esclareça, né. Guia a tua vida, também é um avião que a gente tá dentro, né? Tem um Moisés como o piloto que pra mim foi muito incompetente, mas de coração, deixo isso aqui, é um desabafo pessoal. Que Deus guie a tua vida nesse processo, né, e te ajude na caminhada.

Muito obrigado, senhor Presidente.

Só registro que eu me senti representado nas perguntas, foram muito esclarecedoras, a relatoria do Ivan de parabéns, cavando, indo a fundo. Todos os Deputados estão de parabéns, né, esclarecedor. Então me sinto representado aqui, em virtude também três da manhã, estamos desde as cinco horas aqui, eu creio que todos devem estar cansados, mas creio que os trabalhos foram produtivos.

Volto a palavra ao senhor Presidente.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado Felipe, só um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Apesar do cansaço a gente não pode é... Deixar de aproveitar esse momento, né.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado Fe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A gente tem que aproveitar nosso tempo até o último... O último minuto né, que for necessário né, se for precisar sair daqui amanhã, às dez da noite, sairemos.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DOUGLAS BORBA – Só um esclarecimento ao Deputado Felipe sobre uma dúvida dele. Não, eu fui destituído da executiva do PSL já é... Saí antes do Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Douglas, eu vou ser... Ser bastante rápido, mas eu acho que a gente precisa é... Esclarecer algumas coisas porque os depoimentos eles são é... Muito ruins em termos de responsabilidade é... De um governo que tem que dar respostas pra população. É... Primeira pergunta que eu queria te fazer, de fato. Quem estava no comando da pandemia?

O SR. DOUGLAS BORBA – O Comando da pandemia era do Helton, Secretário de Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Helton, Secretário de Saúde.

O SR. DOUGLAS BORBA - Ele era aquilo que a gente entitulou de gestor da crise.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E qual era a participação do Governador disso?

PROCURADORIA PÁG. 2173
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2189 RÚBRICA

O SR. DOUGLAS BORBA - Haviam reuniões é... No começo, ali de 17 de março, quando foi o *lockdown* é... Até final de março, é... As reuniões eram diárias, e havia um volume muito grande de demanda de tudo quanto é questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E quem participava dessas reuniões?

O SR. DOUGLAS BORBA – Participava é... Eu tenho o rol completo, se o senhor me permite. Foi feito um grupo de gestão de crise, participavam diversos Secretários de Estado, Governador, a vice-Governadora, era um grupo bastante... bastante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k., O.k. Vamos ser... Ser... Ser rápidos. Os Secretários com o Governador...

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E aí eu imagino que as estratégias eram definidas entre vocês...

O SR. DOUGLAS BORBA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Diariamente, do dia 17 até o dia 31, quando a compra da Veigamed já estava... Veigamed já estava definida, todos se reuniam diariamente.

O SR. DOUGLAS BORBA – É, eu... Eu posso precisar que no início eram todos os dias, depois quebrou um pouco essa periodicidade, mas eu faço jantar no processo também as datas das reuniões, sem problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu fiz essa pergunta porque ã... Dentro do modelo de gestão de crise do Estado de Santa Catarina que deixou... Nós fizemos protocolo disso lá na Defesa Civil, sempre que é instalada uma crise, lá é um local feito com toda expertise pra reunir todos os atores, pra gerenciamento de uma crise, como uma calamidade pública, e o comandante em chefe é o Governador. Nunca ele pode terceirizar isso. Jamais pode terceirizar isso. Porque é uma calamidade pública, então o Governador terceirizar pra um Secretário que você disse aqui que era uma ilha, que não atendia nem o que o Governador pedia.

O que se esperar dessa gestão de crise, meu Deus!

Eu fui muito crítico desde o dia 17. Fui muito crítico. Da forma como a crise foi... Foi gerida. Alguns me... Acharam que eu estava cometendo excessos, mas os dados mostravam que nós estávamos certos. Não utilizaram os protocolos corretamente, o comandante em chefe não assumiu o comando, né, as decisões foram precipitadas e sem embasamento técnico algum, nem em parâmetros internacionais. Nenhum embasamento técnico, o que fez com que o nosso Estado de Santa Catarina pagasse um preço com desemprego de trabalhadores, com quebradeira de pequenos comércios, bares, restaurantes etc., porque se fechou o Estado de forma abrupta, sem dados técnicos que levavam a isso. E a prova é que os frigoríficos ficaram trabalhando, as indústrias ficaram trabalhando, as farmácias ficaram trabalhando, os restaurantes ficaram trabalhando no estado inteirinho. E só agora, Deputado Cobalchini, que começou a chegar o vírus lá no oeste, lá no frigorífico, lá na farmácia. Só agora! Que tá tudo liberado! Não é porque liberou agora, porque nós somos um Estado interiorano, eu falava isso, né...

O vírus vem de fora, e não vai chegar de 17 de março até começo de abril, como diziam os homens do governo, não sei senhor escutou isso, que em abril iam morrer seis mil pessoas e que nós tínhamos que ter 2.600 leitos de UTI abertos em três meses. Uma loucura! Nem um colegial aprendiz de Matemática erra uma conta dessa que o Estado errou. Daí o seu Helton, que é o gestor da crise, chega aqui pra nós e diz o seguinte, Douglas: eu fui contra o hospital de campanha. O meu negócio era abrir 713 leitos nos hospitais existentes. Que você era o número que o meu Secretário Adjunto." Eu queria perguntar pro senhor:

PROCURADORIA PÁG. 2174
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2190 RUBRICA

qual a participação do Secretário Adjunto nesse comando da crise que estava com Helton, era os dois ou era um só?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, eu... Eu pouco tive contato, pouco ou quase nenhum contato com André Motta é... Durante esse período da pandemia. Na verdade o que se via é que ele ficava responsável pela parte hospitalar, ou seja, por fazer a... Fazer a... O diagnóstico né, enfim, daquilo que poderia ser implantado na rede hospitalar catarinense para ampliação. Ao que me parece era a principal função dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu... Eu... Eu fiz essas perguntas porque ã... O secretário, O... O chefe da Defesa Civil hoje, que não é mais secretaria, é vinculado na nova estrutura diretamente ao Governador do Estado. Se o comandante da epidemia que é o Helton disse "eu sou contra o hospital de Campanha", quem decidiu gastar 70 e poucos milhões pra fazer o hospital de Campanha? Foi o coitadinho do João Batista?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, houve uma divergência bastante grande sobre esse tema, Deputado, essa é a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas quem decidiu, Douglas? O Grupo de vocês?

O SR. DOUGLAS BORBA – É. O grupo, o grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sem o Helton?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade o Helton foi é... Vencido, tá. E eu confesso pro senhor que é... Eu também fui vencido, eu também era contra esse hospital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Qual era a posição do Governador com o hospital de campanha?

O SR. DOUGLAS BORBA – Eu não... Não... Não... Não... Eu acho que ele era favorável, mas eu não posso afirmar, tá? Na verdade é o seguinte, o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ele assinou. Portanto era favorável porque ele assinou o processo.

O SR. DOUGLAS BORBA – É... Eu lembro das discussões muito claramente, mais uma vez eu digo isso, esses processos de compra eles tocavam nas suas secretarias, então eu não tenho detalhes. O que eu sei, e que e eu de fato também fui vencido nessa história dos hospitais de campanha, que eu também era contra, tá, é... Era contra investir em campanha, em hospital de Campanha antes de suprir a rede hospitalar, né. E conversei muito com Helton sobre isso, né. Mas aí, com base nos estudos que foram apresentados pela Defesa Civil, que eram catastróficos de verdade, se tomou a decisão de fazer o processo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas aonde a Defesa Civil tirou número? Ela não tem... Ela não tem expertise para fazer projeção matemática de número de mortes de seis mil.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado, mas aí tem que perguntar pra Defesa Civil. A gente tem que confiar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas vocês eram governo, se vocês não tinham informações, como é que vocês tomavam decisões pra gastar o dinheiro, meu Deus!

O SR. DOUGLAS BORBA - Nós conversamos com a Secretaria da Defesa Civil, ele nos apresentou... Eles nos apresentaram alguns estudos. É... E... Quando eu digo que eu também era contra essa aquisição do hospital de Campanha, pelo menos enquanto a rede hospitalar não estava sendo abastecida né, não estava sendo aumentada, é... É porque em determinado momento foi falado em dez hospitais de campanha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim, o próprio Governador falou nisso. Dez.

PROCURADORIA PÁG. 2175
COORDENADORIA DE ... Fls. 2191 RUBRICA

O SR. DOUGLAS BORBA - Foi falado em dez hospitais da campanha, eu disse: "olha, não... Gente, não é esse caminho e tal."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Agora... Agora...

O SR. DOUGLAS BORBA – Mas aí conseguimos encontrar em colegiado um consenso, né... Não foi um consenso, porque alguns foram vencidos, mas enfim, a maioria acaba vencendo, que foi a contratação de um hospital de Campanha, e que outros nove seriam licitados, não sei como é que tá isso hoje, mas seriam licitados pra ficar à disposição em caso de necessidades. Foi essa a retórica sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Douglas, no dia 08 de abril foi feito o edital do hospital de campanha, nós tínhamos nessa época apenas 501 pessoas infectadas no estado, e 65 cidade só que o vírus tinha chegado. 234 cidades não tinham chego, e sabe Douglas, eu gostaria que você fosse sincero, porque eu tive informações de dentro do governo, que essa decisão do hospital de Campanha foi tomada porque, inclusive a decisão do fechamento lá, que Santa Catarina foi o primeiro e tudo quando tinha só sete casos. Sete casos. Sete casos. Fechou todo o estado. Porque pesquisa de opinião pública do governo diziam que o povo tava a favor de fechar. O povo tava em pânico com a grande mídia fazendo as loucuras. E que o hospital de Campanha também foi uma decisão baseada em pesquisa, porque o povo via o Rio de Janeiro e São Paulo fazendo hospital, vamos fazer um aqui porque isso o povo vai aplaudir. Foi assim a decisão?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Deputado. Eu tenho conhecimento da pesquisa que tratou do lockdown, tratou do fechamento né, é... Isso na verdade foi noticiado, se eu não me engano, na... No Notícias do Dia e tal, que a maioria das pessoas é... Estavam com medo da pandemia né. É... e isso durante a análise do que o governo vai fazer foi levado de fato em consideração em algum momento, por questão de também a gente não ter dados concretos pra tomar as decisões. Agora em relação ao hospital de Campanha, não... Não tenho conhecimento de qualquer pesquisa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A constatação, Douglas, eu tenho dito aqui que nós vivemos uma calamidade administrativa no estado de Santa Catarina. Você falou aqui, relatou aqui, que não se conseguiu fazer um convênio na saúde, ã... Não se conseguiu fazer um convênio para reformar a escola, no primeiro ano, com as escolas caindo do telhado, com dinheiro sobrando, porque foi o recorde de arrecadação do estado, dinheiro, Fundeb Deb positivo etc, com dificuldade de atingir os 25%. Mas quem escolheu os secretários, foi o Governador. E você fez aqui um relato de que o... Secretário da Saúde não obedecia o Governador e não conseguia fazer as coisas, mas cadê o comandante? Que não tomou providência, não trocou o secretário, não fez a coisa acontecer. Então essa é a situação que o estado de Santa Catarina vive por falta de governo! Por falta de governo, né. E tudo isso que nós estamos presenciando aqui, por falta de capacidade dos integrantes do Governo, por falta de visão do comandante de gerir uma crise. Eu fui prefeito, deputado Cobalchini, e tive uma calamidade pública. Era eu que fazia a reunião com grupo de gestão todo dia às 6 horas da tarde, e eu que determinava isso e aquilo, eu que ia atrás, veio um monte de engenheiros e gente porque demoliu tudo, caiu pontes, foi tudo embora, sabe, veio um monte de gente lá pra ajudar. Queda de barreira tinha que fazer projeto. Pessoal tudo foi lá dizendo assim: "vamos ajudar, vamos ajudar!" Daí chegaram, sentaram na frente dos engenheiros lá... "Ó, fizemos isso aqui, o ideal é isso, isso e aquilo..." "Ah! Vocês consensaram isso? Tá bom! Então nós vamos fazer uma licitação." Olhavam pra mim: "Mas como licitação? O senhor pode fazer por dispensa, é calamidade pública.". Eu não fiz um, uma contratação por dispensa. Quinze dias o que que muda? Quinze dia na vida duma catástrofe. E aqui gente botaram o terror que os compradores vieram aqui e disseram: "vocês têm que comprar em 24 horas, tá aqui compra isso.". E daí ninguém assume. É isso que nós vivemos em Santa Catarina hoje, Douglas, por isso você está aqui. Porque ninguém quer

1531
PROCURADORIA PÁG. 2176
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2192 RÚBRICA

assumir e um quer botar a culpa no outro. Mas tem um comandante esse barco, ou não tem? Não tem. Desculpe o desabafo, mas é... A gente sai daqui frustrado. Frustrado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado, só uma pergunta. Eu só queria tirar uma dúvida. O... Você falou que um dos pontos dados basilares técnicos pra tomar as providências, foi uma pesquisa de opinião pública?

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, na verdade não foi um basilar pra tomada de decisão, né, mas é... A gente percebia, havia uma percepção de que as pessoas estavam de fato com muito medo, aquela pesquisa ela relatou também que as pessoas estavam com muito medo. Nós não tínhamos elementos técnicos ainda, suficientes, tava todo mundo tentando entender a pandemia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Daonde veio a informação que em abril nós teríamos 6.000 mortes?

O SR. DOUGLAS BORBA – Veio de um relatório entregue pela Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tem como mandar pra nós esse relatório, aonde a gente vai buscar esse relatório, eu tô atrás desde o primeiro depoimento aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA - Eu posso buscar, eu devo ter no meu relatório de conversas e eu posso buscar e encaminho pra relatoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Douglas, só pra você saber, veio o Secretário da Saúde e o Chefe da Defesa Civil, que os deputados sabatinaram via videoconferência, e daquela sabatina de três horas, saíram várias perguntas dos deputados. Que eles tinham que apresentar os relatórios pra gente, até hoje nós estamos esperando. Essa é a transparência do governo, até hoje nós estamos esperando...

O SR. DOUGLAS BORBA - Deputado Milton...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - De uma sabatina a resposta do... Da Defesa Civil. Entregamos todas as perguntas que vocês fizeram para a Casa Civil, pra que encaminhasse pra vocês. Então se você puder checar isso, e ver se o Secretário da Saúde respondeu também, porque até hoje nós não sabemos quantos leitos de UTI abriu, quantos respiradores entraram, pra onde foram, tudo isso nós perguntamos, até hoje nenhum deputado sabe nada...

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nenhum catarinense sabe nada.

O SR. DOUGLAS BORBA – Deputado, na verdade em relação ao governo eu não posso mais responder, não posso mais buscar essas informações também, sinto não poder contribuir nesse sentido. Mas sobre esse relatório foi entregue, Deputado Kennedy, eu... Eu tenho todas as mensagens do grupo de gestão de crise, certamente está ali, eu vou resgatar esse arquivo e me comprometo em mandar pros senhores aí ainda essa semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhores Deputados é... Uma das nossas atribuições aqui é quando algum deputado se sentir prejudicado nas suas perguntas ali, a gente tentar de alguma forma é... Colaborar com isso né, então a gente pode pedir também pra própria comissão é... Questionar o governo em relação essas questões aí pontuais para que seja uma informação né, Se o senhor assim considerar necessário. Importantíssimo.

Em relação às colocações ali muito bem feitas também é... Por uma parte ali do Deputado Sopelsa, e muito bem completas mesmo também do deputado Cobalchini, é... No que eles conseguem elencar ali uma série de... De atitudes né, tomadas pela administração do estado das quais é... Nenhuma delas resultou em nenhum é... Benefício efetivo mesmo. Foram elencadas aqui, uma por uma. É...

PROCURADORIA PÁG. 2177
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2193 RUBRICA

Eu fiz uma lista das pessoas que foram citadas aqui, né, com exceção do Governador Carlos Moisés e do José Florêncio, é... Helton Zeferino atribuiu à dona Márcia Pauli que atribuiu à dona Débora Brown, aí eu marquei somente essa Débora Brown, por enquanto aqui: Débora Brown... Brum. A Débora Brum aqui e... mas dispenso o requerimento de ser ouvida a Débora Brum mesmo, porque eu acredito que se a gente for seguindo essa linha do Governador, do Douglas Borba, do Helton Zeferino, do José Florêncio, da Marcia Pauli, da Débora Brum, a gente possa até acabar chegando na tia da... Do cafezinho, da faxina lá que vai ser responsável por ter autorizado essa compra. Então ali fica dispensado também a Débora Brum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Secretária da Fazenda está aí? A Secretária Adjunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Também passou, tramitou (inaudível). Mas pra fechar a minha aqui né... É... E aí é uma comunicação aos Deputados, da fazenda, ã-hã, o... O trato direto, aí a pergunta que ficou realmente prejudicada mesmo, o trato direto dessa ligação feita é... Por um deputado cujo qual o senhor não se recorda o nome, infelizmente né, trata-se diretamente da situação do respirador, é o que está nos autos.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, Não, não, não. Não é dos respiradores, Deputado, isso tem que ficar bem claro. É... Até porque o contato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque o senhor se lembra do conteúdo da conversa, deve se lembrar da... Do timbre...

O SR. DOUGLAS BORBA – É. Não, eu sei qual é o conteúdo, só que eu não quero errar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ã-hã.

O SR. DOUGLAS BORBA – ...em relação... O conteúdo até vou dizer, só não quero errar o nome. Isso eu posso trazer depois da CPI sem problemas. Mas era em relação a... A um hospital que estaria fechado em Balneário Camboriú ou Itajaí, alguma coisa assim, e que alguém procurou pra de repente habilitar esse hospital lá e tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas quando o relator perguntou não foi falado que seriam várias pessoas que ligavam fazendo indicações, indicações de empresas pra serviço. Foi essa pergunta e ela foi pontual...

O SR. DOUGLAS BORBA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E o senhor respondeu "sim, um deputado me ligou, porém..."

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, não, não. Isso não tá no relatório, eu não disse. Na verdade a gente recebeu indicação de deputado pra... Nesse caso específico eu lembro porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Porque o senhor como professor de direito administrativo, você sabe muito bem que advocacia administrativa praticada por alguém do legislativo constitui em crime.

O SR. DOUGLAS BORBA – Sim, mas não era, mais uma vez eu vou dizer, não havia correlação de obrigatoriedade na indicação, ao contrário, o Secretário da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Com exceção de um membro do legislativo, qualquer cidadão poderia ligar e falar assim "olha eu sei de uma empresa que tem disponível tal e tal equipamento.". Qualquer cidadão poderia fazer isso, um membro do Legislativo não.

Então eu comunico essa assessoria que também a exemplo do que foi feito ali com a secretária, a senhora Márcia Pauli, que também vamos a... Peço a assessoria que encaminhe correspondência perguntando a cada um dos 40 Deputados se houve um contato com o Secretário Douglas Borba pra tratar de indicação é... De fornecedor ou de material.

Fls. 1533
PROCURADORIA PÁG. 2178
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2194 RÚBRICA

E pra conclusão mesmo, eu... como todo Deputado fez um desabafo, né, os antigos samurais ali, eles adotaram um estilo de vida chamado *bushido*. E eles tinham uma saída muito honrosa, que cabia muito bem no caso ali do... Do que esse governo está fazendo, e com os erros que ele cometeu né, chama *harakiri*.

Eu quero agradecer o senhor aqui e dizer que o senhor tem alguns minutos pra fazer as suas considerações finais tá. E por tempo indeterminado, fique à vontade.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, Deputado.

Na verdade eu acho que é... Os nobres deputados estão é... Muito bem preparados e estão dedicados de fato a solucionar esse problema que é um problema de todo estado, e que é um problema e uma angústia pessoal minha também. É... Estarei aqui pronto para contribuir quantas vezes for chamado e quantas vezes for necessário.

Quero reiterar pros senhores que eu não tenho nada a ver com qualquer Veigamed, com qualquer pessoa que por ventura esteja envolvida com esse processo de compra dos respiradores. Vou fazer prova disso física, de todos esses elementos que nos último... Nas últimas semanas, nas últimas noites que eu não dormi, eu busquei na memória, busquei é... Nos meus arquivos pra poder fazer prova, pra que eu seja desvinculado de tudo isso que aconteceu. Mais uma vez dessa... Dessa trapalhada, dessa compra desastrosa que aconteceu na Secretaria da Saúde, e que não sei por quê, ou melhor, talvez pela... Pela ânsia de ajudar, pela ânsia de contribuir de alguma forma é... Aconteceu isso tudo na minha vida, mas enfim, é um drama pessoal, e que eu tenho certeza absoluta que vou superar é... Porque a minha versão não mudou, Deputados. A minha versão do primeiro depoimento, lá no dia 2 de maio, quando eu fui voluntariamente ao Ministério Público depor sobre tudo que eu sabia a respeito disso, exatamente a versão do dia 2 de maio, foi a versão do dia 9 de maio, e está sendo mais aprofundada hoje, aqui, de posse de todos esses documentos, é... No dia de hoje. E quantas vezes for necessário, eu virei para falar a verdade, Deputado Cobalchini, para trazer pura e simplesmente a verdade de tudo que aconteceu neste processo que eu tomei conhecimento no dia 22 de abril de 2020, quando há muito tempo já havia sido feito um pagamento, uma contratação, uma escolha.

Isso é importante dizer: eu não participei da escolha, eu não participei do processo licitatório, eu não assinei contrato, não pedi e nem sabia de pagamento. Onde está a responsabilidade do Chefe da Casa Civil nisso? Qual é a responsabilidade da Casa Civil, ou do Chefe da Casa Civil num processo que sequer tem participação? Então se, de repente, as falhas aconteceram, aconteceram infelizmente neste processo licitatório, assim como tudo leva a crer que aconteceram também em outros processos licitatório. Em nenhum deles eu posso afirmar que teve qualquer envolvimento da Casa Civil, qualquer imposição da Casa Civil, qualquer pedido veemente da Casa Civil. Em nenhum deles.

Então mais uma vez eu encerro dizendo que nós não podemos terceirizar responsabilidades, acho que a responsabilidade de cada gestor público ela é definida no rol das suas atribuições, e tudo o que for inerente à Casa Civil, inclusive as contratações, de 01 de janeiro de 2020 a 10 de maio de 2020, isso os senhores podem cobrar de mim. Qualquer explicação, qualquer responsabilidade, isso os senhores podem cobrar de mim. Agora, como o próprio Secretário João Batista esteve aqui nessa cadeira falando pros senhores, ele bateu no peito, os senhores vão lembrar, e disse o seguinte: "O responsável pelas licitações da Defesa Civil sou eu.". E eu digo: o responsável pelas licitações da Casa Civil sou eu. Agora, o responsável, Deputado Ivan, pelas licitações da Saúde, não sou eu. Não sou eu. Tá certo?

Agradeço a paciência de todos, me coloco à disposição, vou fazer... Acho que ficou um único documento, que é esse do... Da Defesa Civil pra eu entregar, além desse relatório que farei materializado também entregarei no gabinete do relator, ou por e-mail pro Relator.

0 SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na secretaria da CPI.

O SR. DOUGLAS BORBA - Para a secretaria da CPI, perfeito.

PROCURADORIA PÁG. 2179
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2195 RÚBRICA

E mais uma vez eu digo aos senhores, essa angústia dos senhores de descobrir de fato o que aconteceu é... Nessa compra dos respiradores é a angústia minha, particular também. Então o quanto antes a gente tiver o desfecho disso tudo, é... Tenho certeza, senhores, que será uma conquista pra mim também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na verdade a nossa grande angústia não é descobri muito o que aconteceu, porque o que aconteceu, ela está se desenrolando durante a comissão, é realmente se a gente vai conseguir reaver esses valores aí.

Consulto os senhores Deputados... se tem mais alguma coisa a declarar, a somar?

O senhor está dispensado, senhor Douglas Borba.

(*O depoente se retira do recinto com os seus advogados.*)

Mais uma vez pergunto, consulto aos senhores deputados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu tenho uma... Eu tenho uma questão de... Tenho uma questão de ordem, senhores Deputados, para resolver. Nós precisamos resolver.

Nós temos na próxima quinta-feira agendada uma acareação. Que foi... Que foi aprovada né, aqui eu tenho feito algumas resistências com relação a essa acareação porque, primeiro o... O Regimento diz que compete ao Relator a instrução do processo, certo? Então compete a mim fazer instrução dessa acareação. E o objetivo principal desse meio de prova consiste em buscar esclarecer as divergências, ou seja, o antagonismo que existe entre duas versões ou mais. Então eu preciso identificar o antagonismo, e apontar as divergências.

A acareação não é um processo que coloca três pessoas ali e mandamos falar uma contra a outra. É preciso identificar falas de cada um que precisam ser esclarecidas. Agora o depoimento... Nós começamos a nossa CPI às 17h, nós tivemos quanto tempo de depoimento? Cinco... Oito horas né? Praticamente de depoimento. Hã? Dez horas! Dez horas de depoimento. Então como é que nós vamos identificar dentro dessas dez horas de depoimento os fatos conflitantes pra fazer uma acareação.

E... eu tenho uma... Eu fiz aqui uma breve pesquisa né, é... Do que dizem os... Autores a respeito da acareação, e a acareação ela exige requisitos. A acareação deve ser prestada por... Deve ser feita com delegações prestadas, deve demonstrar a indispensabilidade desta prova, ou seja, a gente tem que demonstrar que essa prova é indispensável, e apontar as partes que estão... Que devem... Que serão controvertidas, ou seja, dos quais os depoentes devem se manifestar. E o STF tem dito que não há previsão expressa a respeito do momento processual de cada adequado para a realização de uma acareação, ou seja, ela pode ser realizada a qualquer tempo no processo.

E também o STF, num *habeas corpus* recente, disse que não é aconselhável, nem mesmo justificável, que a autoridade submeta a pessoa a acareação sem aquerir os fatos que pretendem sejam contraditórios. Fecha aspas. HC 81065, do Supremo Tribunal Federal.

Nós temos ajuizado o *habeas corpus* já pela Márcia Pauli. Já há um *habeas corpus* ajuizado para que ela não deponha, não faça acareação, não deponha nada contra ela, né? Houve uma liminar, a liminar foi dada por quê? Porque não havia intimação pra acareação. Não havia intimação dela pra acareação, portanto ela não tinha objeto pra conseguir o HC.

Eu queria compartilhar com vocês que eu acho que a gente pode fazer uma acareação, eu não tô dizendo que a gente não pode fazer, acho até que a gente deve fazer uma acareação. E... Mas eu não... Não encontro elementos para fazer a acareação nesse momento. Eu não me encontro preparado, nem com capacidade de preparar os elementos para fazer acareação nesse momento. Então eu tô apresentando requerimento, de que a gente faz sobrestamento da acareação, pra preparar os elementos. E o autor do requerimento, Deputado... Deputado... É... João Amin possa apresentar à CPI os elementos pelos quais ele pretende fazer acareação, e aí a gente marca uma nova data. Então a sugestão que faço à

PROCURADORIA PÁG. 2180
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls 2196 RÚBRICA

vossas excelências: suspensão da realização da acareação pra próxima quinta-feira, para ser marcada uma nova data, É... Pela impossibilidade de realização de acareação nesse momento.

Eu faço o pedido a vossas excelências e aguardo deliberação. Mas tô à disposição, respeito a posição de todos, se vocês decidirem fazer, é... Posso... Devo fazer, se decidirem aqui fazer, só quero deixar claro que eu não aconselho, neste momento, a gente fazer, e se acontecer de parar, de tiver uma liminar, tivermos uma decisão judicial que impeça o trabalho da CPI, eu quero registrar que eu deixei claro que a gente tá avançando, neste momento, desnecessariamente.

Fique registrado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado João Amin, vossa excelência vai fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Olha, eu achava desnecessário fazer uso da palavra pra ter que discutir, pela quarta vez, o mesmo assunto.

Eu sou quatro anos Vereador, dois anos Vice-Prefeito, tô no meu sexto ano de Deputado, e nunca discuti um requerimento quatro vezes. Mas vamos lá, eu estava preparado pra isso.

Eu, hoje, pacientemente, ouvi o Relator, que acho que também não tá, não tava preparado pros depoimentos, mas é uma opinião minha, por uma hora e quarenta minutos, fazer o testemunho da Márcia, uma hora e vinte minutos o do Helton, e desistir no do Douglas. Foi algo entre cinquenta e sessenta minutos. E eu, Presidente, acredito que, em cima da hora, um requerimento verbal, ele vai ter que ser apresentado formalmente, né, já que a gente deliberou isso. Mas eu não me oponho. Quem vai de... Quem vai determinar isso é o colegiado.

O Relator tem a sua função, o Presidente tem a sua função, o Vice-Presidente tem a sua função, e nós, Deputados, fazemos partes da Comissão. Nós já perdemos uma semana com o Covid, estamos discutindo pela quarta vez o mesmo requerimento. Há um compromisso, pelo menos é o que diz a imprensa, de ser apresentado o relatório em julho, antes das eleições. A medida jurídica, que a Márcia fez, foi excelente pra Comissão. O TJ negou a liminar dela, pedida por ela, no *habeas corpus* dela, pra ela não vim participar aqui. Quem disse que ela não vai pedir outro? Ou os outros aqui não vão pedir, tudo com o advogado bom. Quem disse que eles não vão conseguir uma liminar para impedir a acareação? Quanto mais a gente retardar isso, mais chance a gente vai dar de... De eles conseguirem essa não acareação.

Nós estamos há, não há dez horas, dez horas e meia nessa discussão, já que começou às cinco, e eu que tô com muito menos assessoria, devido à pandemia aqui, diferentemente da assessoria da Comissão, eu já tenho algumas contradições do Elton, da Márcia e do Douglas. O Relator propôs fazer quinta, antes da paralisação da Covid, os três depoimentos e na terça, que seria essa paralisada pela Covid, a acareação. Eu que abri mão pra fazer terça e quinta, uma na sequência das outras, pra não dar tempo deles se prepararem. A gente coloca aí no *Youtube* numa... Numa velocidade mais rápida, com os nossos assessores estão em casa, com nossos amigos, a gente consegue listar todas as contradições que quiserem. O pessoal da ata veio com uma formação de duas, quatro vezes hoje aí ó, pra ficar trabalhando dez horas e meia.

Agora, se quiser não fazer a acareação, quem vai somos os nove. Não vai ser o Relator, porque quem agenda é o Presidente, e já está agendado. O Relator vai ter que fazer em julho o relatório, e não sei se vai ter tempo hábil para cumprir a promessa que anda falando pra caramba pra imprensa, anda falando muita besteira pela imprensa também né, tá deixando pessoal pensando que vai dar em pizza isso, colocando todos nós em xeque.

PROCURADORIA PÁG. 2181
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2181 RUBRICA

E eu tô com muita energia, por mim eu fazia acareação agora. Eu faria agora! Vamos, vamos, vamos virar isso! Vamos virar isso, eu te ouvi cinco horas, cara (*dirige-se ao Deputado Ivan Naatz*). Eu te ouço mais, hoje eu tô com paciência. Eu te ouvi demais, mas eu tô aqui na CPI pra descobrir a verdade, e se eu tiver que aturar te ouvir dez horas, eu vou aturar. Agora, por que tu não estás querendo fazer acareação? Por que estás fazendo a gente discutir quatro vezes, três horas e meia da manhã, falta de respeito com os funcionários que estão aqui nos acompanhando. Muito obrigado por vocês estarem aqui hoje. Isso é uma falta de respeito, tu esperar todo mundo sair, estavas querendo que eu fosse pra minha casa, e eu não estivesse aqui pra discutir. Todo mundo já sabia que tu ias colocar isso aí, menos eu.

Quando o Kennedy falou que era necessário fazer a acareação, a tua assessoria se olhou assustada. O que tem de interesse por trás disso, hein, gente? O que é esse interesse, hein? O que é esse interesse, hein? E não era nem para terem ouvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado João Amin...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu vou discutir, eu tô com a palavra. Eu tô com a palavra, eu tô com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor está me tratando com... A intenção me permite...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Deselegância? Com mais elegância que você merece.

E para terminar, Presidente... E pra terminar, Presidente... Eu tô com a palavra, não tô, Presidente?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então poderia pedir para o Ivan Naatz respeitar? A acareação vai ser decidida pelos nove, e eu vou com a maioria respeitando.

Agora que tenha muita coisa por trás, não sei se a mando de Brasília, não sei se a mando de cá, dando ordem aqui, eu não vou me sujeitar à ordem. Não me sujeitei à ordem de ninguém, e não vou me sujeitar à ordem de ninguém. Os nove somos nós, soberanos, o Sopelsa, infelizmente, já não está mais aqui com a gente, mas a maioria vai decidir. E se tiver que deci... Que discutir cinco, seis, oito, dez vezes, eu vou discutir. Só peço desculpa pra todos vocês que estão aqui até agora, de estarem ouvindo pela quarta vez discutir o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor foi citado, Deputado. Quer fazer uso da palavra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu eu só queria dizer o seguinte: eu vou repetir, o Deputado João Amin tem insistido numa coisa que eu não quero fazer acareação, eu nunca disse. Eu nunca disse.

Deputado João Amin Eu... Eu... Eu não gostaria de ser chamado de "tu", de "você" de... Eu sou o Deputado Ivan Naatz, o senhor me conhece. Hã? É... Eu já disse aqui, que eu acho que é importante fazer acareação, já disse, eu acabei de dizer isso. Acho que deve fazer mesmo, a gente deve identificar os pontos. Fazer isso com cuidado com todo esmero. E eu não me considero, neste momento, pronto pra preparar um processo de acareação que é da minha competência, é isso. Preciso de um pouco mais de tempo. Até... É isso que tô dizendo pra vocês, eu preciso de um pouco mais de tempo para poder fazer esse preparo.

Enquanto isso a gente pode ouvir outras pessoas, trabalhar, avançar, e... Ou então, não tem problema nenhum. O que que a gente faz: faz acareação quinta-feira. Não tem problema nenhum. Só que eu vou chegar aqui quinta-feira, e vou dizer: pessoal, não tenho como preparar. Quem vai tocar? João Amin vai tocar? Então João Amin toca a acareação. Tá resolvido o problema. O que eu não vou é pegar uma responsabilidade com seis advogados, um desembargador, ex-desembargador, seis advogados extremamente

FLS. 1531
PROCURADORIA PÁG. 2182
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2198 RÚBRICA

competentes, vou colocar aqui na minha frente e fazer uma acareação, da qual eu não me encontro preparado para fazer. Para depois fazer uma ação contra mim, fazer uma ação contra a CPI, acabar com a CPI, porque um ou outro Deputado que fazer. Ele quer fazer e está acabado. Então eu só tô deixando bem claro isso aqui. Se der algum problema, não vai ser culpa minha. É só isso que eu tô dizendo aqui.

Desde o começo eu to dizendo isso: Se der algum problema, não vai ser culpa minha. Não aponte o dedo pra mim. Eu não tô aqui a serviço de ninguém, eu tô aqui à serviço do Estado de Santa Catarina. É isso que eu quero dizer pros senhores. Os senhores decidam. Os senhores decidam. Não, senhores decidam o que querem fazer, eu só quero deixar isso claro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhores Deputados, já que era uma questão de acordo entre os dois Deputados, eu vou... Essa presidência ela não vai colocar pela segunda vez, pela quar... Pela segunda vez, a votação do requerimento ali, né? E mais tarde, até se as partes se sentirem comprometidas com isso, justamente, né, esta presidência não vai colocar de novo em votação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpa, tem que colocar em votação o requerimento de minha autoria solicitando a suspensão da acareação. O senhor tem que botar em votação, não tem como o senhor não botar. E nós vamos decidir aqui. Cada um vai votar, se tiver que votar, vai votar. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tenho a necessidade de colocar em segunda votação ainda, Deputado João Amin?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O autor do requerimento tá pedindo pra ser colocado em votação, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas a gente costuma resolver as coisas da melhor forma possível, se existe um acordo entre vocês dois aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - ...Desde a primeira reunião, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ã-hã. Desnecessário, mas então, que vá pra votação o requerimento, até porque eu achava que se poderia fazer um acordo entre vocês dois, tendo em vista que os argumentos são fortes de ambas as partes, tu tem o teu direito...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado João, o senhor prepara a acareação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Coloca em discussão o requerimento? Em votação o requerimento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não. Deixa só eu lhe dizer o seguinte: eu vou preparar a acareação, então retira o requerimento e o senhor faz o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu vais deixar de ser Relator da CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu não vou deixar de ser Relator, mas eu vou tirar a responsabilidade de mim de ter que fazer isso aí que eu não tenho condições de fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Vais deixar de ser Relator da CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, é esse o problema...

Fls. 1538
PROCURADORIA PÁG. 2183
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2199 RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em discussão. Não havendo quem o queira discutir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, só uma... Só uma... Uma indagação. Obviamente que isso também nos incomoda um pouco. A gente está discutindo é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Faz parte também, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Faz parte, faz parte. Melhor se não fosse, se não tivesse.

A única coisa que eu discordo do Deputado João Amin, no início, bem lá no início, que eu entendia que a acareação deveria ser feita depois. Que se falou naquele momento de fazer a acareação já. Eu só ponderei que a gente tinha que seguir estritamente a questão do CPP, vamos ter um cuidado. Só isso. No mais, quero só fazer uma indagação, Presidente. O Deputado Ivan já falou tecnicamente. Questão técnica. Não é... Não tô aqui... Eu, por mim, também faria hoje, sem problema nenhum, amanhã, ou quinta, ou sexta, nós estamos aqui pra isso! Pra mim não tem problema nenhum. Mas eu quero fazer uma pergunta tecnicamente ao Presidente e ao Relator. É possível, tecnicamente, que a gente tenha amanhã, que é quarta-feira, e quinta-feira nós fazermos a... A acareação? Só para instruir também o meu voto, não quero apenas... Eu ter que optar entre uma coisa e outra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que assim, Deputado, se me permite explicar. A acareação nós vamos colocar as três pessoas aqui na frente, e vamos colocar umas contra as outras. Então nós temos que separar os pontos específicos. E vamos ter que criar uma regra específica para esse procedimento. Pra que eles não se digladiem, para que eles não se... Sabe? Um procedimento, uma regra específica, pra fazer uma acareação. Não é entrega um microfone para cada um e fale agora um na cara do outro aí. Precisa de uma regra pré-estabelecida. E essa regra pré-estabelecida não me encontro agora com condições de preparar, de fazer, é muito curto tempo. As atas são muito longas, os textos são muito longos. Entende? É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Nós saímos hoje daqui com data?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Fazer uma nova data. Acho que... Podemos marcar uma nova data. Eu sou a favor da acareação, eu só não sou... Eu só acho que ela não pode ser feita quinta-feira, porque a gente não tem condições de fazer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na primeira reunião?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Podemos fazer terça-feira. Terça! João, terça feira, tu não está de acordo? A gente pode fazer acareação na terça-feira

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Estás me chamando de João, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpa, Desculpa... (*Risos.*)

Agora o senhor tem razão. É pelo carinho que tenho por vossa excelência. Deputado João, vamo... Vamos terça-feira, fazer terça, então?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então não tem condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda em discussão. A votação agora do requerimento do Deputado Ivan Naatz, da suspensão da acareação.

Em votação. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Documento transcrito pela Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões

Fls. 1539
PROCURADORIA
PÁG. 2184
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2200
RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Queria colocar, senhor Presidente, que eu acho que nós devemos fazer acareação. Porque ninguém explicou nada aqui. Agora eu não sei juridicamente, eu não sou advogado, não sei nada disso, se nós vamos ter que ter preparado vídeos para mostrar os pontos conflitantes ou não, se vai haver tempo suficiente, é... Quatro horas da manhã, só tem o dia de hoje pra fazer isso, pra quinta de manhã estar pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até a questão das 24 horas da entrega da intimação, tem que entregar até as 10 horas de amanhã, de hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É. Eu acho que nesse aspecto, Deputado João, nesse aspecto só que é temeroso, né. De poder preparar isso, porque assim, ah nós vamos fazer uma pergunta aqui "você falou isso", nós temos que mostrar aqui. Então tem que fazer com advogados e tal, a assessoria nossa aí que possa... Né, os pontos que vocês já levantaram, pegar os vídeos das falas, as atas e tal, pra poder fazer, porque senão os advogados vão comer a nossa perna aqui. Só esse aspecto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu queria que constasse em ata o que vou falar: eu aceito que seja na terça-feira que vem. Mas que nunca mais se discuta data de acareação. Nunca mais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu me comprometo a isso. (*Risos.*)

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar esta reunião, convoco outra para a próxima quinta-feira, às 10h. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Northon Gustavo Bousfield*]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

PROCURADORIA
PÁG. 2185
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
FLS. 2201
RUBRICA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhores Deputados, público que nos assiste pela TVAL, nos acompanha pela Rádio Digital Alesc e todos aqueles aqui presentes, muito bom-dia.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11, de 2020.

Encontram-se presentes nesta reunião: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Ivan Naatz, Deputado Sargento Lima; e nos acompanhando de forma remota o Deputado Valdir Cobalchini e o Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, eu também me encontro aqui, parcialmente remoto, daqui a pouco estarei aí, no seu lado. É o João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja muito bem-vindo também, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, eu gostaria de fazer questão de ordem já neste momento, é possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então, eu queria primeiro parabenizar a tua atitude, como Presidente, de oficiar os quarenta Deputados sobre essa dúvida que ficou desde a última reunião, que essa dúvida é muito ruim, não só para os quarenta Deputados, não é uma defesa corporativa que eu estou fazendo aqui, eu não estou fazendo uma defesa corporativa da Assembleia.

Eu estou defendendo, eu estou querendo defender a honra dos quarenta Deputados. Inclusive do Deputado que a pessoa não lembra o nome, porque acho que é a pessoa mais prejudicada no momento, já que ele, depois de ter o seu nome, não sei se é homem ou mulher, ele vai poder se declarar, se manifestar sobre a situação.

Então, essa minha questão de ordem, além de parabenizar esse seu ofício encaminhado aos quarenta Deputados, é para pensar, juntamente com a Assessoria da Comissão, com a Procuradoria da Casa, com o Relator, com o Vice-Presidente e com todos os integrantes da Comissão para saber o que mais nós podemos fazer para tentar acabar com essa dúvida, que é ruim pra todos nós.

Então, parabenizar e fazer essa provocação de qualquer medida jurídica que a Comissão puder fazer pra esclarecer, para que essas pessoas lembrem, né, vou falar, lembrem entre aspas, porque para mim estão omitindo o nome. É impossível lembrar a data, lembrou dia de *live* do Governador, minuto da *live* que o Governador deu uma declaração e

PROCURADORIA PÁG. 2186
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2202 RÚBRICA

não lembrar o nome de um Deputado, que é uma figura pública. Então, parabenizar e fazer essa provocação à Procuradoria da Casa e aos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Agradeço pelas palavras, Deputado, justamente esse é o objetivo mesmo, retirar essa nuvem que existe aí em cima, uma vez que citaram que houve a figura de um Parlamentar envolvido, é necessário que ou ele se manifesta ou a gente recupera os dois telefones celulares, tanto da Márcia Pauli quanto do Douglas Borba.

Muito Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Trinta segundos, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – À vontade, até mais do que isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Quero concordar plenamente com o Deputado João Amin, inclusive também já me manifestei em relação ao assunto, é importantíssimo que o nome do Deputado seja revelado. E, repetindo as palavras do Deputado João Amin, é extremamente desconfortável pra cada um de nós, para a Casa, porque todos nós, de uma certa forma, somos suspeitos na medida em que não se revelou o nome ainda.

Então, é importante essa sua providência, Deputado Presidente Sargento Lima, tão logo esse nome seja revelado, para que ele se torne público. Nada, absolutamente nenhuma suspeita em relação ao nome. O contato pode ter sido republicano, e acredito que tenha sido assim. Mas, quando há dúvida, é ruim pra toda a Casa e é ruim para todos nós.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Bom dia, senhor Presidente, bom dia a todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Também quero, na mesma direção do Deputado João Amin e do Deputado Cobalchini, cumprimentar primeiro vossa excelência pela ideia de ter pensado em fazer uma notificação a cada um dos Parlamentares para que eles possam se pronunciar.

Acho que é importante que a gente esclareça isso, também quero acreditar que a conversa tenha sido uma conversa republicana. Mas enquanto não se identificar, de fato, quem foi, e a pessoa puder dizer o que foi o contato que fez, fica uma dúvida sobre todos nós, os quarenta Deputados. Eu acho que vossa excelência, Deputado Sargento Lima, foi muito feliz, e nós já aprovamos na noite de terça-feira para quarta, mas é importante que se diga aqui e reforçar aquilo que disse o Deputado João e também o Deputado Cobalchini. É importante que se esclareça esse fato, para não pairar dúvidas em cima dos quarenta Parlamentares.

Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu, talvez, senhor Presidente, tenha que me retirar durante a reunião por algum tempo, mas eu prometo que serei breve e voltarei pra poder continuar junto o trabalho com os demais colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

PROCURADORIA PÁG. 2181
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2203 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Senhores Deputados, Deputado João Amin, Deputado Sargento Lima, Deputado Fabiano, Deputado Kennedy, Deputado Cobalchini, Deputado Sopelsa, quem nos acompanha, muito bom dia a todos os servidores da Casa.

É extremamente importante a posição do Deputado João Amin. Eu informo aos senhores, eu ia informar no expediente, que já está trabalhando conosco o Delegado de Polícia Márcio Fortkamp. Ele já se apresentou para vossas excelências, o Delegado, e ontem eu tive uma conversa como o Delegado Márcio e pedi a ele que procurasse a Deic, e que junto com a Deic desse uma atenção especial para esses fatos do contato do Deputado com a Márcia e com o Douglas Borba.

Então, já é uma tarefa que foi determinada pela Presidência e pela Relatoria. Eu acredito, senhores Deputados, e acho fundamental, muito, mas muito fundamental e importante, inclusive a colocação do Deputado João Amin, que a gente tenha isso aí o mais rapidamente solucionado. Eu não tenho dúvida nenhuma que se trata de uma relação republicana, mas é preciso deixar isso às claras. Então o Delegado Márcio Fortkamp, que é o nosso interlocutor da CPI com a Deic, nos próximos dias certamente terá os elementos que ajudarão, significativamente, a responder essa pergunta. Está certo?

Muito obrigado, senhores Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia a todas e a todos. Eu só queria chamar a atenção dos colegas para que a gente não faça disso o foco. Porque a gente, por exemplo, ontem vários veículos de comunicação destacaram mais essa questão de quem foi o Deputado. E por isso a palavra do Deputado João Amin, que está chegando agora aqui, foi muito importante para dar a condição de elucidar e até quem foi poder se manifestar.

Mas que a gente voltasse o foco dos trinta e três milhões comprados, pagos antecipadamente. O produto não chegou, tem uma carta do Controlador-Geral pedindo agora para que a Receita faça uma doação daquilo que o Estado – olha que louco isso - daquilo que o Estado pagou, ele quer a Receita Federal faça uma doação para o Estado.

Acho que a gente tem que ficar nesse foco. E também, senhor Presidente, eu gostaria de propor, não sei se agora ou depois, aquele assunto que a gente comentou antes, pode ser agora ou depois?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pode ser depois.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah, então está bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Antes de terminar, senhor Presidente, queria, além de comunicar a presença do Márcio, convidar os senhores Deputados, principalmente os Deputados que estão *on line,* pra ficar conosco depois do fim da sessão, cerca de quinze minutos, pra gente conversar com o Delegado Márcio Fortkamp, sobre os trabalhos que ele vem fazendo. E também sobre os procedimentos que nós vamos adotar na acareação.

Então, encarecidamente, gostaria de pedir à vossa excelência, que depois de terminado o nosso procedimento da CPI e a gente possa permanecer por mais quinze minutos juntos aqui pra preparar o procedimento da próxima terça-feira. Tá certo? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Agora, também de forma presencial, o Deputado João Amin já se encontra na Comissão. Seja bem-vindo, Deputado.

PROCURADORIA PÁG: 2180
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2204 RÚBRICA

Inicialmente, quero comunicar a vossas excelências também que não teremos a aprovação e nem a votação da ata da reunião anterior, pois a mesa está em processo de elaboração. Como já, anteriormente, comunicada pelo Relator, recebemos o Ofício Interno nº 30, informando que foi autorizada a entrada do Delegado de Polícia Márcio Fortkamp e dos advogados representantes da OAB, Thiago Souza de Albuquerque e Eduardo Goeldner Capella, nas dependências do Palácio Barriga-Verde.

Também aproveitamos a nossa leitura hoje para dar conhecimento da alteração, por ato da Presidência de nº 11, substituindo o Deputado Marcos Vieira pelo Deputado Kennedy Nunes. Seja, agora oficialmente, muitíssimo bem-vindo e, com absoluta certeza, muito bem representado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Vamos às votações. Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando a convocação das testemunhas José Florêncio da Rocha, Coordenador do Fundo Estadual de Saúde; Débora Brum, técnica de Atividades Administrativas lotada na CGA da SES; Pedro Nascimento de Araújo, CEO da Veigamed; Fabrício Deambrosio Guasti, representante da Veigamed na operação para a reunião no dia 16 de junho a partir das 17h.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando a convocação das testemunhas: Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda; doutor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista do Hospital Nereu Ramos; Samuel de Brito Rodovalho, representante da Cima, do Paraná, fornecedora de respiradores, acusado de negociar propina com Rafael Wekerlin e Gustavo Steglich. Rafael Wekerlin, CEO da Brazilian Internacional Business; Gustavo Bissacotti Steglich, sócio da Oltramed Comércio de Produtos Médicos LTDA, para reunião no dia 18 de junho de 2020 a partir das 10h. Em discussão.

Só abrindo aqui. Eu gostaria de comunicar aqui da presença do doutor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista, esse foi um pedido meu o Relator, do qual eu abro mão. Está, Relator? Mas reforço a do pneumologista, eu faço questão dele ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor retira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Retiro o doutor Antônio Fernando Barreto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá anotado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E substituir um infectologista por um pneumologista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí teria como o senhor fazer por escrito, pra que a gente não tenha que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, só comunico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então vamos suspender a aprovação dessa ata até que chegue...até a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Assessoria, algum problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A suspensão desse requerimento para a substituição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque ele vai substituir o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Do infectologista para o pneumologista.

PROCURADORIA Fls. 1564 PÁG. 2189
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2205 RUBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então vamos suspender para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, não tem problema se vier em data posterior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, nós vamos manter a data, vamos manter a data reservada, só vamos aprovar a intimação, o convite da pessoa. Trocar o nome para a substituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só trocar um nome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Substituição de um nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, ainda temos uma sugestão do Deputado Kennedy Nunes e gostaria de deixar aberto aqui, rapidamente, pata tentar conversar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, a minha preocupação é com relação à importância dos assuntos a serem tomados aqui e na minha visão, e por isso já conversei com o Presidente da Casa antes de trazer essa proposta pra cá. É que, às terças-feiras, começando às 17h, a gente perde muito tempo.

Eu conversei com o Presidente Julio, e se for um pedido da CPI, e ele levará daí à reunião dos Líderes, para que às terças-feiras a votação do plenário seja das 14h às 15h; e, das 15h em diante, o Horário dos Partidos, para que as sessões da CPI comecem às 15h na terça-feira. Porque durante o Horário dos Partidos é possível rolar aqui, num acordo de Líderes, rolar a sessão lá somente com a manifestação das pessoas no Horário dos Partidos, e nós aqui já começaríamos, para adiantar duas horas.

Então, essa seria a minha proposta, para que nós pudéssemos, se o Colegiado aqui achar por bem, levarmos ao Presidente para passar o Grande Expediente terça-feira das 14h às 15h, Horário dos Partidos das 15h às 16h. Mas, segundo o que eu já vi no Regimento é possível, num acordo de Liderança, acontecer, porque não terá votação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, não vai ter Ordem do Dia?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, a Ordem do Dia é das 14h às 15h, e daí a gente preserva a Ordem do Dia. E das 15h às 16h, o Horário dos Partidos, até pra não tirar essa possibilidade. Mas, segundo o que eu vi, se for um acordo de Liderança. Enquanto rola a manifestação dos Partidos e blocos, nós aqui já podemos começar com os nossos trabalhos.

Essa é a sugestão, senhor Presidente, daí passaríamos de terça-feira, ao invés de começarmos às 17h, começaríamos às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom, apesar de que isso, a gente deveria acompanhar o resultado que viria de uma reunião de Líderes, tem a situação também de que nós perderíamos a transmissão. Porque fica no plenário ela. Sabe, nós perderíamos o primeiro horário de transmissão da TVAL.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O horário, Deputado Kennedy, ele foi pré-estabelecido justamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Justamente pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para a gente poder ter a transmissão da TV AL.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, mesmo assim, se for o caso a gente pode adiantar uma hora e passar para as 16h, já ganhamos uma hora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, não há objeção nenhuma do Relator, da minha parte.

PROCURADORIA PÁG. 2193
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA Fls. 2206 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Já adiantados uma hora. Fica a votação das 14h às 15h, Horário dos Partidos das 15h às 16h, e daí às 16h já começa aqui.

Adiantando uma hora já ajuda bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, mas fica bem mais...a gente depende do resultado da reunião de Líderes para a gente poder discutir isso. Se eles conseguirem chegar no objetivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - No sentido da intervenção do Deputado Kennedy, acho que quinta-feira não vai ter conflito nenhum, pode ser adiantado pelo menos uma hora também, para as 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, boa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Porque 10h avança o almoço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo.

Então, senhor Presidente, sugestão pra gente fazer às quintas-feiras, a partir da próxima quinta-feira, às 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Às 9h, boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Passa a ser uma reunião por semana.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A não ser que já foi expedida a intimação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, né, duas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, contanto que eu também fique claro que pra próxima semana não se pode fazer alteração porque já estão intimados no horário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aí, nas demais, tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Para a semana que vem não muda nada?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente constrói um consenso. A partir da semana não, na próxima quinta-feira é feriado. Então, a partir da próxima sessão, em que não houver intimação já expedida, as sessões começam às 9h, Deputado João?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sem problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Combinado, então.

E nas terças suspenso até que a gente faça a reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Acordados então.

Também comunicar a presença, de forma remota também, do Deputado Milton Hobus, seja bem-vindo, Deputado.

Os Deputados que se encontram nos assistindo estão de acordo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - De acordo, senhor Presidente. Bom dia, bom dia a todos, estou em deslocamento, com um pouco de dificuldade de sinal, mas tentando participar, vamos tentar participar o máximo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - De acordo, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – De acordo, Deputado Sargento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, senhores.

PROCURADORIA
PÁG. 2191
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2207
RUBRICA

Nós temos ali a nossa primeira testemunha, que também vai nos manter...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Oi, Sargento Lima, eu fiquei com dúvida disso, apesar de que sei da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopelsa, o senhor...porque vai ser por videoconferência o senhor Onofre Neto.

Pergunto à assessoria se ele já se encontra...pode liberar ele.

Muito bom-dia senhor Onofre Neto, o senhor está nos escutando? Só tem que ligar o microfone do senhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Escuto bem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor sabe por que foi convidado a participar da nossa reunião, senhor Onofre?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, é, pelo que foi comentado, porque o meu nome foi citado pela senhora Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor foi convocado aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754 pela Secretária de Estado da Saúde que resultou na contratação da Veigamed Hospitalar, tendo por objetivo de aquisição duzentos respiradores num custo total de trinta e três milhões. É por isso que o senhor está hoje aqui junto com a gente, para nos prestar maiores informações.

Senhor Onofre, o senhor assume, eu estou perguntando ao senhor, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito dessa Comissão acerca dos fatos que forem perguntados ao senhor, sob pena de incorrer sobre o crime de falso testemunho.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, Deputado, eu assumo e agradeço a oportunidade a todos os Deputados de esclarecimento desta pauta. Porque o nome, meu nome, o nome da empresa tem sido usado indevidamente, tanto na imprensa como, ah, em todos os órgãos que têm emitido a, o parecer sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim. Eu quero lembrar ao senhor que o senhor tem o direito de permanecer calado quando lhe for perguntada alguma pergunta que o senhor não quiser responder. Mas é necessário que o senhor fale assim: olha, eu prefiro permanecer calado, está bem? Porque o silêncio não é indicativo de resposta e ainda dificulta mais ainda, de forma remota, por conferência.

O senhor entendeu? O senhor compreendeu as instruções quanto ao direito de usar o benefício de permanecer em silêncio?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Eu compreendi, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Onofre, para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro do senhor, eu peço que o senhor fale o nome completo do senhor, a idade, a profissão, o lugar onde exerce a sua atividade profissional, o local de nascimento e o endereço do senhor. Mais próximo possível do microfone, por gentileza.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, meu nome é Onofre Joaquim Rodrigues Neto. É, sou natural de Navegantes, Santa Catarina. É, exerço as atividades profissionais na empresa Exxomed Equipamentos Ltda. Na rua Geminiano Costa, 263, Jardim Brasil, São Carlos, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor está acompanhado, mesmo que de forma remota, de um advogado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, estou na presença, estou no escritório de um advogado.

PROCURADORIA Fls. 16 PÁG. 2/12

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, eu gostaria que o senhor passasse para o advogado do senhor para que ele pudesse nos dizer o número da OAB dele e a UF da OAB dele. E o nome dele.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ele, ele entra em vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, ele pode substituir o senhor por alguns segundinhos.

Bom dia, doutor.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARAES - Bom dia, excelência.

Meu nome é Leandro Guerrero Guimaraes, OAB de Santa Catarina número 18.924.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, doutor.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARAES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Ivan Naatz, quero comunicar a presença do Deputado Felipe Estevão, que já se encontra presente aqui com a gente. Seja bem-vindo, Deputado.

Deputado Ivan Naatz está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom dia, senhor Onofre Neto.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Bom dia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Obrigado pela presença do senhor e contribuir prontamente com a CPI. Nós estamos tentando descobrir aqui o que aconteceu em Santa Catarina e identificar os envolvidos nesse processo, e o seu depoimento é muito importante para que isso aconteça.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O que é a Exxomed? O senhor poderia explicar o que é a empresa do senhor, detalhar para os Deputados o que é a Exxomed?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A Exxomed é uma empresa que nasceu em Navegantes, Santa Catarina, no ano de 2002, como distribuidora de material médico hospitalar. E, no ano de 2019, se transferiu para a cidade de São Carlos, interior de São Paulo, que é a capital da tecnologia no Brasil. Lá, nós montamos uma indústria de fabricação de produtos médicos pra área de ortopedia.

E em 2018, outubro de 2018, numa oportunidade comercial pra, pra entrada da Exxomed na China, nós fizemos uma parceria com a empresa a Aeonmed. Sendo que no ano 2019 participamos de toda a certificação do Inmetro, certificação de SGS, DPeps internacionais, certificações de Anvisa, treinamento da equipe técnica e treinamento dos funcionários para representar a empresa Aeonmed no Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o histórico de relação comercial do senhor com o Estado de Santa Catarina? A sua empresa é uma empresa que o senhor já representou aqui em Santa Catarina, o senhor fez negócios com o Estado de Santa Catarina, compra e venda de medicamentos, equipamentos, material hospitalar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, a Exxomed nunca teve relação, não só com o Estado de Santa Catarina, né, com nenhum Estado da Federação, com venda direta a governos. A Exxomed sempre atuou, a, antes do Covid-19, sempre atuou no meio privado, nunca tivemos relacionamento nenhum com o governo de Santa Catarina, nunca emitimos orçamento nenhum, nunca tivemos participação nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, entre o dia 10 de março e o dia 30 de março o senhor não teve nenhum contato com ninguém do Estado para oferecer, para apresentar sua empresa ou algum tipo de orçamento?

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2208 RUBRICA

PROCURADORIA PÁG. 2193
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2209 RUBRICA

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, reitero novamente, Deputado, o Estado nunca me procurou pra, é, aquisição nenhuma de equipamento, a, ou qualquer produto da empresa Exxomed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E alguém do Estado, alguma pessoa, servidor público do Estado, Secretário, diretor? Não o Estado, mais uma pessoa física tentando intermediar, comercializar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Em nome do governo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, se apresentou como representante do governo. Ou tentou intermediar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Nunca. Não, nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem, o senhor pode explicar para os Deputados como é que a Exxomed foi parar nessa...se nunca comercializou, nunca teve nenhuma relação. Como é que o nome da Exxomed foi parar nesse imbróglio que a gente está tentando desvendar aqui na Assembleia?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, existe, existe a coisa, a coisa certa na hora certa e a coisa errada na hora errada. Eu, infelizmente, estava no local errado na hora errada. Ah, eu, eu precisei viajar para a China, porque a China havia fechado as barreiras, as fronteiras dela para os passaportes comum, e a Exxomed viaja para a China desde 2009, com relações comerciais com a China. E, através de uma empresa do Estado que estava fazendo algum um contrato de aluguel de leitos para o Estado, esta empresa teria uma reunião com o Secretário Adjunto, na época o Secretário Helton, e a convite deles eu vim para o Estado. Ah, a, a, desculpa, é Secretário Adjunto doutor André Motta.

Eu, eu vim a convite deles a para o Estado no dia 02 de abril para participar dessa reunião, onde eu estava solicitando o apoio do Estado para a emissão de uma carta referenciada para eu conseguir, na Polícia Federal, tirar um passaporte oficial, especial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E daí?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Somente isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o Motta convidou o senhor?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, não. A empresa que está, tem uma reunião agendada para rever os, o contrato de aluguel de leitos de, se eu não me engano, na época eram duzentos leitos para o Estado, me convidou para participar dessa reunião. Eu fui convidado pela empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor, talvez eu não tenha ouvido, o senhor podia dizer o nome dessa empresa?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - A empresa chama-se Ortomedical, de São José. Ortomedical

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ortomedical, de São José.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa empresa que iria fazer a transação? Pelo que eu entendi, o senhor ia pegar um passaporte especial para ir à China comprar os equipamentos comprar os equipamentos, entregar para a Ortomedical para a Ortomedical alugar para o Estado.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, Deputado, eu iria à China pra ficar na China, a, trabalhando com a Aeonmed para ajudar em todas as exportações, tá, da Aeonmed para o Brasil, inclusive pro Estado de Santa Catarina.

Eu fui convidado pela empresa Ortomedical pra dar, é, tranquilidade ao Estado, que esses equipamentos viriam pois eu sou o único representante autorizado no Brasil a trazer os equipamentos da Aeonmed, sendo detentor do registro.

PROCURADORIA PÁG. 2149
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 7210 RÚBRICA

Qualquer outra empresa que venha trazer equipamento da Aeonmed para o Brasil, a Axxomed tem que emitir uma documentação chamada DDR para tal liberação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor então iria à Medical e tentava então alugar os equipamentos para o governo do Estado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A Ortomedical tem um contrato que eu, um contrato, uma minuta que eu desconheço completamente, é, estava em negociação com o governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom, por enquanto, estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Ivan Naatz. Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia, senhor Onofre Neto, eu sou o Deputado Kennedy. Tem algumas questões aqui que a gente quer tirar. Eu vou...alguma vez eu conversei com o senhor? ou não? O senhor me conhece?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, né?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não. É, eu até gostaria de agradecer a pergunta, nobre Deputado. Eu não conheço nenhum Deputado de Santa Catarina, eu saí muito cedo de Santa Catarina, eu estou há doze anos no interior de São Paulo, eu morei em Minas Gerais. Eu não conheço deputado algum. Na imprensa tem sido veiculado sobre que eu conheço o ex, ou atual, Secretário Helton. Não nunca, nunca tive o contato, não sei que, que cor é o cidadão, né. Eu tive contato, uma única vez, na Defesa Civil com o Secretário Adjunto doutor André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado. Eu lhe pergunto isso até porque também nunca lhe conheci, é, eu entrei há pouco tempo na CPI, então só agora que eu estou mergulhando no assunto. E até então eu, hoje, a sua presença aqui agora que me veio o porquê que o senhor está aqui, por conta do tal do passaporte oficial.

Eu vou me relatar o que a funcionária Márcia Pauli relata no depoimento ao Ministério Público e à Polícia Civil. Ela disse que ela foi chamada para uma reunião onde o Secretário Adjunto André, que é o próximo a ser interrogado aqui, inicia uma reunião falando assim: "Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o médico que vai pra China." E sai da reunião.

O senhor estava nessa reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu estava nessa reunião, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor confirma?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu não sou médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu sou administrador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, mas o senhor confirma que o Secretário Adjunto teve esse procedimento, ele começou a reunião, falou pra Márcia e logo depois saiu da reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, Deputado, o depoimento da, dessa senhora Márcia, ele não é verdadeiro do início ao fim, tá? Nós já estávamos em reunião, a, a empresa Ortomedical estava expondo a necessidade de ajuda, de eu poder estar na China, pela dificuldade de conseguir respiradores nessa pandemia a nível mundial, né. E, a uns quarenta minutos depois da reunião o Secretário entrou. Então, ele não estava presente na reunião inicialmente, que estava na reunião era a, inicialmente, é, eu, Leandro...e a Márcia, em momento algum...

1550
PROCURADORIA PÁG. 2195
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2211 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor poderia...eu acho que está tendo um problema na conexão, o senhor poderia responder os nomes de quem estava inicialmente na reunião.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que deu um problema conexão.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A reunião começou com o Leandro, da Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O Leandro da Ortomedical.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O...da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ...e a senhora Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k., aqui ela fala que era o Coronel Aldo, né?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Audren, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Audren, é.

Agora é o seguinte: Eu estou lhe falando, eu não estou aqui para julgar se o depoimento da senhora Márcia, assim como a sua fala, é verídico ou não, são fatos...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E eu estou dentro da coisa, depois nós podemos tirar essa dúvida aqui com o próximo convocado. Mas o que nos ficou passando é que havia uma pressão muito grande para que o senhor tivesse posse desse passaporte oficial.

Eu me preocupo muito, eu sou jornalista, então eu me preocupo muito com o que as pessoas vão compreender.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu quero entender que, como a minha atuação internacional, eu sei que essa questão do passaporte internacional é só uma coisa diplomática, só uma coisa burocrática, não existe nada de nenhuma, algum benefício ou alguma coisa, é somente dar a possibilidade, porque o passaporte oficial, ele dá a possibilidade de algumas prerrogativas melhor de entrada no país. O visto, por exemplo, o visto oficial. Então, só pra explicar que não existe o passaporte, no fato do passaporte não existe nada.

Mas a minha pergunta é o seguinte: por que que o governo fez, segundo a Márcia, tanta pressão para o senhor conseguir esse passaporte oficial? O que o senhor iria fazer? Porque ela fala que o senhor iria à China pra tentar comprar diretamente os produtos. É isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, existem dois tipos de passaporte, passaporte diplomático e oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A China havia fechado a fronteira, não é, e a Aeonmed me convidou pra ir pra China...(*Ininteligível*)...a nível mundial, tá. Na carta, inclusive que o encaminhei ao Secretário, para a SGA, para o Secretário Adjunto e pro pessoal da Defesa Civil eu explico a necessidade e a solicitação de ajuda, como catarinense, de eu poder, é, ter uma carta para apresentar ao Ministério das Relações Exteriores, o qual emite o passaporte, está, que ainda seria julgado a necessidade ou não. E existe um artigo que, em casos de, é, força maior ou, é, situação de emergência, um cidadão civil comum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

1551
PROCURADORIA PÁG. 2196
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 0212 RÚBRICA

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu não tenho ligação com governo, é, nenhum, poderia ser emitido esse passaporte. Única e exclusivamente foi esse pedido, através de uma carta. Eu nunca fui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, é bom o senhor a explicar. Eu tenho passaporte oficial. Eu sei desse procedimento.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não tem nada de ilegal nesse processo.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Absolutamente nada de ilegal. Eu não estou aqui questionando o passaporte, porque eu conheço bem como é que é esse processo.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu estou questionando qual seria o seu papel indo a China. Não é o passaporte, o passaporte...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Era só uma questão para entrar, é uma questão burocrática.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O fato aqui não é o passaporte.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O fato aqui é qual seria o seu papel, em nome do Estado, ir pra China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Em nome do Estado, nenhum, eu estaria na China...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, por que que o Secretário Adjunto e o Secretário atual na época queriam lhe dar o passaporte para o senhor, é só por que o senhor é catarinense?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, não. É, primeira coisa, eu não solicitei ao Secretário, eu enviei uma carta à Defesa Civil, está, e à Secretaria de Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – E nesse momento eu fui apresentado numa reunião com a Ortomedical, que estava requisitado, ou fazendo ou já tinha pronto um contrato com o governo, estava tendo dificuldade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Caiu a conexão. É complicado via...Pra vocês pior...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – E desses equipamentos para Santa Catarina através da empresa Aeonmed, estão lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Doutor Neto, é que caiu a conexão. O senhor poderia voltar só uma partezinha, quando o senhor falava que o senhor enviou um ofício à Defesa Civil, e daí caiu a conexão. O senhor pode continuar a partir dali, por favor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá, eu vou tentar conectar um cabo, porque o Wi-Fi aqui está muito ruim. Só um minuto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, perfeito. Está o.k., fica melhor daí.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, eu enviei...

PROCURADORIA
PÁG. 2197

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2213
RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k., vamos retomar então.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso é o envia uma carta, de forma republicana.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Pedindo ajuda...

(*A conexão fica ruim.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Espera que aqui não está dando. Piorou a conexão, a conexão piorou. O senhor falou que mandou de forma republicana, e a partir dali a gente não ouviu mais nada.

Está me ouvindo, senhor Neto?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

Só um minuto, por favor, que eu vou tentar conectar de forma melhor aqui para vocês, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, perfeito. [*Transcrição e revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

(*O Depoente ajusta o seu contato remoto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga, seu Onofre. Faça mais um teste de áudio aí.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, eu, eu... eu tô só, a... eu tô em outra rede e eu conectei o cabo agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Essa tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... eu tô pegando a senha pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Essa tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A partir do momento que o senhor falou ali que enviou uma correspondência, pode prosseguir na resposta.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, eu enviei uma, uma correspondência de forma republicana, pra... pro... Estado, como catarinense, e como havia sido convidado a participar dessa reunião, a, pela empresa, ã... Ortomedical, é... pra viajar pra China pra acompanhar todos os embarques que viriam da China pro Brasil, tá, como nós somos detentores do registro e estaria, ã, deixando bem claro nesta reunião que, caso essa empresa concretizasse qualquer negócio com o Estado, eu estaria acompanhando esse processo, na China, do começo ao fim, mas nunca para compra de equipamento, nunca pra... garantir a operação, nunca pra nada disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na verdade então, o Leandro, da Ortomed (*sic*), entrou em contato com o senhor para que houvesse essa... esse acompanhamento já da sua expertise desse relacionamento de comércio exterior?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O motivo dessa compra eram os duzentos respiradores que o governo tinha comprado ou era os respiradores que ela fala aqui, que tinha um pessoal que queria fazer uma oferta para aluguel de respiradores?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O motivo da reunião que eu fui convidado era pra aluguel de respiradores, sendo que nesta reunião a... senhora Márcia comentou que o Estado já tinha fechado uma compra, tá, com uma empresa chamada Veigamed, com os equipamentos chineses de uma empresa chamada Aeonmed.

PROCURADORIA
PÁG. 2198
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2214
RUBRICA

Aí que eu falo pro Deputado que eu, eu estava no lugar errado e na hora errada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – No mesmo momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o senhor... o senhor é a empresa que certifica a importação desse tipo de, de, de... de equipamento, sim ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ã... não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Nós somos a empresa que detém, que detém, o registro do equipamento no Brasil, e somos... e somos é... responsáveis... a partir do momento da entrada desse equipamento no Brasil, nós somos responsáveis por manutenção, treinamento e toda a mão de obra, é... responsável para... por esse... instalação desse equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi a sua empresa que entrou com um processo pra que não fosse liberado esses cinquenta que chegaram?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Com processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, pra...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu desconheço isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que chegaram cinquenta respiradores, desses duzentos.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ã-hã...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, agora, teve uma empresa, que é a detentora de importação, que não permitiu porque não passou por ela. Foi a sua empresa ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Congelou.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... (*Ininteligível*) ... sessemos todo o processo ao fim, tá, pra entender que, é... é... estavam usando o nome da Exxomed e da Aeonmed, se esses equipamentos seriam mesmo da empresa a qual referida. Por quê? Porque desde o início do processo que veio... a... a... (*Falha na conexão.*) ...tá, a empresa Veigamed usou vários nomes de equipamento, mas com fotos retiradas do *site* da Exxomed. Usou C35, usou uma empresa do Panamá, usou com uma série de subterfúgios, e nós não sabíamos se realmente esses equipamentos eram da empresa Aeonmed ou não.

Então nós en... entramos nesse processo pra ter, é, clarificação de tudo que tava acontecendo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só pra ficar claro: as fotos da proposta da Veigamed e das outras duas propostas que embasaram a, todo o processo - que o Secretário Douglas chama de desastroso e eu chamo de roubo mesmo - da compra dos duzentos equipamentos, essas fotos foram tiradas do *site* da empresa do senhor e dessa outra, é isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, isso mesmo.

Inclusive nós... é, com, através dos advogados, nós fizemos um... montamos um dossiê, e mostramos... claramente os recortes onde foram realizados a... a retirada dessas fotos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

Depois dessa reunião em que não deu a... onde a Cojur deu um parecer que não era possível passar o... o... o passaporte pro senhor, pro senhor ir lá, o senhor saiu do processo, daí?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É... Deputado, eu nunca tive acesso que a Cojur tinha dado um parecer negativo. Eu fiquei sabendo através da imprensa e através de depoimento da... senhora Márcia. Nunca, nunca fui procurado.

PROCURADORIA PÁG. 2199
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2215 RUBRICA

Eu cheguei no Estado numa quinta-feira, no dia 2 de abril, e no dia, no dia 6 de abril, uma segunda-feira, quando eu vi que estava demorando muito uma resposta, eu falei: eu vou aguardar essa resposta... a, é... na minha cidade, em São Carlos, porque... eu tô achando que tá demorando muito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nesse período...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... ninguém...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nesse período que o senhor ficou aqui, da chegada até o dia que o senhor saiu, o senhor teve, além da questão do passaporte, alguma outra conversa relacionada com o Leandro ou... o senhor percebeu que tinha alguma coisa errada, ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, é... na realidade eu não percebi que tinha nada errado. Eu só fiquei surpreso quando, a, eu comuniquei a senhora Márcia na reunião, que essa empresa Veigamed não tinha pedido nenhum de... equipamentos, nem pra Exxomed, nem na China, né. E, no dia, é... no dia 4... no dia 6/4, às 17h35min, eu enviei um e-mail pra SGA... pra... e pro Secretário Adjunto, tá, informando que essa empresa não tinha tido contato nenhum, porque eu já havia feito, inclusive a checagem na China, que essa empresa Veigamed não tinha pedido nenhum de equipamento, tanto pra Exxomed...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só lhe faço... eu só lhe faço essa pergunta porque o depoimento da Márcia, ela diz que, depois que a Cojur... ela pediu um parecer da Cojur, o Cojur... a Cojur deu um parecer que, segundo palavras dela, parece que tinha um combinado entre ela e a Cojur, porque foi o negativo. E, palavras dela, ela sentiu, a partir deste momento, que houve uma mudança no Secretário Helton, tipo nervosismo, porque não deu certo o passaporte.

Por isso, que eu fiz a pergunta se o senhor sentiu alguma coisa nesse período, porque pelo que a gente vê, era talvez uma forma do governo fazer, talvez, é, é, queira eu entender, que até uma preocupação pra mandar alguém lá pra ver a cagada que tinham feito, né, alguém que conhecia, e que não deu certo. E, portanto, por conta que não deu certo, é, houve esse nervosismo. Mas o senhor não percebeu absolutamente nada?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Até o presente momento, tá, eu nunca recebi resposta, nem positiva nem negativa do governo, que esse pedido não tinha sido... dado certo.

E, segundo, a... desde o momento em que eu fui solicitar uma carta pra, a, emissão do passaporte especial, eu, como catarinense, me coloquei à disposição do Estado, estando na China, pra ajudar em qualquer é... problema, inclusive envios de EPI, envios de, de máscaras, envios de testes, por quê? Nós tínhamos um grande *network* na China, então nós poderíamos ajudar, inclusive deixando muito bem claro, sem custo nenhum, como catarinense.

Meus pais estão em Santa Catarina. Meus pais podem precisar dos respiradores, é... minha família aqui de Florianópolis pode precisar dos respiradores, e, e, e... fiquei muito chateado quando falavam do empresário de São Paulo, é, meu...

Então assim, eu tenho laços familiares há mais de 40 anos em Santa Catarina. Eu tenho amigos em Santa Catarina. A única... a única coisa que eu não fiz em Santa Catarina até hoje foi, é, em... (*falha na conexão.*) o envolvimento com o Poder público.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu entendo a sua preocupação e que bom que o senhor veio colaborar com a CPI, até pra mostrar... não só a lisura da sua pessoa e da sua empresa, mas só para comprovar... porque não foi só o senhor, catarinense, que quis ajudar o Estado. Várias empresas aqui, catarinenses, quiseram ajudar o Estado e o Estado não quis ajuda. Nem dos catarinenses que estão aqui pagando impostos nem dos catarinenses que estão fora, com *know-how* pra ajudar.

PROCURADORIA 1355 PÁG. 2200
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2216 RUBRICA

Então sinta-se... é... não, não, não tenha vergonha, nós temos orgulho do senhor ser um barriga-verde e ter toda essa *expertise* pra nos ajudar.

Muito obrigado, senhor Presidente, por mim, deu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado... Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Só pra ficar... só para ficar bem esclarecido: ele chegou até a Secretaria porque ele pediu... ele fez o pedido de um passaporte, do passaporte. Fez esse pedido em Santa Catarina, por ser catarinense.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, pelo que eu entendi, Deputado Sopelsa, o Leandro, da Ortomed, entrou em contato com ele pra pedir ajuda. Aí ele pediu o passaporte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Tá mas só... mas eles só tiveram... eles só tiveram esse contato... esse contato aconteceu por causa do pedido do passaporte?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pelo que eu entendi... eu vou pedir pro... pro senhor Onofre responder. Pelo que eu entendi esse primeiro contato foi a pedido do Leandro, da Ortomed pra entrar em contato com outro processo que era de compra de produtos de aluguel. Aí ele veio ao Estado por conta do passaporte.

Essa questão do passaporte, a gente não tem que ficar muito atento no passaporte (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mas o Leandro... o Leandro chegou na sua... o Leandro chegou na sua pessoa, seu Onofre, bom dia...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...por que causa? O Leandro lhe conhecia?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A empresa do Leandro, tá, a empresa do Leandro que trabalha no ramo de ortopedia, ele é cliente da Exxomed há mais de dez anos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Ah, ótimo, ah, ótimo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, só pra dizer, aqui, é, é... Deputado Sopelsa e Onofre, nós temos no processo dois Leandros, então tô pedindo aqui pra deixar claro qual é o Leandro.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Lea... Leandro da empresa Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Como é o sobrenome dele?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Leandro Estevão (*sic*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Leandro Estevão. Tá.

É, eu só queria lhe fazer uma pergunta de curiosidade agora... até porque eu vi aí que... e desculpem, aí, os Deputados, né. É... o seu advogado é de Santa Catarina também?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu estou em Florianópolis hoje, né, vim... fiquei à disposição a semana inteira. Eu gostaria de dizer até aos nobres Deputados que a Exxomed foi convocada para verificar no Hospital Regional de São José a veracidade dos equipamentos. A Exxomed doou todo o deslocamento, toda a manutenção e toda a montagem dos equipamentos para o Estado, para verificar a veracidade, se os equipamentos realmente eram da empresa Aeonmed.

PROCURADORIA FLS. 1238 PÁG. 2201
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2217 RÚBRICA

Eu estou em Santa Catarina desde segunda-feira fazendo todo esse processo. Nós fomos acompanhados pelo pessoal do IGP, Instituto Geral de Perícias, e foi feito através de duas empresas aqui, catarinenses, é, que fizeram todo esse trâmite e estão emitindo os laudos, é... desses equipamentos que foram, a... abertos, a, a,... no Hospital Regional de São José.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O advogado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O advogado é aqui de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seu Onofre, o senhor terá no final ali das perguntas, ali, um tempo para... suas considerações e disposições finais ali.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... Consulto o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O advogado chama-se Leandro Guerrero Guimarães, e ele é de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Santa Catarina.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Daqui... É, é daqui do Irani?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Pausa.*) Do Ira... não, ele é daqui de Florianópolis mesmo, aqui de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Tá bem.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu estou, eu estou aqui na... no centro de Florianópolis, inclusive na... na avenida Rio Branco.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que ele quer puxar a sardinha lá perto pra Concórdia, né Deputado... Sopelsa (*ri*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É, eu quero saber se é dos Guerrero do Irani. É gente boa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, então tá. É... (*ri*).

O senhor Onofre, só uma pergunta: quando o senhor conversou, o senhor disse que conversou com o... nessa reunião dia 2, né, dia 2 de abril, e o senhor soube que a Secretaria, parece que a Márcia falou que a Secretaria tinha feito a compra desses equipamentos. O senhor, neste momento, o senhor já avisou ela dizendo: escuta, é... não é esse equipamento. O senhor mostrou algum problema desta compra que já tinha sido feita, ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Na realidade, na realidade, eu estava numa reunião e de repente falaram no nome Aeonmed. Não falaram que tipo de equipamento era, que modelo era, nada isso.

Eu só co... quando falaram a empresa Aeonmed, eu falei: olha, é, eu desconheço qualquer compra de qualquer empresa, tá, exceto Intelbras, aqui de Santa Catarina, é... pra, ã, entrega de... ventiladores pro Estado de Santa Catarina. Eu vou checar, tá, porque era a noite na China, eu vou checar com a fábrica na China e, e dou essa resposta pra vocês, mas posso lhe dizer que tenho conhecimento pleno que não existe pedido nenhum de ventiladores pro Estado de Santa Catarina, nem pro Brasil, nessa época.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, nesse momento que o senhor falou isso, qual foi a reação do pessoal da reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A... a Marcia, é, primeiro, ã, me chamou de atravessador, é, que eu era uma atravessador. Eu disse: olha, eu, eu... Aí eu falei pra ela que eu estava nessa reunião a convite, né, é, pra... só pra... chancelar, é... que a... se a empresa Ortomedical viesse a comprar os equipamentos, eles teriam equipamentos,

PROCURADORIA
PÁG. 2202
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2218
RÚBRICA

porque eles estariam fazendo de forma correta, tá, e... expliquei pra ela todo esse procedimento.

Eu disse: olha, não tô entendendo por que você tá me chamando de atravessador, porque eu tô, é... eu tô num lugar... ainda falei pra ela, usei essas palavras, "eu tô no lugar errado, na hora errada". A, essa empresa, que eu não conheço também, Veigamed, (*Falha na conexão.*) três mil fábricas na China, e eu não, não... falaria nada pra vocês. Só que foi falado o nome da Aeonmed nessa reunião, eu tenho que dizer que não existe proposta de compra nenhuma por esta empresa na China, nem... nem no Brasil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Por mim deu, senhor Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto o Deputado Valdir Cobalchini. O senhor tinha se manifestado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente. Sim, Presidente, eu pedi a palavra.

Eu gostaria de fazer algumas... algumas perguntas ao senhor Onofre. É... a primeira: a empresa do senhor detém o registro do respirador Shangrila 510S e o VG70 junto à Anvisa?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ã... a Exxomed é a única empresa no Brasil que detém o registro do VG70, do Shangrila 510 e de toda a linha de equipamentos da Aeonmed. A Aeonmed ainda tem foco cirúrgico, mesa cirúrgica e carros de anestesia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esses, esses respiradores produzidos pela Aeonmed é... o Shangrila e o VG70. Qual o custo unitário de cada... de cada um desses aparelhos? Esse, por exemplo, que Santa Catarina adquiriu.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, o custo unitário FOB, tá, o custo unitário FOB, hoje está, ã, girando em torno do Shangrila 510, US$ 7.500, e doVG70, US$ 12.500, FOB. Aí, tem todos os custos de frete, é, importação, seguro, ã... e como o frete internacional tá uma loucura hoje, então, é, tá igual Bolsa de Valores e Dólar: cada dia tem que ser feita uma cotação. Mas o preço FOB, né, o preço FOB, são US$ 7.500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Santa Catarina poderia ter adquirido diretamente esses aparelhos da... da indústria, na China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, o que mais, o que mais me chama atenção em todo o processo e, e, e, me deixa o processo, assim, muito obscuro nisso tudo, o Estado tem pessoas extremamente competentes na área da saúde, em engenharia clínica, em, é... em legislação... Esses equipamentos poderiam ser adquiridos diretamente da indústria, sem ônus nenhum pro Estado, inclusive de impostos, né, e... com a Exxomed, inclusive, participando... no caso de Estado, pro Estado, compras governamentais e doação, a Exxomed faz todo o procedimento de... de DDR, auxiliando a compra direta, gratuitamente. (*Pausa.*)

Como aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E esse... esse... esse modelo de respirador que Santa Catarina pagou 160 mil, R$ 165 mil, eles poderiam ser adquiridos diretamente, ter chegado aqui a que preço?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, Deputado, eu teria que fazer alguns cálculos hoje, né? Mas eu acredito que um equipamento desses chegaria... eu já vi equipamentos desses sendo negociados no Brasil a R$ 78 mil, com os... com todos os tributos para a empresa... para a empresa privada, tributos estes que o Estado não pagaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esse é um dado muito interessante, Presidente e Relator, é..., Deputado Ivan, o mesmo produto que chegou aqui a165 mil e que não foi entregue, aliás foi entregue um outro, poderia, ser comprado

Fls. 1228
PROCURADORIA
PÁG. 2203
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2219
RÚBRICA

diretamente, aqui está o... representante da empresa que tem o registro no País, desses produtos, que...

Foram vendidos também para outros Estados esses... esses respiradores?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Foram vendidos para outros Estados: Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e neste mês de junho, agora, deverá estar chegando no Brasil, junho, julho, agosto, mais de cinco mil equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esse modelo d respirador é recomendado para o uso de UTI, o, o... o Shangrila?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ã... Deputado, eu, eu, eu não tenho... eu não tenho ciência de... do qual foi o requisito da compra, tá? Esse modelo ele foi, é... é o modelo de... de transporte, onde ele é altamente utilizado pro Covid-19. Agora, se o profissional médico vai usar numa, num, num Hospital de Campanha, numa barraca, ou dentro de uma UTI... a escolha dele, a escolha dele, depende do profissional, tá? Ele é um equipamento que foi al... altamente aprovado pro Covid-19, muito usado na Europa. A cidade de Wuhan, no iní... no início da epidemia, teve a compra de 14 mil ventiladores, tá? Então é um equipamento que, é, veio pro Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A empresa Veigamed, que fez a venda pra Santa Catarina, se utilizou da fachada da sua empresa de forma a impressionar a Secretaria da Saúde, demonstrando que tinha o registro, é... para efetivar essa venda. O senhor, é... tem alguma informação em relação a isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, a... através da imprensa, através da imprensa, que foi... isso foi nossa surpresa, que eu estive aqui no dia 2 de abril e, depois, não tive mais contato com o Estado. E, depois, foi noticiado até, através da imprensa do meu pai, que me ligou muito preocupado: o que que estava acontecendo em Santa Catarina?

A... nós entramos com, ã... com várias... através de várias informações e mandamos um dossiê, que não só da... do nome da Exxomed, do nome da Aeonmed, de fotos do site da Aeonmed. Essa empresa... nunca fez contato com a Exxomed, até o presente momento, nunca fez contato, contato, com a Exxomed, tá? Utilizou de forma indevida todo esse material.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa venda, então, da, da... dessa empresa, foi uma fraude, é isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha... (*ri*) é... nobre Deputado, é... como catarinense, como eu falo, e como os meus pais estão aqui, podendo precisar em uma situação dessa, esse processo do início ao fim tá errado. E, e, eu não acredito que o Estado não tenha, é, meios legais de identificar um processo desse, é... com pagamento antecipado, com, é, entrega de recebimento de mercadoria que não chegou, com um montante desses, não tenha a, a... alguém interessado nisso tudo. Porque, a... imagina, hoje, pra se vender um lápis pro Estado, né, é uma burocracia tão grande, imagina um, um, um valor desse montante. E, e... pra conhecimento dos, dos Deputados, né, em outros Estados que a venda, sempre vai a... passa do capital social maior que o do que tá sendo adquirido, todos os Estados pedem uma carta fiança no mesmo valor, tá? Né... do mesmo valor. Então, é... me chama, me chama atenção isso porque, no conhecimento do processo, o dia... no... em meados de março, uma empresa de São Paulo, chamada DI Hospitalar, apresentou ao Estado uma... uma proposta, é, do mesmo equipamento, é, na casa de R$ 78 mil, o mesmo equipamento, antes, dias antes do fechamento do... com a Veigamed, para duzentas unidades.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, só pela... pela ordem, desculpe eu interromper. É, é... pedindo licença ao Deputado Cobalchini. É, eu estou em deslocamento e tava com dificuldade de a, de a, de acompanhar, e eu só

Fls. 1559
PROCURADORIA
PÁG. 2204
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2220
RUBRICA

queria pedir a permissão pra fazer uma pergunta ao senhor Onofre. O senhor me concede, senhor Presidente e Deputado Cobalchini?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Claro. Claro, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque é pertinente justamente na sua... ã... nos seus questionamentos, Deputado Cobalchini.

Senhor Onofre, eu tive acesso a um documento, é... que diz que o senhor enviou por escrito ao Secretário André Motta Ribeiro, no dia 2 ou no dia 3 de abril, porque o senhor tomou conhecimento dessa compra, onde o senhor diz textualmente neste ofício, é, que a empresa o senhor representa, a Aeonmed, na China, não reconhece a venda da Veigamed, é, que o senhor, como representante, único detentor dos registros, também não reconhece, né, e que esses equipamentos não chegariam... o senhor dizendo textualmente aí que esses equipamentos foram comprados sem a autorização de quem fabrica, de quem tem o registro na Anvisa, de quem certifica. Então, o senhor disse nesse ofício que esses equipamentos não, não chegariam à Santa Catarina. Isso é verdade? O senhor mandou isso por *e-mail*...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...ou... ou por que meio o senhor mandou? Porque eu tenho cópia desse documento que o senhor, que o senhor mandou.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, obrigado pela pergunta, tá. É, como desde o início eu tô comentando que eu fiquei sabendo desta transação numa reunião que por azar eu estava junto né, por azar eu estava junto, porque eu vim pra um outro propósito, é... no dia 6/4, às 17h35min, eu enviei um *e-mail* ao Secretário Adjunto, André Motta, tá, comunicando que não, é, que não existia pedido nenhum de equipamentos pela empresa Veigamed, a... pra Aeonmed, tá, não existia nenhum.

É... em momento algum eu, eu, eu comentei que não viriam. Eu comuniquei que não existia a possibilidade de ter equipamento colocado na proposta lá da Veigamed, na empresa Aeonmed, nem Exxomed. Deixando isso muito bem claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Certo. Foi dia 16 esse documento que o senhor mandou?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Dia 6/4. 6 de abril, às 17h35min...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ah, 6 de abril.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, 6 de abril, 17...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – 6 de abril. E o senhor tomou conhecimento de que a empresa Veigamed havia vendido esses duzentos respiradores no dia dessa reunião que o senhor teve lá, em Florianópolis, pelo passaporte? Foi isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso. Eu tomei conhecimento no dia da reunião, quando eles comentaram que o Estado havia comprado duzentos equipamentos, até aí pra mim não... não sabia nada, aí quando falaram assim: da empresa Aeonmed. Então foi aí que eu tomei conhecimento e que eu tomei todas as... as me... as medidas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E que dia... e que dia... e que dia foi esse, doutor Onofre? Que dia foi isso? Essa reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu, eu, eu... ou dia 2 ou 3 do 4. Dia 2...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E já no dia 6 o senhor notificou o Secretário André Motta...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, isso, isso.

Fls 1560
PROCURADORIA
PÁG. 2205
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2221
RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu lhe agradeço, e, e... muito a sua contribuição e a sua seriedade na condução, é... senhor Onofre. É o que se espera de um catarinense como o senhor.

Eu queria só, senhor Presidente, que ficasse muito bem registrado isso, porque nós tivemos depoimento, é... do Secretário, do ex-Secretário Douglas Borba, na terça-feira, onde ele diz que ele e o Governador só tomaram conhecimento de que o Estado tinha comprado esses duzentos respiradores, e pago antecipadamente, só lá pelo dia 22 de abril. Então é, é isso é muito importante pra, pra, esse esclarecimento pra CPI, porque o Secretário André Motta e, e sabe lá mais quem, estava escondendo toda essa operação fraudulenta feita com a Veigamed.

Era isso só a minha pergunta, senhor Presidente. Eu vou pedir licença pra me retirar um pouco, porque eu estou na cidade de Apiúna pra participar de um evento, neste momento, e depois eu reingresso nos trabalhos.

Muito obrigado pela oportunidade, senhor Presidente. Deputado Cobalchini, também desculpa lhe interromper.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Obrigado. Foi muito importante olhar exatamente... tinha... relacionada esta... esta pergunta, mas foi muito bom que vossa excelência já fez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – É... senhor Onofre, já concluindo, a empresa Veigamed ela vendeu um produto que não tinha pra entregar, de uma empresa que ela se utilizou apenas do nome, tanto da sua empresa, Exxomed, quanto a empresa fabricante da China, então ela mentiu duas vezes, e fez uma promessa de entrega já entre os dias 5 e 7 de abril. Isso... realmente era impossível que isso pudesse acontecer, não é isso, senhor Onofre?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, é... correto, era impossível que isso pudesse acontecer.

A própria empresa Exxomed tem pedido na China, desde abril, que vai começar a chegar a partir de 20 de junho, do equipamento Shangrila, e previsão de entrega do equipamento VG70 para o mês de setembro.

Então nós, que somos, é, detentores do registro da marca Aeonmed no Brasil e teríamos algum privilégio, temos essas datas. Todas essas datas colocadas pela empresa Veigamed são fictícias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Importante também essa sua resposta.

Essa empresa Veigamed, ela... tinha esse limite de radar na Receita Federal pra importar duzentos respiradores? Seja da empresa que o senhor representa, ou seja de qualquer ruma outra empresa fabricante na China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O... Deputado? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Pois não.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado... ã... eu desconheço... eu desconheço qualquer documentação referente à empresa Veigamed, porque nós não tivemos contato nenhum com eles até hoje. É... não sei o porte da empresa, é... fiquei sabendo através da imprensa, da imprensa, é... que essa empresa é de Nilópolis ou Niterói, alguma coisa assim, no Rio de Janeiro.

E o que mais me chama a surpresa, como catarinense, que na re... nas redondezas aqui, de Florianópolis, existem mais de quinze empresas capacitadas pra poder fazer essa venda e essa, a, esse fornecimento, empresas nas quais eu acredito que tenham, inclusive, um cadastro avaliado na Secretaria de Estado da Saúde.

Fls. 1561
PROCURADORIA PÁG. 2206
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2222 RÚBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Tô satisfeito, Presidente. Obrigado, senhor Onofre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, muito obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente.

É... quero parabenizar meus colegas de trabalho que vêm fazendo um ótimo, um ótimo trabalho, sempre as dúvidas são... dirimidas aí nas perguntas.

Mas, senhor Presidente, todos nós, quarenta Deputados, estamos sobre... suspeita, uma vez que, né, surge aí... as denúncias da senhora Márcia, que Deputados estavam aí diretamente... no caso pleiteando nesse caso.

Eu gostaria de, de, de formular a pergunta, né, ao nosso... ao aqui... o termo certo é entrevistado, né, pelas dúvidas, se ele nos... se ele me conhece. Se eu teria de formular a mesma pergunta...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, é... eu não conheço o, o... o Deputado, eu não conheço nenhum Deputado de Santa Catarina. Eu estou há muito tempo longe do Estado, tá, estou há muito tempo longe do Estado. Eu... e não só não conheço, como não tenho contato nenhum com Deputado, é, ou qualquer, ã... servidor, assessor, ã, do governo do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem. Isso é importante, até porque, hoje há sombra de dúvidas e variações, e a gente faz questão de esclarecer.

É... como é o procedimento de compra e importação? É comum pagar antecipado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A... Deputado, na situação do Covid-19, tá, na situação do Covid-19, as empresas chinesas se colocaram numa posição é... muito tranquilas. Então assim, como o mundo estava pedindo por ventiladores, os Estados Unidos mandou 28 é... cargueiros pra lá, pra comprar EPI, ventiladores, essas coisas todas, se, a... começou a se admitir o pagamento antecipado, e inclusive pra Exxomed, que é detentora do registro, tá?

O que que os órgãos governamentais começaram a fazer? Como isso envolvia muito dinheiro, tá, eles começaram a pedir cartas fianças ou cartas de crédito pra garantir a operação, caso tivesse algum problema. Alguns Estados, como Santa Catarina, Rio de Janeiro, a... a Bahia, né, a Bahia, se eu não me recordo, é, não tomaram esse cuidado, não tomaram esse cuidado, e... compraram em empresas desconhecidas, né, desconhecidas. Então... ã, mas é um procedimento normal nessa época de pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Esse procedimento de compra aí, se o senhor fosse importar 200 respiradores, qual seria, aproximadamente, o valor?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ah, teria que fazer um cálculo hoje. O valor FOB seria uns US$7.500, aí teria que fazer todo o... o cálculo de, é, transporte internacional, que tá uma loucura. Só pra, pra deixar registrado aqui, que antes da pandemia o fre... o quilo do frete internacional, ele variava de 6 a 8 dólares, agora chegando de 24 a 30 dólares por quilo, né, e teria que calcular o se... o seguro, a, todas essas, é... essas coisas envolvidas, né, mas chegaríamos num valor muito menor que o oferecido, tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi, pelo que o senhor falou aí, algo em torno de 15 milhões, seria isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Em torno de... isso, isso, em torno de... vamos, na, na pior das hipóteses, de 15 a 20 milhões.

PROCURADORIA PÁG. 2207
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2223 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O que que o senhor acha que justificou isso, esses 33 milhões pagos pela Veigamed? Seu conhecimento, vi que o senhor tem um *know-how* no seguimento, conhece muito bem.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não... eu, eu, assim... é... eu... isso eu vou falar como... independente de coisa, como catarinense: esse processo está errado do começo ao fim, né, Deputado?

Esse, esse processo ele foi gerado, ele foi gerado, com um único objetivo, tá? Alguém tiver... ter lucro em algum lugar, porque não... eu não consigo, eu não consigo acreditar que o Estado de Santa Catarina tem um sistema tão frágil de acompanhamento de compras e licitações, que permita a... o, o cara da esquina não conseguir vender 100 salgados para fornecimento de... do pessoal da área da saúde, e permita o pagamento de 33 milhões antecipado. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Então na sua opinião, aí pela sua experiência, houve um superfaturamento?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) ... e mesmo pela época existe um superfaturamento, e o processo tá todo errado, do começo ao fim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente. Tenho minhas dúvidas aí sanadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Senhor Onofre, é... eu gostaria que o senhor me explicasse melhor o que significa uma DVL.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, chama-se DDR. DDR é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – DDR.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) ...Declaração do Detentor do Registro, tá? Quando um equipamento desse chega em qualquer porto ou aeroporto, a Anvisa, é... (*Falha na conexão.*) ... e pede a DDR. Claro que a... o equipamento está sendo acompanhado pelo detentor do registro. Por quê? Amanhã ou depois um equipamento desse, Deputado, apresenta qualquer problema e causa um mal ao paciente. Quem é o responsável (*Falha na conexão.*) tudo isso pra empresa na China? A empresa Exxomed, que é a responsável por ele no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor, no começo da fala do senhor, disse que o... acompanhou o depoimento da Márcia, confere?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) Acompanhei. Eu vi através da imprensa o depoimento da Márcia e vi os absurdos que ali estão escritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu gostaria que o senhor elencasse esses absurdos que o senhor acompanhou ali.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, primeiro: é, que eu tinha livre acesso à, à... à Defesa Civil. É, desde quando nasci aqui em Santa Catarina até hoje, eu entrei na Defesa Civil duas vezes, nessas duas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor... o senhor comunicou vários absurdos...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*)... isso. O Secretário Adjunto e o Secretário Helton me pegaram e me levaram pra uma sala... (*Falha na conexão.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá muito ruim a comunicação do senhor.

FL. 1962
RUBRICA
PROCURADORIA PÁG. 2208
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2224 RUBRICA

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Só um minuto, Deputado, eu vou tentar desligar o que eu tenho aqui. Usando a internet aqui pra ver se... é, fechar todos os... é... voltou, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Da onde que o Deputado gostaria que eu continuasse, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Do absurdo mesmo da Márcia.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, é... que ela... ela relata que... ela relata que eu tinha livre acesso à Defesa Civil. Eu, desde o nascimento até hoje, eu fui duas vezes na Defesa Civil, nessas oportunidades das reuniões. Nunca tive acesso.

A, que... o... Secretário Adjunto e o Secretário... doutor Helton, é... me pegaram pelo braço e me levaram pra dentro duma sala. Eu não conheço o Secretário Helton, eu nunca estive em sala sozinho com ninguém. Eu estive na sala de reunião, na presença das pessoas que eu já relatei.

É, terceiro, que, é, foi feito, foi feito um... uma pressão, que um Deputado ligou. Eu não conheço nenhum Deputado do Estado de Santa Catarina, nunca tive contato, não tenho contato com os assessores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seu Onofre, é... o senhor sentiu que, em algum determinado momento... o senhor é um homem de negócios.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... houve uma tentativa por parte ou da Márcia, ou do André Motta, ou de algum outro servidor de te afastar das negociações ali, ou de... da forma que o senhor disse, que voluntariamente poderia te ajudar, como se já tivesse algum tipo de negócio já acordado com outra empresa.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, em momento algum. Eu tava negociando nada com eles.

Como eu comentei com o Deputado, eu vim pra participar de uma reunião, solicitando um pedido de ajuda ao Estado, sem participar de negociação nenhuma com o Estado. A empresa que estava negociando com o Estado, eu estava dando suporte à empresa e não ao Estado. Em momento algum eu senti pressão alguma, porque ... eu não, eu não tinha oferecido nada ao Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá, o.k.

Esse... o senhor sentiu, é, o, e até comunicou de alguma forma, que a Exxomed saiu prejudicada de toda essa história, de alguma forma?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, excelente, excelente pergunta, e muito obrigado por, por essa oportunidade.

A... o que me parece nesse processo todo agora, é que a única prejudicada que está sendo... colocada na mesa, é a empresa Aeonmed e a empresa Exxomed, tá, por quê? É... estão tentando desviar o, o, o foco do problema, né? Eu não paguei ninguém, eu não comprei ninguém, eu não comprei produto, eu não fiz recebimento de produto e tão colocando... a, inclusive quando colocaram: ah, que... agora apareceu uma empresa, a Exxomed. A Exxomed veio, a, a... notificar todos esses procedimentos porque eu não podia ficar calado, vendo tanta coisa errada acontecendo, e não se manifestar.

Então, em todo esse momento a Exxomed está sendo amplamente prejudicada. A mídia está usando o nome da Exxomed de forma equivocada, né? Colocando a Exxomed no centro de um problema, que, muito pelo contrário. Se meu filho de treze anos fosse comprar ventiladores, ele colocaria no Google "ventiladores" e aparecia lá: Exxomed, várias outras empresas, e a Aeonmed.

FLS. 1564
PROCURADORIA PÁG. 2209
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2225 RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse, é... seguindo essa linha aí, o senhor está com o seu defensor aí ao lado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, sim. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor tem advogado constituído e tal, e que providência que o senhor está tomando em relação a isso aí? O que a Exxomed está fazendo legalmente em relação a esse prejuízo que ela vem tomando? Que tipo de atitude que o senhor tomou, que tipo de atitude essa empresa vai tomar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É, na rea... na realidade nós, é, impetramos o mandado de segurança pra tomar conhecimento do processo e saber o que estaria realmente chegando, porque a mídia uma ora falava em VG70, outra ora 510S, outra ora em outros equipamentos, e até me questionado a, um, um, da mídia... eu não me lembro qual foi o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não tendo o equipamento, se não foi feito o negócio, se não foi comprado, se não foi celebrado contrato, não foi feito absolutamente nada, segundo o senhor, a única... o que resta a gente saber ali é que eles utilizaram, vamos dizer assim, a fachada da Exxomed para poder credibilizar o produto da Veigamed.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — Isso, isso mesmo. Quem... a Exxomed é a empresa que tem doze anos de mercado. Então somos únicos detentores de registro, temos contratos assinados internacionalmente, temos fotos dessa celebração, é, somos detentores de registro na Anvisa, oficialmente a Anvisa sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Exxomed está acionando judicialmente a Veigamed?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — No momento não, porque nós não tivemos contato nenhum com a Veigamed, só soubemos da, da, do, do imbróglio da Veigamed com o Estado através da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas seria justo segundo as afirmações do senhor ali?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É uma possibilidade, é uma possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor colocou que estão utilizando o nome da Exxomed para negociar, inclusive, usaram as imagens dos produtos Exxomed.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É, é uma possibilidade, é, que a gente vai estudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

Senhor Onofre, eu vou disponibilizar uns três minutos aí para o senhor fazer as considerações finais. Se tiver vontade de utilizá-los, pode fazer.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — Tá, o.k., Deputado.

Eu quero, em nome da Exxomed, agradecer essa oportunidade de esclarecimento de toda essa situação caótica que foi criada através dos respiradores, equipamentos esses de necessidade básica hoje. O que me chama atenção a... nós estarmos num processo desse, onde esses equipamentos já deveriam estar colocado dentro dos hospitais salvando vidas, né, e não ceifando vidas, como está acontecendo.

A Exxomed está à disposição – inclusive, do, do, do seu corpo jurídico em Florianópolis – aqui pra qualquer esclarecimento. Eu me coloco à disposição, em nome da Exxomed, pra qualquer esclarecimento também.

PROCURADORIA PÁG. 2216
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2226 RUBRICA

É, nós temos toda a documentação comprobatória de Anvisa. Nós temos toda com... comprovação comprobatória de onde estivemos, de que formas a... de que formas agimos, e todos os documentos necessários pra esclarecimentos até posteriormente a, a, aos Deputados. Nós estamos colaborando com a, a... com o Deic, nós estamos colaborando com o Ministério Público, nós estamos colaborando com a... o Instituto Geral de Perícias, nós estamos colaborando com a Controladoria-Geral do Estado, tá? E eu tenho vindo a Santa Catarina de forma gratuita, sem, sem, sem cobrança a nenhum dos órgãos que estão envolvidos, né, porque é muito importante deixar claro que esse empresário é, como foi citado na mídia de São Paulo, ele é catarinense.

E quero deixar aqui registrado um, um grande detalhe, tá? Eu sou catarinense, filho de um fundador de Município, o Município de Navegantes, onde dos vinte fundadores do Município de Navegantes meu pai é o único que está vivo, tem 83 anos, né, e tem acompanhado toda essa situação de forma muito, é, triste porque conhece a nossa forma de trabalhar, a forma de operar. E os catarinenses que me conhecem, eu sou formado pela Universidade do Vale do Itajaí em Administração. É, fiz Direito até o 7º período na Universidade do Vale do Itajaí.

Fiz todos meus estudos aqui no Estado de Santa Catarina. A... meus parentes, minha... minhas tias, meus tios, moram em Florianópolis, em Jurerê, na Trindade, aqui no centro. Tenho parentes em, em várias cidades de Santa Catarina, e gostaria que todo esse esclarecimento fosse e o esforço fosse feito pelos Deputados e que chegassem, é, realmente aos culpados. O que me chama atenção nesse processo todo é que a Veigamed não apresentou documento de importação, não... com... a LI, envolveu várias empresas, envolveu documentação falsa, né, e ainda... a... todo esse processo recaia sobre esclarecimentos da Exxomed.

Então assim, eu, eu agradeço mais uma vez aos Deputados. Quero reiterar, pra deixar bem claro, as acusações ou, a, as, a encobertas da, da senhora Márcia em alguma parte do processo que eu conheço o Deputado. Eu não conheço Deputados, eu não conheço assessores. Eu estou há mais de vinte anos longe de Santa Catarina, no interior de São Paulo, aonde tenho a minha família lá, os meus filhos, e, lá no interior de Santa Catarina, onde tem a fábrica na cidade de São Carlos.

A... deixo à disposição dos Deputados de Santa Catarina, inclusive, pra visitar a Exxomed, tá, é... em, em São Carlos. A Exxomed participa de feiras internacionais, participa da maior feira médica chamada Hospitalar no Brasil há mais de dez anos, tá, e, eu vejo que... a... a... houve, houve ardilosamente, tá, houve a... por interesses que os Deputados ou o Estado não chegassem à Exxomed, à Aeonmed para a compra direta dos equipamentos.

É, é, é muito duro isso porque numa situação de pandemia e de economia geral, que está muito preocupante, é, o processo tenha sido, ts... é... levado até a finalidade por interesses próprios de algum grupo ou de algumas pessoas que estavam no governo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado ao senhor também. O senhor está dispensado.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o depoente. (*Pausa.*)

(*O depoente André Motta Ribeiro adentra o recinto com seus advogados e sentam-se no local indicado pela assessoria.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor André Motta, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente aqui hoje nesta reunião?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu sei. Eu fui convidado ontem pelos senhores pra trazer informações a respeito de um processo que é a aquisição de respiradores, como testemunha, imagino.

PROCURADORIA PÁG. 211
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2227 RUBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade somente a verdade no âmbito desta Comissão sob pena de concorrer ao crime de falso testemunho?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero lembrar ao senhor também que tem o direito de permanecer calado e, se assim quiser, o senhor precisa nos comunicar disso. Ou seja, falar eu quero, não quero responder, eu quero permanecer calado, porque o silêncio simplesmente não é um indicativo de resposta, ainda mais usando máscara, a gente não sabe se a pessoa está falando ou não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero pedir para o senhor para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, o nome completo, a idade, a profissão, o local onde exerce a sua atividade e o local de nascimento e o endereço. Fale isso de forma bem próxima porque esse é o registro do senhor ali para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro de forma bem correta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — André Motta Ribeiro, eu tenho 55 anos, natural de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul e moro em Florianópolis, Balneário Açores, Travessa Osvaldo Felisbino Ferreira, número 56.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está acompanhado de seus advogados, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço aos senhores advogados que falem o nome completo dos senhores, número da OAB e a UF delas.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA — Álvaro Otávio Ribeiro da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Álvaro...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA — Otávio Ribeiro da Silva, OAB/SC 36696 A.

O SR. OTÁVIO CARRARD — Otávio Carrard, OAB/RS 110821.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado. Quando a defesa for intervir, se dirija ao Presidente da Casa e não ao Deputado que estiver fazendo a pergunta.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom dia.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom dia, Secretário, bom dia, senhores advogados.

Vou repetir o que digo para todo mundo aqui, este é um momento importante, Santa Catarina conhecer de fato o que ocorreu nesse desastre, né? E sempre que alguém senta nessa cadeira aí o objetivo nosso é que essa pessoa ajude...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...os Deputados, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina compreender de fato o que aconteceu. Obviamente, respeitando todos os direitos, as garantias constitucionais, em especial de não produzir nenhuma prova contra o senhor. Certo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então eu espero que o senhor colabore, até porque o senhor é o atual Secretário da Saúde e é fundamental, para mim um dos depoimentos mais importantes que a CPI vai colher aqui.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu entendo.

1567
PROCURADORIA PÁG. 2012
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2203 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Antes de o senhor falar conosco, eu queria que o senhor falasse um pouquinho do seu histórico profissional, bem resumido, para eu compreender como o senhor virou Secretário Adjunto da Saúde.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu sou médico emergencista há 30 anos e também tenho graduação, pós-graduação em administração hospitalar. Trabalhei uma época da minha vida no Rio Grande do Sul, fui dono de hospital. Também tive a oportunidade de morar na Bahia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Doutor André, só um minutinho, o pessoal da técnica está pedindo para o senhor falar um pouquinho mais alto, mais próximo do microfone, por conta da...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pode puxar um pouco o microfone, por conta da máscara, que está?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não quer substituir a sua máscara por esse modelo que sai o som mais fácil?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Vamos tentar de novo aqui, se não der a gente substitui. Melhorou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Melhorou.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, repetindo, eu sou emergencista, médico há 30 anos. É... iniciei a, a minha formação no Rio Grande do Sul, pós-graduado em gestão hospitalar, é, fui dono de uma unidade hospitalar naquele Estado durante um tempo. Durante seis anos morei no Estado da Bahia, onde exerci várias atividades e há quinze anos tenho o prazer de morar aqui, em Florianópolis. E aqui eu passei em diversas áreas da saúde, trabalhei na Atenção Primária, trabalhei na regulação do Município, trabalhei na gestão do Samu municipal, fui regulador estadual de saúde. É, emergencista no Hospital Celso Ramos, plantonista das UTIs do Caridade e também do Hospital Saint Patrick.

E em 2018, 2017, recebi o convite para participar da Integração do APH entre bombeiros e Samu, que eu aceitei durante um ano e meio exercia essa, essa atividade, quando então me tornei Secretário Adjunto de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O convite partiu de quem?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Para a Secretaria de Saúde partiu du... até então Secretário Helton Zeferino.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O senhor sabe, evidentemente, do que nós estamos tratando aqui, eu não preciso explicar para o senhor, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Claro, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é a sua função específica como Secretário Adjunto? O que o senhor faz como Secretário Adjunto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O organograma da Secretaria de Saúde ele diz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como Secretário Adjunto, não como agora Secretário, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Certo. Claro, entendi.

O organograma da Secretaria de Saúde ele divide os gabinetes com algumas atribuições bastante distintas. Então, para o Adjunto ficaram vinculadas às superintendências mais técnicas, a Superintendência Hospitalar, a Superintendência de Regulação e a Superintendência formada nesse governo de urgência e emergência. Essas, é, superintendências diretamente ligadas ao gabinete do Secretário Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, a Secretaria de Compras?

Fls. 1668
PROCURADORIA
PÁG. 2213
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2229
RÚBRICA

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — A Secretaria de Gestão Administrativa, onde tem a estrutura de compras, ligada ao gabinete do Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Do Secretário. Muito bem.

Nesse processo de compra ali, porque nós temos o decreto emergencial no dia 12, depois o decreto de calamidade no dia 15, passaram cinco dias aproximadamente. Certo? Eu acredito que nesse momento... eu estou lá, acreditando que dentro da Secretaria de Saúde, responsável por preparar o Estado para esse desafio, toda a Secretaria acabou se envolvendo nesse processo, é óbvio, né, é natural. Ora, foi instalado um decreto de calamidade, agora a Secretaria tem que se preparar para enfrentar a pandemia *(faz sinal de aspas)* que o governo imaginava do Covid. Certo?

Muito bem. Qual foi o seu papel específico depois do dia 17, dia 18, quando a Secretaria de Saúde passou a ser a protagonista, a protagonista do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, na verdade, Deputado, eu preciso... é, trazer algumas informações de datas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, eu vou chegar lá. Eu só queria que o senhor nos desse a oportunidade de explicar mais ou menos....

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu vou explicar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho perguntas específicas para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, mas a questão de datas é que o senhor falou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor não se prepara o... separa ao ato, ali ao ato. Aquela situação começou dia 20? Qual é a...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No dia, no dia12 foi instituído o Coes, no dia 17 de março foi instituída estado de emergência em saúde...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — ...onde nós fizemos as primeiras... é o primeiro decreto, que foi um decreto restritivo de atividades.

O decreto de calamidade ele veio trinta dias depois, no dia 17 de abril. Desde o primeiro momento nessa operação do Coes, a atribuição do Adjunto foi de estruturar serviços de saúde relacionada a essas áreas hospitalar, regulação e de urgência.

Então, havia a necessidade da gente entender dentro da rede estadual quais hospitais poderiam acrescentar serviços pra enfrentamento da pandemia Covid em diversos serviços, né, diversas terapia, terapia intensiva, a gente planejou treinamento das pessoas, nós organizamos é... uma melhora do APH, né, do... desse transporte pré-hospitalar, a gente renovou grade de referência de hospitais, é... nós criamos protocolos, nós criamos normas técnicas. Na verdade, era um enfrentamento de uma pandemia, de uma crise que nenhum... ninguém no mundo estava preparado, né, nós precisamos, a partir da criação do Coes, entender processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem, eu imagino. Eu queria saber o seguinte, tá, vamos nos preparar, vamos preparar os hospitais, vamos fazer tudo isso que o senhor falou aí...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...natural. Quem participava da... vocês criaram reuniões, grupo de trabalho? Criou um cronograma de tarefa para cada pessoa? Como vocês acertaram os detalhes? Vocês se sentavam numa mesa, acertavam isso, como é que é?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Como o Coes ele é formado pelos gabinetes e pela Superintendências, e esses gabinetes e Superintendências já tinham atribuições bastante claras, é, foram, foram esses dois que foram transportadas para dentro então da

PROCURADORIA PÁG. 2214
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2230 RUBRICA

Defesa Civil pra continuar tomando as mesmas ações que já se toma... tomavam na rotina de trabalho. Claro, claro que com um outro, um outro olhar, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, a Superintendência Hospitalar, a Regulação e a urgência e emergência estavam dentro das suas atribuições melhorando a oferta de serviços de saúde. Assim como cada Superin... é, outra Superintendência tinha a sua função. O planejamento ajudando no planejamento de ações, a vigilância criando notas técnicas e entendendo, é, uma matriz de risco sendo construída, era um momento que não tínhamos ainda ferramentas digitais de inteligência de dados, né, não havia banco de dados no Estado de Santa Catarina. Mas isso foi uma construção que ela veio pra dentro de um ambiente único, mas cada um com a sua atribuição que já trazia, né, por regimento, inclusive, das próprias Superintendências.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi, perfeito. Aí, certo momento, obviamente, faltaram equipamentos. Como nós vamos preparar os hospitais, como nós vamos enfrentar, etc.

Eu quero saber da parte de compras. Agora vamos fazer compras. Vamos comprar máscaras, vamos comprar equipamentos, vamos comprar leito de UTI, vamos alugar, vamos fazer hospital de campanha. Enfim, qual foi o seu papel nesse procedimento de – o senhor era responsável de preparar a rede, o senhor falou aqui – qual foi o seu papel, agora vamos instrumentalizar o serviço, qual o seu papel na orientação das compras do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não tive nenhuma participação em orientação de compras. Na verdade, a estruturação dos leitos de terapia intensiva ele parte, ele parte por diversas ações.

Primeiro entender o que que tinha disponível na rede, e a rede teve equipamento disponível, porque lá no dia 17 de março nós fizemos uma portaria restritiva, inclusive, para as cirurgias eletivas. Então, alguns equipamentos que tinha no centro cirúrgico e outras estruturas de hospitais, é, é, como Santa Catarina é muito bem servida desses serviços de hosp.... de saúde, num primeiro momento a gente fez uma mobilização de equipamentos. Nós fizemos o planejamento no quantitativo de leitos de terapia intensiva baseado na, na oferta, né, que os hospitais poderiam, é, naquele momento estruturar, e começamos várias ações então de mobilização de equipamentos. Nós tínhamos alguns equipamentos que necessitavam de manutenção. Eles foram assim encaminhados, inclusive, com parceria, com ajuda da Fiesc, do Senac em Joinville. E houve uma, um apontamento de quantitativo de equipamentos para estruturação de leitos de UTI.

A função exercida por mim era de estruturar isso, apontar onde colocar, identificar quantitativos a serem, é, colocados no sistema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Os processos de compras específico dos respiradores, qual foi o procedimento do senhor?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nenhum. Eu não participei nesse processo de compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Várias pessoas estiveram aqui na CPI e disseram que o senhor participou diretamente disso. Eu vou dar a oportunidade para o senhor esclarecer isso bem porque mentir aqui para CPI o senhor sabe que tem consequências. Nós precisamos ter confiança no senhor, porque o senhor é o gestor da crise na condição de Secretário da Saúde. Então nós precisamos confiar no senhor, precisamos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então assim, Secretário, eu vou voltar a repetir a pergunta para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está falando de?...

PROCURADORIA PÁG. 2215
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2231 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual foi a participação direta do senhor no processo dos respiradores? Na escolha da empresa, nas reuniões, nos grupos de trabalho, nos debates? Enfim, pessoal precisando comprar inspiradores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De quem a gente vai comprar, como é que vamos fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois vou perguntar quem participou. Quero saber isso, qual foi a participação do senhor nesse procedimento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nesse procedimento, é, que está sendo fruto dessa CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O procedimento da compra dos respiradores, específico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — A única, a única participação na compra de respirador foi no apontamento de quantitativos. Isso era uma obrigação do Superintendente Hospitalar, eu, eu acumulava esse cargo. Então, por obrigação, para a organização da rede hospitalar própria, é, apontamento de necessidade de quantidades de, de, isso, insumos, EPIs e respiradores, era de responsabilidade do superintendente. Mas participação em negociação, em compra, em aquisição, definição, isso não é papel do Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não participou de nenhuma reunião? Nunca conversou sobre quem ia comprar, quem a gente ia escolher, como ia fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Secretário falou com senhor, o Helton Zeferino, sobre isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia Pauli?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Campos Maia?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Campos Maia, não sei quem o senhor está se referindo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Charles Campos Maia, diretor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O Diretor Charles ele era o diretor dentro da Superintendência de Gestão Administrativa que não estava sob minha, minha alçada como Secretária Adjunto. Tinha um rito próprio de aquisição e eu não participei em nenhum momento com o senhor Charles de, de decisão de compra de nenhum respirador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o Estado está falando, compra de respiradores, o senhor era Secretário Adjunto e não conversa com ninguém sobre isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Na verdade, o meu papel era de estruturar a rede, de trazer de serviços pra, pra dentro do Estado, discutir treinamentos, protocolos, eu não participo de definição de fornecedor de preço, não é atribuição do Secretário Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Doutor André, nós aqui, líderes de partido, quando o Presidente da Assembleia chama a gente para conversar... eu sou também sou meio empresário, nós temos aqui vários empresários, gente que já foi Prefeito, né? Suponha que o senhor Presidente chama os líderes aqui para conversar sobre determinado assunto, cada Deputado se manifesta, cada um dá uma ideia, cada um dá sua opinião, a reunião já é para poder construir o melhor caminho, encontrar a solução mais adequada.

ENT 1571
PROCURADORIA PÁG. 2216
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2232 RUBRICA

O senhor não participou das reuniões: como vamos comprar os respiradores, se a gente vai alugar, se a gente vai fazer hospital de campanha, a gente vai trazer da China direto. O senhor não participou de nenhuma reunião nesse sentido?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nesse sentido, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor escutou algo, o senhor ouvia nos corredores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No momento inicial da, do Coes houve um momento de bastante agitação, né, porque havia uma... um, um pânico, o cenário inicial era um cenário é que foi desenhado baseada em crité... em dados estrangeiros que nós teríamos dificuldades extremamente graves. Então nós fomos procurados por algumas entidades que se ofereceram para ajudar o Estado. Algumas, é, conversas desse tipo, como a Fiesc que trouxe a Intelbras pra fazer oferta, essa conversa que eu participei e escutei, mas não na aquisição de equipamentos, na discussão de valores, ou de fornecedores, de forma alguma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Interessante, eu vou ler para o senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o que disse aqui o Charlie Campos Maia, que é o diretor, né? Ele é o diretor de?...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — De logística e... aliás, desculpa, de Licitações e Compras que está dentro da Superintendência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, ele é o diretor de compras da Secretaria.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não sei se está lá ainda, porque depois do que ele disse aqui para CPI pode até ter sido desligado. Ele está lá ainda?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ele está exercendo a sua função.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Ele disse o seguinte, vou ler para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele disse que não acompanhou a compra. Todos que sentaram nessa cadeira aí, ninguém acompanhou a compra.

Então o seguinte – o senhor Charlie disse que não acompanhou a compra –: *(Passa a ler.)*

"O governo culpou a Márcia Pauli, o governo do Estado culpou a Márcia Pauli por todo esse processo, foi o primeiro. Márcia Pauli foi para televisão, deu depoimento" – eu disse, na verdade quem está dizendo isso sou eu – "Márcia Pauli foi para TV, deu depoimento, o Secretário falou na TV que a Márcia Pauli era a responsável desse processo, que tiraram ela (...)", etc.

"O que o senhor tem a dizer?", eu perguntei para o Charlie Campos Maia. E ele me disse: "De forma alguma." Eu perguntei: "Quem foi? Quem estava em cima dela para fazer a compra dos respiradores?" E ele respondeu: O Secretário Adjunto, doutor Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, o único comentário que eu posso fazer a respeito disso, que eu não entendo da onde ele tira essa informação. É uma informação de um servidor que não estava sob minha, é, ingerência direta. Repetindo: o Adjunto ele faz, é, trabalho técnico, tem outras superintendências sobre sua, sua gestão. Eu não tenho, eu não tinha ascendência sobre a atuação do senhor Carlos. E me estranha muito ele falar esse tipo de coisa, porque eu, em nenhum momento, participei em reunião com ele pra aquisição, indicação de equipamento ou coisa desse tipo.

PROCURADORIA PÁG. 2217
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2233 RÚBRICA

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Charlie Campos Maia também disse que o senhor pressionava os servidores, que o senhor entrava em salas: "Eu quero isso aqui pronto até meio-dia, na época da pandemia, esse documento tem que estar na minha mesa. Atende o fulano, responde aos *e-mails* lá emergentemente pra Márcia, e pra ele mesmo."

O senhor tinha esse costume de fazer essas pressões assim? Porque eu não vejo problema nenhum nisso aí.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, eu acho muito estranho. Primeiro, porque essa não é minha característica, eu não faço assim, quem me conhece sabe que isso não é verdade. E, segundo, porque eu não tenho contato, eu não tinha contado com o senhor Charles pra determinar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ele é o seu diretor, Secretário.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, ele era diretor da Superintendência de Gestão Administrativa, que estava sob a tutela du... é Secretário Adjun... é do Secretário de Estado da Saúde, não sob a do Adjunto. A minha atribuição era outra, não era essa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, eu preciso entender o senhor. O senhor é o Secretário Adjunto. O senhor é uma pessoa importante dentro da Secretária.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Concordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aí o senhor está falando de um diretor, o senhor não está falando de um subalterno lá do 5° andar, lá da recepção, o senhor está falando de um diretor de compras.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor afirma que não tinha nenhum contato, não conversava com ele?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Afirmo, sim. Nós temos quase 40 diretores na Secretaria, são seis Superintendências e essa Superintendência não estava sob minha gestão. Eu não participei desse tipo de, de procedimento porque a minha atribuição era outra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu vou falar mais uma fala dele aqui, até para ajudar os meus Colegas também.

Eu perguntei: "Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor porque isso ajuda muito a gente." Ele disse que os superiores da Márcia pressionavam a Márcia pra fazer coisas erradas. Que a Márcia serv... que a Márcia era boi de piranha e que a Márcia sofria pressão seguida dos chefes, o senhor e o Helton Zeferino.

Então eu perguntei pra ele: Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor

porque ajuda muito gente aqui." Certo? Eu quero dizer... eu quero saber o seguinte: O senhor disse que ela estava sendo usada, boi de piranha, etc., etc. O senhor já disse também que o Secretário Adjunto, atual Secretário, e ex-Secretário, e mais alguém? Algum outro Secretário de Estado? Alguém do *staff* do governo?" Alguém lá do Coes, outra Secretaria? Ele disse o seguinte: nós recebíamos pressão do Secretário Helton e do Secretário... do Secretário Adjunto, doutor Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — *(Suspira.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que ele inventou isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu não sei dizer o que que passa na cabeça de algumas pessoas. Eu parto do princípio e, e eu tenho essa convicção de que os servidores da Secretaria são capacitados e têm lisura nos seus processos. Não há necessidade e nunca houve, e assim nunca foi feito, de pressionar alguém pra tomar essa ou aquela atitude. Nós como vivemos num momento bastante complicado no começo de precisarmos

PROCURADORIA PÁG. 2218
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2234 RUBRICA

estruturar serviços de uma forma mais ágil e rápida, tanto que nós entrávamos pra trabalhar às 7 da manhã e saíamos de noite, inclusive, sábados e domingos. Nunca, nunca presenciei esse tipo de pressão. Não é minha característica, como gestor, fazer esse tipo de pressão, e pouquíssimos contatos eu tive com esse senhor, que é diretor de, de Licitação e Compras de uma Superintendência que não estava sob minha governança.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi. E sobre a compra dos respiradores, o processo? O processo de licitação? O processo, o procedimento, o senhor acompanhou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está falando desse aí... do respir?....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da licitação dos respiradores. O senhor acompanhou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem anotações sobre eles aí no seu caderno, em algum lugar?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu tenho algumas anotações de informações que eu recebi já no final do, do momento des...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então eu queria perguntar para o senhor: Quando iniciou o processo de compra dos respiradores?

Eu queria mostrar a imagem 1, por favor.

(*O Relator se dirige à assessoria para mostrar a imagem.*)

O senhor confirma? Ó, esse daí, o senhor pode ler. É o processo de compra dos respiradores, o processo licitatório. É a primeira página do processo de licitação.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso aqui é uma citação, posso estregar para o senhor folhear se quiser para os seus advogados.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sem necessidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que data que está inserida ali?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Lá está escrito 26 de março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 26 de março.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Lá em cima, daqui eu tô enxergando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 26 de março, é isso que está anotado aqui também. O senhor sabe se foi nesse dia específico que começou o processo para a compra dos respiradores? O senhor pode consultar suas, suas anotações.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não precisa, Deputado. Eu não participei desse processo de aquisição desses respiradores em nenhum momento. Não era a minha atribuição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nada? O senhor não acompanhou nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor viu aí a data, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia Pauli teve aqui e disse pra gente que foi nesse dia que ela começou as tratativas. Na verdade, ela disse que começou as tratativas do dia 23. É isso, Deputados?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 23, né? Ela disse assim, ó: nós começamos a compra dos respiradores no dia 23. Aquela menina que o Deputado Felipe Estevão disse que era um brinco de garota, ela disse pra gente que ela começou o

PROCURADORIA
PÁG. 2219
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
FLS. 2235
RUBRICA

processo da compra dos respiradores no dia 23, falou isso na polícia, ela falou isso, né, Deputado Felipe, ela falou na Delegacia. Nós acreditamos nela aqui, né?

Eu (*ri*), eu acreditei nela que aqui começou tudo dia 23, né?

(*O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Eu queria o seguinte, eu queria mostrar um documento para o senhor, o próximo documento, o um, o primeiro documento. Eu tenho esse documento aqui. Eu tenho esse documento aqui, eu preciso olhar daqui, pra nós fica muito difícil de ver. *(Fala com seu assessor Alex Sandro de Jesus.)* Não, não, aquele documento que você usou, devolve aqui pra mim. *(Fala com seu assessor Alex.)* Ah, tá aqui? Tá aqui, Alex? Eu só vou localizar aqui onde é que está a pastinha. Onde é que eu botei dentro da pastinha. (*Pausa.*) Aqui, aqui, está aqui. Aqui eu tenho um documento: SE-39997 – ali está datado do dia 31/3, né? Não? 31/3, certo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — 31/3.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 31/3. Agora abra a página dois.

Eu tenho aqui nas minhas mãos documento datado do dia 20 de março, Estado da Secretaria.

(Passa a ler.)

"Comunicação interna.

A Superintendência de Gestão Administrativa

Cofes, Geror, Geafi.

Assunto: liquidação e pagamento. Dia 23 de março.

Solicitamos a liquidação e pagamento em caráter de urgência da nota fiscal apresentada no presente processo, tendo em vista a situação vivenciada em razão do surgimento do Covid em território catarinense e a imperiosa necessidade de adoção de medidas de combate aos efeitos dele decorrentes.

Atenciosamente, Márcia Regina Pauli", Superintendente de Compras.

O documento está assinado no dia 20 de março de 2020, às 14h20. Portanto, três dias antes do que a Márcia veio aqui e disse que ela começou as tratativas.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela pediu o pagamento, e, e indicou a rota, e juntou depois a nota fiscal da compra. Três dias antes disso tudo acontecer.

Eu confesso, Deputado Kennedy, Deputados, a nota é a nota dos 16 milhões. Vou botar a nota para vocês verem, junta a nota fiscal.

(*O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.*)

Veigamed, do dia 31/3. Essa é a nota. Mais uma... E aí o processo encerra.

Queria que o senhor nos ajudasse a compreender isso aí.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, olha só, é... eu vou repetir que eu não participei deste processo em nenhum momento. As atribuições do Adjunto eram outras.

Então, se depender de alguma informação minha pra esclarecer este processo, nós não vamos ter de nenhum acréscimo. Eu não conheço esse rito, eu não participei desse rito de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Então eu vou deixar para os meus Colegas continuar o trabalho.

Agradeço o senhor e profissionalmente vou voltar a conversar mais um pouco com o senhor.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Estou à sua disposição.

1515
PROCURADORIA
PÁG. 2225
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2236
RÚBRICA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Um bom-dia. Eu não almocei ainda, sei que já passou do meio-dia, acredito que o senhor também.

Bom dia, Secretário, bom dia, advogados.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sejam bem-vindos. Secretário...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...sou meio ansioso, estou quase começando pelo fim aqui, mas vou também seguir o meu ritmo, peço que os meus parceiros e o senhor tenham paciência comigo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem o indicou para o cargo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O Secretário, ex-Secretário Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como que o senhor viu... Agora o senhor já teve acesso aos autos, eu sei que o senhor não participou de algumas coisas, como senhor já afirmou. Mas agora, sendo, indo de Adjunto para Secretário o senhor tem conhecimento de diversas coisas mesmo não tendo participado, né?

Como o senhor... Como é que chegou a proposta da Veigamed na Secretaria? O senhor teve acesso? Sabe como é que chegou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não tive acesso. Não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E não sabe até agora como chegou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não sei até agora como chegou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por que os pagamentos foram feitos antecipadamente?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não participei do processo e não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas o senhor... até agora, depois de já estar um mês na Secretaria?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — 31 dias hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — 31 é, tem meses que tem 31 dias. Até agora o senhor não se atualizou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, na verdade quando eu assumi isso já estava sendo investigado, né, um processo que já estava em investigação por órgã... por órgãos outros externos, e já havia uma sindicância aberta, inclusive pelo próprio Secretário Helton, lá no final de abril, referente a esse processo. Então ele fugiu, é, do escopo do trabalho do atual Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem acompanhou, nos acompanhou aqui terça-feira, bastante gente teve paciência de nos acompanhar das 5 da tarde às 3h30 da manhã, e eu já recebi várias mensagens, essas coisas, tivemos um *feedback* aí até pela imprensa.

Assim, a Márcia fez algumas acusações ao Douglas e ao Helton. Se lembra de detalhes, minuto de *live* do Governador, que o Governador demonstra que tinha conhecimento, mas não lembra de um nome de um Deputado, essa memória seletiva é complicada né? O Helton não sabia de nada. O Helton não sabe quem levou a Veigamed, o Helton não sabe quem pagou... não sabia de nada.

PROCURADORIA PÁG. 22/21
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2237 RUBRICA

E o Douglas fez uma lista de afirmações a vocês, e estou falando vocês, Secretaria da Saúde, como se a Secretaria da Saúde fosse uma ilha, né? E o senhor está aqui neste momento, no cargo, o senhor pode nos esclarecer essas dúvidas que ficaram e até ajudam para a acareação que vai acontecer na terça-feira que vem. Porque essa dúvida que o também Secretário Douglas deixou é muito ruim para mim, para o Felipe, para o Ivan, para o Sargento Lima. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Quem foi o Deputado que participou da indicação, da contratação, das negociações dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, como eu não participei desse processo, eu não tenho conhecimento e participação de Deputado algum nesse processo. Eu não tenho essa, essa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. Mas o senhor participou, como Secretário Adjunto, de uma reunião do Mahatma Gandhi.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Mahatma Gandhi (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ainda para o hospital de campanha. Não participou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O senhor está se referindo a uma visita...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Hospital de campanha.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...do pessoal de Itajaí, na Secretaria?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não. Eu estou falando de uma reunião que estava inclusive o Governador, o Cordeiro...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não. Não participei dessa reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E não soube depois também? O Helton nem foi convidado, mas o Helton entrou na sala.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, eu não participei dessa reunião e nem sabia que ela tinha acontecido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. O Helton foi domingo prestar um depoimento às autoridades policiais e na terça-feira ele voltou espontaneamente a prestar esse depoimento. E ele fez quatro afirmações bem graves, no meu entender, ao Douglas.

Eu vou por partes, o senhor presenciou a pressão do Douglas pela Veigamed, pelos 33 milhões dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não.

O senhor soube que o Douglas... isso tudo é o que o Helton falou, o senhor sabe que o Helton falou isso, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim, que ele falou que houve algum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor sabe dos quatro tópicos de acusações do Helton ao Douglas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então eu vou rememorar para o senhor.

O Helton fez declarações à polícia... o senhor não teve acesso aos depoimentos? Não estudou os depoimentos...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...antes de vir aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não tive acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então, esses quatro tópicos de acusações do Helton ao Douglas são bem graves. O Helton falou que o Douglas pressionou

1577
PROCURADORIA PÁG. 2222
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2238 RUBRICA

muito pelos 33 milhões da Veigamed; pelos 70 milhões de equipamentos de proteção individual, que não se concretizaram, mas era um valor considerável; pressionou muito através... a Márcia, o Helton sobre o Mahatma Gandhi; e sobre o Samu, um pedido de mais de R$ 40 milhões à empresa OZZ, que tinha (*ininteligível*) da Secretaria de Saúde do governo 42, 40 milhões de reais.

O senhor sofreu, como Secretário Adjunto, algum tipo de pressão com relação a esses quatro tópicos?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor não sabe de nenhuma pressão para pagar quarenta e poucos milhões para o Samu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não sei de nenhuma pressão pra isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – De gestão para a empresa que gera o Samu.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Isso. Prestação de serviço, na verdade, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Isso. O Mahatma Gandhi também, nenhuma pressão, nenhuma reunião que teve o Governador, teve algum outro?...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor me permite, Deputado, só uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando se fala em pressão, mesmo que seja de forma positiva. Por exemplo, assim, vamos lá rapaziada, vamos fazer, o Covid está matando gente. Não só da parte negativa, compra, contrata...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...mas que seja somente de parte positiva. Pode ser que com vontade de incentivar a equipe e falar: o que vocês acham, vamos fazer?

Nem assim?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não. Não é essa... o... o *modus operandi* não era esse, né? A gente se estruturava cada um na sua função e tentava acelerar processos se ajudando mutuamente. Agora, nada de, de pressão e... de forçar (*ininteligível*) qualquer tipo de pessoa a tomar uma... uma atitude, uma ação que não fosse a ação da, da, da sua atribuição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor sofreu algum tipo de pressão do Douglas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas não especificamente desses quatro passos, qualquer...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, nenhuma!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O que a gente fica abismado, sim, é que nem o ex-Secretário nem o atual Secretário sabiam de nada do que estava acontecendo na Saúde de Santa Catarina, né?

(*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem, senhor Presidente."*)

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu gostaria só de pedir a vossa excelência que garantisse o direito da testemunha responder objetivamente aos fatos para os quais ela foi chamada aqui, e não ouvir depoimen... é... declarações depreciativas, ou que deturpam, ou que já antecipam um pré-julgamento do que essa CPI tá tentando observar.

O senhor André tá aqui prestando depoimento de uma maneira clara, objetiva e expressando as informações que ele tem pra dar. Se a Comissão não acredita nas

PROCURADORIA
PÁG: 2223
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2239
RUBRICA

informações, se discorda, se acha incompleta, é um direito pleno da Comissão de no momento próprio, de julgamento, encaminhar a decisão que melhor lhe a provê. O que não é correto é haver comentário jocoso, depreciativo, porque isso aí se constitui descortesia e falta de respeito com a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Feito o registro...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Ele não está aqui, aliás mesmo que se tivesse aqui na condição de acusado, ele mereceria ser tratado com respeito e urbanidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Feito o registro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Se não passou respeito, advogado, eu me corrijo. Não estou querendo de maneira nenhuma desrespeitar, humilhar, fazer comentário jocoso sobre o seu cliente. O que eu estou fazendo é um comentário de... eu estou abismado com governo do Estado de Santa Catarina! Eu estou abismado! Eu estou estarrecido com o que está acontecendo!

Eu estou surpreso do ex-Secretário e do atual Secretário não saberem de fatos muito importantes, mas eu respeito a sua opinião e quero me fazer entender ao senhor, ao Secretário, ao outro advogado também. Me fiz entender? Por favor, me fiz entender?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Deputado, eu respeito a sua opinião. O senhor como Parlamentar tem todo direito de expressar, como qualquer cidadão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Só que, da maneira como o senhor coloca, o senhor sugere que essa testemunha, que tá aqui presente, está omitindo alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, não.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...situação acerca dos fatos sobre os quais está sendo indagada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...e é sobre isso que eu estou pedindo o respeito, a objetividade e a cortesia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então eu corrijo, eu não estou sugerindo nada, perfeito? Ótimo, podemos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já disse que foi acatado, doutor, o comentário do senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só permitindo uma intervenção como Relator.

Doutor, o seu cliente é o atual Secretário da Saúde, sobre as mãos dele está a saúde dos catarinenses, sobre a mão do doutor Motta estão os doentes da Covid, estão as pessoas que ficarão contaminadas, estão as pessoas que precisarão de saúde. O seu cliente, que está aqui, que presta serviço para o Estado de Santa Catarina, ele não é um instrumento qualquer do Estado, e nós Deputados precisamos compreender.

O Deputado João Amin tem razão, ele faz um comentário que Santa Catarina faz, Santa Catarina faz esse comentário. E esse julgamento aqui, doutor, é um julgamento político, aqui é político julgando político, não é julgamento criminal. Nós não olhamos para o doutor Motta como agente do crime, nós olhamos para o doutor Motta como um agente administrativo, a quem os Deputados acreditam que está cumprindo todas as suas tarefas inseridas no artigo 37, *caput*, da Constituição, que o senhor conhece muito bem. Só quero deixar isso claro.

Então, as colocações do Deputado João Amin foram pertinentes, a meu ver, só por esse elemento - e eu queria que o senhor compreendesse isso -, porque ele é o Secretário da Saúde, e nós precisamos ter confiança nele.

PROCURADORIA PÁG. 2224
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE FLS. 2240 RUBRICA

Muito obrigado.

(*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem novamente, doutor. Pela ordem, senhor Presidente."*)

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu reitero que o meu cliente está aqui na condição de testemunha, vossas excelências têm o direito de perguntar sobre o que quiserem e... e com certeza tem a maior autoridade, respeito, carinho e admiração pra isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já foi acatado, senhor...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Mas ele é testemunha e ele deve ser privado de comentários, de pré-julgamento acerca do que tá sendo indagado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, mas eu acredito que eu já esclareci o pré-julgamento...

(*O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

Perfeito. Então, só para continuar e terminar logo isso. Secretário...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...no exercício da sua função de Adjunto, e agora de Secretário, recebeu ligação, pressão, WhatsApp, provocação, apresentação de empresa, pedido de algum Deputado Estadual de Santa Catarina?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não recebi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então tá.

Então esclarecido com o senhor, tenho muito respeito, peço desculpas se me fiz entender dessa maneira como o seu advogado entendeu, acredito que já esclareci com ele e esclareço com o outro advogado do senhor também. O meu respeito pela sua função e pela sua pessoa, que está aqui hoje, é enorme e eu não quero desrespeitar ninguém. Estou encerrado, Presidente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – (*ininteligível*) agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado João Amin.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, Secretário.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tenho algumas coisas para comentar aqui com o senhor. A funcionária Márcia... o senhor falou que era o responsável pela Superintendência mais técnica dos hospitais.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É, Hospitalar, a Superintendência de Regulação e de Urgência e Emergência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A função do senhor era, pelo que o ex-Secretário Helton falou aqui, fazer esse levantamento técnico do que precisava.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas teve um fato que me chamou a atenção, e não é uma crítica, mas eu estou muito mais focado na fragilidade do processo. A funcionária Márcia disse que havia momentos, que para saber o número de leitos e ocupação, era necessário, os funcionários pegavam o carro e iam de hospital em hospital contando as macas e os leitos. É assim que funciona?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – De forma alguma.

Fls. 1580
PROCURADORIA PÁG. 2225
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 2241 RUBRICA

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que ela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...falou não é verdade?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Porque apesar do início da pandemia, e foi um início bastante complicado a gente não ter ainda a inteligência digital, nós conseguimos durante todo esse período, e aí está a competência também da Secretaria de Estado da Saúde, desenvolver ferramentas pra que nos dessem dados indicadores pra que a gente pudesse tomar atitudes. Inclusive desenvolvido, neste período, uma ferramenta chamada sistema de leitos, que faz a busca automatizada dos leitos do Estado de Santa Catarina.

Nós tivemos um trabalho bastante árduo, além de estruturar serviço, de trazer clareza pro processo, né? Santa Catarina inclusive saiu do 18° lugar no Brasil de transparência Covid pra 3° lugar na semana passada. Então o sistema...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu quero aproveitar nesse seu esclarecimento, até preocupado com a população.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque o governo fez disso uma propaganda, esta subida no *ranking*, sendo o Estado um dos top 10 mais transparente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria que o senhor explicasse que tipo de transparência é essa, porque para o povo que está acompanhando, eles não conseguem entender como um Estado, que se diz tão transparente, fez uma compra de duzentos respiradores, de 33 milhões que até agora todo mundo que sentou aqui diz que não sabe como é que foi.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... Deputado, eu vou repetir que essa questão da compra, é... eu não acompanhei, não era minha atribuição. Mas todos nós sabemos que o Estado ele tem os processos digitalizados e eles são públicos. E, aliás, essa é uma característica deste governo, trazer as, as ações pra luz pra que todos tenham acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor fala do sistema SGPE?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor sabe que esse sistema é tão frágil, segundo informações que a gente recebeu aqui, que a qualquer momento alguém, que tem acesso ao sistema, pode fazer... baixar um documento e incluí-lo em outro processo para abrir a próxima fase do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu desconheço essa forma de... de agir dentro desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor alguma vez entrou no sistema?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu digo isso sabe por quê? Porque esse documento que o Deputado, Relator, mostrou - a CI do dia 20 de março, que deu a autorização para o pagamento do dia 31 daquela nota - a Márcia disse, e o próprio Helton falou aqui, que essa era uma prática, de colocar CIs de processos. Inclusive, ao Ministério Público, a Márcia diz que há uma gravidade, ela fala de um gravíssimo problema administrativo, se eu não me engano, sobre esse sistema e ela inclusive fala aos procuradores dizendo o seguinte, que qualquer um pode pegar um documento assinado pelo Governador e incluir no processo para continuar a fase.